

ESTUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA ESTRATÉGIA REGIONAL PARA AS ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE DO ALGARVE

RELATÓRIO FINAL



Ficha Técnica

Coordenação:

Dr.^a Vanessa Duarte de Sousa

Execução:

Dr.^a Ana Francisca Sousa

Dr.^a Ana Rita Cruz

Dr.^a Catarina Doutor

Consultoria:

Prof.^a Doutora Isabel Guerra

Prof. Doutor Pedro Costa

Entidade Contratante:

CCDR Alg – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Entidade Responsável:

CET – Centro de Estudos Territoriais

Data de Conclusão: Dezembro de 2008/ Revisão em Dezembro de 2009

ÍNDICE GERAL

Índice de Mapas e de Figuras	7
Introdução	9
1. Objectivos do Estudo e Critérios de Avaliação	13
2. Metodologia	19
A. Instrumentos de Inquirição	19
A.1. Entrevista aos Promotores das Intervenções de Revitalização Urbana	21
A.2. Questionário aos Residentes das Aldeias	22
A.3. Entrevista às Entidades Formadoras.....	23
A.4. Questionário aos Formandos	23
B. Processo de Amostragem	24
C. Caracterização da Amostra da População Inquirida	27
D. Caracterização da Amostra Da Formação Profissional	33
E. Métodos e Técnicas de Análise de Dados	37
3. Adequabilidade e Pertinência da Intervenção.....	39
3.1.As Áreas de Baixa Densidade.....	39
3.2. A Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade – 2000 a 2006.....	46
3.2.1. “Aldeias do Algarve” – A Procura de Revitalização Urbana dos Espaços de Interior....	53
3.2.2. A “Animação do Algarve Rural” – Reavivando Memórias e Valorizando as Identidades	62
3.2.3. “Planos de Formação” – Do Potencial Humano ao Desenvolvimento Territorial.....	64
4. Equidade, Satisfação e Participação na Intervenção	75
4.1. O Conhecimento, a Concordância e a Satisfação com as Acções	75
4.2. Participação e Envolvimento – do Desenho à Execução das acções	88
4.3. Níveis de Apropriação das Acções Desenvolvidas ao Nível dos Públicos – A Utilização das Infra-estruturas e A Identificação dos Promotores das Acções	100
5. Eficácia, Eficiência e Impactos da Intervenção	105
5.1. Os Resultados Directos e a Percepção dos Resultados da Intervenção Desenvolvida ..	105
5.2. A Mobilização de Recursos para a Intervenção e a sua Relação com os Resultados Atingidos.....	119
5.2.1. A Dimensão Organizacional.....	119
5.2.2. A Dimensão Processual.....	123
5.2.3. A Dimensão Financeira	125
5.3. Os Impactos e a Percepção dos Impactos face à Estratégia Regional	127
5.3.1. Os Problemas Percepcionados.....	127
5.3.2. Os Elementos da Estratégia Regional.....	139

5.3.2.1.	Emprego e Dinâmicas Económicas	139
5.3.2.2.	População e Dinâmicas Demográficas	150
5.3.2.3.	Sustentabilidade Ambiental do Território	154
5.3.2.4.	Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento e Apoio à Actividade Produtiva	155
5.3.2.5.	Estruturação e Atractividade dos Núcleos Urbanos.....	156
5.3.2.6.	Qualificação da População	158
5.4.	Propostas para o futuro.....	161
	Conclusão	167
	Referências Bibliográficas.....	181
	ANEXO I. Instrumentos de Inquirição.....	185
I.	Inquérito Por Questionário aos Residentes das Aldeias (Eixo 2. Medida 1 – FEDER).....	187
II.	Inquérito Por Questionário aos Formandos (Eixo 2. Medida 3 – FSE).....	201
III.	Guião de Entrevista aos Promotores (Eixo 2. Medida 1 – FEDER)	209
IV.	Guião de Entrevista aos Promotores (Eixo 2. Medida 3 – FSE).....	215
	ANEXO II. Caracterização Socio-Demográfica da Amostra da População.....	219

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Entrevistas realizadas aos promotores/ dinamizadores das intervenções de revitalização urbana e animação territorial	20
Quadro 2. Entrevistas às Entidades Formadoras	21
Quadro 3. Número de participantes no workshop por tipologia de instituição	21
Quadro 4. População e Amostra por freguesia, segundo as variáveis de estratificação: idade e sexo	24
Quadro 5. Representação da amostra face ao total da população residente em cada aldeia e erros amostrais	26
Quadro 6. Amostra dos Formandos	27
Quadro 7. Taxa de variação da população (%), 1991-2001, no Algarve	42
Quadro 8. Índice do Poder de Compra Concelhio, em 2005	43
Quadro 9. Situação demográfica nas várias freguesias em estudo, em 2001.....	44
Quadro 10. Projectos de Revitalização Urbana Aprovados por tipo de promotor, por investimento aprovado e média de investimento aprovado por promotor, em cada uma das aldeias do estudo (situação em Dezembro de 2008)	60
Quadro 11. Inquiridos segundo a Motivação para Frequentar a Formação.....	73
Quadro 12. Inquiridos segundo o conhecimento das acções de animação das aldeias	77
Quadro 13. Projectos aprovados por aldeia, na medida 1 do eixo 2, segundo o montante previsto aprovado	109
Quadro 14. Projectos e Montantes previstos e executados, e investimento per capita dos projectos candidatados à medida 1 do eixo 2	110
Quadro 15. Projectos, Montantes aprovados e Taxa de Execução, em relação à intervenção de animação territorial.....	112
Quadro 16. Inquiridos segundo a referência aos Principais problemas da aldeia.....	128
Quadro 17. Inquiridos segundo os problemas visados pela Estratégia Regional e ranking dos problemas por aldeia	129
Quadro 18. Valência de Creche e Níveis de Ensino ministrados nas aldeias, segundo o número de inscritos	131
Quadro 19. Distância mínima no percurso para os equipamentos inexistentes nas aldeias	131
Quadro 20. Horário de funcionamento das extensões de saúde, dias em que são realizadas consultas e distâncias face ao Hospital mais prrónimo, em 2009.....	132
Quadro 21. Estabelecimentos e taxa de variação, de 2003 a 2006.....	140
Quadro 22. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos e taxa de variação, de 2003 a 2006.....	141
Quadro 23. Ganho Médio Mensal dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos (valores em €) e taxa de variação, de 2003 a 2006.....	144
Quadro 24. População e Variação da População de 2001 a 2007, nos concelhos do Algarve.....	151
Quadro 25. Nº de eleitores nos actos eleitorais de 2001, 2005 e 2007, taxas de variação e crescimento médio anual	152
Quadro 26. Formandos segundo o concelho de residência à data da realização da formação e o concelho de residência à data da inquirição	160
Quadro 27. Formandos segundo a situação na profissão à data da frequência da formação e situação na profissão à data da inquirição	161
Quadro 28. Sugestões para Futuras Intervenções Urbanas	162
Quadro 29. Sugestões para Futuras Acções de Animação	163
Quadro 30. Pontos fortes sobre as acções de revitalização urbana	174
Quadro 31. Pontos fracos sobre as acções de revitalização urbana	175
Quadro 32. Pontos fortes sobre as acções de animação territorial	176
Quadro 33. Pontos fracos sobre as acções de animação territorial	177
Quadro 34. Pontos fortes sobre as acções de formação para o desenvolvimento	178
Quadro 35. Pontos fracos sobre as acções de formação para o desenvolvimento	179

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População inquirida segundo o Escalão Etário.....	32
Gráfico 2. Formandos inquiridos segundo o sexo	33
Gráfico 3. Formandos inquiridos segundo o escalão etário	34
Gráfico 4. Formandos inquiridos segundo o estado civil	34
Gráfico 5. Formandos inquiridos segundo as habilitações literárias	35
Gráfico 6. Formandos inquiridos segundo o principal meio de vida	35
Gráfico 7. Formandos inquiridos segundo a ocupação profissional	36
Gráfico 8. Formandos inquiridos segundo a situação face ao trabalho	36
Gráfico 9. Conhecimento das Acções de Revitalização Urbana	76
Gráfico 10. Inquiridos segundo a forma como teve Conhecimento da Acção de Formação	78
Gráfico 11. Inquiridos segundo o Grau de Concordância com os Projectos	79
Gráfico 12. Inquiridos segundo o Grau de Concordância com o Concurso e Festas dos Presépios	80
Gráfico 13. Inquiridos segundo o Grau de Concordância com as Aldeias mais Floridas.....	81
Gráfico 14. Inquiridos segundo o Grau de Concordância com a Festa da Gastronomia.....	81
Gráfico 15. Inquiridos segundo o grau de satisfação com os projectos de revitalização urbana.....	83
Gráfico 16. Inquiridos segundo o Grau de Satisfação com o Concurso e Festas dos Presépios	84
Gráfico 17. Inquiridos segundo o Grau de Satisfação com as Aldeias mais Floridas	85
Gráfico 18. Inquiridos segundo o Grau de Satisfação com a Festa da Gastronomia	85
Gráfico 19. Inquiridos segundo o Grau de Satisfação com a Formação.....	87
Gráfico 20. Inquiridos segundo a vontade de frequentar outra formação na mesma entidade	87
Gráfico 21. Inquiridos segundo a Solicitação da sua Opinião para as Intervenções Urbanas	89
Gráfico 22. Inquiridos segundo o Grau de Participação nos Concursos e Festas dos Presépios.....	90
Gráfico 23. Forma de Participação no Concurso e Festas dos Presépios.....	92
Gráfico 24. Forma de Participação nas Aldeias mais Floridas	93
Gráfico 25. Forma de Participação na Festa da Gastronomia	93
Gráfico 26. Inquiridos segundo a manutenção de Contacto com a Entidade Formadora depois de finalizada a Formação	98
Gráfico 27. Inquiridos segundo a Finalidade do Contacto Pós-Formação.....	99
Gráfico 28. Inquiridos segundo o Tipo de Contacto Mantido Pós-Formação	99
Gráfico 29. Grau de Utilização dos Resultados Obtidos com as Acções	101
Gráfico 30. Inquiridos segundo as Entidades que associam às acções de revitalização urbana.....	102
Gráfico 31. Inquiridos segundo as Entidades que associam como sendo promotoras das Acções de Animação.....	103
Gráfico 32. e 33. Inquiridos segundo os resultados Face às Expectativas	118
Gráfico 34. Inquiridos segundo o alcance dos objectivos iniciais a que se propuseram.....	118
Gráfico 35. Inquiridos segundo a opção de ter residido sempre na aldeia.....	133
Gráfico 36. Inquiridos segundo a naturalidade (por referência à aldeia de residência)	134
Gráfico 37. Tempo de Residência na Aldeia	134
Gráfico 38. Inquiridos segundo o Local Anterior de Residência Face à Aldeia	135
Gráfico 39. e 40. Inquiridos segundo o Percorso dos Familiares dos Residentes Face à Aldeia (desde 2000)	136
Gráfico 41. Inquiridos segundo a resposta ao Motivo de Saída dos Familiares da Aldeia	137
Gráfico 42. Inquiridos segundo a resposta ao Motivo de Regresso dos Familiares à Aldeia.....	138
Gráfico 43. Inquiridos segundo o gosto de Viver na Aldeia.....	138
Gráfico 44. Trabalhadores ao serviço de estabelecimentos segundo a CAE, em 2006	146
Gráfico 45. % de trabalhadores ao serviço de estabelecimentos com menos de 35 anos, em 2003 e 2006	148
Gráfico 46. % de mulheres ao serviço de estabelecimentos, em 2003 e 2006.....	149
Gráfico 47. % de trabalhadores ao serviço de estabelecimentos com menos de 9 anos de escolaridade, em 2006.....	149

ÍNDICE DE MAPAS E DE FIGURAS

Mapa 1. Territórios de referência para o estudo – dimensão requalificação urbana e formação	18
Mapa 2. Produtos agro-alimentares certificados, em 2007	46
Mapa 3. Organização Espacial de Portugal	47
Figura 1. Síntese do Plano Estratégico para as Áreas de Baixa de Densidade do Algarve	50
Figura 2. Articulação entre Instrumentos e Medidas de Acção que estruturam o “Estudo de Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade”	52
Figura 3. Dimensões do conceito de revitalização urbana	54

INTRODUÇÃO

Na sequência do protocolo estabelecido entre o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRALG), apresenta-se o relatório que traduz o relatório final do: “Estudo de Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade”.

Nesse protocolo estabeleceu-se que este terceiro produto se traduziria no Relatório Final, onde se integra uma análise mais exaustiva e aprofundada, não só das variáveis já examinadas na síntese de resultados preliminares, mas também das restantes variáveis ainda não abrangidas.

De um modo global, o estudo visa analisar a adequabilidade, eficácia, eficiência, equidade e o impacto das medidas 1 e 3 do Eixo 2 do PROALGARVE, que incidiram sobre as áreas de baixa densidade, dando ênfase à participação e satisfação dos agentes locais promotores e destinatários das acções, dos beneficiários de acções de formação, e das populações. Procura-se dar conta das metodologias de intervenção desenvolvidas, analisar o nível de articulação de programas e políticas para o território em apreço, assim como identificar um conjunto de conclusões e de recomendações que possam apoiar a intervenção futura.

Se, por um lado, emana a preocupação sobre os resultados e impactos das medidas mencionadas, o estudo procurou incorporar as percepções dos actores locais e regionais assim como os destinatários finais das acções. Ressalta ainda um objectivo operacional que é o de apoiar à tomada de decisões futuras e o de gerar novo conhecimento quer ao nível dos conteúdos (por onde agir) quer das formas (como agir).

A primeira parte contempla a apresentação dos objectivos do estudo e a identificação dos critérios de avaliação. Para cada critério são enumeradas as múltiplas questões que servem de base à construção de todo o processo avaliativo. No respeitante às intervenções de revitalização urbana e de animação territorial são apresentadas as aldeias que foram seleccionadas para integração no estudo de avaliação, a saber: Carrapateira, São Marcos da Serra, Paderne, Querença, Estoi,

Cachopo e Cacela Velha. Em todas as intervenções desenvolvidas, a que acrescem as de carácter formativo, só se consideraram para avaliação aquelas que à data do início dos trabalhos tinham sido executadas na íntegra.

No segundo capítulo segue-se a apresentação da metodologia do trabalho, onde se identificam os instrumentos de inquirição e as suas dimensões de análise. São identificados os processos de amostragem em função dos distintos instrumentos aplicados, assim como a lista das entidades que foram alvo de inquérito por entrevista. As referências metodológicas são concluídas com a caracterização das duas amostras recolhidas junto da população do território seleccionado e dos formandos das acções desenvolvidas.

No capítulo 3 deste trabalho são discutidos os elementos que permitem fazer um balanço da adequabilidade e pertinência da intervenção. Está orientado em duas dimensões de reflexão:

- 1) Discussão a partir da análise da problemática das áreas de baixa densidade, fazendo um balanço das características do território algarvio, em particular das aldeias que são abrangidas pelo estudo de avaliação.
- 2) Reflexão sobre a estratégia regional para as áreas de baixa densidade, procurando aferir sobre a sua formulação, sobre os mecanismos trabalhados para a sua operacionalização e sobre as entidades envolvidas na construção de todo o conjunto de intervenções sobre o território de baixa densidade no período 2000-2006.

O quarto capítulo incide sobre os critérios de equidade, satisfação e participação na intervenção. Num primeiro momento, trabalham-se as visões dos públicos e dos actores locais ao nível do conhecimento, concordância e satisfação com as acções. Na segunda parte do capítulo procura-se avaliar os níveis de participação e envolvimento dos públicos no desenho e na execução da intervenção. Finalmente discutem-se os níveis de apropriação das intervenções desenvolvidas, o que é particularmente válido nas acções de revitalização urbana e de animação territorial.

O último capítulo incide sobre a eficácia, eficiência e impactos da intervenção. Encontra-se estruturado em três dimensões fundamentais: 1) os resultados, 2) os recursos mobilizados; e, 3) os impactos. Ao nível dos resultados procura-se elaborar um balanço das intervenções realizadas apresentando os elementos mais positivos e negativos. Nos recursos trabalham-se as dimensões organizacional, processual e

financeira. Por fim, na análise dos impactos faz-se inicialmente um balanço dos problemas não resolvidos, empreende-se uma análise dos possíveis impactos à luz das diferentes mudanças equacionadas no desenho da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade 2000-2006 e ainda são apresentadas diferentes propostas para o futuro, que traduzem os diferentes olhares sobre o território, seja da parte das populações, seja dos outros actores locais inquiridos.

1. OBJECTIVOS DO ESTUDO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

De acordo com a contratação estabelecida, pretende-se com este estudo:

Objectivo geral

- Analisar os resultados e os impactos sócio-económicos resultantes da operacionalização da estratégia para as áreas de baixa densidade do Algarve;

Objectivos específicos

- Aferir sobre o nível de envolvimento dos públicos nos projectos desenvolvidos – seja ao nível da concepção, gestão e utilização;
- Verificar o grau de satisfação dos promotores, dos públicos das acções desenvolvidas e da população do território;
- Compreender a forma como os públicos e as populações se apropriam das diferentes intervenções desenvolvidas;
- Identificar os resultados dos projectos – os previstos e aqueles não previstos que decorrem directa ou indirectamente da intervenção desenvolvida;
- Analisar os impactos decorrentes da intervenção desenvolvida e verificar a sua relação com a estratégia definida para o território.

Fruto dos objectivos delimitados, no que respeita à natureza do objecto da avaliação considera-se haver a necessidade de um triplo olhar:

- i) Centrado sobre as acções de intervenção urbana e de animação territorial;
- ii) Centrado sobre as acções de qualificação dos recursos humanos do território;
- iii) Entendendo o conjunto das intervenções como um todo que deve integrar a estratégia definida para as áreas de baixa densidade da região Algarve.

Medeia a realização deste estudo, um conjunto de critérios de avaliação e respectivos questionamentos, a saber:

ADEQUABILIDADE (CONCEPÇÃO / ACÇÃO / GESTÃO)



- Enquadramento da área de Intervenção (caracterização sumária económico-social, problemas e potencialidades.)
- Enquadramento dos projectos no Contexto Regional (génese do projecto, dinâmicas locais e relação com o projecto, expectativas face ao projecto...)
- Análise de necessidades/diagnóstico e sua relação com o desenho do projecto (levantamento de problemas, diagnóstico inicial, detecção da diversidade dos problemas e públicos.)
- Identificação dos actores intervenientes (identificação e mobilização dos actores intervenientes, sinergias colocadas no desenho do projecto...)
- Identificação dos recursos e das formas de organização (recursos disponibilizados face aos objectivos definidos, estrutura organizativa, composição dos órgãos de gestão e equipas técnicas, multidisciplinaridade...)
- Identificação das dimensões mais fundamentais de actuação (clarificação e coerência entre objectivos e acções, clareza na definição de responsabilidades, recursos e temporalidades...)
- Enquadramento do projecto nas "políticas" das instituições parceiras – nos casos em que tal se aplique - adequação entre a definição do projecto e os objectivos das instituições participantes, elementos excluídos e cooperações ...

PERTINÊNCIA (CONCEPÇÃO / ACÇÃO / GESTÃO)



- Definição inicial do(s) problema (s) (complexidade, multidimensionalidade, análise sistémica, clareza e quantificação do problema...)
- Desenho do projecto, estratégia e metodologia (coerência interna do projecto, adequação do projecto aos problemas identificados ...)
- Enquadramento teórico e metodológico do projecto (profundidade de análise, enquadramento, inovação e pressupostos teóricos e metodológicos do projecto, conceitos estratégicos...)
- Grau de integração das acções (intervenção sistémica, multidisciplinar, integrada...)
- Formas de implicação dos diferentes intervenientes formas e estruturas de participação (estruturas participativas formais e informais, participação nas diferentes fases dos projectos e acções, descentralização e desconcentração das decisões...)
- Clareza de funções e papéis entre intervenientes...
- Estruturas de decisão (estruturas e formas de decisão, formas de divulgação das decisões, sensibilidade aos inputs...)
- Conflitos e cooperações entre intervenientes.

EFICÁCIA ORGANIZACIONAL (CONCEPÇÃO / ACÇÃO / GESTÃO)



- Domínios Estratégicos privilegiados (clareza das estratégias, relação das estratégias com as formas organizativas e de gestão...)

- Plano/Programa de desenvolvimento (processos de planeamento e formas de controle, exequibilidade funcional, prazos de realização...)
- Formas de Gestão e de Avaliação (formas e instrumentos de monitorização e de avaliação das acções e seus efeitos...)
- Quadros de bordo, organogramas (existência e funcionalidade de instrumentos de gestão, tipo e frequência de registos,...)
- Estruturas de decisão e de informação (formas participativas de decisão e gestão, formas de consulta, acessibilidade aos dirigentes e técnicos, proximidade com a população, formas de divulgação...)
- Estrutura técnica dos projectos (técnicos, dimensão, formação, competências, qualificação, ...)
- Formas de avaliação (estruturas de avaliação e auto-avaliação, registos existentes, observatórios, bases de dados, fórum de consulta...)
- Estruturas de formação (estruturas de formação internas para as equipas e de apoio à auto-formação ou formação externa, centros de documentação e estudo...)

EFICÁCIA PROCESSUAL (CONCEPÇÃO / ACÇÃO / GESTÃO)



- Tipologia de intervenções e níveis de concretização por tipo de intervenção (concretização das acções previstas, adaptação das acções ao contexto, relação realizado/previsto, qualidade técnica das acções, ...)
- Concretização de objectivos (relação acções/objectivos, mensuração de objectivos, formas de avaliação utilizadas...)
- Construção e aferição de indicadores básicos de objectivos (a realizar em função de cada projecto)
- Efeitos não previstos (benéficos ou "perversos")
- Níveis de inovação (nos processos, nas acções, nos resultados...)
- Relação com outros projectos e medidas (sinergias criadas face a outras intervenções, face às instituições participantes, face a outras zonas, efeito multiplicador, capacidades de generalização...)

EFICIÊNCIA (CONCEPÇÃO / ACÇÃO / GESTÃO)



- Relação meios/realizações (identificação dos recursos materiais, humanos e financeiros, distribuição pelas diversas acções, distribuição funcional, hierarquia e formas de gestão das actividades...)
- Orçamentação e avaliação financeira dos projectos e acções (análise de custos, análise de custos/ benefícios por grupos de acções...)
- Recursos disponibilizados (iniciais, no decorrer do projecto, fontes de financiamento e evolução...)

EQUIDADE (CONCEPÇÃO / ACÇÃO / GESTÃO)



- Caracterização do público-alvo (público-alvo, público efectivamente atingido, público excluído, públicos de risco, ...)
- Relação público previsto/público atingido

- Público atingido e diagnóstico inicial (relação entre objectivos iniciais e público atingido, criação de novas necessidades e novos públicos...)
- Públicos não atingidos e situações de risco (identificação do público não atingido, da sua relação com os objectivos...)
- Fomento de novas necessidades (quais? Onde? Como? Capacidades de resolução, novos recursos?)
- Regras e procedimentos de acessibilidade aos benefícios gerados (igualdade de oportunidades na capacidade de acesso ao nível das normas técnicas, processuais, monetárias e outras)
- Medidas de discriminação positiva (necessidade de accionamento de medidas orientadas para públicos especiais, atenção às maiores discriminações face aos objectivos propostos...)

SATISFAÇÃO E PARTICIPAÇÃO (CONCEPÇÃO / ACÇÃO / GESTÃO)



- Grau de adesão ao projecto
- Adesão das instituições mais fundamentais e disponibilização de recursos (escolas, instituições de saúde, de formação profissional, etc)
- Satisfação das entidades promotoras, técnicos, públicos das acções e populações do território
- Níveis de participação dos vários intervenientes no processo de concepção implementação e gestão do programa
- Níveis de visibilidade e discussão pública da intervenção

IMPACTO (CONCEPÇÃO / ACÇÃO / GESTÃO)



- Resultados esperados e alcançados (objectivos previstos, resultados alcançados e impactos...)
- Resultados não esperados (efeitos não previstos benéficos ou não...)
- Efeitos inovadores introduzidos (nível objectivos, métodos, processos, etc)
- Impactes nas várias áreas de intervenção (mercado, trabalho...)
- Identificação de boas práticas (igualdade de oportunidades, TIC, sensibilização ambiental, etc)
- Identificação de factores de disseminação
- Resultados ao nível das parcerias (sinergias criadas, alteração nas formas de relacionamento inter-parcerias, impacto no interior das organizações participantes...)
- Resultados ao nível dos técnicos e impactos nos serviços e instituições (inovações introduzidas, novos métodos e processos...)
- Efeitos nas expectativas do público-alvo (aumento ou diminuição de beneficiários, relação entre trabalho individual, psicossocial e colectivos, satisfação dos utentes...)
- Relação com outras intervenções/ outros financiamentos existentes

Em termos globais, o estudo incide sobre três grandes dimensões da intervenção desenvolvida ao abrigo do Eixo 2, medida 1 e 3 do PROALGARVE:

- Acções de Revitalização Urbana;
- Acções de Animação Territorial;
- Acções de Formação para o Desenvolvimento.

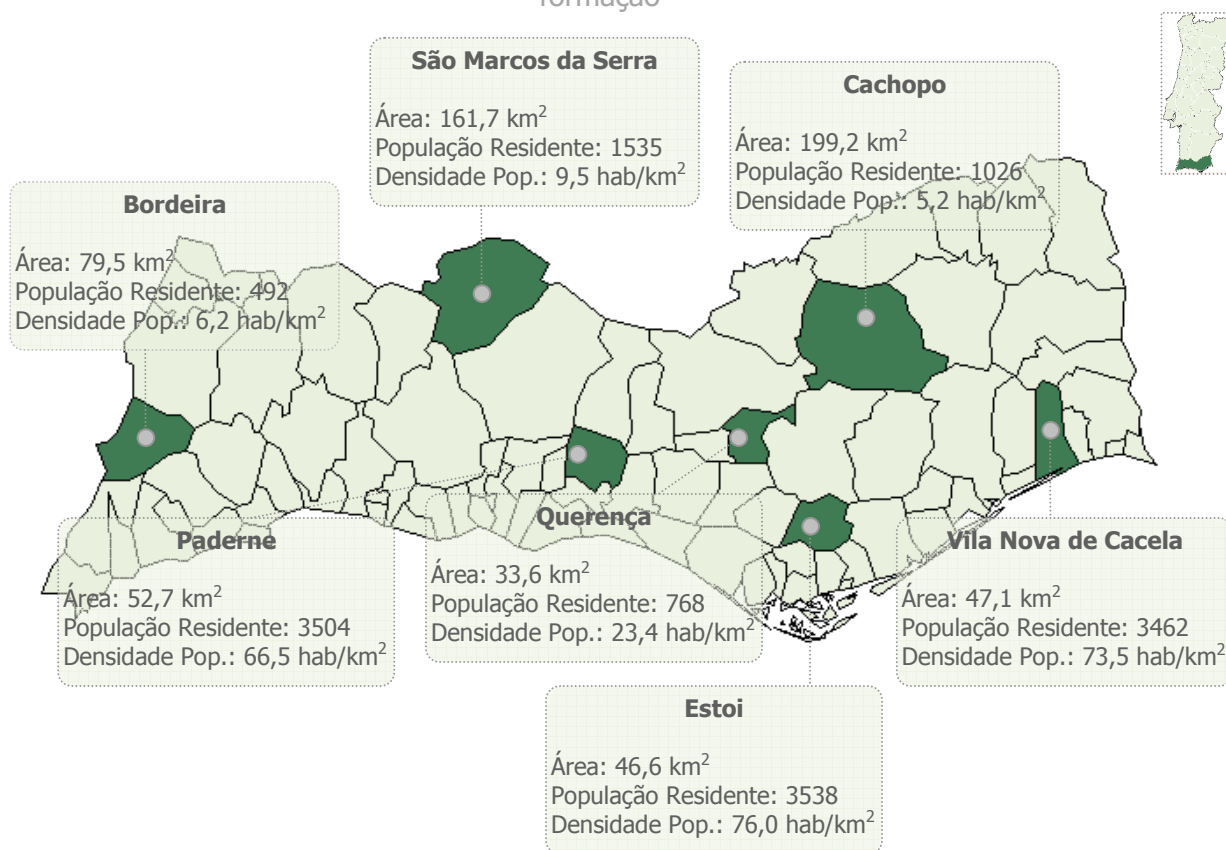
O estudo em curso apresenta universos de referência relativamente diferenciados. Por um lado, a avaliação do impacto das acções de formação incide sobre todo o território de baixa densidade, onde se realizaram projectos financiados pelo Eixo 2, medida 3, do PROALGARVE. De referir que se considerou o conjunto dos projectos executados na íntegra (ou seja, com pedido de saldo final efectivado).

Por outro lado, ao nível das intervenções de revitalização urbana e de animação territorial, o universo corresponde às freguesias das seguintes aldeias:

- Aldeia da Carrapateira, Freguesia da Bordeira, Concelho de Aljezur;
- Aldeia de São Marcos da Serra, concelho de Silves;
- Aldeia de Paderne, concelho de Albufeira;
- Aldeia de Querença, concelho de Loulé;
- Aldeia de Estoi, concelho de Faro;
- Aldeia de Cachopo, concelho de Tavira;
- Aldeia de Cacela Velha, freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António.

A selecção das aldeias foi empreendida pela própria entidade contratante, tendo por base o critério da diversidade geográfica na localização da intervenção. Assim, enquadraram-se 2 aldeias do Barlavento (Carrapateira, São Marcos da Serra), 3 aldeias que se expandem pela área central do Algarve (Paderne, Querença, Estoi) e 2 do Sotavento (Cachopo e Cacela Velha).

Mapa 1. Territórios de referência para o estudo – dimensão requalificação urbana e formação



Fonte: Elaboração Própria (Dados: INE. Censos 2001)

2. METODOLOGIA

A. INSTRUMENTOS DE INQUIRÇÃO¹

Procurando garantir uma diversidade de abordagens metodológicas e de públicos que permita obter uma imagem mais global e participada sobre as intervenções desenvolvidas, o estudo integra quer as metodologias de carácter mais quantitativo, como as de carácter mais qualitativo.

Para as intervenções de revitalização urbana e de animação territorial (FEDER) foram construídos os seguintes instrumentos de inquirição:

- Entrevista aos promotores – juntas de freguesia, câmaras municipais e gabinetes técnicos de apoio às aldeias (14 entrevistas);
- Questionário à população (353 questionários aplicados).

Ainda foi realizado um workshop final com o objectivo de auscultar os actores locais e regionais acerca dos resultados obtidos no estudo, assim como aferir das suas opiniões em relação à intervenção realizada.

Apesar de vários contactos estabelecidos com as Câmaras Municipais de Vila Real de Santo António e de Silves, e a Região de Turismo do Algarve, as entrevistas não foram realizadas, devido à falta de disponibilidade dessas entidades. No que respeita às intervenções formativas, e dado o seu reduzido número, foram realizadas 3 entrevistas aos promotores e aplicados 47 questionários aos formandos.

¹ Vide instrumentos de inquirição em Anexo I.

Quadro 1. Entrevistas realizadas aos promotores/ dinamizadores das intervenções de revitalização urbana e animação territorial

Entrevistas	Realização
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António	✗
Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela	✓
Câmara Municipal de Aljezur	✓
Junta de Freguesia da Bordeira	✓
Câmara Municipal de Tavira	✓
Junta de Freguesia de Cachopo	✓
Câmara Municipal de Faro	✓
Junta de Freguesia de Estoi	✓
Câmara Municipal de Albufeira	✓
Junta de Freguesia de Paderne	✓
Câmara Municipal de Silves	✗
Junta de Freguesia de São Marcos da Serra	✓
Câmara Municipal de Loulé	✓
Junta de Freguesia de Querença	✓
Região de Turismo do Algarve	✗
Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias – Barlavento ²	✓
Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias - Sotavento	✓
Associação Terras do Baixo Guadiana ³	✓
Associação In Loco	✓
Associação Vicentina	✓
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	✓

Legenda: ✗ - Entrevista não realizada; ✓ - Entrevista realizada

Fonte: Elaboração Própria

² Não se tratou de uma entrevista dirigida directamente para este actor. No entanto, em duas situações – Câmara Municipal de Loulé e Câmara Municipal de Albufeira [cujo resultado da entrevista ainda não é aqui enquadrado] – foi possível contar com o contributo de duas pessoas que antes haviam trabalhado para o Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Barlavento. Por esta razão não se considerou justificável a realização de entrevistas adicionais, dado tratarem-se de pessoas que já haviam sido inquiridas. Procurou-se, sempre que possível, orientar algumas das questões para a intervenção especificamente desenvolvida pelo gabinete, para poder aproximar a leitura das dinâmicas específicas destes serviços que tiveram um suporte importante à intervenção desenvolvida.

³ As entrevistas realizadas às associações gestoras do LEADER + (Terras do Baixo Guadiana, In Loco e Vicentina) visaram aferir da sua participação nas acções, mas, principalmente, da sua análise sobre o impacto das iniciativas no território, em particular, ao nível dos investimentos.

Quadro 2. Entrevistas às Entidades Formadoras

Entrevistas	Realização
Associação In Loco	✓
Planicôa	✓
Odiana	✓

Legenda: ✓ - Entrevista realizada

Fonte: Elaboração Própria

Contou-se com a participação de 23 pessoas, sendo grande parte proveniente de autarquias, seguido da participação de elementos da CCDRALG.

Quadro 3. Número de participantes no workshop por tipologia de instituição

Tipo de instituição	Nº de participantes
Local	10
Regional	5
ONG	4
População	4
Total	23

Fonte: Elaboração Própria

A.1. ENTREVISTA AOS PROMOTORES DAS INTERVENÇÕES DE REVITALIZAÇÃO URBANA

As entrevistas realizadas às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia das aldeias do estudo visaram obter um envolvimento das entidades promotoras (das acções de Revitalização Urbana) no processo de avaliação e, simultaneamente, captar a perspectiva dos agentes locais acerca da estratégia regional e das suas intervenções para as aldeias.

Para cumprir o objectivo foi elaborado um guião semi-estruturado incidindo sobre as seguintes dimensões:

1. **Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade;**
2. **Relação entre a Entidade Gestora e a Entidade Promotora;**
3. **Revitalização Urbana** (adequabilidade dos projectos, grau de envolvimento dos promotores/população local, expectativas dos promotores/população local e dificuldades de execução);

4. **Animação Territorial** (adequabilidade dos projectos, grau de envolvimento dos promotores/população local, expectativas dos promotores/população local, dificuldades de execução e influência sobre a identidade/imagem da aldeia).

A.2. QUESTIONÁRIO AOS RESIDENTES DAS ALDEIAS

O objectivo inerente à concepção deste questionário, a aplicar aos residentes das sete aldeias em estudo, foi captar a percepção da população sobre a intervenção desenvolvida não só ao nível da revitalização urbana, mas também ao nível da animação territorial prevista. Procurou-se aferir o grau de satisfação e de participação da população e a adequabilidade (das acções previstas) à aldeia e aos seus residentes.

Este questionário traduz-se em três dimensões analíticas centrais:

1. Revitalização Urbana

Pretendeu-se avaliar o conhecimento, níveis de concordância, de utilização, de satisfação e de participação nos projectos de revitalização urbana em cada uma das aldeias. Adicionalmente foram pedidas sugestões de acções de intervenção futura para as aldeias. Uma outra questão que importou aferir respeitava à associação institucional que os residentes fazem relativamente a cada uma das obras físicas realizadas.

2. Acções de Animação

Procurou-se auscultar sobre o conhecimento, níveis de concordância, de utilização, de satisfação e de participação nas intervenções de carácter imaterial (acções de animação territorial). Também aqui foi solicitada a indicação das entidades a que os residentes associam a realização das acções de animação, bem como sugestões futuras de projectos do mesmo tipo.

3. Percepção sobre Qualidade de Vida

Incidu-se sobre as percepções dos residentes sobre a qualidade de vida⁴ no território onde residem. Assim, por um lado, procurou-se avaliar o nível de melhoria dos elementos da estratégia regional (desde o ano 2000), e, por outro, identificar os principais problemas de cada aldeia, a satisfação ou

⁴ De referir que para medida da qualidade de vida, à falta de indicadores estatísticos suficientemente consistentes, tem sido recorrente a realização de sondagens relativas à percepção dos habitantes sobre a qualidade de vida do espaço em que habitam. Veja-se a título de exemplo o Urban Audit desenvolvido pelo EUROSTAT.

insatisfação em residir na aldeia, assim como os movimentos migratórios dos residentes e seus parentes directos.

A.3. ENTREVISTA ÀS ENTIDADES FORMADORAS

As entrevistas realizadas às entidades formadoras (Associação *In Loco*, Planicôa e Odiana) permitiram captar a perspectiva dos promotores dos projectos de formação acerca do plano e dos impactos das suas acções para as aldeias.

Para cumprir o objectivo foi elaborado um guião semi-estruturado que atentou às seguintes dimensões:

- 1. Enquadramento do Projecto de Formação;**
- 2. Descrição do Projecto de Formação;**
- 3. Relação com o PROALGARVE e Medida;**
- 4. Implementação do Projecto;**
- 5. Impacto e Sustentabilidade do Projecto.**

A.4. QUESTIONÁRIO AOS FORMANDOS

O objectivo da criação deste instrumento foi obter a percepção dos formandos sobre os impactos das acções de formação a nível local e regional. Este questionário procura reflectir sobre as seguintes dimensões:

1. A Acção de Formação

Pretendeu-se aferir sobre a acção de formação frequentada pelo respondente, como teve conhecimento e as motivações para a frequentar, a indicação de outras acções frequentadas (nos últimos 5 anos) e o nível de satisfação com os vários aspectos decorrentes da formação.

2. Relação com a Entidade Formadora

Tem como objectivo identificar a entidade formadora, a existência e tipo de contacto com a mesma após o término da acção de formação frequentada, bem como a predisposição para frequentar mais acções de formação promovidas pela mesma entidade formadora.

3. Avaliação/Resultados da Formação

Auscultou-se sobre o alcance das expectativas e objectivos dos destinatários, assim como se procurou aferir sobre os resultados da acção de formação ao nível da comunidade local.

B. PROCESSO DE AMOSTRAGEM

Para este estudo conceberam-se duas amostras distintas: uma amostra para aplicação de questionários aos residentes das aldeias e uma amostra para aplicação de questionário aos formandos.

A amostra definida para os residentes das aldeias resulta em sete sub-amostras (uma para cada aldeia). Foram concebidas quotas a partir de duas variáveis: idade (população com idade superior a 18 anos) e sexo. Estas quotas foram construídas com base na distribuição da população residente nas freguesias no ano de 2001, data em que se realizou o último recenseamento geral da população. Por dispormos apenas da informação por freguesias, o universo que serviu de base à construção da amostra é mais amplo do que o das aldeias alvo da intervenção. Inicialmente previu-se a realização de 50 questionários por aldeia, se bem que tenham existido ligeiras oscilações – realização de 51 questionários em Paderne, Bordeira e Vila Nova de Cacela.

Quadro 4. População e Amostra por freguesia, segundo as variáveis de estratificação: idade e sexo

Vila Nova de Cacela (Cacela Velha)	População Residente (INE, 2001)			Amostra por distribuição +/- equitativa		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
18 aos 24 anos	415	206	209	7	3	4
25 aos 34 anos	475	251	224	8	4	4
35 aos 44 anos	483	261	222	8	4	4
45 aos 54 anos	486	231	255	8	4	4
55 aos 64 anos	417	210	207	7	4	3
65 e mais anos	769	338	431	13	6	7
TOTAL	3045	1497	1548	51	25	26
Cachopo	População Residente (INE, 2001)			Amostra por distribuição +/- equitativa		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
18 aos 24 anos	66	42	24	3	2	1
25 aos 34 anos	47	25	22	2	1	1
35 aos 44 anos	64	25	39	3	1	2
45 aos 54 anos	105	55	50	6	3	3
55 aos 64 anos	176	79	97	9	4	5
65 e mais anos	518	261	257	27	14	13
TOTAL	976	487	489	50	25	25

Bordeira (Carrapateira)	População Residente (INE, 2001)			Amostra por distribuição +/- equitativa		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
18 aos 24 anos	45	28	17	5	3	2
25 aos 34 anos	40	25	15	5	3	2
35 aos 44 anos	50	25	25	6	3	3
45 aos 54 anos	59	34	25	7	4	3
55 aos 64 anos	84	39	45	9	4	5
65 e mais anos	165	94	71	19	11	8
TOTAL	443	245	198	51	28	23

Estoi	População Residente (INE, 2001)			Amostra por distribuição +/- equitativa		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
18 aos 24 anos	406	213	193	6	3	3
25 aos 34 anos	483	250	233	8	4	4
35 aos 44 anos	496	260	236	8	4	4
45 aos 54 anos	507	286	221	9	5	4
55 aos 64 anos	394	193	201	6	3	3
65 e mais anos	795	365	430	13	6	7
TOTAL	3081	1567	1514	50	25	25

Paderne	População Residente (INE, 2001)			Amostra por distribuição +/- equitativa		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
18 aos 24 anos	414	219	195	7	4	3
25 aos 34 anos	401	215	186	7	4	3
35 aos 44 anos	526	265	261	9	5	4
45 aos 54 anos	385	222	163	7	4	3
55 aos 64 anos	441	200	241	7	3	4
65 e mais anos	821	382	439	14	7	7
TOTAL	2988	1503	1485	51	27	24

Querença	População Residente (INE, 2001)			Amostra por distribuição +/- equitativa		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
18 aos 24 anos	74	40	34	4	3	1
25 aos 34 anos	73	48	25	8	6	2
35 aos 44 anos	75	38	37	3	1	2
45 aos 54 anos	82	41	41	6	3	3
55 aos 64 anos	126	60	66	7	4	3
65 e mais anos	297	135	162	22	9	13
TOTAL	727	362	365	50	26	24

São Marcos da Serra	População Residente (INE, 2001)			Amostra por distribuição +/- equitativa		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
18 aos 24 anos	142	83	59	5	3	2
25 aos 34 anos	134	77	57	5	3	2
35 aos 44 anos	132	76	56	5	3	2
45 aos 54 anos	178	95	83	6	3	3
55 aos 64 anos	223	111	112	8	4	4
65 e mais anos	610	320	290	21	11	10
TOTAL	1419	762	657	50	27	23

Fonte: Elaboração Própria, Dados Censos 2001 - INE

A opção por uma amostra suficientemente grande que permitisse aferir de resultados por aldeia, leva a que a representação da amostra em cada uma seja significativamente diferente. Assim, a amostra abarcou 2,8% do conjunto da população

de todas as freguesias que constituem objecto de análise. Em Estoi, verifica-se uma menor representação proporcional da amostra face ao total da população – 1,6% - e na Bordeira, com maior – 11,5%. Os erros, de cada uma das amostras, variam entre os 10,8% (em Bordeira) e 11,5% (em Estoi), para um nível de confiança de 90%.

Quadro 5. Representação da amostra face ao total da população residente em cada aldeia e erros amostrais

Aldeia	Representação da amostra na população (%)	Erro amostral (%) - para um nível de confiança de 90%
Vila Nova de Cacela	1,7	11,4
Cachopo	5,1	11,3
Bordeira	11,5	10,8
Estoi	1,6	11,5
Paderne	1,7	11,4
Querença	6,7	11,2
São Marcos da Serra	3,5	11,4
Conjunto das Aldeias	2,8	-

Fonte: Elaboração Própria, Dados Censos 2001 – INE

No caso dos destinatários das acções de formação promovidas no âmbito do *Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve*, foram recolhidas listagens de todos os formandos, bem como os seus contactos, junto das entidades formadoras. Esta informação permitiu avançar para a construção de amostra aleatória estratificada, com base no sexo e nível de formação. Trata-se de uma amostra apurada para um nível de confiança de 90% e um erro amostral de 10,3%.

Quadro 6. Amostra dos Formandos

Entidade Formadora	Acção de Formação	Número de Formandos
Planicôa	Formação Pedagógica Inicial de Formadores	5
Odiana	Acção de Formação em Exploração de Salinas Tradicionais	4
	Animadores/Guias Percursos Pedestres	6
Associação In Loco	Formação Pedagógica Inicial de Formadores 07.01.02 a 08.02.02	4
	Formação Pedagógica Inicial de Formadores 30.06.03 a 18.07.03	4
	Formação Pedagógica Inicial de Formadores Artesãos	2
	Formação Pedagógica Inicial de Formadores Técnicos	3
	Formação Coordenação de Formadores	6
	Animadores e Gestores do Património Ambiental e Cultural	4
	Diagnóstico, Planeamento Gestão e Avaliação de Projectos	3
	Comunicação Escrita	3
	Animadores do Património	3
Total		47

Fonte: Elaboração Própria

Inicialmente foram seleccionados aleatoriamente 50 formandos pertencentes aos vários cursos das três entidades formadoras. Todavia, a amostra final ficou com 47 casos, uma vez que não foi possível inquirir 3 dos formandos previamente seleccionados. Tal ficou a dever-se à dificuldade em obter os contactos telefónicos actuais dos indivíduos que frequentaram as acções de formação avaliadas. O facto de existir um grande desfasamento temporal entre a realização das acções de formação e este estudo de avaliação, conduziu a que fosse impossível realizar as últimas três inquirições, pois também os contactos dos formandos substitutos na amostra já estavam esgotados.

C. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA POPULAÇÃO INQUIRIDA

A informação que decorre da caracterização socio-demográfica da amostra é uma referência elementar para compreender os impactos que a Estratégia de Desenvolvimento Regional pode ter nas populações das áreas de baixa densidade do Algarve, particularmente caracterizadas por elevados índices de envelhecimento e densidades populacionais inferiores às médias da região e do país.

Deste modo, o estudo da estratégia regional não pode deixar de considerar os efeitos que os cruzamentos com os dados sociográficos dos indivíduos produzem para o desenvolvimento de diferentes percepções sobre a mesma circunstância local. Aliás, são estas combinações que permitem identificar, em cada Aldeia, as características distintivas da população e o seu entendimento sobre as acções de requalificação urbana/ animação territorial.

Assim, procuram-se apresentar os principais elementos caracterizadores da amostra à população.

No que respeita às distribuições segundo o sexo e idade é de esperar uma variação não muito significativa entre a distribuição amostral e a distribuição no universo – dado terem sido as variáveis em presença na construção das diferentes quotas. No entanto, a distribuição segundo as restantes variáveis é completamente aleatória⁵.

Localizada na área protegida do Parque Natural da Ria Formosa, Cacela Velha é uma pequena aldeia situada no concelho de Vila Real de Santo António e inserida na freguesia de Vila Nova de Cacela. Contrariando as tendências de crescimento da população residente verificadas na freguesia durante o período intercensitário (entre 1991 e 2001 Vila Nova de Cacela registou um crescimento efectivo de 13,3%), *"os indicadores existentes quer para a aldeia de Cacela, quer para as zonas da serra, apontam para um processo de despovoamento e de envelhecimento da população (a população residente de Cacela Velha passou de 124 em 1960 para 65 em 1981, contando actualmente com duas dezenas de pessoas)"* (CCDRAlgarve Vol.2, 2002: 21). Deste modo, a contrastar com uma significativa redução da população na aldeia de Cacela Velha, observa-se, em Vila Nova de Cacela, um aumento da densidade populacional entre 1991 (64,3 hab/km²) e 2001 (73,5 hab/km²), ainda que estes continuem a ser os valores mais reduzidos do concelho. Em Cacela Velha a diferença percentual entre sexos não se revela muito significativa⁶. Pode identificar-se na amostra obtida, a predominância do sexo feminino (51,0%) sobre o sexo masculino (49,0%).

Cachopo, freguesia do concelho de Tavira e situada na Serra do Caldeirão, estende-se por 197km² sendo que, em 2001, era a freguesia menos povoada daquele concelho, contabilizando 1026 habitantes. Ainda assim, a aldeia de Cachopo evidencia-

⁵ A distribuição das restantes variáveis poderá ser consultada em Anexo II.

⁶ Em 2001 residiam em Vila Nova de Cacela 1698 Homens e 1764 Mulheres. INE (2004) *Sócio-Demografia das Áreas de Baixa Densidade do Algarve*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

se por providenciar *“mais de 60% dos eventos e acontecimentos da freguesia, alojando aproximadamente 80% do comércio e serviços, bem como mais de 50% das entidades da freguesia. Já no campo produtivo a aldeia de Cachopo apenas é responsável por 20% da produção artesanal, sendo a produção industrial apenas residual em toda a freguesia”* (CCDRAlgarve Vol.2, 2002: 92). Entre os dois momentos censitários a população de Cachopo registou um decréscimo de 32,2% dos seus habitantes, podendo constatar-se, em 2001, uma distribuição idêntica por género⁷. A amostra obtida para esta aldeia mostra que a população se encontra equitativamente dividida por ambos os sexos.

A aldeia da Carrapateira, que se situa na Costa Oeste do Algarve, designadamente no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pertence ao concelho de Aljezur e freguesia da Bordeira. Esta freguesia, que se estende pela costa ao longo de 13 km, possuía em 2001, 6,2 hab/km² numa área total de 79,5 Km². Em 2001, Bordeira era a freguesia menos povoada do concelho de Aljezur, e também a menos povoada de todas aquelas em estudo. A perda populacional já se vem relevando há largos anos: *“as taxas de variação da população são negativas desde a década de 60, tendo-se registado, desde essa altura, uma quebra de cerca de 60%. Dos 1 385 habitantes existentes em 1960 restam, hoje, apenas 496. No entanto, o número de alojamentos apresentou um aumento entre 1991 e 2001, fruto do incremento do turismo na zona. A uma taxa de variação da população negativa correspondeu também o seu envelhecimento, facto bem patente na estrutura etária”* (CCDRAlgarve Vol.4, 2002: 72). A amostra seleccionada para esta aldeia contém uma percentagem superior de elementos do sexo masculino relativamente à proporção de elementos do sexo feminino, que na inquirição também surge sobredimensionada.

Em 2001, Estoi era a freguesia menos povoada do concelho de Faro, apresentando uma densidade populacional de 76,0 hab/km² distribuída por 46,6 km². Actualmente, esta freguesia apresenta-se como uma *“alternativa habitacional a Faro, quer pela proximidade a esta cidade, quer pelas boas acessibilidades ou ainda pela tranquilidade e ruralidade que a caracterizam. O crescimento demográfico de 14,9% verificado na freguesia na última década poderá estar relacionado com este facto”* (CCDRAlgarve Vol.3, 2002: 15). Deste modo, Estói apresentava, em 2001, 3538

⁷ Em 2001 residiam em Cachopo 514 Homens e 512 Mulheres. INE (2004) *Sócio-Demografia das Áreas de Baixa Densidade do Algarve*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

indivíduos, possuindo praticamente o mesmo número de habitantes do sexo masculino e do sexo feminino. A amostra seleccionada para esta aldeia contém, em conformidade, a mesma proporção de homens e mulheres.

Paderne, freguesia de Albufeira, tem 52,7km² tendo, em 2001, totalizado 3504 residentes. Apesar de não ser a freguesia menos povoada do concelho, Paderne foi a que registou, entre 1991 e 2001, menor crescimento populacional, sendo a sua densidade populacional de 66,5 hab/km² nos últimos censos. A amostra seleccionada para a aldeia de Paderne apresenta uma diferença entre os elementos do sexo feminino e do sexo masculino, com maior representação neste último caso.

Querença, freguesia do concelho de Loulé, situa-se na região da Beira-Serra. Em 2001, totalizava 788 habitantes que se distribuíam por uma área de 33,6 km². No entanto, esta aldeia terá sofrido grandes transformações nas últimas décadas. Ao longo do século XX *“verificou-se um aumento populacional até à década de 40, quando a população da freguesia atingiu o valor máximo de 3196 habitantes. Desde então tem-se verificado um decréscimo populacional. Foi durante a década de 60 que se deu o grande êxodo populacional”* (CCDRAlgarve Vol.3, 2002: 39). Esta tendência, que se tem vindo gradualmente a agravar, foi evidente no último período intercensitário, no qual se observou um decréscimo populacional significativo, de 9,8%. No que respeita à população inquirida nesta aldeia, a maior parte dos inquiridos é do sexo masculino (52%).

A aldeia de São Marcos da Serra é também freguesia do concelho de Silves, ficando situada na Serra, especificamente na transição entre o Baixo Alentejo e o Algarve e entre as Serras de Monchique e do Caldeirão. Com uma área total de 161,7 km², esta aldeia perdeu nos últimos dez anos 29,5% dos seus residentes, constituindo, em 2001 a freguesia menos povoada do concelho de Silves, com um total de 1535 habitantes. Esta diminuição populacional pode explicar-se através das consequentes perdas demográficas, que resultaram de saldos migratórios negativos (-12,7%) mas também de um défice acentuado no crescimento natural (-16,8%). Uma análise às alterações demográficas em São Marcos demonstrará, portanto, que *“S. Marcos teve um crescimento populacional contínuo, desde o século XVI até à década de cinquenta do século XX, quando a população da freguesia atingiu o valor máximo de 4179 habitantes. Desde então tem-se verificado um decréscimo populacional (...). O grande êxodo de emigração deu-se na década de sessenta, principalmente para a França”* (CCDRAlgarve Vol.4, 2002: 13). A amostra seleccionada para esta aldeia comporta

uma percentagem superior de elementos do sexo masculino relativamente à proporção de elementos do sexo feminino.

No que respeita à variável idade, registam-se, igualmente, proximidade entre a amostra alcançada e a população.

A composição etária da amostra de Cacela Velha, que foi analisada através da disposição dos indivíduos por seis escalões etários distintos, revelou maior incidência no escalão mais elevado, isto é, o que respeita aos 65 ou mais anos (25,5%). Apesar desta população praticamente duplicar a mais jovem, certo é que se regista uma distribuição relativamente equitativa entre os restantes grupos etários.

No que respeita à estrutura etária da amostra de Cachopo, é possível observar a incidência claramente superior de indivíduos no escalão dos 65 ou mais anos (54,0%). A divergir de um resultado percentual tão elevado, surge a população jovem, dos primeiros dois escalões, com os valores de 6,0% (dos 18 aos 24 anos) e 4,0% (dos 25 aos 34 anos), respectivamente. Estes resultados confirmam os censos de 2001, nos quais se observaram resultados inferiores a 5% relativamente à presença de jovens na população, e superiores a 50% no que respeita aos indivíduos do escalão mais elevado.

Na Carrapateira, a amostra é composta, na sua maioria, por indivíduos do escalão superior – dos 65 ou mais anos – que constituem 37,3% da amostra. Existe nesta aldeia uma incidência gradualmente maior à medida que se avançam nos diversos escalões, o que sugere uma amostra com maior preponderância de adultos a partir dos 35 anos.

Em relação à distribuição dos respondentes segundo a idade, em Estoi, é possível observar uma vantagem percentual no escalão superior, ou seja, dos 65 ou mais anos (26,0%). Os restantes grupos etários vão-se distribuindo de forma mais ou menos equitativa. Os mais jovens representam 12% da amostra desta aldeia.

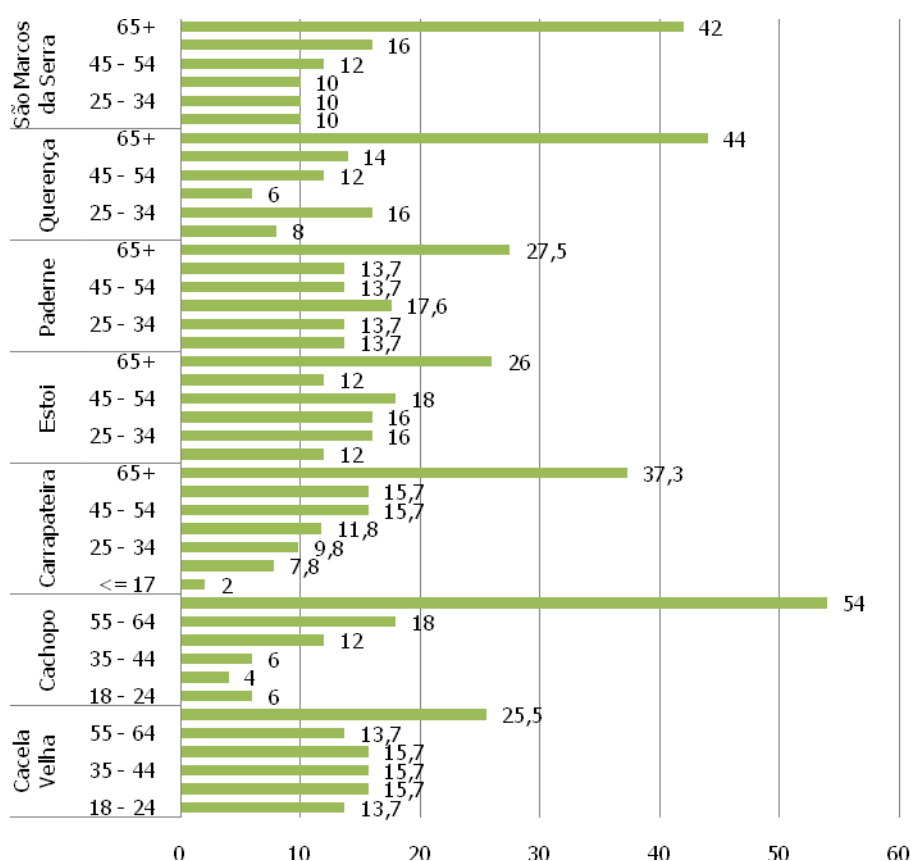
Em Paderne, relativamente à distribuição dos respondentes segundo a idade é possível observar uma vantagem percentual no escalão superior, ou seja, dos 65 ou mais anos (27,5%). No entanto, é de sublinhar que a maior parte dos respondentes da amostra se distribuem de forma homogénea por todos os escalões (13,7%) à excepção do escalão dos 35 aos 44 anos, no qual se inserem 17,6% dos inquiridos da amostra.

A amostra à população de Querença é composta, na sua maioria, por indivíduos do escalão superior – dos 65 ou mais anos (44% do total dos inquiridos).

Inversamente a este resultado percentual, surge a população jovem, do escalão dos 25 aos 34, com uma frequência menor, de 16,0%, sendo ainda visível a proporção de respondentes nos escalões dos 45 aos 54 anos (12,0%) e dos 55 aos 64 anos (14,0%).

Em São Marcos da Serra verifica-se que parte importante da população inquirida tem idade superior ou igual a 65 anos (42,0%). Os indivíduos dos escalões inferiores têm um peso considerável na amostra, na medida em que são significativos os valores equitativamente distribuídos pelos escalões dos 18 aos 24 anos (10,0%), dos 25 aos 34 anos (10,0%) e 35 aos 44 anos (10,0%). Da mesma forma, pode afirmar-se que as percentagens dos escalões dos 45 aos 54 anos (12,0%) e dos 55 aos 64 anos (16,0%) apresentam valores próximos.

Gráfico 1. População inquirida segundo o Escalão Etário



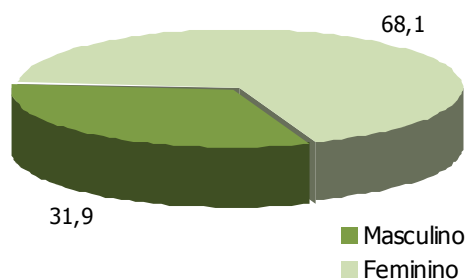
Fonte: Elaboração Própria.

D. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A caracterização da amostra dos formandos que frequentaram as acções de formação avaliadas neste estudo é feita em função das variáveis que estruturam a selecção das pessoas a serem inquiridas, a saber, sexo e habilitações literárias, a que acrescem as variáveis: escalão etário, estado civil, nacionalidade, principal meio de vida, ocupação profissional e situação face ao trabalho. Relativamente à variável nacionalidade referimos que todos os casos da amostra apresentam nacionalidade portuguesa, o que perfaz 100%.

A amostra dos formandos é constituída maioritariamente por indivíduos do sexo masculino (68,1%). As mulheres apresentam uma representatividade de apenas 31,9%, tal como se pode observar no gráfico 2.

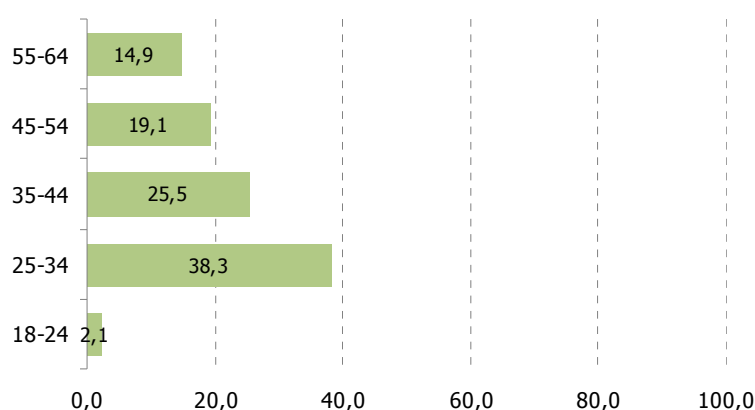
Gráfico 2. Formandos inquiridos segundo o sexo



Fonte: Elaboração Própria

A análise do escalão etário da amostra dos formandos revela que a maioria dos indivíduos se situa entre os 25 e 34 anos de idade (38,3%) e segundo escalão etário com maior representatividade é dos 35 aos 44 anos de idade (25,5%). Estes dois grupos etários afiguram uma amostra, de indivíduos, maioritariamente jovem (63,8%). Facto reforçado pela inexistência de indivíduos com 65 ou mais anos na amostra.

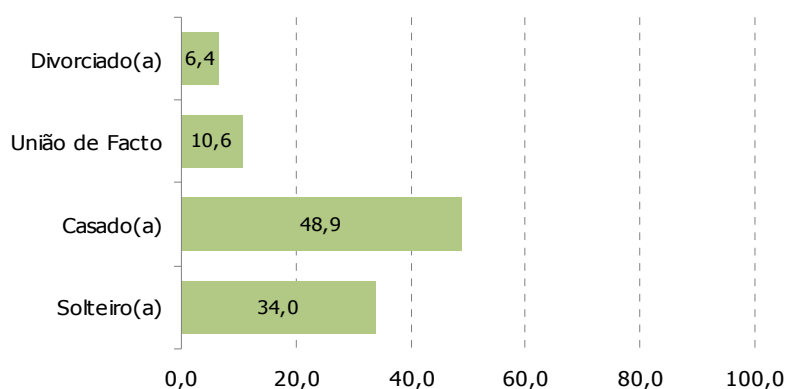
Gráfico 3. Formandos inquiridos segundo o escalão etário



Fonte: Elaboração Própria

Os resultados obtidos ao nível dos escalões etários deixam antever os resultados referentes ao estado civil, predominantemente “casado(a)” (48,9%). De seguida são os indivíduos solteiros que têm maior proporção na amostra, representando 34,0%, resultado, talvez, da percentagem de indivíduos situados entre os 25 e 34 anos. Menor expressão têm os indivíduos em regime de União de Facto (10,6%) e Divorciados (6,4%). De referir ainda a inexistência de indivíduos Viúvos ou Separados de Facto.

Gráfico 4. Formandos inquiridos segundo o estado civil

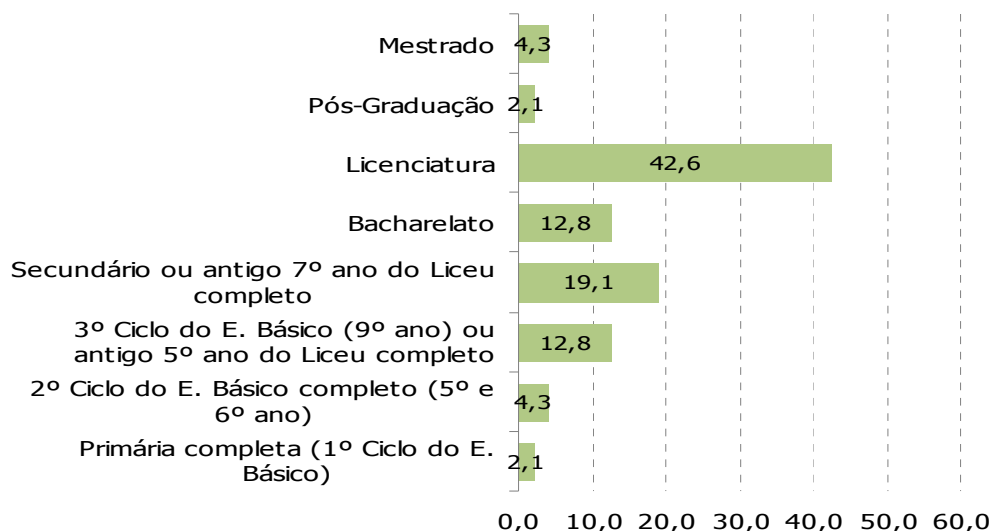


Fonte: Elaboração Própria

O nível de escolarização dos indivíduos é aferido no gráfico 57, revelando uma amostra com uma elevada proporção de pessoas licenciadas (42,6%). As habilitações ao nível do ensino secundário apresentam a segunda maior expressão (19,1%), seguidas do Bacharelato e escolaridade obrigatória (9º ano de escolaridade), ambas com 12,8%. Menor proporção na amostra têm os indivíduos que possuem habilitação

ao nível do mestrado e do 2º ciclo do ensino básico (ambos com 4,3%), seguidos dos sujeitos com pós-graduação e ensino primário, ambos com 2,1%.

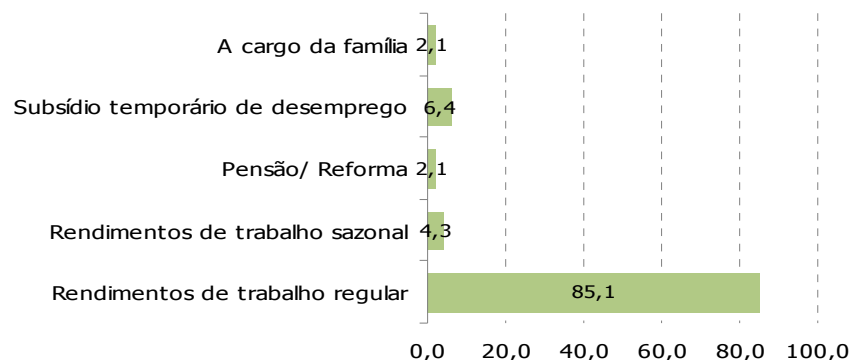
Gráfico 5. Formandos inquiridos segundo as habilitações literárias



Fonte: Elaboração Própria

A maioria dos casos presentes na amostra têm como principal meio de vida os rendimentos provenientes de trabalho regular (85,1%), representando uma maioria muito acentuada. Com expressividades muito baixas existem ainda pessoas com rendimentos provenientes do subsídio temporário de desemprego (6,4%), do rendimento de trabalho sazonal (4,3%), da pensão ou reforma (2,1%) ou mesmo pessoas a cargo da família (2,1%).

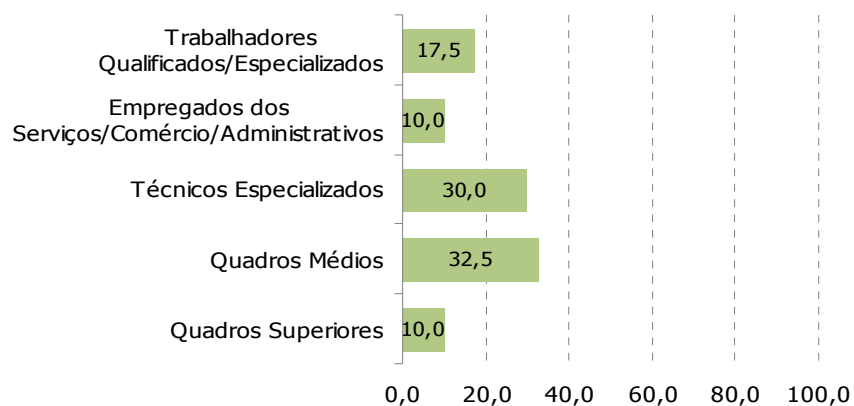
Gráfico 6. Formandos inquiridos segundo o principal meio de vida



Fonte: Elaboração Própria

A amostra de formandos inquiridos é representada maioritariamente por indivíduos que na sua ocupação profissional são quadros médios (32,5%), técnicos especializados (30,0) e trabalhadores qualificados/especializados (17,5%). Os empregados dos serviços/comércio/administrativos e os quadros superiores representam ambos 10,0% da amostra.

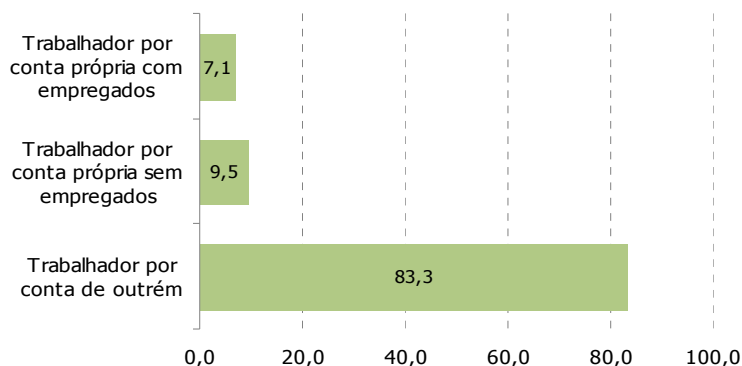
Gráfico 7. Formandos inquiridos segundo a ocupação profissional



Fonte: Elaboração Própria

Finalmente, foi ainda analisada a situação dos formandos face ao trabalho e verificou-se que a grande maioria dos indivíduos trabalha por conta de outrem (83,3%). Ainda nesta variável, só existe expressão em duas outras situações, pese embora com representatividade baixa: trabalhadores por conta própria sem empregados (9,5%) e trabalhadores por conta própria com empregados (7,1%).

Gráfico 8. Formandos inquiridos segundo a situação face ao trabalho



Fonte: Elaboração Própria

E. MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A recolha da informação decorreu entre os meses de Agosto e Novembro de 2008. Foram aplicados 353 questionários aos residentes das sete aldeias, realizados 47 questionários aos formandos e de 18 entrevistas aos diferentes tipos de promotores.

Numa segunda fase, a informação foi revista individualmente, codificada, tabelada de acordo com um plano previamente definido e foi, finalmente, submetida a diversos testes de modo a verificar a sua significância e validade.

O tratamento da informação foi realizado com a ferramenta informática SPSS⁸ versão 14.0, que permitiu uma análise descritiva e multivariada dos dados⁹ de modo a aferir acerca do grau de significância das variáveis.

⁸ *Statistical Package for Social Sciences*

⁹ Neste documento apenas se apresenta a primeira fase de tratamento de dados correspondente à análise descritiva.

socioeconómica, vão-se introduzindo novas variáveis que traduzem a complexidade inerente ao jogo global.

Assim, já não basta falar em desenvolvimento de “dentro para dentro” quando se reconhece que um dos problemas centrais destes espaços assenta, precisamente, em não disporem de recursos para a acção. E não falamos apenas de recursos económicos, mas também do recurso conhecimento e dos recursos que possibilitam uma cidadania activa. Mantém-se a valorização dos recursos endógenos locais, procurando investimentos que não têm necessariamente de ser locais, mas acrescentando valor aos produtos e serviços procurando a captação de públicos mais exigentes e mais informados.

Uma outra dimensão fundamental inerente às novas formas de ver o desenvolvimento dos territórios relaciona-se com a governança e a participação. Pedese cada vez menos modelos rígidos de construção do futuro destes espaços, apelando-se a uma capacidade proactiva de reflexão sobre as suas dinâmicas, do envolvimento dos sujeitos não apenas enquanto participantes de opinião, mas como agentes de mudança do seu território. Não se tratam de meros mecanismos de consulta pública que foram, e ainda são, balizadores processuais da aprovação dos instrumentos de planeamento e de ordenamento do território. Apela-se ao sentido colectivo, reivindicando por parcerias que procurem rentabilizar e potenciar os recursos que são cada vez mais escassos.

Fala-se cada vez mais na valorização do património, mas o paradoxal desta aceção é que esse é revelador do fim de um edificado ou de um bem cultural, que em tempos teve a sua vida e que cabe manter na memória daqueles que ficam. É aquilo a que Peixoto (2002) denomina de “histeria do património” e a “procura incessante do espírito de lugar”. Mas, na verdade, essa valorização parece evidenciar-se como dos últimos redutos de acção possível em espaços que perderam as suas funcionalidades de outrora. A crescente patrimonialização dos espaços rurais vem a par com maior aposta na componente turismo e lazer: investindo em percursos, em rotas, no turismo em espaço rural, etc. Certo é que as experiências demonstram, igualmente, que tais estratégias tendem a evidenciar maior sucesso quando aliadas a processos de animação territorial, que podem passar tanto ao nível económico pelo incentivo ao empreendedorismo local, como ao nível cultural, seja pelo garante de eventos regulares ou pela implementação de espaços de eventos. Veja-se, a título de exemplo, o caso de Óbidos, uma vila enquadrada no conjunto das áreas urbanas de baixa densidade. Mantém toda a sua visão turística aliada a um conjunto de eventos

estratégicos: Festival Internacional do Chocolate (Março); Feira Medieval (Julho) e Óbidos Vila Natal (Dezembro). No entanto, ainda no último ano realizaram um conjunto de iniciativas não menos relevantes associadas à componente artística, nomeadamente: Maio Barroco, Junho das Artes; Semana Internacional do Piano; Festival de Ópera; Temporada do Cravo.

Obviamente que na lógica inerente à reinvenção da tradição e de reterritorialização destes espaços, não é menor o risco de folclorização das práticas culturais. Registando-se cada vez mais a tendência de procura de uma oferta turística exótica, donde o ancestral pode assumir o valor do extinto e, por isso, do raro e do genuíno, não é de estranhar que se cometam certos excessos na representação dessas mesmas práticas com o intuito de captação de mais públicos. Certo é que não é esse o sentido da política pública que visa a revitalização destes espaços.

Mas apesar das dificuldades e das limitações a que se encontram sujeitos, os territórios das áreas de baixa densidade têm um conjunto de potencialidades que, devidamente aproveitadas, podem criar emprego, gerar riqueza e impulsionar o desenvolvimento local. E é precisamente a convicção de que a revitalização socio-económica destas áreas e a fixação de recursos humanos decorre de estratégias de aproveitamento e utilização sustentável dos recursos endógenos, que sustenta o Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve

Em 2001, o Algarve tinha 395.218 habitantes, sendo que as áreas de baixa densidade representam mais de 2/3 da área total da região e pouco mais de 1/3 da população total (136.199 habitantes)¹⁰. Mais de metade das freguesias destas áreas tiveram perdas populacionais entre os últimos dois períodos censitários.

As freguesias que ganham população têm características muito específicas: estão localizadas no barrocal, próximas de freguesias com dinâmicas económicas e populacionais importantes, e outras estão localizadas no litoral – caso de Montegordo e de Vila Real de Santo António – que apoiam no processo de adensamento populacional do espaço costeiro algarvio.

As zonas de Serra manifestam claras tendências de desertificação humana e física. Caracterizam-se por populações mais desqualificadas e com níveis de analfabetismo elevados, elevadas taxas de envelhecimento e baixas taxas de

¹⁰ Fonte: INE – Censos 2001.

renovação da população em idade activa, com taxas baixas de actividade¹¹. É também nestes espaços que se regista um poder de compra concelhio mais baixo (um indicador indirecto do nível de vida das populações). Alcoutim e Monchique lideravam a lista do mais baixo poder de compra da região, em 2005.

Quadro 7. Taxa de variação da população (%), 1991-2001, no Algarve

Áreas de Baixa Densidade	Taxa de variação	Áreas de Média e Alta Densidade	Taxa de variação
Roaíl	59.9	Ferreiras	107.2
Altura	55.7	Olhos de Água	83.8
São Brás de Alportel	33.3	Montenegro	61.1
Loulé (São Clemente)	31.2	Quarteira	57
Vila Real de Santo António	28.8	Lagos (Santa Maria)	51.6
Loulé (São Sebastião)	27.2	Guia	50.2
Monte Gordo	23.9	Almancil	46.4
Tunes	18.3	Parchal	46.3
Vila Nova de Cacela	14.3	Albufeira	44.6
Estói	14.1	Carvoeiro	38.9
Raposeira	11.1	Moncarapacho	37.6
Paderne	10.9	Lagoa	29
Bensafrim	8.2	Armação de Pêra	28.9
Algoz	3.7	Porches	25
Santo Estêvão	3.6	Luz	21.6
Boliqueime	2	Pêra	20.7
Monchique	1.6	Pechão	20.1
Tôr	1.4	Quelfes	19.9
Silves	0.9	Alvor	17.5
Barão de São Miguel	0.9	Portimão	16.1
Aliezur	-0.7	Faro (São Pedro)	13.7
Alcantarilha	-0.8	Faro (Sé)	13.6
São Bartolomeu de Messines	-2.7	Tavira (Santiago)	13
Barão de São João	-4.3	Tavira (Santa Maria)	10.2
Santa Bárbara de Nexe	-5	Lagos (São Sebastião)	8.9
Alte	-7.4	Estômbar	8.1
Sagres	-8.5	Mexilhoeira Grande	6.6
Odeceixe	-8.9	Odiáxere	6.5
Bordeira	-9.2	Conceição	2.4
Azinhal	-9.2	Olhão	0.7
Querença	-9.3	Conceição	-1.7
Budens	-10	Ferraquedo	-3.7
Vila do Bispo	-10.1	Santa Luzia	-5.9
Benafim	-10.2	Luz	-7.4
Salir	-10.7	Cabanas de Tavira	-8.5
Santa Catarina da Fonte do Bispo	-11.6	Fuseta	-29.3
Alcoutim	-12.6		
Martim Longo	-12.7		
Marmeleira	-13		
Castro Marim	-14.1		
Vaqueiros	-20.3		
São Marcos da Serra	-25.7		
Odeleite	-25.9		
Cachopo	-27.7		
Pereiro	-29.5		
Giões	-31.8		
Ameixial	-32.3		
Alferce	-33.4		

Fonte: INE – Censos 2001.

¹¹ Vide Sousa, 2006.

Quadro 8. Índice do Poder de Compra Concelhio, em 2005

Concelho/ Região	Índice de Poder de Compra Concelhio
Algarve	112,98
Faro	144,87
Albufeira	138,17
Portimão	124,36
Lagos	124,29
Loulé	122,98
Vila Real de Santo António	106,52
Lagoa	100,33
Tavira	93,70
Olhão	93,65
São Brás de Alportel	84,53
Silves	84,30
Castro Marim	83,28
Vila do Bispo	75,32
Aljezur	69,35
Monchique	56,22
Alcoutim	48,92

Fonte: INE – Poder de Compra Concelhio em 2005

No que respeita às 7 aldeias em estudo, verificam-se as características que genericamente se atribuem a estes territórios de mais baixa densidade demográfica e económica. Com excepção de Paderne e de Estoi que pareciam apontar, em 2001, para alguma capacidade de regeneração demográfica, todas as restantes aldeias apresentavam mais baixos índices de dependência de jovens e mais elevados índices de dependência de idosos do que aqueles registados na região e no país.

Cachopo é a aldeia com maiores fragilidades demográficas, no conjunto das aldeias em estudo, sendo que por cada 100 indivíduos em idade activa registavam-se 113 com mais de 65 anos e apenas 11 com menos de 15 anos. Nesta aldeia os idosos são 10 vezes mais do que os jovens, se bem que nas restantes aldeias o cenário não se evidenciava menos problemático. Paderne e Estoi, fruto de uma maior representação de jovens, apresentavam, em 2001, índices de envelhecimento mais elevados do que os que se identificavam para a região e para o país, no entanto, eram os mais baixos no conjunto das aldeias em estudo. A estas duas aldeias acresce a freguesia de Vila Nova de Cacela também com um rácio médio inferior a 20 idosos para cada 10 jovens.

As freguesias da Bordeira, São Marcos da Serra e Cachopo, eram aquelas em que se registava uma menor capacidade de renovação da população em idade activa com um rácio inferior a 50 pessoas com idades entre os 20 e 29 anos por cada 100 com idades entre os 55 e 64 anos. O cenário que se registava de índices baixos de dependência de jovens, faz crer que esta frágil capacidade de rejuvenescimento da

mão-de-obra se mantenha, a não ser que se tenham assegurado fluxos migratórios para estes territórios. Estas três aldeias também apresentavam as mais baixas taxas de actividade geral – com valores inferior a 32%. De referir que a análise deste indicador nos espaços rurais deve ser feita com reservas. É que muitas das pessoas destes territórios mantêm-se activas durante toda a uma vida, mas porque não têm actividades remuneradas ou a sua ocupação não se enquadra nos parâmetros formais de emprego não se enquadram nos cálculos das taxas de actividade. Assim, estas taxas de actividade mais baixas poderão ser reflexo de um maior envelhecimento, o que não significa que as pessoas não garantam parte do seu sustento a partir do cultivo da terra, por exemplo.

Há ainda fragilidades grandes no que respeita às qualificações, com a grande maioria da população a não ter atingido o 9º ano de escolaridade e com níveis elevados de analfabetismo. Com excepção da freguesia de Vila Nova de Cacela, todas as restantes apresentavam taxas de analfabetismo que eram mais do dobro do valor registado ao nível nacional. Em São Marcos da Serra e Cachopo, mais de 1/3 da população era, em 2001, analfabeta. Bordeira e Querença tinham mais de 20% da sua população analfabeta.

Quadro 9. Situação demográfica nas várias freguesias em estudo, em 2001

	Índice de Dependência de Jovens ¹²	Índice de Dependência de Idosos ¹³	Índice de Dependência Total ¹⁴	Índice de Envelhecimento ¹⁵	Índice de Renovação da População em Idade Activa ¹⁶	Taxa de Actividade Geral	Taxa de Analfabetismo
País	23,6	24,2	47,8	102,2	91,0	48,2	9,0
Algarve	21,9	27,9	49,8	127,5	82,2	48,7	10,4
Paderne	23,8	37,9	61,7	159,1	67,4	44,5	18,5
Bordeira	17,6	59,4	77,0	336,7	39,8	31,7	25,1
Estoi	20,0	34,8	54,8	174,0	72,3	46,2	19,3
Querença	14,2	69,1	83,3	486,9	53,7	37,3	21,4
São Marcos da Serra	14,3	75,4	89,7	525,9	45,4	31,9	34,5
Cachopo	10,9	113,1	124,0	1036,0	24,7	23,7	38,1
Vila Nova de Cacela	18,3	33,8	52,1	184,4	74,7	44,1	16,5

Fonte: Censos 2001 – INE. Tratamento próprio dos dados.

$$^{12} \text{ Índice de Dependência de Jovens} = \frac{\text{População com idade inferior a 15 anos}}{\text{População com idade compreendida entre os 15 e 64 anos}} \times 100$$

$$^{13} \text{ Índice de Dependência de Idosos} = \frac{\text{População com idade superior a 65 anos}}{\text{População com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos}} \times 100$$

$$^{14} \text{ Índice de Dependência Total} = \text{Índice de Dependência de Jovens} + \text{Índice de Dependência de Idosos}$$

$$^{15} \text{ Índice de Envelhecimento} = \frac{\text{População com idade superior a 65 anos}}{\text{População com idade inferior a 15 anos}} \times 100$$

¹⁶

$$\text{Índice de Renovação da População em Idade Activa} = \frac{\text{População com idade compreendida entre os 20 e 29 anos}}{\text{População com idade compreendida entre os 55 e 64 anos}} \times 100$$

Tratam-se de condições demográficas de partida de muita fragilidade. São territórios em que se foram acumulando abandonos, se foram adensando experimentações ao longo das décadas de financiamento comunitário. Mas a realidade dos últimos Censos não agourava um futuro menos problemático e menos preocupante.

Toda a região apresenta um conjunto de potencialidades a não menosprezar. O Algarve é indubitavelmente uma região que tem uma imagem associada ao potencial turístico sol/praias, à animação e ao lazer. Estima-se que a actividade turística no Algarve represente 45% do PIB regional, apesar de se reconhecer a perda de competitividade regional face a outros mercados turísticos¹⁷. A região tem cerca de 3% da quota nacional do turismo em espaço rural (seja em número de estabelecimentos, seja em número de camas), sendo aquela que apresenta maior taxa de ocupação-cama nesta modalidade – 36,7% - face a uma média nacional de 17,8%¹⁸.

É precisamente no meio rural que se encontram recursos passíveis de ser potenciados para a actividade turística, mas também importantes para a sustentabilidade do conjunto regional.

O Algarve apresenta um potencial vastíssimo ao nível da produção de qualidade. No estudo sobre as condicionantes e potencialidades dos produtos tradicionais algarvios, chamava-se a atenção para a necessidade de priorizar a acção sobre alguns desses produtos, a saber: derivados de alfarroba, flor de sal marinho, batata-doce, azeitona britada, figo fresco, doçaria regional (amêndoa, figo e alfarroba), enchidos de Monchique, cabrito de raça algarvia, queijo de cabra algarvia (Neves, 2003: 15). No entanto, os produtos certificados ficam aquém da diversidade existente. Apesar disso, é no interior algarvio que se encontra a maior variedade dos produtos que, em 2007, estavam certificados. Praticamente toda a zona serrana abrange parte da área de produção da carne de porco alentejano, da linguiça do Alentejo e do presunto e paleta do Alentejo. A zona serrana do Barlavento e Costa Vicentina ficam ainda enriquecidas com a certificação da batata-doce de Aljezur¹⁹ e com o mel da Serra de Monchique²⁰. Aqui também se enquadra parte da zona de produção dos citrinos do Algarve, se bem que essa seja uma produção essencialmente litoral. De resto, ao nível

¹⁷ Fonte: QREN - Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social – Volume 3 – Região do Algarve.

¹⁸ Fonte: Turismo de Portugal – Turismo em Espaço Rural 2007.

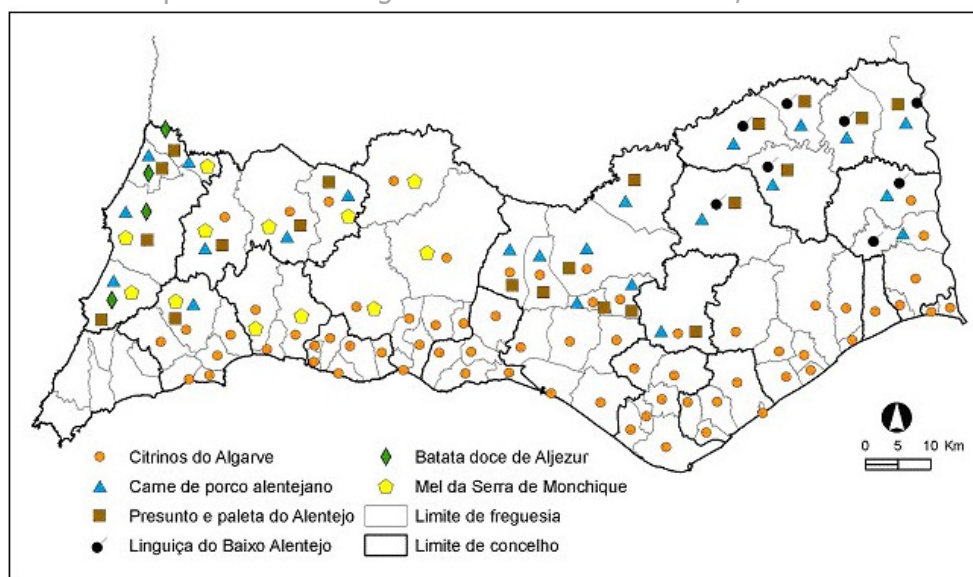
¹⁹ IGP (Indicação Geográfica Protegida) em consulta pública mundial.

²⁰ Produto DOP (Denominação de Origem Protegida).

nacional o Algarve detém apenas 1 produto DOP certificado no conjunto dos 58 registados, e 2 com IGP, quando no país se identificam 56²¹.

Para além disso, tratam-se de espaços valorizados do ponto de vista ambiental, com vastas zonas de reserva ecológica, rede Natura 2000 e outras áreas de protecção. Em 2007, as áreas protegidas representavam cerca de 9,6% do território e os sítios da Rede Natura 2000 cerca de 36%²².

Mapa 2. Produtos agro-alimentares certificados, em 2007



Fonte: SIDS - CCDRALG

É no balanço das oportunidades e das ameaças que se joga a complexidade da intervenção sobre esta região. Um território dual, com uma excessiva utilização da sua costa e com um abandono progressivo do espaço interior. Cabe aqui aferir da importância de um conjunto de intervenções que podem apoiar na construção de um outro sentido para estes territórios mais fragilizados.

3.2. A ESTRATÉGIA REGIONAL PARA AS ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE - 2000 A 2006

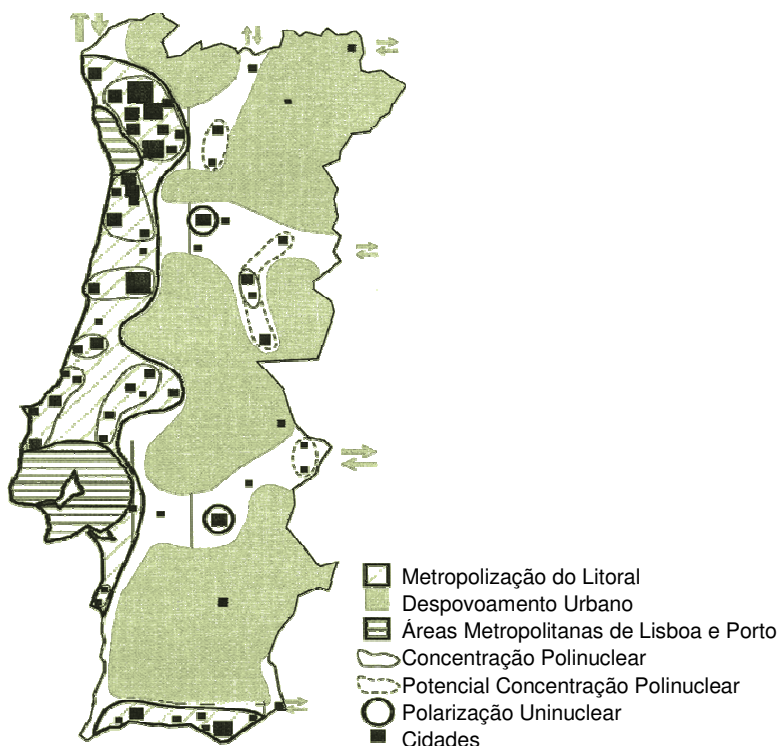
A estrutura económica do meio rural em Portugal desenvolveu-se tradicionalmente através de actividades agrícolas e da pecuária. A partir da década de 1950, as migrações para os centros urbanos decorreram com intensidade, de tal forma que se entrou num fenómeno claro de despovoamento do meio rural, tratando-se de

²¹ Fonte: DOOR (Database of Original Registration) – União Europeia.

²² Cálculo próprio do indicador a partir de dados disponíveis nos Anuários 2007 do INE.

um problema de desenvolvimento e de equilíbrio territorial e que levou quase ao 'abandono' do mundo rural.

Mapa 3. Organização Espacial de Portugal



Fonte: Adaptado de Gaspar, Henriques e Vale (1998)

Mas hoje, a “ruralidade” assume uma grande diversidade de formas e recolhe uma grande diversidade de actividades. Não está apenas em questão o conceito de ruralidade, mas também como o “meio rural” se apresenta numa enorme diversidade de facetas. No caso português, estamos perante realidades contrastadas: algumas em crescimento e em articulação com cidades médias e metrópoles regionais e outras em declínio com perda acentuada de população ficando cada vez mais isoladas na paisagem do interior.

Estão sobretudo em causa novas formas de organização espacial, novas hierarquias urbanas a que correspondem novas hierarquias económicas e sociais numa estrutura de ocupação em “arquipélago” onde cada espaço vai ganhando ou perdendo protagonismo.

Os desafios que se colocam actualmente ao nível do planeamento em meio rural em declínio passam pela necessidade de desenvolvimento sustentável que associa ao

desenvolvimento de actividades económicas, nomeadamente a modernização da agricultura à fixação da população, dando garantias de trabalho permanentes (e não apenas sazonal) e de qualidade de vida. A participação, no âmbito do planeamento territorial, é essencial incluindo todos esses actores com algum relacionamento com o território a intervencionar, nos planos que são definidos.

Nos últimos anos têm-se desenhado um conjunto de instrumentos de diagnóstico e planeamento que, no conjunto, podem ser determinantes para algumas das áreas de baixa densidade.

No quadro da política de Coesão, já não se trata apenas de discutir as disparidades internas no nível do desenvolvimento do país, mas do conjunto nacional. Ou seja, se o sentido do país, até 1999, era o de crescimento económico, a partir dessa data regista-se um crescimento inferior à média europeia. Em 2005, o PIB *per capita* nacional representava 74% da média europeia. Estima-se que no período de 2000 a 2006 tenha havido um aumento de 2 pontos percentuais, estimando-se um novo aumento de 3 pontos no seguinte período de programação financeira. Em 2004, os níveis de produtividade nacionais ainda eram superiores aos dos novos Estados-Membros, no entanto, registavam-se elevados níveis de pobreza – cerca de 20% do total da população²³.

O Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade enquadrou-se no III QCA, em particular no PROAlgarve (2000-2006), visando o desenvolvimento rural e local como vista à sustentabilidade da economia e à melhoria da qualidade de vida das populações.

"A estratégia regional, centrada no complexo de actividades do turismo/ lazer, visa nomeadamente a competitividade territorial e o reforço da coesão social, onde se incluem as intervenções consistentes para sustentar o mosaico de actividades dos espaços rurais." (Freitas, 2002a: 6).

Este instrumento é essencialmente orientado por um novo modelo de desenvolvimento estratégico que destaca o conjunto de actividades turismo/lazer, para nele integrar as actividades que tradicionalmente seriam afastadas da cadeia de valor do turismo. O modelo de desenvolvimento que subjaz à estratégia assenta:

²³ Fonte: Quarto Relatório da Coesão – União Europeia.

“[...] nos recursos urbanos do barrocal e da serra, na valorização da cultura e do património, na fixação de equipamentos estruturantes e serviços de proximidade e, também, no enriquecimento das produções tradicionais, como elementos de um produto turístico compósito que faz apelo à história e culturas locais, às vivências urbanas e ao modo de ser e estar das comunidades do interior” (Freitas, 2002a: 9).

De acordo com esta orientação seria possível dinamizar a estrutura socio-económica e atrair investimento, assim como contrariar as actuais tendências de desertificação e de êxodo rural. Seria igualmente um suporte à promoção da utilização sustentável dos recursos naturais como forma de conservação da paisagem e da natureza, e à qualificação de recursos humanos no quadro das actividades tradicionais locais.

Este Plano integra o conjunto de acções e a área geográfica de intervenção, de acordo com a estratégia regional consubstanciada em três programas estruturantes, a saber:

1. Programa **PROLOCAL** – intervenção integrada para o desenvolvimento e diversificação económica no interior do Algarve;
2. Programa **PRESTÍGIO** - projectos estruturantes de valorização do interior do Algarve;
3. Programa **SOFA** – Redes de Inovação e Conhecimento.

(Freitas, 2002a: 27)

Figura 1. Síntese do Plano Estratégico para as Áreas de Baixa de Densidade do Algarve



Fonte: Freitas, Miguel (coord.) (2002) Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

No que respeita à avaliação que constitui objecto do contrato de trabalhos, ***incidir-se-á sobre as medidas 1 (revitalização das áreas de baixa densidade do Algarve [FEDER]) e 3 (apoio ao desenvolvimento regional integrado – componente empregabilidade [FSE]), do Eixo 2 (acções integradas de base territorial) do PROAlgarve²⁴.***

O Eixo 2 do PROALGARVE, contempla financiamento destinado a apoiar intervenções complementares ao investimento municipal e sectorial. Ao promover actuações estruturantes e integradas, este eixo estratégico visa impulsionar a competitividade e coesão do território regional.

Os objectivos do eixo 2 prendem-se com a ***promoção da empregabilidade nos domínios sectoriais da sua intervenção, organização do território através de um planeamento integrado, valorização e promoção dos espaços rurais e de baixa densidade e dotação da região de equipamentos estruturantes que promovam a competitividade das actividades do turismo e do lazer.*** A qualificação dos recursos humanos nas áreas convergentes com a

²⁴ Para detalhes relativos às opções metodológicas decorrentes da contratação estabelecida, veja-se o capítulo referente à metodologia.

integração territorial e a coesão social consiste, também, num dos vários objectivos deste eixo²⁵.

PROAlgarve, Versão de 23/10/2008:

A **Medida 1 – Acção integrada de revitalização de áreas de baixa densidade** está orientada para zonas economicamente mais débeis com fortes características de ruralidade e dificuldade de fixação de actividades e de recursos humanos qualificados. Pretende-se promover a utilização sustentável dos recursos naturais e do património edificado, cultural e etnográfico através do lançamento de iniciativas de revitalização sócio-económica que conjuguem, designadamente, actividades agrícolas, turísticas, recreativas e culturais, e iniciativas nos domínios da protecção e valorização do ambiente e da vulgarização das tecnologias de informação e da comunicação, numa estratégia de pluriactividade. Como suporte a esta estratégia, devem ser apoiadas acções voluntaristas orientadas para o reforço das funções dos centros urbanos do interior ao longo do Eixo longitudinal Serrano constituído pelas ER 267/ER 124.

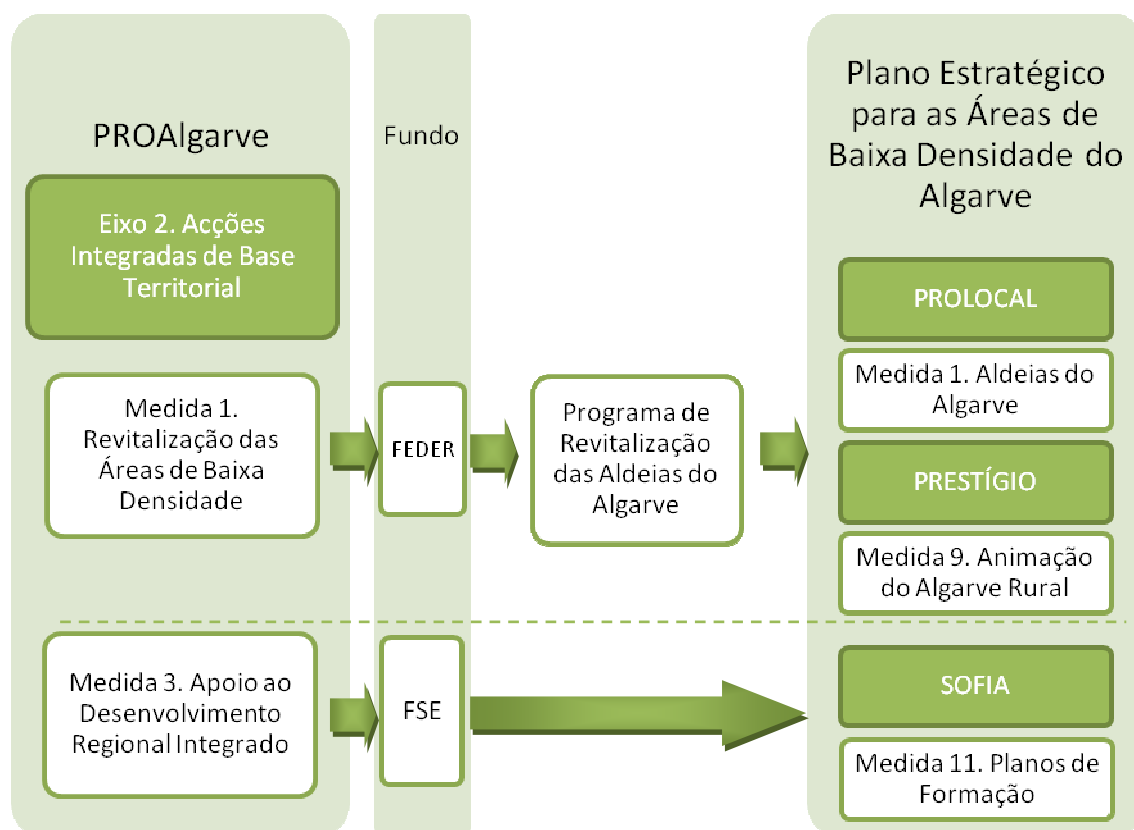
(...) [A **Medida 3 – Apoio ao Desenvolvimento Regional Integrado – Componente Empregabilidade**] tem como objectivo a qualificação e valorização dos recursos humanos da região, tendo em vista a valorização dos recursos e potencialidades locais, a promoção do emprego, da formação e do desenvolvimento social, em complementaridade com as intervenções das AIBT para a revitalização das áreas de baixa densidade e para a qualificação e reforço da competitividade das cidades, e de intervenções de valorização urbana, co-financiadas por outros fundos, dando particular prioridade às intervenções inseridas na Iniciativa Novas Oportunidades, em especial às dirigidas à qualificação de adultos.

Estas medidas apoiavam a operacionalização do Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve, tendo-se seleccionado um conjunto de intervenções desenvolvidas no âmbito das:

1. Medida 1, programa PROLOCAL: Aldeias do Algarve;
2. Medida 9, programa PRESTIGIO: Animação do Algarve Rural;
3. Medida 11, programa SOFIA: Planos de Formação.

²⁵ Vide PRO Algarve, versão revista 2008.

Figura 2. Articulação entre Instrumentos e Medidas de Acção que estruturam o “Estudo de Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade”



Fonte: Adaptação própria.

Tendo sido esta uma opção inerente à contratação estabelecida, deve referir-se que a intervenção prevista no Plano Estratégico estende-se num conjunto vasto de medidas de intervenção, pelo que todas as conclusões são obviamente limitadas ao campo das medidas avaliadas e não da estratégia no conjunto.

Ao nível da concepção da intervenção, considera-se ter sido longa a fase de levantamento de necessidades, que deu origem ao desenho dos planos de intervenção para cada uma das aldeias. De acordo com a CCDR, estes demoraram mais de 3 anos a serem concebidos, tendo sido um dos entraves iniciais no processo de agilização da intervenção.

Relativamente à participação dos agentes locais na concepção do Plano Estratégico, a CCDR considera ter existido um envolvimento importante, dando-se o exemplo da Região do Turismo do Algarve, da Associação de Municípios do Algarve, das Associações de Desenvolvimento Local, municípios, entre outros. Há um conjunto de actores que têm uma dimensão regional de actuação pese embora sejam limitados

os recursos financeiros e as competências que lhes permitiriam implementar acções estratégicas sobre todo o território. Tal leva a que nem sempre as opções locais sejam coincidentes com as opções estratégicas delimitadas por estas entidades de cariz regional. Ao nível local são alocados recursos financeiros específicos para a intervenção, se bem que nem sempre sejam mobilizados numa óptica regional. Trata-se daquilo que se vai denominando de movimento PIMBY («Put in my backyard») e que retrata a tentativa em trazer múltiplos equipamentos e serviços para um dado contexto, sem que se justifiquem as necessidades objectivas para tal.

Nalguns casos, a CCDDR teve um papel importante na dinamização de acções, embora não seja da sua responsabilidade o garante da sua continuidade. Tal é o caso, em particular das acções de animação território, donde a sua sustentabilidade futura depende do grau de apropriação da intervenção e da importância que se atribui a essas mesmas acções.

3.2.1. “ALDEIAS DO ALGARVE” - A PROCURA DE REVITALIZAÇÃO URBANA DOS ESPAÇOS DE INTERIOR

As intervenções equacionadas para as Aldeias do Algarve visaram a revitalização urbana do território mais fragilizado. Este conceito apela a um conjunto de “operações destinadas a relançar a vida económica e social”²⁶ dos espaços. Associa-se a formas de actuação ligadas à transformação de territórios que por diversas razões necessitam de uma intervenção face à capacidade de atracção e desenvolvimento sustentável, tendo em vista a regeneração dos tecidos físicos e sociais.

“A palavra de ordem é integrar: integrar dimensões de intervenção; integrar funções urbanas; integrar parceiros e recursos. Nesse contexto, a **revitalização** assenta na implementação de um processo de planeamento estratégico, capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa e sinérgica. Isto é, intervém a médio e longo prazo, de forma relacional, assumindo e promovendo os vínculos entre territórios, actividades e pessoas.” (Guerra et al, 2005: 25)

No mundo actual, onde o desenho do urbano está, na maior parte das vezes, definido, a formulação de estratégias de intervenção deve procurar a modernização nesse território, conferindo-lhe novas qualidades que correspondem a novos desejos sociais mas tendo em atenção o património existente, cultural, arquitectónico, ambiental e ecológico.

²⁶ Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada, 1995.

Do ponto de vista conceptual, são muitas as dimensões consideradas na revitalização urbana tal como a valorização ambiental, nomeadamente na intervenção em frentes de mar e rio, ou a interligação com a floresta, ou ainda a questão da mobilidade, com a reestruturação viária e do estacionamento e atenção a novas formas de mobilidade, entre outros.

Figura 3. Dimensões do conceito de revitalização urbana



Um processo de revitalização urbana, poderia accionar várias políticas de requalificação urbana assumindo integrar três dimensões essenciais: **actividades**, **transacções** e **diversidade**:

- i) **Actividades:** Numa dimensão activa incluiria a base das funções urbanas tradicionais tais como residir, trabalhar, e lazer, com particular destaque para as actividades económicas de sustentação das restantes actividades.
- ii) **Transacções:** Assente num sistema de trocas económicas (consumo, transacção de propriedades), social (relações, compromisso e participação), cultural (networks, trocas de informação e ideias).
- iii) **Diversidade:** Baseada na diferença económica, social, cultural que caracteriza o mundo moderno.

O programa PROLOCAL – Intervenção Integrada para o Desenvolvimento e Diversificação Económica no Interior do Algarve, integra a medida 1 - Aldeias do Algarve. Neste programa, desenha-se a complementaridade entre os espaços, a integração das dinâmicas de actividade entre o interior e o litoral e a promoção da integração social e económica das populações que vivem nos espaços rurais. Este

Programa visa "(...) operacionalizar uma política activa de qualificação do "urbanismo rural", comprometida com a capacidade de realizar intervenções segundo modalidades inovadoras"(CCR Algarve, 2001: 4).

Do PROLOCAL – medida 1, consta um conjunto articulado de acções, integrando iniciativas e intervenções de âmbito local que pretendem concretizar quatro objectivos:

- i) recuperar o património construído e salvaguardar os valores paisagísticos;
- ii) promover a dinamização socio-económica;
- iii) fixar e atrair população;

iv) criar uma imagem e um programa de animação para as Aldeias do Algarve (Freitas, 2002a).

Mas a concretização de tais objectivos estaria dependente das acções a desenvolver no âmbito de quatro eixos de intervenção na Revitalização das Aldeias do Algarve:

- i) Renovação Urbana;
- ii) Equipamentos Colectivos e de Lazer;
- iii) Apoio às actividades económicas;
- iv) Animação Socio-económica (Freitas, 2002a).

Construíram-se Planos de Intervenção (PI's) para cada uma das aldeias seleccionadas²⁷, sendo a sua elaboração mediada pelos Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias do Algarve (GTAA) – do Sotavento e do Barlavento. Para cada aldeia definiram-se as estratégias de intervenção e os projectos prioritários, tendo sido realizada uma apresentação pública dos PI's em todas as aldeias.

Os GTAA's teriam então como funções colaborar na definição do Plano de Intervenção das Aldeias, coordenar os projectos técnicos das intervenções a serem realizadas, e elaborar um conjunto de projectos considerados prioritários na lógica de cada aldeia do Algarve. Por outro lado, estes gabinetes deveriam assegurar a supervisão dos projectos a serem executados no âmbito do Programa "Aldeias do Algarve e a mediação institucional. Os coordenadores dos GTAA's tinham como função

²⁷ Numa primeira fase foram seleccionadas 11 aldeias, cuja execução dos projectos estava prevista para o horizonte temporal 2000-2003: Cacela Velha, Vaqueiros, Cachopo, Odeleite, Estói, Querença, Paderne, São Marcos da Serra, Caldas de Monchique, Carrapateira e Budens.

articular o trabalho realizado em cada uma das aldeias, em estreito diálogo com os coordenadores dos PI's.

As aldeias onde se desenvolveu a intervenção foram seleccionadas a partir dos seguintes critérios:

- i) Estrutura Urbana;
- ii) Estrutura Rural;
- iii) Valores Patrimoniais;
- iv) Estrutura Social;
- v) Dinamização Socio-económica;
- vi) Comércio. (CCDRAlgarve, 2001b: 5)

Na fase da concepção dos Planos de Intervenção, as metodologias adoptadas foram diferenciadas.

No caso da Carrapateira, por exemplo, refere-se ter sido concebida uma lista inicial de projectos tendo sido seleccionadas aquelas intervenções que se consideraram estruturantes, em particular aquelas de maior volume financeiro, selecção esta que ficou a cargo da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. As Câmaras Municipais é que definiram os projectos para as aldeias, sendo este o nível de planeamento mais adequado para ir ao encontro das necessidades das populações. Também em Cachopo se refere que a Junta de Freguesia teve um papel importante na altura em que se teve de pensar sobre as intervenções que eram prioritárias para a aldeia.

No que se reporta às metodologias de consulta e de envolvimento das populações, as abordagens também foram variadas, pese embora em todas as aldeias se tenha confrontado a população com uma proposta previamente desenhada para que as populações se pudessem pronunciar sobre as intervenções que estavam a ser equacionadas.

Em Querença, optou-se por uma metodologia de consulta que passou pela visualização das maquetas com a intervenção prevista para a aldeia. A Junta de Freguesia foi apoiando na concepção dos projectos que passaram pelo Gabinete de Aldeia, através de sugestões à intervenção prevista. No que concerne à implementação, a Junta de Freguesia tem executado o papel de monitorização da intervenção. A existência desse Gabinete de Aldeia foi facilitador da boa execução

financeira e para a eficiência da intervenção – garantir que todos os recursos financeiros fossem sendo mobilizados para assegurar o maior número de intervenções. Aí incluíram-se tanto os projectos da Câmara Municipal, como aqueles executados pela Junta de Freguesia. Em assembleias e festas locais criaram-se condições para que as pessoas se pudessem pronunciar sobre o projecto que iam visualizando. Fruto deste apelo à população foi possível fazer ligeiros reajustes à intervenção prevista. Da parte da Associação In Loco reconhece-se, no entanto, que, nas sessões realizadas para a consulta à população, a linguagem utilizada para a explicação da intervenção que estava a ser desenhada para a aldeia não era adequada para o público em causa, dado o seu carácter excessivamente técnico.

Em Estoi também se refere que a apresentação de uma planta não é suficiente, dado que é necessária uma tradução para as pessoas. Uma das fragilidades referidas pela população local refere-se, precisamente, à falta de participação na fase da concepção da intervenção. Houve uma apresentação da proposta de intervenção em eventos públicos, mas a população local não foi consultada para o efeito, o que causou descontentamento. As populações desenhavam mais expectativas ao nível dos equipamentos e serviços sociais que não foram contemplados na intervenção. Por essa razão as pessoas questionam-se sobre a pertinência da intervenção quando não vai no sentido do que é considerado como prioritário.

No caso de Cachopo menciona-se que foram realizadas reuniões alargadas com a população para análise da intervenção que se estava a prever para o território. Essas reuniões eram realizadas no domingo à tarde, após a realização da missa, altura em que se conseguia mobilizar um maior número de pessoas para a participação. Foi realizado um levantamento de tudo aquilo que era necessário fazer, ao que se seguiu a selecção das intervenções prioritárias face ao dinheiro disponível para a intervenção.

Em Paderne, a consulta foi feita às associações locais e aos proprietários das casas em que se iria desenvolver o projecto das fachadas (que não se veio a verificar). Em São Marcos da Serra refere-se a aplicação de um questionário à população sobre a intervenção a ser realizada.

Para a implementação de cada um dos Planos de Aldeia estava equacionada a realização de reuniões de trabalho regulares, constituídas por locais, associações, privados e equipa técnica, com vista ao estudo e ao planeamento das intervenções. Estas não chegaram a ter um carácter sistémico e a sua dinâmica ficou dependente das coordenações dos PI's.

Tratavam-se de intervenções a serem promovidas por entidades públicas, na sua grande maioria autarquias, mas também privados, seja a título individual sejam entidades colectivas. Significa dizer que, para garantir a execução da estratégia regional para as aldeias, tal estava dependente da vontade, da disponibilidade, e da possibilidade dos agentes em candidatarem os projectos de intervenção aos fundos existentes.

Ao nível da execução, verifica-se que grande parte das intervenções urbanas, na medida 1, foi da responsabilidade das Câmaras Municipais, o que de resto se visualiza na distribuição do investimento segundo o tipo de promotor. A CCDR refere que estas intervenções urbanas exigem uma maior proximidade com as populações, o que nem sempre é potenciado pelas Câmaras. Esse papel foi sendo auto-reivindicado pelas Juntas de Freguesia que se sentiram na responsabilidade de consulta às populações, monitorização e acompanhamento das intervenções urbanas realizadas em cada uma das aldeias. Independentemente das metodologias específicas adoptadas para a implementação, certo é que o resultado foi dependendo de um diálogo entre as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia.

No caso de Cachopo, a título de exemplo, refere-se que a Câmara ia comunicando o que se iria desenvolver na aldeia à Junta de Freguesia. Noutros assinala-se um trabalho conjunto realizado entre a Câmara e a Junta, de que é exemplo Paderne e Cacela Velha. Em Querença, faz-se uma avaliação positiva do trabalho conjunto entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, reconhecendo-se existir uma maior proximidade da Junta de Freguesia face às populações o que é facilitador da intervenção, principalmente no que concerne ao feedback destas face às obras em curso. Face à dimensão do concelho de Loulé esta mediação feita pela Junta é fundamental. Por exemplo, refere-se que para a intervenção sobre as fachadas a intervenção directa da Junta de Freguesia de Querença sobre as populações, foi central.

Nalguns casos, refere-se ainda um acompanhamento mais próximo por parte de entidades com regulação nas acções sobre o território, de que é exemplo a intervenção em Cacela Velha, que se integra em área do Parque Natural da Ria Formosa, ou da acção na Carrapateira, área do Parque Natural da Costa Vicentina. O incentivo ao desenvolvimento destas intervenções e acompanhamento realizado pela CCDR no decurso das intervenções sobre as aldeias, também são retomados pelos diferentes actores entrevistados.

A intervenção urbana sobre as aldeias, que mereceu apoio do PROALGARVE, não se esgota na medida 1 do eixo 2. A intervenção sobre as aldeias tem um âmbito mais amplo do que aquele aqui avaliado. Qualquer um dos eixos podia apoiar intervenções para as aldeias. A medida 1 é específica e complementar às restantes. Na verdade, esta medida representa cerca de 19% do total do investimento aprovado para o conjunto das aldeias em estudo – a medida engloba um investimento próximo de 9 milhões de euros, quando todas as intervenções representam um investimento superior a 47 milhões²⁸. Certo é que também se admite que são as condições de elegibilidade das medidas de financiamento que vão ditando o campo das possibilidades de acção.

No respeitante às intervenções promovidas pelas autarquias, verifica-se que parte importante estava previamente delimitada em Plano Estratégico, se bem que um conjunto de intervenções previstas nesse instrumento não tenham sido executadas. De acordo com informação prestada pela própria CCDR tal justifica-se pelo facto das acções propostas em Plano terem sido meramente indicativas e não vinculativas, pelo que não se poderá, a partir das intencionalidades iniciais, avaliar a eficácia do previsto face ao executado, mas meramente entre o aprovado em Programa Operacional e o executado.

A medida 1 do eixo 2 teve como promotores, na grande maioria dos casos, as autarquias. No entanto, deve valorizar-se a heterogeneidade de parceiros envolvidos no conjunto das intervenções urbanas sobre as aldeias: autarquias, outras entidades públicas, sector privado representado quer por empresas, quer por organizações da sociedade civil organizada e, por fim, as pessoas do território.

No conjunto dos projectos apoiados financeiramente pelo PROALGARVE, O maior investimento aprovado é visível em Estoi, aldeia que beneficiou de um investimento empresarial aprovado que representa cerca de 39% de todo o investimento sobre as aldeias, no conjunto das medidas a estas direccionadas – trata-se do projecto do Mercado Abastecedor da Região de Faro, um investimento previsto superior a 18 milhões de euros.

No que se reporta especificamente ao Eixo 2, medida 1, os maiores investimentos aprovados foram para as aldeias de Cacela Velha e de Querença, com mais de 2 milhões de euros, sendo São Marcos da Serra a aldeia onde o investimento

²⁸ Se a estes projectos acrescentarmos os outros dois transversais a toda a intervenção sobre as aldeias e que se refere ao investimento nos GTAA's (apresentado no quadro 13).

aprovado foi menor – não chegando aos 400 mil euros. Deve referir-se que no QCAII, no âmbito dos Centros Rurais, São Marcos da Serra já havia beneficiado de um conjunto de apoios, razão pela qual não se investiu tanto no âmbito do QCAIII na medida em que parte estruturante do investimento já havia sido realizada previamente.

Na Carrapateira destaca-se um maior volume de investimento médio aprovado por projecto, sendo superior a 400 mil euros.

Quadro 10. Projectos de Revitalização Urbana Aprovados por tipo de promotor, por investimento aprovado e média de investimento aprovado por promotor, em cada uma das aldeias do estudo (situação em Dezembro de 2008)

	Nº de projectos		Investimento aprovado		Média de investimento aprovado por promotor	
	PROALGARVE	Eixo 2. Medida 1	PROALGARVE	Eixo 2. Medida 1	PROALGARVE	Eixo 2. Medida 1
Cacela Velha	40	10	6.270.220,63	2.124.487,26	156.755,52	212.448,73
Autarquias	19	10	5.820.018,19	2.124.487,26	306.316,75	212.448,73
Outras entidades públicas						
Privados Empresarial						
Privados 3º Sector	1		85.720,34		85.720,34	
Privados Individual	20		364.482,10		18.224,11	
Cachopo	55	11	3.391.241,17	1.685.140,86	61.658,93	153.194,62
Autarquias	13	10	2.384.339,83	1.655.952,84	183.410,76	165.595,28
Outras entidades públicas						
Privados Empresarial						
Privados 3º Sector	5	1	344.202,99	29.188,02	68.840,60	29.188,02
Privados Individual	37		662.698,35		17.910,77	
Carrapateira	7	3	1.605.024,61	1.218.520,81	229.289,23	406.173,60
Autarquias	5	3	1.422.422,39	1.218.520,81	284.484,48	406.173,60
Outras entidades públicas						
Privados Empresarial	1		101.247,31		101.247,31	
Privados 3º Sector						
Privados Individual	1		81.354,91		81.354,91	
Estoi	14	4	22.518.548,58	808.764,19	1.608.467,76	202.191,05
Autarquias	8	4	1.176.764,20	808.764,19	147.095,53	202.191,05
Outras entidades públicas	1		2.992.787,38		2.992.787,38	
Privados Empresarial	2		18.318.336,92		9.159.168,46	
Privados 3º Sector						
Privados Individual	3		30.660,08		10.220,03	
Paderne	17	3	6.324.085,49	606.689,13	372.005,03	202.229,71
Autarquias	10	3	4.391.835,53	606.689,13	439.183,55	202.229,71
Outras entidades públicas	6		1.919.640,97		319.940,16	
Privados Empresarial						
Privados 3º Sector						
Privados Individual	1		12.608,99		12.608,99	
Querença	42	7	3.472.404,26	2.610.875,67	82.676,29	228.896,52
Autarquias	13	7	2.007.466,27	1.602.275,67	154.420,48	228.896,52
Outras entidades públicas						
Privados Empresarial						
Privados 3º Sector	4	1	1.100.675,75	1.008.600,00	275.168,94	1.008.600,00
Privados Individual	25		364.262,24		14.570,49	

(continuação)

	Nº de projectos		Investimento aprovado		Média de investimento aprovado por promotor	
	PROALGARVE	Eixo 2. Medida 1	PROALGARVE	Eixo 2. Medida 1	PROALGARVE	Eixo 2. Medida 1
São Marcos da Serra	30	3	3.350.112,77	362.789,10	111.670,43	120.929,70
Autarquias	6	3	626.422,58	362.789,10	104.403,76	120.929,70
Outras entidades públicas	1		1.189.465,41		1.189.465,41	
Privados Empresarial						
Privados 3º Sector	2		1.131.892,14		565.946,07	
Privados Individual	21		402.332,64		19.158,70	
Total	205	41	46.931.637,51	9.417.267,02	228934,82	229.689,44
Autarquias	74	40	17.829.268,99	8.379.479,00	240.936,07	209.486,98
Outras entidades públicas	8	-	6.101.893,76	-	762.736,72	-
Privados Empresarial	3	-	18.419.584,23	-	6.139.861,41	-
Privados 3º Sector	12	2	2.662.491,22	1037788,02	221.874,27	518.894,01
Privados Individual	108	-	1.918.399,31	-	17.762,96	-

Fonte: CCDR Algarve. Tratamento próprio dos indicadores

Na análise da adequabilidade da intervenção ao território, empreendida pelo conjunto dos actores locais envolvidos, faz-se um balanço, regra geral, positivo. Para além do mais, também se valoriza a articulação existente entre as intervenções urbanas previstas para as várias aldeias.

Nem sempre existem consensualidades entre a Junta de Freguesia e o executivo camarário. Tal é o caso da aldeia de Estoi, em que, apesar do Plano ter sido concebido com o anterior Presidente de Junta, emana uma total concordância com todo o conjunto de intervenções previstas, em particular no que respeita ao seu contributo para o acolhimento de turistas e para a revitalização do tecido económico. No entanto, a Junta de Freguesia sentiu necessidade de envolver a Câmara para o reconhecimento importância da realização destas acções. Justificam-se resistências iniciais fruto da concepção do Plano de intervenção ter ficado a cargo de um anterior executivo diferente do actual. Também se reconhecem dificuldades de diálogo entre a Junta de Freguesia de São Marcos da Serra e a Câmara de Silves, pelo que a mediação para a realização dos projectos de revitalização urbana passou pelo GTAA do Barlavento.

3.2.2. A “ANIMAÇÃO DO ALGARVE RURAL” - REAVIVANDO MEMÓRIAS E VALORIZANDO AS IDENTIDADES

No Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve, o programa PRESTÍGIO foi desenhado para promover o turismo nos espaços rurais apostando na valorização do potencial de imagem do espaço. Assim, pretendiam-se atingir os seguintes objectivos:

- i) Diversificação e qualificação do produto turístico regional;
- ii) Promoção da qualidade ambiental e valorização dos recursos naturais e da biodiversidade;
- iii) Qualificação e sustentabilidade das actividades de especialização e de consolidação da imagem do interior;
- iv) Requalificação dos espaços urbano-turísticos degradados;
- v) Promoção organizada e valorização dos espaços do interior. (Freitas, 2002a: 48)

Foi no PRESTÍGIO que se enquadrou a medida relativa à Animação do Algarve Rural, que incluía iniciativas adaptadas às características dos territórios visando a promoção da sua identidade (CCR ALG, 2001). Esta iniciativa tinha como objectivo a promoção da qualidade de vida das populações bem como a preservação dos valores tradicionais da aldeia. Considerava-se que uma forte dinâmica de actividades culturais contribuiria para tornar os territórios atraentes, quer para as pessoas que lá vivem como para as aquelas que os visitam. A realidade é que é essa mesma dinâmica que fortalece o sentimento individual e colectivo de pertença e auto-estima proporcionando assim uma “abertura” de ligações com outras regiões e culturas.

Assumia-se ainda que a incipiência da produção cultural local e a inexistência de uma oferta pouco inovadora se revelavam como indícios preocupantes da desertificação dos territórios.

Sendo a cultura um factor catalisador para a integração social e para o desenvolvimento sustentável, tem impacto no desenvolvimento económico e não se limita apenas à atracção de visitantes/turistas. A cultura apresenta-se como um instrumento fundamental para a educação, fixação e aumento da auto-estima das populações.

No sentido de recuperar a história local e promover a projecção externa das áreas de baixa densidade, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve²⁹, conjuntamente com a Grande Área Metropolitana do Algarve e a Região de Turismo do Algarve, desenvolveu um conjunto de acções no âmbito do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve que contempla, especificamente, o interior e a serra algarvios. Esta iniciativa, contou com três intervenções distintas mas que, em última instância, pretendiam mostrar de igual forma que no Algarve *"para lá dos centros urbanos e das conhecidas áreas turísticas, existem tradições, culturas e gentes com apego às suas terras e às suas origens (...). E, afinal, é nesse lado que vive o mais genuíno Algarve"* (Correia in CCDRALgarve, 2007: 6).

Assim, perante áreas de baixa densidade populacional e frequentemente esquecidas, a Festa dos Presépios, a Festa da Gastronomia e as Aldeias em Flor, constituíram as primeiras tentativas de criar uma nova dinâmica local, permitindo o envolvimento da população residente e, por conseguinte, a valorização das tradições locais. Esta iniciativa reuniria, portanto, as condições necessárias com vista à valorização socio-económica das Aldeias e ao aumento dos níveis de auto-estima das populações.

A CCDR foi responsável por toda a componente de promoção e marketing das acções de animação a serem realizadas nas aldeias. A execução ficou, na maior parte dos casos, a cargo da Junta de Freguesia, em parceria com as Câmaras Municipais e Associações Locais. As Juntas de Freguesia tiveram um papel central na mobilização das populações para a participação na organização das diferentes acções. Por parte das autarquias reconhece-se que houve, da parte da CCDR, total disponibilidade para trabalhar em conjunto para a implementação das acções de animação. Nalguns casos a intervenção foi mediada por entidades locais. Veja-se ainda o caso da Associação In Loco que apoiou na organização da Festa das Aldeias Mais Floridas em Querença.

A **Festa dos Presépios** teve a sua primeira edição em 2003 (CCDRALgarve, s/d). Esta acção constituiu um desafio para as 11 aldeias das áreas de baixa densidade, às quais foi proposta a construção de um Presépio que ficasse patente ao público até ao Dia de Reis. A concepção da Festa dos Presépios ficaria a cargo da população local, que utilizava elementos arquitectónicos locais, assim como materiais locais característicos, distinguindo-se desta forma das restantes aldeias. Apesar de contar já com seis edições, só nas primeiras duas edições foram realizados concursos.

²⁹ À data CCR Algarve – Comissão de Coordenação da Região Algarve.

Actualmente, embora já não estejam disponíveis os apoios financeiros para a sua concretização, a CCDRALgarve continua a apoiar a divulgação destas iniciativas. A Festa dos Presépios perdura e tem continuado a haver uma adesão significativa das aldeias. Nas últimas edições, já se contava com mais de 20 aldeias participantes.

A **Festa da Gastronomia** foi uma acção de animação local com uma só edição, em 2005. Este evento teve por objectivo dar a conhecer as 175 receitas típicas e os sabores das aldeias do Algarve. Esta acção decorreu nas aldeias de Algoz, Budens, Cachopo, Estói, Monchique, Odeleite, Querença e Vaqueiros, procurando estimular a *"criatividade e a memória das tradições populares, contribuindo assim para a auto-estima dos residentes e também para a recuperação e a salvaguarda das tradições gastronómicas"*. (CCDRAlgarve, 2005).

A iniciativa **Aldeias em Flor** constituiu uma intervenção de natureza paisagística. O objectivo principal foi privilegiar *"os elementos locais (vasos em argila, alegretes...), bem como as plantas com maior tradição em cada aldeia, normalmente fruto de uma boa adaptação às condições climáticas. Frequentemente, as exposições contavam estórias intemporais e realçavam as flores que ocupam um local de destaque na memória colectiva da aldeia."* (Gregório in CCDRALgarve, 2007: 8)

A ideia subjacente às acções de animação era a de criar um programa de animação com um conjunto de eventos anuais, que tivesse em vista a fidelização do público de visita às aldeias. Inicialmente, fez-se um concurso para a animação das áreas de baixa densidade, mas, de acordo com a CCDR, as ideias que surgiram eram difíceis de implementar pelo que não se apropriaram das sugestões dadas para o desenvolvimento do projecto de animação. Neste caso, a CCDR foi a «dona da obra», tendo realizado a contratação das pessoas que melhor respondiam aos desafios colocados. O envolvimento das populações nas acções de animação territorial foi considerado como condição de partida para a sua execução.

3.2.3. "PLANOS DE FORMAÇÃO" - DO POTENCIAL HUMANO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Em Portugal, as iniciativas e as políticas da educação e da formação profissional reflectem a consciência do país relativamente aos desafios que surgem neste campo de análise. De facto, as iniciativas e as políticas têm vindo a demonstrar preocupação com a deficitária formação dos recursos humanos, na medida em que visam alcançar a

melhoria dos níveis de certificação escolar e profissional assim como a diversidade e flexibilidade das oportunidades de aprendizagem de adultos.

O próprio conceito de desenvolvimento local encontra-se intimamente associado ao processo de formação/inserção profissional. Assim sendo, o desenvolvimento é pensado em função do território específico, da sua história, dos seus recursos, da sua população. É necessário, antes de mais, aceitar e reconhecer que cada território tem um conjunto de características, potencialidades e patrimónios de saber que lhes são inerentes.

Se é verdade que a capacitação das pessoas pode ser determinante num processo de revitalização social, que os processos de desenvolvimento do nosso rural interior carecem de massa crítica, certo é que não é tácita a relação que tradicionalmente se empreende entre qualificações e desenvolvimento local. Na verdade, os públicos mais qualificados continuam a procurar as zonas urbanas onde as respostas profissionais podem ser mais alargadas. A qualificação pode mesmo ser uma estratégia para o abandono destes territórios ou uma inevitabilidade perante as frágeis respostas do território face às expectativas geradas pelo processo de qualificação. Essa é uma das conclusões do estudo recente realizado por Sousa (2006) sobre o abandono dos jovens da freguesia de Cachopo.

A inovação ao nível concepção da intervenção sobre as áreas de baixa densidade do Algarve relaciona-se com o pensar sobre aqueles que medeiam o desenvolvimento local. Trata-se de um processo de capacitação com possibilidade de impactos indirectos sobre públicos mais alargados, garantindo que as equipas de terreno possam estar devidamente apetrechadas dos conhecimentos úteis para a acção.

Os Planos de Formação integraram-se no Programa SOFIA do Plano Estratégico para as áreas de baixa densidade. Este programa apresenta duas linhas de acção distintas, uma relacionada com a produção de conhecimento e inovação tecnológica e outra que visava a valorização do potencial endógeno.

Na medida 11, relativa aos Planos de Formação, equacionaram-se os seguintes vectores de actuação:

1. Formação Pedagógica Inicial de Formadores para a Intervenção no Desenvolvimento Local;
2. Formação para as Agências/ Associações de Desenvolvimento do Algarve;

3. Formação geral. (Freitas, 2002a: 52)

O financiamento foi então assegurado ao nível da medida 3, do eixo 2 do PRO Algarve. No âmbito dos objectivos centrais dessa medida, destacam-se a qualificação dos recursos humanos das entidades direccionadas para o apoio ao desenvolvimento regional e local e a promoção da formação de activos e agentes de desenvolvimento para as actividades de animação socio-económica, cultural e turística e serviços de apoio ao desenvolvimento das actividades turismo/lazer. Outro dos objectivos prende-se com a qualificação profissional dos recursos humanos da região em actividades que visem promover a valorização quer dos recursos locais como das profissões tradicionais.

Tendo em vista a inserção social dos grupos desfavorecidos e a criação de condições para a igualdade de oportunidades, a promoção do desenvolvimento social assume-se como um dos diversos objectivos desta medida. É ainda de realçar as iniciativas que promovem o aumento das ofertas de educação e formação profissionalizante no contexto das Novas Oportunidades. Com este objectivo, procura-se assegurar o aumento dos níveis de qualificação da população adulta e pouco escolarizada das Aldeias do Algarve (CCDR Algarve, 2001). Visa-se apoiar a concretização de acções de promoção de formação, emprego e igualdade de oportunidades nas Áreas de Baixa Densidade. Em termos territoriais e tendo em consideração a especificidade dos problemas e das acções a empreender nas zonas de baixa densidade, a medida 3 do Eixo 2 estrutura-se em duas linhas de acção que correspondem à “Valorização e promoção do desenvolvimento regional e local nas áreas de baixa densidade – componente empregabilidade” e à “Qualificação e competitividade das cidades – componente empregabilidade” (CCDRAlgarve, 2001).

A primeira linha de acção refere-se ao apoio a projectos orientados para a valorização e qualificação dos recursos humanos bem como para a promoção da coesão social. De acordo com o Complemento de Programação do Programa Operacional da Região do Algarve (CCDRAlgarve, 2008: 64), as acções de valorização territorial e de revitalização das zonas de baixa densidade serão *“(…), complementadas com a qualificação dos recursos humanos, de forma a garantir a criação de condições para a sustentação de dinâmicas de desenvolvimento local e regional, para a participação activa das populações no próprio processo de desenvolvimento e para o reforço da coesão social”*. De uma forma geral, as acções de formação a apoiar dirigem-se às populações assim como aos recursos humanos das entidades

beneficiárias da medida, visando alcançar o reforço da sua capacidade técnica e de gestão.

Na segunda linha de acção, os projectos formativos apoiados por esta medida foram orientados para a formação de agentes locais de desenvolvimento, formação para o mercado de trabalho e qualificação dos recursos humanos com dificuldades de inserção, no mercado de emprego *"deverão estar em convergência com os investimentos de qualificação urbana e com as acções específicas de valorização territorial (...)"* (CCDRAlgarve, 2008: 65). Neste sentido, os projectos formativos têm em vista a dinamização das actividades no espaço urbano, particularmente a promoção do desenvolvimento de competências para a gestão de redes de serviços urbanos, entre outros.

No campo do trabalho prévio realizado pela entidade gestora do programa, afirma-se que a CCDR teve um papel importante no incentivo à realização de candidaturas à medida 3. Por esse motivo geraram-se grandes expectativas em relação à flexibilidade do programa.

As intervenções formativas desenvolvidas – uma prioridade sobre os agentes dinamizadores do território

À data em que se iniciou a realização deste estudo apenas se encontravam finalizados os planos de formação candidatados pela Planicôa, Odiana e Associação In Loco.

A Planicôa – Cooperativa de Planeamento e Desenvolvimento Rural, Local e Regional, CRL desenvolveu uma acção de formação designada "Formação Pedagógica Inicial de Formadores". A justificação desta acção de formação prendeu-se com a carência de técnicos qualificados no Algarve resultante da insuficiência de formadores para leccionar estas áreas.

A segunda entidade formadora, a Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana desenvolveu duas acções de formação: "Exploração de Salinas Tradicionais" e "Animadores/Guias Percursos Pedestres". A primeira acção de formação resulta do abandono do sector salineiro no Concelho de Castro Marim. Ao longo dos últimos anos, verificou-se um abandono das salinas correndo-se o risco da actividade salineira ser extinta. É neste contexto que emerge a necessidade da implementação de uma acção de formação cujo principal objectivo consiste em qualificar novos elementos

que possam dar continuidade à produção de sal, garantindo a substituição dos salineiros e a progressiva ocupação de salinas abandonadas. Esta acção de formação pretendeu criar as condições para que os seus formandos se possam inserir profissionalmente no sector salineiro da região. Uma vez que se tratava de um grupo de formandos socialmente desfavorecidos, ou seja, desempregados e com baixos níveis de qualificação, seria indispensável a inserção profissional destes formandos.

A segunda acção de formação designada de “Animadores/Guias Percursos Pedestres” surgiu com o intuito de criar um instrumento de adaptação da oferta turística do Baixo Guadiana, promovendo a dinamização da estrutura económica da região bem como a preservação e valorização do ambiente e do património histórico-cultural. A promoção da oferta turística e a implementação de novos produtos turísticos de desporto e lazer assumem-se como complementares, na medida em que, se constituem como factores fundamentais para o desenvolvimento económico da região. No fundo, pretendia-se oferecer uma alternativa ao turismo de massas e que permitisse a promoção quer das actividades como dos produtos tradicionais da região. Uma vez que a qualificação dos recursos humanos é fundamental para o desenvolvimento do território, torna-se necessária a implementação de uma acção de formação de animadores/guias para os percursos pedestres. Esta formação tinha como principais objectivos a formação de recursos humanos com aptidões para dinamizar e promover o Baixo Guadiana e a promoção da animação socio-económica, cultural e turística da região apostando na formação de agentes dinamizadores.

No âmbito do PROAlgarve, a Associação In Loco desenvolveu nove acções de formação³⁰. As duas primeiras acções de formação intitularam-se de “Formação Pedagógica Inicial de Formadores” e eram dirigidas principalmente aos técnicos do desenvolvimento local, colaboradores regulares da Associação In Loco e de outras entidades parceiras. Pretendia-se com estas formações, capacitar os técnicos de desenvolvimento local para as áreas do planeamento e execução de acções de formação profissional no quadro de uma abordagem territorial assim como melhorar a qualidade pedagógica da formação profissional promovida pela In Loco.

Posteriormente, a Associação In Loco desenvolveu mais duas acções de formação – “Formação Pedagógica Inicial de Formadores (Artesãos)” e “Formação

³⁰ A acção “Coordenação de Formadores” foi mais uma das diversas acções de formação propostas pela Associação In Loco. Contudo, não foi possível encontrar uma informação que permitisse compreender o enquadramento deste curso no PROAlgarve.

Pedagógica Inicial de Formadores (Técnicos)”. Pretendia-se com a formação pedagógica inicial de formadores (artesãos) completar algumas das necessidades dos formadores que são difíceis de recrutar devido à insuficiência de profissionais certificados. Procurava, também, abranger população com a escolaridade obrigatória e que trabalhassem nas diversas áreas, sobressaem a cestaria, gastronomia e a costura, entre outras.

A formação Pedagógica Inicial de Formadores (Técnicos) requeria formar de, um modo eficaz, pessoas capazes de contribuir para os processos de mudança e de desenvolvimento do território. Tencionava, de igual modo, abranger técnicos de diversas entidades e instituições locais ou regionais com principal destaque para aquelas que apostam no desenvolvimento rural.

Ainda no âmbito do PROAlgarve, a Associação In Loco apresentou mais quatro acções de formação: “Animadores e Gestores do Património Ambiental e Cultural”, “Diagnóstico, Planeamento, Gestão e Avaliação de Projectos”, Comunicação Escrita” e “Animadores do Património”. A acção de formação “Animadores e Gestores do Património Ambiental e Cultural” dirigia-se particularmente a jovens à procura do primeiro emprego e desempregados, sendo proposta por entidades locais cujo interesse era construir projectos de animação e valorização dos recursos locais. Através da aquisição e desenvolvimento de competências quer dos jovens à procura do primeiro emprego como dos desempregados na área da valorização do património ambiental e cultural, esta acção de formação pretendeu contribuir para a melhoria dos sistemas de formação profissional em Portugal.

Por sua vez, a acção “Diagnóstico, Planeamento, Gestão e Avaliação de Projectos” destinava-se a capacitar os agentes do desenvolvimento local (dirigentes, técnicos e animadores locais) para um trabalho que respondesse às exigências de uma realidade em constante mudança, procurando, deste modo, adaptar as intervenções às necessidades e rentabilizar os recursos existentes. Com efeito, diagnosticar, planear, gerir e avaliar são entendidos como componentes técnicos de um processo de intervenção para o desenvolvimento local.

A “comunicação escrita” surgiu com o propósito de facilitar a comunicação entre os agentes de desenvolvimento e a população local. E, por último a acção “Animadores e Gestores do Património” emergiu, principalmente, da inexistência de ofertas de emprego nas áreas da animação e gestão do património no interior do

Algarve. Neste contexto, este curso de formação pretendia assegurar a formação de empresários e agentes capazes de desenvolver iniciativas sustentáveis no domínio da educação patrimonial. Por outras palavras, pretendia-se formar prestadores de serviços nas áreas da animação e gestão do património.

Apesar de à data de início do estudo apenas se contemplarem estes três promotores, estes vieram a diversificar-se, assim como as tipologias das ofertas disponíveis.

No conjunto houve 42 candidaturas aprovadas no âmbito da medida 2.3. Representavam, no conjunto, um investimento de 3,2 milhões de euros na formação das pessoas do território³¹. Ainda se registou uma adaptação do PRO Algarve ao Programa Novas Oportunidades, tendo também surgido projectos neste domínio. As associações de desenvolvimento foram aquelas que mais procuraram esta tipologia de financiamento³².

Apesar das suas candidaturas não terem sido seleccionadas para o estudo, fruto de uma aproximação realizada junto da Associação Vicentina e da Associação Terras do Baixo Guadiana foi possível aferir sobre as suas prioridades formativas, assim como a estratégia que orientou o seu trabalho de qualificação dos agentes do território.

No caso da Associação Vicentina, considerou-se prioritário o desenvolvimento de competências na área da formação com vista à criação de protagonistas para trabalharem na área de turismo da natureza. Trata-se de um trabalho em que não existiam referenciais de formação. Procuraram trabalhar sobre os activos, em particular ao nível IV e V para os técnicos das Câmaras ou para outras pessoas que estiverem interessadas em investir nesta área. São da opinião de que não se obtêm resultados de emprego quando o público das acções de formação é desempregado. Tal relaciona-se com o perfil de desemprego regional, de características sazonais, donde a formação adquire uma função de ocupação.

A mesma opinião é partilhada pela Associação Terras do Baixo Guadiana, considerando que a formação de desempregados tem uma função mais social do que de promoção e desenvolvimento de competências. Desenvolveram muitas acções de formação para activos, que participam na formação com interesse em desenvolver

³¹ Informação respeitante a Janeiro de 2009.

³² Vide a este respeito o balanço da execução [de Junho de 2008], disponível em: http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/parameters/ccdr-alg/files/File/upload//PROAlgarve/Proj.Aprov._-Listagem/listagem_20080630.pdf

conhecimentos. Fazem um destaque para o curso que desenvolveram sobre Higiene e Segurança no Alimentar (2 acções: 1 em Alcoutim, outra em Martim Longo) – que consideram importante para as empresas locais.

Modelos distintos de avaliação de necessidades – do complemento a outras acções sobre o território a estratégias mais formais de diagnóstico

No caso da Odiana e In Loco, verifica-se que há um trabalho de continuidade entre a formação desenvolvida e a intervenção que vêm realizando no território. O projecto de formação desenvolvido pela Odiana foi construído em função das necessidades previamente identificadas e em complementaridade com um projecto EQUAL desenvolvido anteriormente na área da salicultura, o que justifica uma das acções desenvolvidas. A formação em salicultura justifica-se pela necessidade de qualificação de uma mão-de-obra que inexistia e que era fundamental no complemento a um outro projecto de revitalização das salinas. Considerou-se o sal como área a potenciar, o que se tem vindo a traduzir na instalação de algumas empresas. No caso dos percursos turísticos a oferta relaciona-se com um projecto integrado sobre o Baixo Guadiana.

Também com a mesma estratégia de provocação de novos campos de acção sobre o território enquadra-se o curso de Animadores e Gestores do Património, promovido pela Associação In Loco, e que procurou construir uma oferta de animação turística, dado tratar-se de uma área ainda pouco explorada. O objectivo era o de capacitar pessoas que pudessem criar iniciativas que têm impactos sobre o desenvolvimento do território. A avaliação das necessidades de formação é feita através de um trabalho contínuo e directo no território. A rede de animadores, que a associação tem, faz um trabalho de proximidade com as pessoas e com os actores locais. Desta forma, o trabalho sobre as necessidades e as prioridades sobre o território fica facilitado. Quando se desenvolve formação em áreas tradicionais de produção as entidades formadoras deparam-se com o facto de que as pessoas que têm mais competências nessas áreas não têm formação pedagógica. Essa foi a razão que levou a associação a pensar em desenvolver uma das acções especificamente para artesãos.

A intervenção formativa é um complemento a toda a acção desenvolvida pela associação. Trabalham, geralmente, a partir das necessidades de formação das

peças do território: “O que verificamos durante a intervenção é que existem necessidades por parte de pessoas muito concretas e precisam de se capacitar para poderem avançar processos em que se encontram envolvidas e quando detectamos essas necessidades tentamos concorrer aos programas que estão disponíveis ou instrumentos financeiros disponíveis para conceber, organizar e depois executar acções de formação que permitam capacitar esses actores. Portanto, este caso não é uma excepção, é um instrumento disponível e utilizamos para responder a carências que existiam por parte de actores destes territórios, que podem ser artesãos, animadores locais, formadores ou agentes que em determinada altura funcionam como formadores.”(Priscila Soares - In Loco).

No caso da Planicôa, apesar de ter agentes locais na sua estrutura, necessitaram de um outro tipo de aproximação ao território para o planeamento da formação. Em primeiro lugar, realizaram um levantamento sobre o que estava em curso no território, procurando trabalhar sobre dimensões que não estavam a ser desenvolvidas. Contactaram com diferentes Juntas de Freguesia, Centros de Emprego e empresas com vista a aferir sobre as necessidades de formação. Nas acções que realizaram tendo como público os desempregados, o objectivo era o de proporcionar qualificações de modo a promover a empregabilidade das pessoas. As acções de formação desenvolvidas no Algarve dão continuidade ao trabalho em curso na Beira Interior, sendo que a medida 3 se enquadra na estratégia da Planicôa respeitante à intervenção sobre as áreas de baixa densidade. Quando começaram a desenvolver a formação no âmbito do PROALGARVE não estavam a desenvolver outros projectos na região.

As motivações para a formação assentam em necessidades de valorização pessoal e de carácter profissional

Relativamente às motivações dos formandos para frequentarem as acções de formação, os resultados evidenciam que os elementos de atracção para a formação foram a necessidade de valorização pessoal (48,9%), motivos relacionados com a actividade profissional (38,3%) e do reconhecimento de competências (29,8%).

Quadro 11. Inquiridos segundo a Motivação para Frequentar a Formação

Motivação	Nº	%
Valorização Pessoal	23	48,9%
Actividade Profissional	18	38,3%
Reconhecimento de Competências	14	29,8%
Outro	5	10,6%
Aquisição de Competências	3	6,4%
Total	63	

Fonte: Elaboração Própria (nota: questão de resposta múltipla)

4. EQUIDADE, SATISFAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA INTERVENÇÃO

4.1. O CONHECIMENTO, A CONCORDÂNCIA E A SATISFAÇÃO COM AS ACÇÕES

Nas medidas em avaliação, como foi possível verificar, há uma diversidade de promotores que deve ser valorizada. Ao nível dos beneficiários finais do conjunto das intervenções, poderemos destacar três públicos distintos: toda a população do território, os visitantes das aldeias e o público da formação. A avaliação contempla a análise dos resultados das acções sobre os primeiros e os últimos, se bem se proceda a uma análise indirecta dos impactos das intervenções sobre a captação de novos públicos para o território.

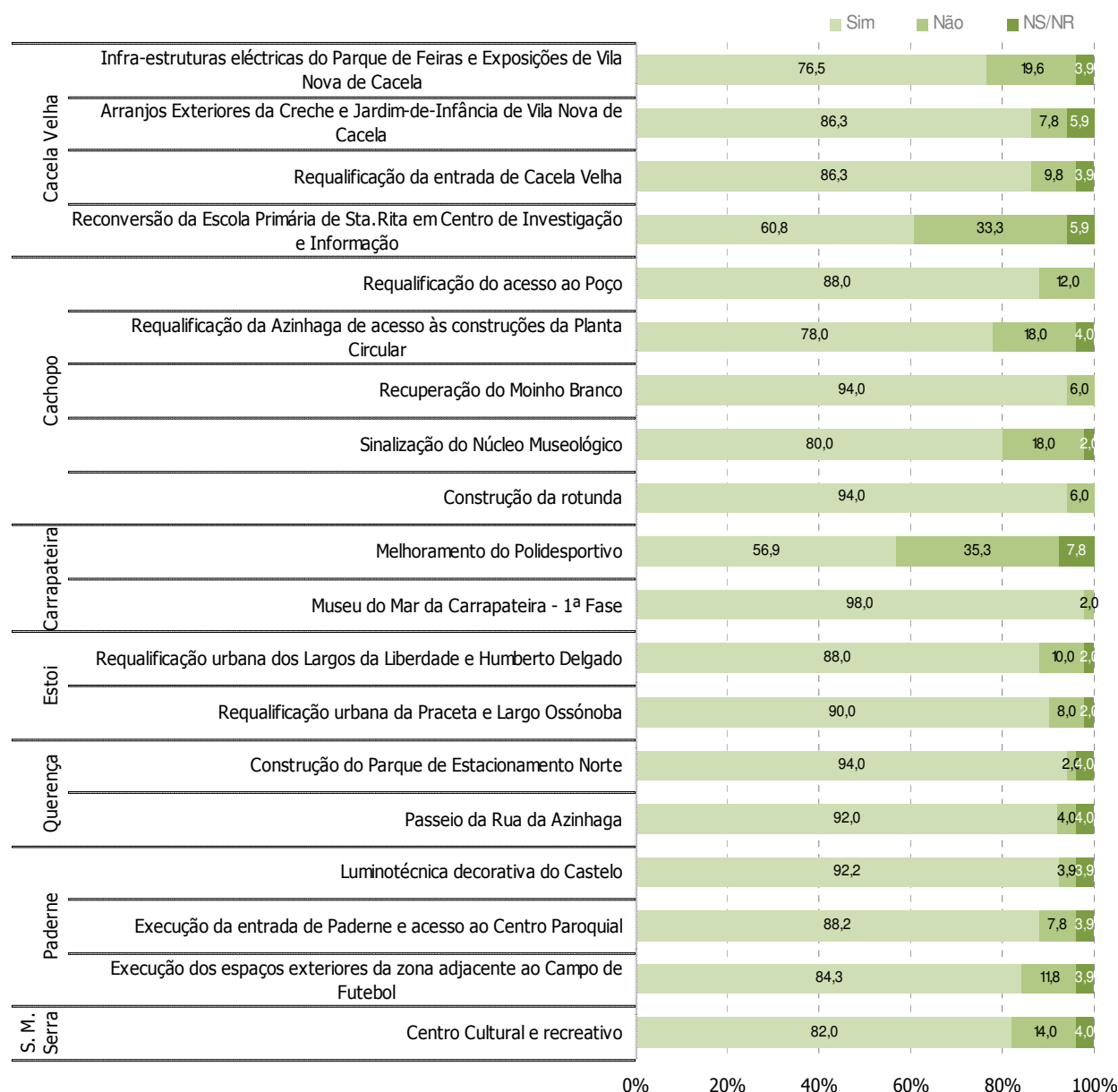
Não se registam discrepâncias significativas nem na tipologia das acções desenvolvidas, nem nos públicos atingidos, no respeitante ao inicialmente previsto. Os dados relativos ao conhecimento das acções, em particular nas de revitalização urbana e de animação territorial, traduzem um indicador indirecto dos públicos atingidos com a intervenção. A sua concordância, ou satisfação são, igualmente, indicadores indirectos do grau de apropriação das intervenções.

De um modo geral, os resultados da avaliação das intervenções de revitalização urbana, mostram que o seu carácter físico e/ou material torna os resultados mais visíveis, quer para residentes, quer para o poder político local (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e ADL's). Contudo, esta maior visibilidade dos projectos não se traduzirá, necessariamente, numa maior valorização dos mesmos, ou na ambicionada atracção e/ou fixação de pessoas para trabalhar e residir nas áreas de baixa densidade.

Um conhecimento generalizado sobre as acções desenvolvidas

Os habitantes mostram um conhecimento sobre as obras de revitalização urbana executadas. Em todos os territórios de intervenção o grau de conhecimento dos inquiridos é elevado, sendo que apenas em dois casos foi menor do que 70%: na aldeia de Cacula Velha, a reconversão da escola primária de Sta. Rita em Centro de Investigação e Informação e, na aldeia da Carrapateira, o melhoramento do polidesportivo. No primeiro caso justifica-se a menor percentagem relativa ao conhecimento da intervenção, pelo facto de não estar localizado na própria aldeia, mas na freguesia em que essa se inclui.

Gráfico 9. Conhecimento das Acções de Revitalização Urbana



Fonte: Elaboração própria

Já nas acções de animação os resultados não são tão visíveis. Regra geral regista-se um menor conhecimento das intervenções por relação às de carácter mais físico. Estes menores níveis de conhecimento relacionam-se com a tipologia da intervenção e poderão ter como origem menores níveis de participação e de envolvimento nas acções.

A iniciativa onde se identifica um maior conhecimento por parte das populações é a festa dos presépios. Cacela Velha é a aldeia onde se regista um menor conhecimento de todas as iniciativas. O concurso e festas dos presépios são conhecidos pela grande maioria da população de Cachopo e Estoi.

É igualmente reconhecida nestas aldeias, por mais de 80% da população, a iniciativa das aldeias mais floridas que, contudo, não foi uma acção de animação concretizada na aldeia de Paderne.

No que se reporta à Festa da Gastronomia, mais de 80% dos inquiridos de cada uma das aldeias onde se realizou a iniciativa – Cachopo, Estói e Querença - revelou conhecer esta acção.

Quadro 12. Inquiridos segundo o conhecimento das acções de animação das aldeias

Aldeia	Concurso e Festas dos Presépios				Aldeias Mais Floridas				Festa da Gastronomia			
	Sim	Não	NS/NR	Total	Sim	Não	NS/NR	Total	Sim	Não	NS/NR	Total
Cacela Velha	27	19	5	51	27	16	8	51				
	52,9%	37,3%	9,8%	100%	52,9%	31,4%	15,7%	100%				
Cachopo	47	3	0	50	41	8	1	50	47	3	0	50
	94,0%	6,0%	,0%	100%	82,0%	16,0%	2,0%	100%	94,0%	6,0%	,0%	100%
Estói	45	4	1	50	38	9	3	50	36	10	4	50
	90,0%	8,0%	2,0%	100%	76,0%	18,0%	6,0%	100%	72,0%	20,0%	8,0%	100%
Querença	38	10	2	50	42	6	2	50	40	8	2	50
	76,0%	20,0%	4,0%	100%	84,0%	12,0%	4,0%	100%	80,0%	16,0%	4,0%	100%
Paderne	43	6	2	51								
	84,3%	11,8%	3,9%	100%								
São Marcos da Serra	28	19	3	50	43	5	2	50				
	56,0%	38,0%	6,0%	100%	86,0%	10,0%	4,0%	100%				
Carrapateira	36	9	6	51	29	14	8	51				
	70,6%	17,6%	11,8%	100%	56,9%	27,5%	15,7%	100%				

Fonte: Elaboração Própria

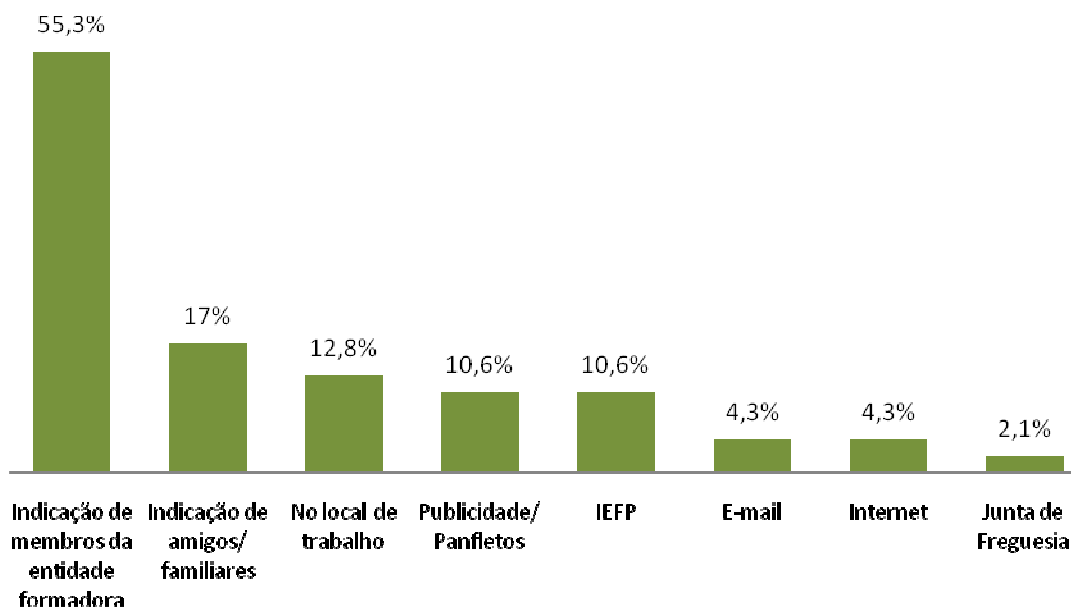
Poder-se-á colocar a hipótese do envolvimento da população estar associado ao conhecimento das acções. De resto, nas duas primeiras edições, em que houve concurso dos presépios, a participação e envolvimento da população era considerado um dos critérios para a atribuição dos prémios.

O conhecimento da intervenção formativa pelos meios de publicitação das entidades promotoras

Os beneficiários das acções de formação referem que obtiveram conhecimento da realização das acções de formação através de membros das entidades formadoras (55,3%). Em segundo lugar, é referenciada a indicação dos amigos e familiares (17%), seguida de informação obtida no local de trabalho (12,8%). A publicidade específica e

o conhecimento da acção através do IEFP são opções assinaladas por cerca de 11% dos respondentes em cada caso. Com menor expressão encontram-se as opções de conhecimento das acções de formação através de email, internet ou Junta de Freguesia.

Gráfico 10. Inquiridos segundo a forma como teve Conhecimento da Acção de Formação

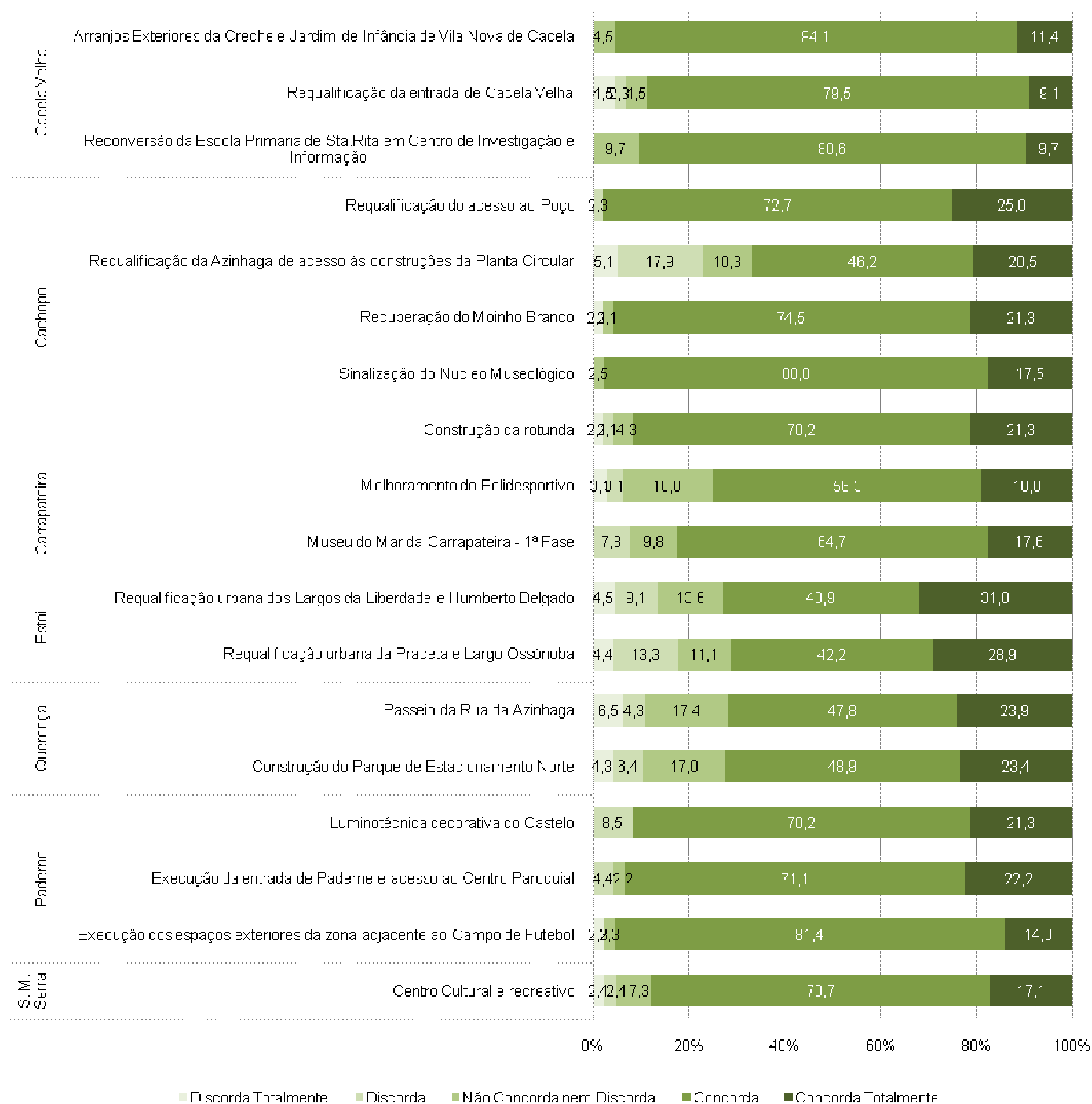


Fonte: Elaboração Própria

A concordância com a intervenção desenvolvida

No que respeita aos projectos de revitalização urbana executados nas aldeias, regista-se um elevado grau de concordância. Em todos os casos é possível verificar que a opinião dos residentes se situa nos dois valores mais positivos da escala de medida (4 - concorda e 5 - concorda totalmente).

Gráfico 11. Inquiridos segundo o Grau de Concordância com os Projectos



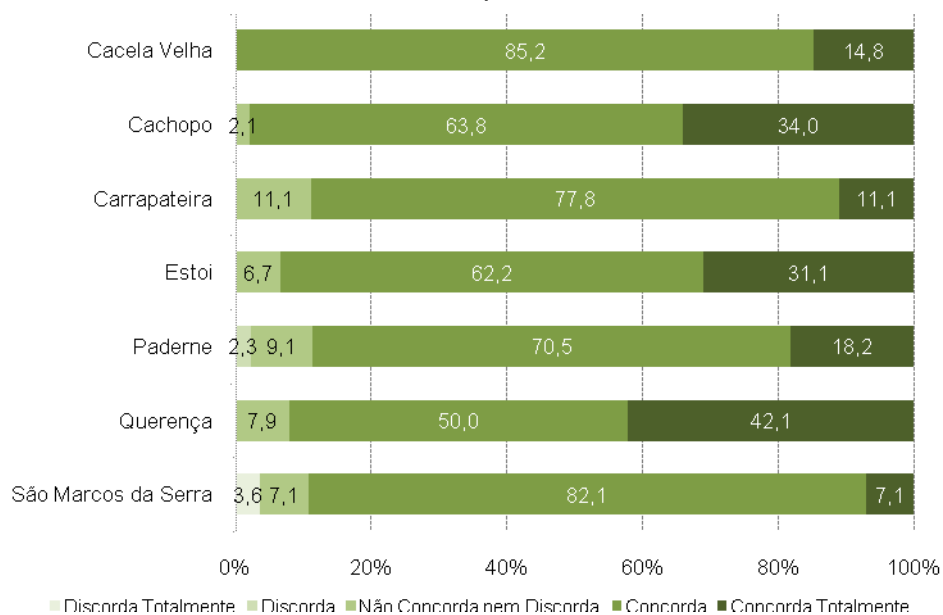
Fonte: Elaboração Própria

Relativamente às acções de animação, reproduzem-se os níveis elevados de concordância com a intervenção.

Quanto ao Concurso e Festas dos Presépios desenvolvido nas sete aldeias do Algarve inquiridas, a grande maioria dos inquiridos refere concordar ou concordar totalmente com a iniciativa – em cada uma das aldeias, esse posicionamento abrange

mais de 85% dos inquiridos – demonstrando, assim, um nível de concordância significativamente positivo. Destacam-se os níveis de concordância mais elevados relativamente ao concurso e festas dos presépios, nas seguintes aldeias: Cachopo, Estoi e Querença.

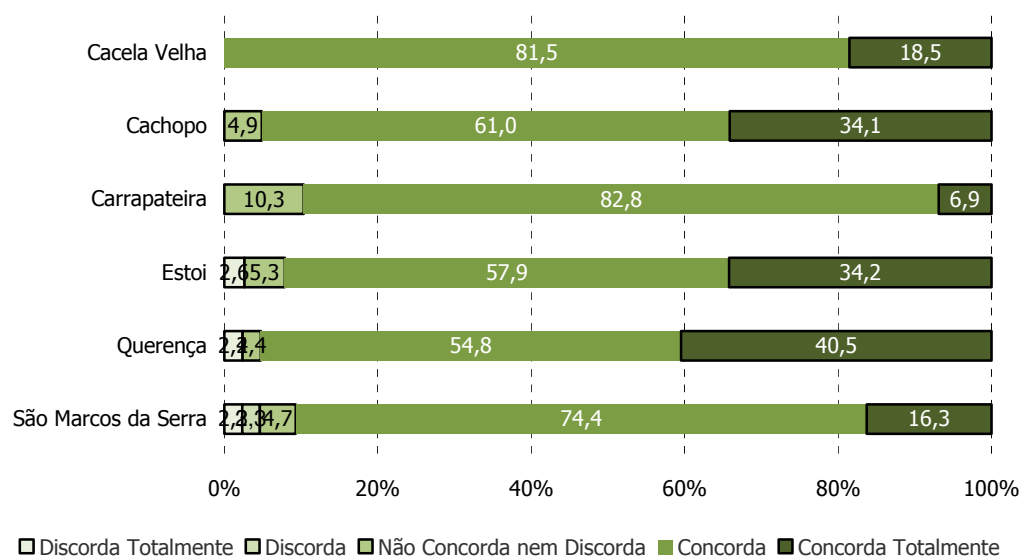
Gráfico 12. Inquiridos segundo o Grau de Concordância com o Concurso e Festas dos Presépios



Fonte: Elaboração Própria

Tal como no Concurso e Festas dos Presépios, o nível de concordância na iniciativa das Aldeias mais Floridas é bastante positivo mas a população residente de Cacela Velha é a única aldeia onde todas as pessoas inquiridas afirmam concordar com a realização deste evento.

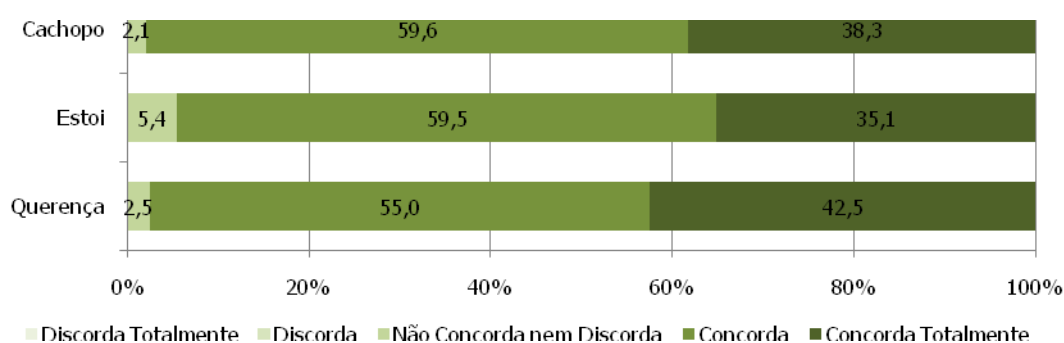
Gráfico 13. Inquiridos segundo o Grau de Concordância com as Aldeias mais Floridas



Fonte: Elaboração Própria

Também relativamente ao nível de concordância com a Festa da Gastronomia é possível constatar que, de uma forma geral, as populações avalizam a iniciativa. Mais de 35% das populações inquiridas em cada uma das aldeias onde esta iniciativa se realizou revelam concordar totalmente com a iniciativa. Concordam com a festa mais de 55% da população inquirida em Cachopo, Estoi e Querença.

Gráfico 14. Inquiridos segundo o Grau de Concordância com a Festa da Gastronomia



Fonte: Elaboração Própria

Elevados níveis de satisfação com a intervenção

O grau de satisfação da população residente das aldeias face aos projectos realizados é semelhante ao grau de concordância: é elevado, situando-se a maioria das respostas nos dois últimos pontos da escala de medida (4 – satisfeito e 5 – muito satisfeito). Regra geral, os autarcas têm uma percepção positiva da satisfação das

populações, o que é corroborado com a análise da satisfação junto das populações locais.

No entanto, e relativamente ao grau de concordância visto anteriormente, existe, no geral, uma maior percentagem de respostas na zona de indecisão e de insatisfação. Os maiores níveis de insatisfação são sentidos na aldeia de Estoi e de São Marcos da Serra. No caso de Estoi, reconhece-se que uma resistência inicial das pessoas à mudança que se associa às intervenções urbanas. Refere-se que as populações, quando as intervenções têm o seu início reclamam sem pensar no longo prazo. No entanto, na opinião do Presidente da Junta desta aldeia, após a intervenção realizada a população adere bem e valoriza as iniciativas.

Destacam-se níveis de insatisfação elevados para uma intervenção específica da aldeia de Cachopo – donde já anteriormente se registara menor concordância – a saber, o projecto de “requalificação da azinhaga de acesso às construções da planta circular”. Na entrevista realizada à Junta de Freguesia são referenciados alguns problemas relacionados com as obras, embora não se refira especificamente esta intervenção. Esses problemas estão relacionados com atrasos nas obras, e necessidade de se fazer de novo uma obra pelo facto de não ter ficado bem inicialmente³³. Poderá ser este o motivo dessa insatisfação.

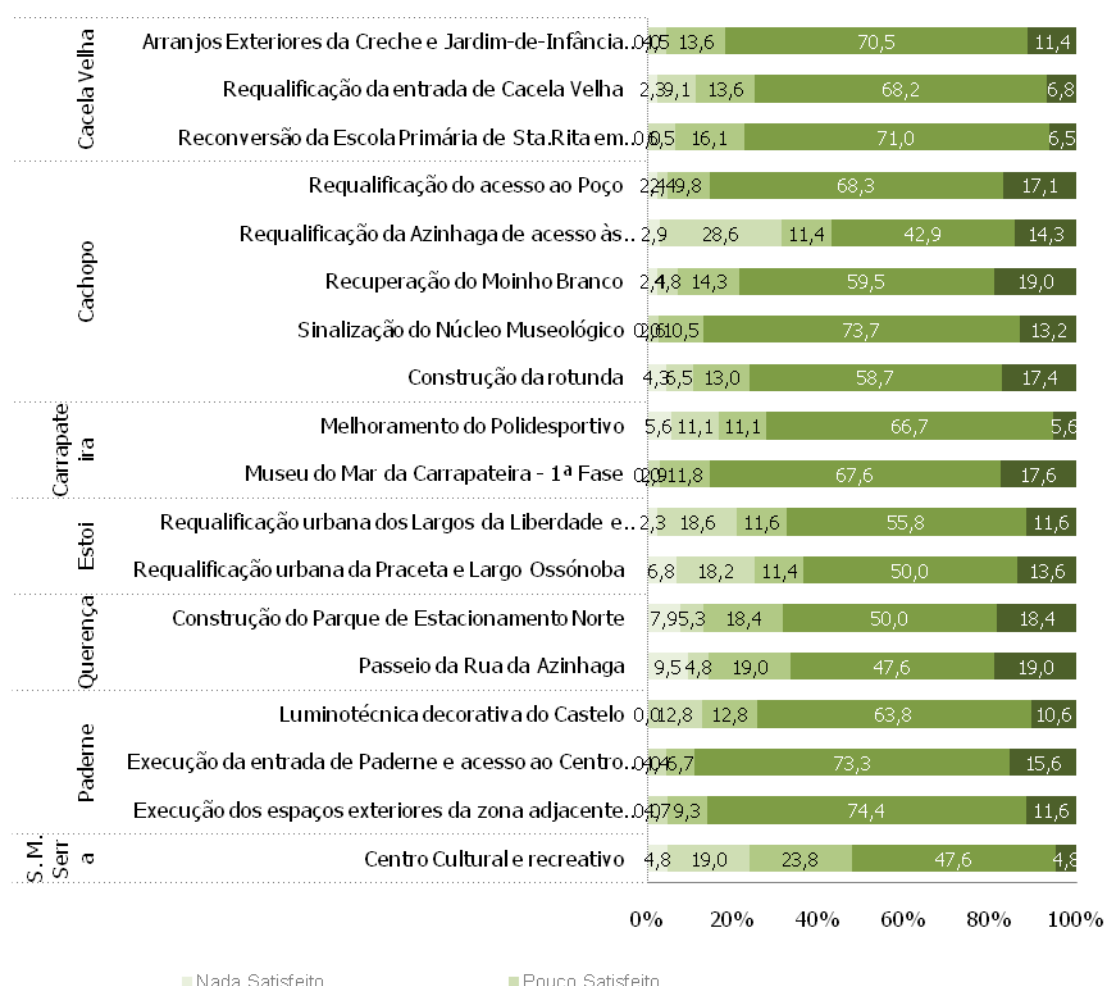
É nas aldeias de Querença e de Cachopo que se registam maiores percentagens de população muito satisfeita com a intervenção desenvolvida. No primeiro caso refere-se que as obras realizadas provocaram algum descontentamento na população. Inicialmente geraram-se muitas resistências, o que se deve às grandes mudanças que a intervenção iria provocar em Querença. De acordo com a In Loco, o facto de se ter mudado o estacionamento para longe dos cafés do centro da aldeia, fez com que se mudassem os clientes aí afluentes, o que ainda gera algum mal-estar entre os comerciantes locais. No entanto, e complementarmente, apesar dos autarcas – seja da Junta de Freguesia, seja da Câmara Municipal – considerarem ter existido resistências e insatisfação iniciais às intervenções a desenvolver, hoje pode assumir-se que a maioria da população estará favorável ao conjunto das intervenções desenvolvidas, o que de resto é visível nos resultados da inquirição na aldeia. Apesar de sabermos que o resultado não evidencia este olhar generalizante de satisfação, também é certo que os

³³ A este nível houve apoio do GTAA ao nível técnico. O empreiteiro teve de contratar pessoal da aldeia, de modo a fazer-se recurso às técnicas locais de construção. Este pessoal foi posteriormente mobilizado para acções de formação sobre essa temática.

processos participativos têm sempre esta desvantagem, que é a de criar maiores debates sobre as intervenções, formando-se opinião sobre a intervenção.

“quando partimos do início das obras já com metade das pessoas convencidas da bondade das soluções propostas e como disse, depois de concluídas estas intervenções, penso que mais de 90% da população gostou da solução e acha que, claramente, o espaço está melhor do que estava no passado. É claro que há sempre uma ou outra pessoa que não está de acordo, mas isso é em todo o lado. No caso concreto da Aldeia de Querença, o que dizem é que haverá um pouco de pinos a mais, que é a crítica ainda mais generalizada, mas que se calhar até se pode aceitar.” (José Graça - Câmara Municipal de Loulé)

Gráfico 15. Inquiridos segundo o grau de satisfação com os projectos de revitalização urbana



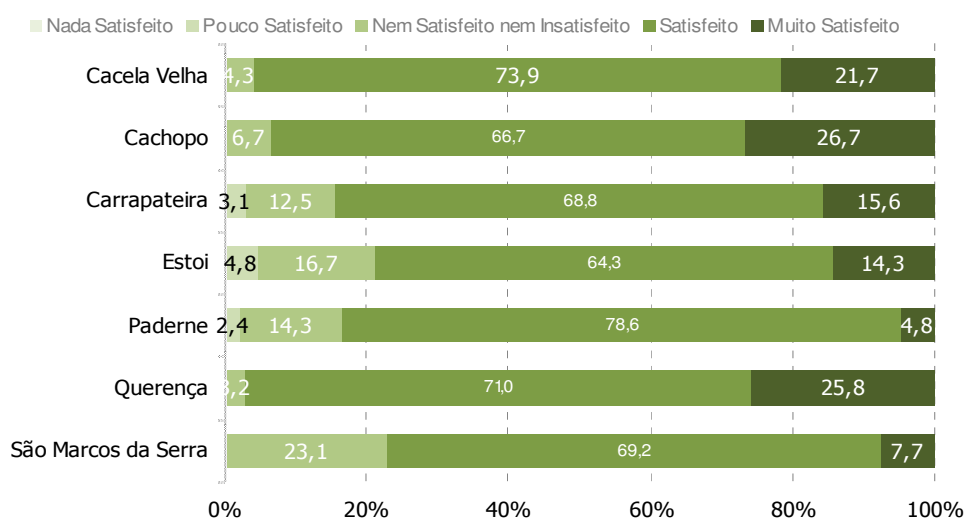
Fonte: Elaboração Própria

Também nas acções de animação territorial se registam níveis elevados de satisfação com as intervenções desenvolvidas.

No respeitante ao Concurso e Festas dos Presépios, mais de 70% dos inquiridos em cada uma das aldeias se manifesta satisfeito ou muito satisfeito. As aldeias que apresentam níveis mais elevados de satisfação são Cachopo e Querença. Esta satisfação é visível através do discurso do Presidente da Junta de Freguesia de Querença “*Satisfação, o motivo de estarem unidos, de se encontrarem, de se verem, auto-estima, gostar de si próprio, motivo de orgulho e de motivação.*”

Encontram-se algumas opiniões de insatisfação apenas nas aldeias de Carrapateira, Estoi e Paderne – se bem que os valores sejam praticamente residuais, face a opiniões tendencialmente favoráveis. Aliás, de acordo com a opinião do Presidente da Junta de Freguesia da Bordeira que refere que os residentes “(...) andam todos animadíssimos e motivados com a situação e traz sempre visitantes.”

Gráfico 16. Inquiridos segundo o Grau de Satisfação com o Concurso e Festas dos Presépios

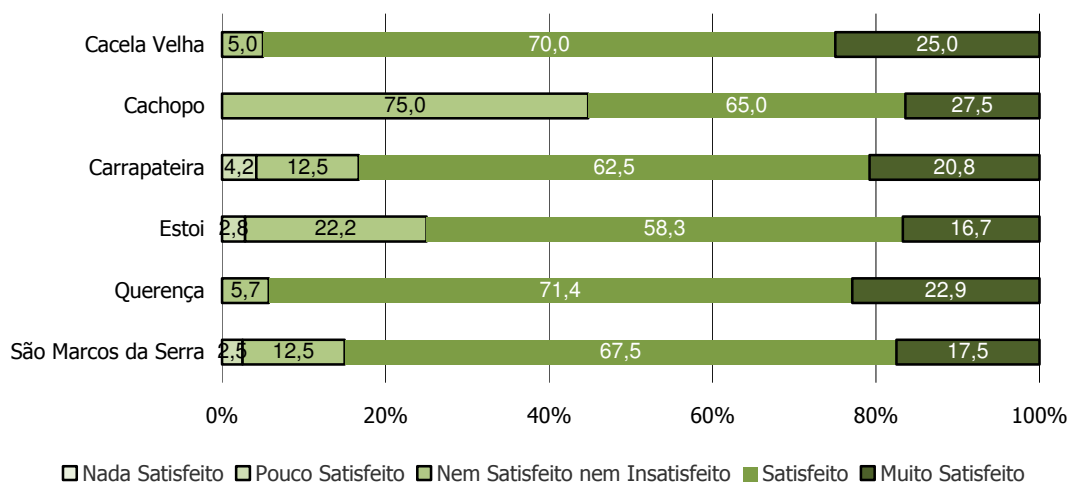


Fonte: Elaboração Própria

No que concerne à satisfação face à realização das Aldeias mais Floridas, verifica-se, de igual modo, a tendência para graus de satisfação elevados. Parte significativa das aldeias apresenta uma percentagem superior a 20% de inquiridos que se consideram muito satisfeitos com a acção, a saber: Cacela Velha, Cachopo, Carrapateira e Querença. Contudo, algumas aldeias evidenciam uma relevante percentagem de pessoas que se consideram pouco satisfeitas relativamente às Aldeias mais Floridas, particularmente Carrapateira, Estoi e São Marcos da Serra. No caso de Carrapateira e de São Marcos poderá relacionar-se com a participação e com o perfil de participantes, que teremos oportunidade de aprofundar mais à frente. É preciso

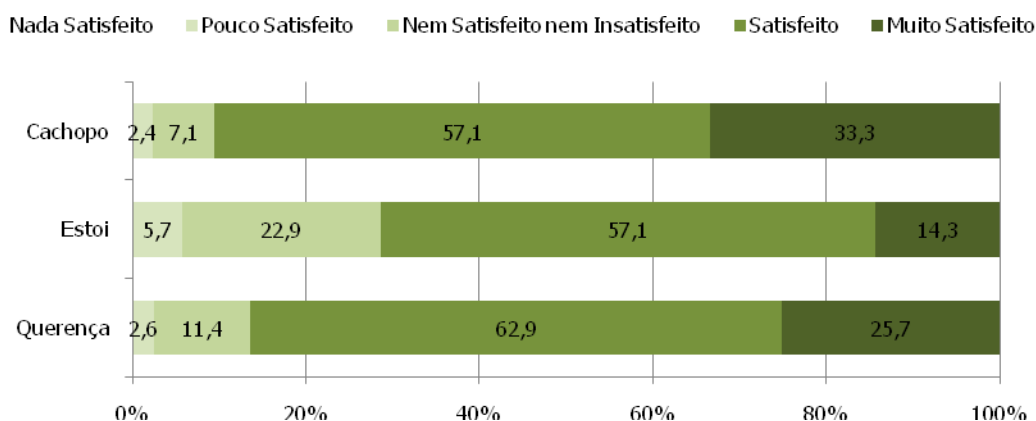
referir que houve aqui um trabalho de animação mais frágil, comparativamente com as restantes acções. Tal poderá justificar-se pelo facto do orçamento das Aldeias Mais Floridas ter sido mais restrito do que nas outras acções.

Gráfico 17. Inquiridos segundo o Grau de Satisfação com as Aldeias mais Floridas



Quanto à Festa da Gastronomia, reproduzem-se os níveis elevados de satisfação registados para as outras duas iniciativas. Em Cachopo mais de 90% da população manifestou-se satisfeita ou muito satisfeita com a iniciativa. De destacar que quer em Cachopo quer em Querença mais de 25% da população inquirida em cada aldeia manifestou-se muito satisfeita com a iniciativa. Estoi é a aldeia que apresenta uma maior percentagem de inquiridos que se revelam pouco satisfeitos com a iniciativa.

Gráfico 18. Inquiridos segundo o Grau de Satisfação com a Festa da Gastronomia



Seja pelos resultados atingidos, ou pelos impactos que se vão desenhando, há um consenso relativo à importância destas iniciativas de animação para as populações locais, por parte das instituições entrevistadas. No entanto, não se pode deixar de sublinhar a opinião visível na entrevista realizada à Câmara Municipal de Albufeira, que se reporta à não concordância com a reprodução de modelos das acções de animação para todas as aldeias. Neste caso em específico, e que vai ao encontro de um conjunto de propostas igualmente realizadas, reconhece-se a necessidade de equacionar intervenções de animação adaptadas à realidade de cada uma das aldeias.

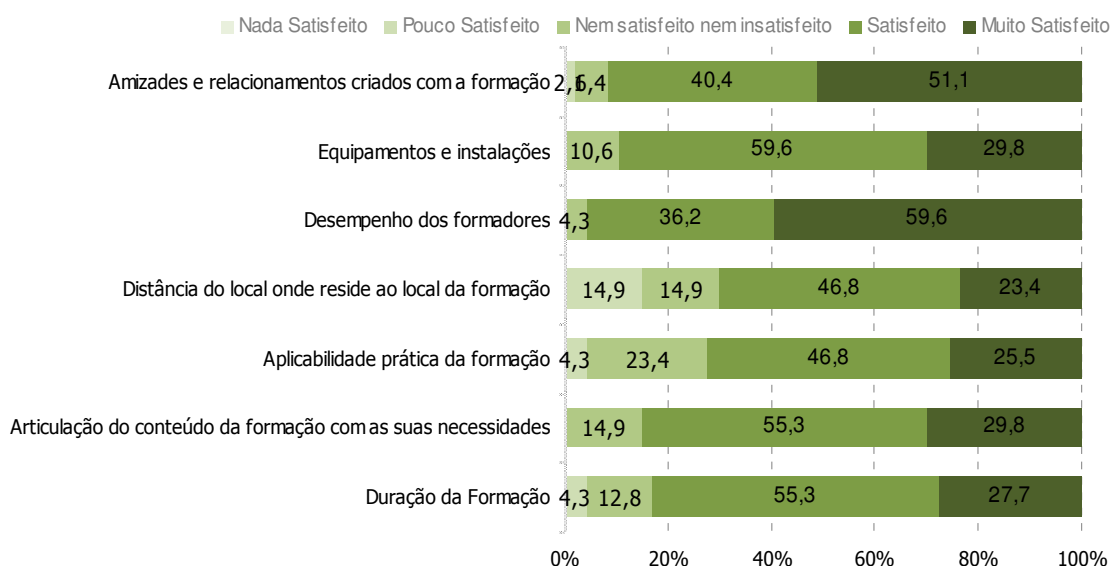
No entanto, se esta pode ser a opinião manifestada por alguns dos actores, certo é que a estratégia inerente à promoção destas acções era precisamente inversa. Em nenhum momento houve a intenção destas acções substituírem outras promovidas em cada uma das aldeias. Com o programa de animação das Aldeias visava-se produzir um efeito de escala, pela promoção de iniciativas conjuntas em todo o território.

Relativamente à satisfação dos formandos, pode dizer-se que os resultados são positivos. Em todos os itens se verifica que as respostas se situam nos dois elementos mais positivos da escala construída (isto é, no valor 4-Satisfeito e 5- Muito satisfeito). Há também uma percepção positiva das entidades formadoras no respeitante à satisfação dos formandos com as acções desenvolvidas.

O grau de satisfação é maior nos itens relativos às amizades e relacionamentos criados com a formação e no desempenho dos formadores, com os quais os destinatários destas acções referem estar muito satisfeitos (51,1% e 59,6% respectivamente).

Por outro lado, o grau de insatisfação é maior nos itens relativos à distância do local onde reside ao local de formação e a aplicabilidade prática da formação, onde se regista uma maior percentagem de respostas em “pouco satisfeito” ou indiferente (nem satisfeito nem insatisfeito). No caso do item distância do local onde reside ao local de formação as respostas nestes dois níveis da escala de reposta são de 14,9%, e no caso da aplicabilidade prática da formação 23,4% dos indivíduos não estão nem satisfeitos nem insatisfeitos e 4,3% estão pouco satisfeitos.

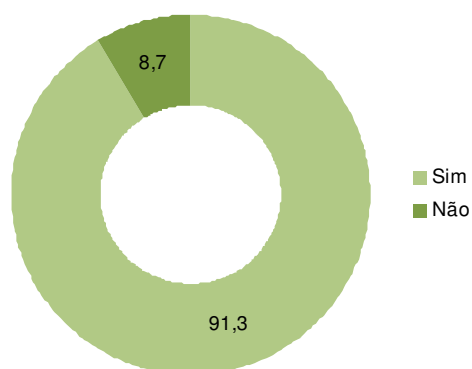
Gráfico 19. Inquiridos segundo o Grau de Satisfação com a Formação



Fonte: Elaboração Própria

Ao grupo de formandos, e como forma indirecta de aferição da satisfação com a performance da entidade formadora, questionou-se sobre a vontade de frequência futura de uma acção futura naquela entidade em que frequentou o curso em avaliação. Verifica-se que em 91,3% dos casos se registará um retorno àquela entidade, em caso de necessidade formativa. Esta situação permite, por um lado confirmar os resultados obtidos relativamente ao grau de satisfação e por outro, revelam um bom desempenho das entidades formadoras quanto à sua relação e satisfação dos formandos.

Gráfico 20. Inquiridos segundo a vontade de frequentar outra formação na mesma entidade



Fonte: Elaboração Própria

4.2. PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO - DO DESENHO À EXECUÇÃO DAS ACÇÕES

Níveis de auscultação razoáveis para o desenho das acções de revitalização urbana

Quando foi solicitado aos residentes que se pronunciassem acerca do seu envolvimento nos projectos de revitalização urbana nas aldeias, verificou-se que a participação da população terá sido diminuta, o que é corroborado por alguns actores locais que afirmam terem-se tratado de intervenções de cima para baixo. A grande maioria dos residentes refere que não foi solicitada a sua opinião relativamente aos projectos definidos. Onde se regista uma maior percentagem de pessoas que consideram ter sido solicitada a opinião aquando da realização das intervenções foi nas aldeias de Carrapateira e de Querença, pese embora em ambos os casos assinalado por menos de 20% dos inquiridos de cada aldeia. Na verdade, de acordo com a descrição dos mecanismos de participação, realizada pelos actores locais entrevistados, conclui-se pela existência de mecanismos mais tradicionais – mera auscultação com apresentação pública das iniciativas previamente equacionadas e não envolvimento activo da população no desenho das intencionalidades de investimento sobre o local.

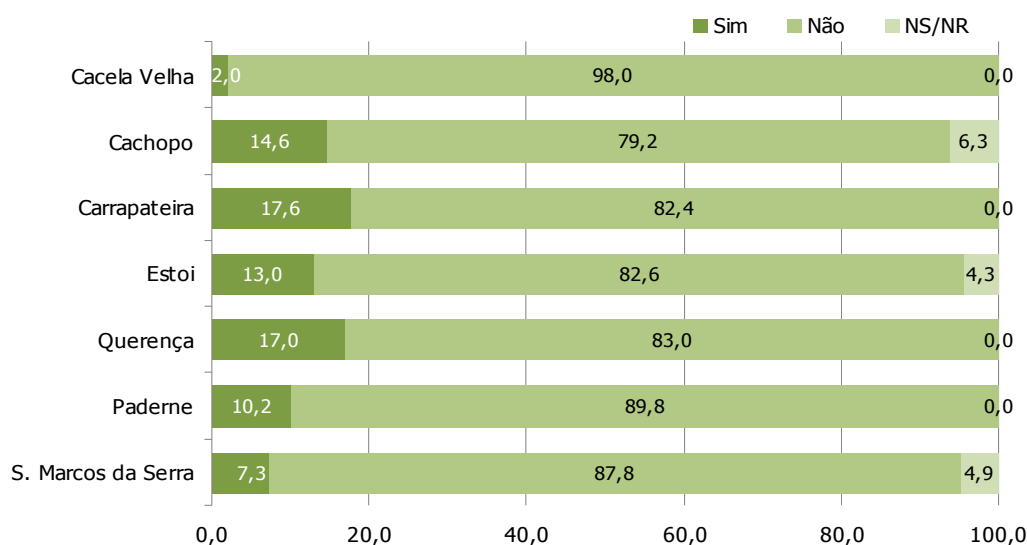
No entanto, apesar da maior parte das pessoas referir que não foi auscultada sobre as acções de revitalização urbana, a percentagem daqueles que referem que a sua opinião foi solicitada é bastante razoável. Na maior parte das aldeias, mais de 10% da população refere que foi consultada a este respeito.

Em Cacela Velha, e de acordo com a Junta de Freguesia, apesar de se admitir terem sido envolvidos associações locais, assim como residentes da freguesia, admite-se que a população não opina muito em relação às acções realizadas o que se justificará pelo perfil de envelhecimento da freguesia. No entanto, o presidente da Câmara Municipal avalia positivamente a participação das populações locais no desenho do projecto do Museu do Mar – reflecte a sua identidade local e contribui para a sua auto-estima.

Um outro exemplo pode ser dado relativamente à situação de Estoi. Considera-se que houve um entusiasmo aquando da concepção do Plano de intervenção que esmoreceu com o decurso da intervenção, o que fica a dever-se à mudança de estratégia do executivo camarário, de acordo com a Junta de Freguesia. Apesar de

terem sido realizadas reuniões de consulta à população sobre as intervenções assim como para informação sobre o desenvolvimento das acções que têm impacto ao nível do espaço público e da mobilidade das pessoas na altura da obra, não apareceram muitas pessoas. Da entrevista realizada à Câmara Municipal de Faro, admite-se que essa frágil participação se deve à não compreensão dos projectos, o que consideramos poder dever-se à não tradução da intervenção para as populações.

Gráfico 21. Inquiridos segundo a Solicitação da sua Opinião para as Intervenções Urbanas



Fonte: Elaboração Própria

Uma participação alargada dos habitantes nas acções de animação territorial, acompanhada da dinamização por agentes locais

No conjunto das acções de animação verificam-se posições diferentes daquelas registadas nas acções de intervenção urbana, relativas à percepção de participação e envolvimento da população na execução.

Quando foi solicitado à população residente que se manifestasse acerca do seu grau de participação no Concurso e Festas dos Presépios, verificou-se que existe, no geral, uma percentagem significativa de respostas positivas na escala de participação (3 – algumas vezes, 4 – muitas vezes e 5 – sempre). As aldeias que apresentam maior percentagem de inquiridos a referirem os mais elevados níveis de participação no

Concurso e Festas dos Presépios são Cachopo, Paderne, Querença e São Marcos da Serra.

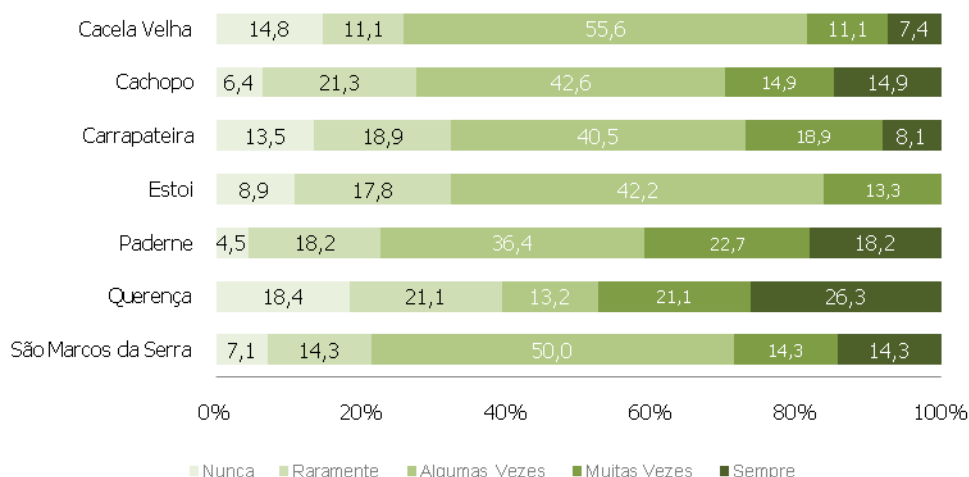
Contrariamente, Cacela Velha, Carrapateira e Querença são as aldeias que apresentam maior percentagem de pessoas que consideram nunca ou raramente ter existido participação por parte das populações.

Em Paderne, regista-se uma associação entre o nível de concordância e a participação da população no Concurso e Festas dos Presépios.

A adesão à Festa dos Presépios excedeu as expectativas dos promotores e da própria organização, sendo que a *"participação das populações, os locais eleitos para a instalação dos presépios, a sua dimensão, a integração de elementos arquitectónicos locais, assim como os materiais eleitos para a sua realização, dão-nos a certeza que os objectivos foram amplamente atingidos."* (CCDRAlgarve, s/d).

Considera-se que a Festa dos Presépios foi uma iniciativa positiva, pelo envolvimento que suscitou na população. As próprias Câmaras incentivaram outras aldeias a participarem, para além daquelas incluídas no Programa das Aldeias. A Associação Terras do Baixo Guadiana afirma mesmo que no conjunto das acções de animação realizadas a mais interessante foi a dos presépios.

Gráfico 22. Inquiridos segundo o Grau de Participação nos Concursos e Festas dos Presépios



Fonte: Elaboração Própria

Em relação à participação na acção das Aldeias Mais Floridas, reconhece-se a participação residual da população nalguns casos. Por exemplo, de acordo com a

perspectiva do Presidente da Junta de Freguesia de São Marcos da Serra (José António Folgado), a população local "(...) *simplesmente não adere*" a estas iniciativas e lamenta a falta de colaboração da população residente "*Todas as pessoas querem flores à porta, mas depois não são capazes de regar.*" De resto, a apreciação deste autarca é a de que a população participa pouco nas iniciativas – muito visível nas acções de animação, mas extensível às acções de intervenção urbana.

Da parte da Junta de Freguesia da Bordeira [aldeia da Carrapateira], sente-se que nem sempre se consegue motivar a população para participar nas acções de animação. Tal é justificado pelo facto de se estar perante uma população envelhecida. Por exemplo, refere-se que apenas houve uma participação na festa dos presépios, pois no ano seguinte as pessoas já não aderiram à iniciativa.

No que respeita a Querença, de acordo com o discurso do Presidente da Junta de Freguesia de Querença " (...) *vê aqui no largo da nossa Junta flores que nunca teve (...)*" e acrescenta ao referir que "(...) *este ano nós com o nosso próprio dinheiro compramos o resto dos vasos das flores, pusemos flores (...).*"

Apesar de se ter realizado apenas uma festa da gastronomia, o balanço que se faz, seja do envolvimento dos restaurantes, seja das populações locais é igualmente positivo.

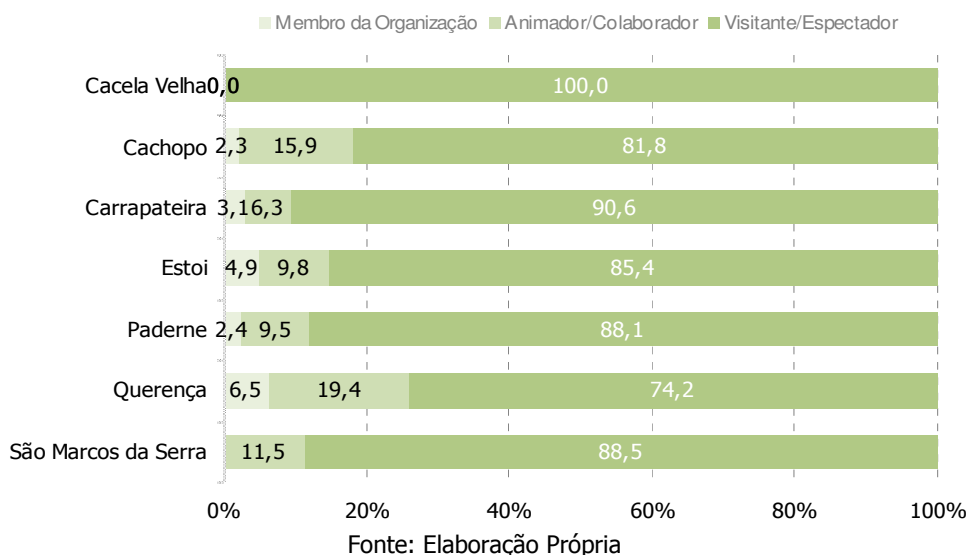
Deve salientar-se que a natureza diferente das iniciativas tem repercussões na forma como as populações são mobilizadas para participar. Na Festa dos Presépios as pessoas tiveram uma participação directa e tal era considerado como condição para a atribuição dos prémios atribuídos inicialmente. A mobilização das populações locais e necessariamente mais residual nos casos das festas das Aldeias mais floridas e da gastronomia.

Procurou-se ainda conhecer as formas que essa participação assumiu (membro da organização, animador/colaborador e visitante/espectador) nas três acções de animação por Aldeia. Este indicador é uma unidade de medida indirecta do perfil participativo de cada uma das aldeias, independentemente do tipo de iniciativa a que nos possamos estar a reportar.

Em relação ao Concurso e Festas dos Presépios, é notório que a população residente das sete aldeias participa enquanto visitante/espectador. De facto, a população da aldeia de Cacela Velha revela que todos participam apenas como visitantes ou espectadores. As participações como animador/colaborador e membro da organização no concurso e festas dos presépios são significativamente expressivas na

aldeia de Querença – com 19,4% dos inquiridos a referirem ter sido colaboradores/animadores da iniciativa e 6,5% a auto-referenciarem-se como elementos da organização.

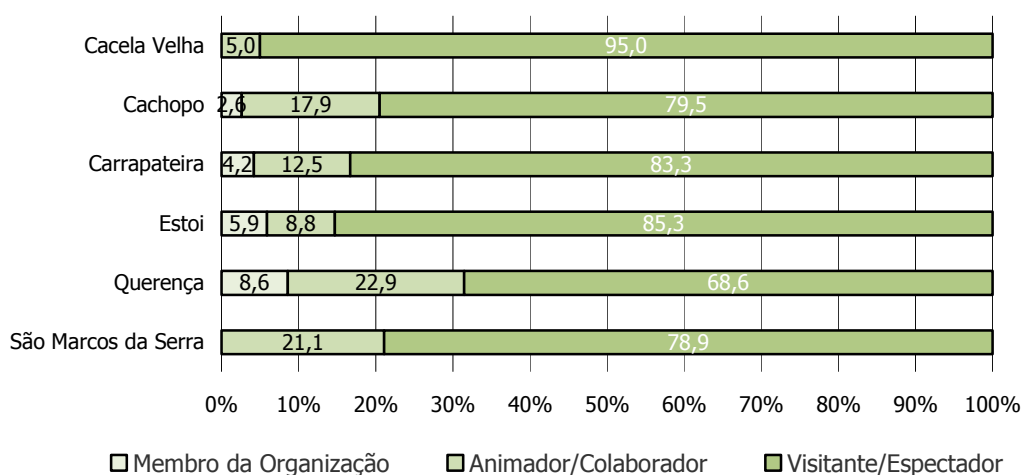
Gráfico 23. Forma de Participação no Concurso e Festas dos Presépios



À semelhança do Concurso e Festas dos presépios, a forma de participação nas Aldeias mais Floridas mais significativa é como visitante/espectador. As aldeias que se diferenciam com valores elevados na participação enquanto visitante/espectadores (mais de 80% dos inquiridos em cada caso) são sobretudo Cacela Velha, Carrapateira e Estoi.

A participação como animador/colaborador nas Aldeias mais Floridas é mais evidente nas aldeias de Querença e São Marcos da Serra, com cerca de 20% dos inquiridos a referirem ter este papel no evento. E, por último, a maior percentagem de população que refere participar nas Aldeias mais Floridas, enquanto membro da organização, é possível encontrar nas aldeias de Querença e Estoi – 8,6% da população inquirida no primeiro caso e 5,9% no segundo.

Gráfico 24. Forma de Participação nas Aldeias mais Floridas



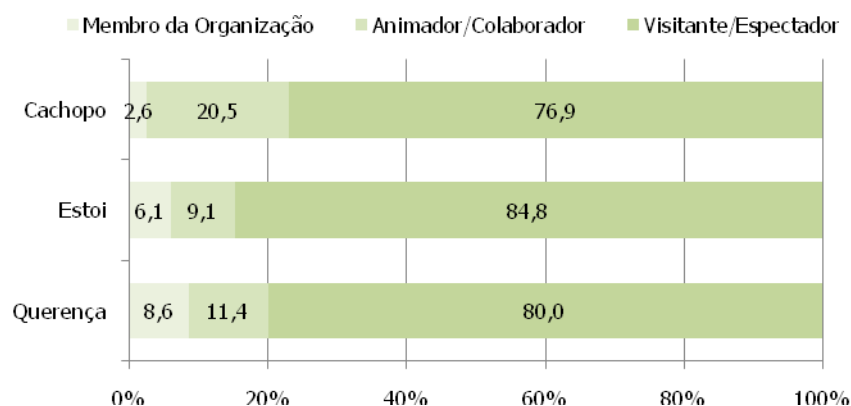
Fonte: Elaboração Própria

Na Festa da Gastronomia, confirma-se que a população residente participou, maioritariamente, como visitante ou espectador.

A participação enquanto animador ou colaborador na festa da gastronomia, a aldeia de Cachopo destaca-se como a mais expressiva – 20,5% dos inquiridos afirmaram ter desempenhado esta função.

A participação como membro da organização desta iniciativa territorial é visível nas aldeias de Querença e Estoi. O Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia de Querença indica que, ao nível da gastronomia, as pessoas "(...) *colaboraram e tivemos indicadores de aderência das pessoas que vieram (...)*".

Gráfico 25. Forma de Participação na Festa da Gastronomia



Fonte: Elaboração Própria

De uma maneira geral, e relativamente à participação nas acções de animação das aldeias, a maioria das pessoas inquiridas refere participar como “visitante/espectador”. Apesar de não ser tão significativa como a anterior, a segunda forma de participação mais referida pela população é como “animador/colaborador”. Por oposição, a forma de participação enquanto membro da organização destas animações, apresenta valores relativamente baixos comparados com as anteriores formas de participação.

Em síntese, a população residente participa de um modo expressivo nas três acções de animação, pese embora em algumas aldeias a participação seja mais evidente em determinadas iniciativas de animação territorial do que outras. A opinião da Engenheira Catarina Cruz (CCDRAlgarve) confirma esta grande adesão por parte da população às acções de animação ao afirmar que “(...) *a envolvência de cada aldeia depende muitas vezes da junta de freguesia, da autarquia, mas acho que correu bastante bem.*”

Considera-se ainda que a participação pode diferir em função da localização – de acordo com a CCDDR considera-se que o Nordeste Algarvio há mais dinamismo, mais entusiasmo e envolvimento por parte da população.

Nas acções de animação é claramente visível o envolvimento de diferentes agentes locais, para além de uma participação alargada da população. Neste domínio, as Juntas de Freguesia, tiveram uma responsabilidade de mediação muito importante. Por exemplo, em Estoi, destaca-se todo o papel da Junta de Freguesia na mobilização das populações locais para as várias iniciativas desenvolvidas, a par com outros elementos de organizações locais.

“Foi a Junta que desenvolveu estas acções, procurando que da parte da população houvesse um apoio complementar para a execução das mesmas. Nos pratos regionais, acabou por um elemento da Junta contactar as pessoas, mobilizar as pessoas para se poder pensar num prato que se fizesse muito tradicionalmente que pudesse ser posto a concurso. No caso do presépio também era na própria junta que as pessoas se juntavam para ajudar a fazer as figuras do presépio... mais as senhoras... depois a parte dos maridos na estrutura para receber o presépio no meio do Largo da aldeia. (...) os próprios funcionários da Junta Nas suas horas de serviço e também fora delas (...) ajudaram na colocação dos vasos, das Aldeias Mais Floridas, nas paredes das pessoas. Da nossa parte foi também o aliciar as pessoas em como aquilo seria interessante e a aldeia e as suas casas ficariam mais bonitas. E portanto, trabalhávamos também na aquisição das plantas, mandar fazer os vasos tradicionais de barro, mas as pessoas ajudavam a colocar as plantas e ficavam responsáveis pela rega e tratamento dessas mesmas plantas. Portanto a gente teve sempre à frente na dinamização e execução das obras.” (José Paula Brito - Junta de Freguesia de Estoi)

Em Paderne, procurou desenvolver-se um trabalho de articulação entre as acções de animação e de revitalização urbana, por parte do Gabinete Técnico. Assim, de modo a estabelecer confiança face ao trabalho que este Gabinete iria desenvolver, iniciou-se um trabalho directo com a população. Tal acabou por traduzir-se no envolvimento dessa equipa na organização de acções de animação para a aldeia. Para além desta participação identifica-se ainda o envolvimento de associações locais no planeamento das acções de animação territorial que são desenvolvidas na aldeia. Essas associações disponibilizam-se depois para apoiarem na organização das iniciativas. Também na aldeia de Cacela Velha se procurou o envolvimento de associações locais na organização das acções de animação.

O balanço realizado pelos diferentes actores locais relativamente ao envolvimento das populações nestas acções é francamente positivo, e consideravelmente mais favorável do que a avaliação da participação na concepção das acções de revitalização urbana. Acrescenta-se mesmo que, se as pessoas não estivessem satisfeitas com a intervenção não se registaria uma tão grande participação. Considera-se que estas iniciativas promovidas pela CCDR vão ao encontro das necessidades das populações. As acções de animação já haviam sido apresentadas à população aquando da apresentação do Plano, mas na fase de execução houve um envolvimento activo das populações nas acções de animação.

Não foram só as expectativas das equipas organizadoras que foram superadas, mas também as da própria população, o que se considera traduzível nos elevados níveis de satisfação da população com as iniciativas. É argumentado que estas iniciativas servem de pretexto para o convívio genuíno que é característico dos modos de vida das populações destas aldeias. Para além disso, afirma-se que as acções de animação são um contributo para a valorização do território por parte dos locais.

Apesar desta percepção positiva, e apesar de existir sempre um conjunto de pessoas que gostam de participar na organização deste tipo de eventos, em Cacela Velha considera-se que a participação das pessoas nas acções de animação é sempre limitada pela estrutura etária da população da aldeia. Tal apreciação é acompanhada pela Junta de Freguesia de São Marcos da Serra.

Frágil participação dos públicos no desenho dos projectos formativos, embora com a procura de adaptação à realidade envolvente e envolvimento das equipas de formação no desenho da intervenção

No que se reporta à participação dos formandos nos vários momentos do processo formativo, verificam-se abordagens organizacionais diferenciadas.

Na Associação In Loco foi referido que nalgumas das formações já existem modelos certificados que não podem ser ultrapassados. Nesse caso, a margem de manobra na concepção é diminuta. Quando é possível criar formação adaptada ao público, a associação procura construir o percurso formativo em função do que conhecem das pessoas que vão frequentar as acções: seja ao nível dos conteúdos, dos horários. São realizados contactos prévios de modo a incluir todas estas dimensões na fase de planeamento da formação. Uma das acções desenvolvidas por uma outra entidade do Barlavento Algarvio serviu de inspiração para o avanço com a acção sobre animação e gestão do património, cujo desenho foi da total responsabilidade da Associação.

Contudo, a delegada regional da Planície, e também no caso da Odiana, menciona que esta participação não se traduz necessariamente no projecto, uma vez que a selecção dos formandos é feita apenas depois da aprovação dos projectos e, consequentemente, é difícil incorporar as suas expectativas e participações após esta fase: *"Fizemos entrevistas com os formandos e auscultamos qual era o interesse deles em vir a frequentar o curso, as expectativas, o que pretendiam para o futuro, se pretendiam arranjar emprego na área, se pretendiam, por exemplo, criar uma empresa na área. Mas é difícil fazer reajustamentos quando já temos algo aprovado."* (Deolinda Reigado - Planície).

No caso da Planície, na altura da implementação do plano procuraram, através de entrevistas realizadas aos formandos, analisar as expectativas que tinham em relação à formação. No entanto, considera-se difícil a realização de reajustamentos quando os planos já estão aprovados. Nalguns casos as propostas iam no sentido de aumentar a carga horária de formação, o que não foi possível realizar. Refere-se ainda que alguns dos formadores participaram no desenho do projecto. Para garantir a implementação foram realizadas parcerias institucionais cujo balanço do trabalho conjunto é positivo.

Apesar dessa frágil participação dos futuros formandos no desenho da formação, refere-se que, no caso da Associação Odiana, toda a equipa, desde formadores à

coordenação, participou no desenho do projecto. Em particular, cada um dos formadores desenhou o módulo que iria ministrar. Para garantir a execução foi necessário o estabelecimento de parcerias com entidades locais.

Acompanhamento do grupo de formandos no decurso do processo formativo e manutenção de contactos com as entidades formadoras, mas fragilidades ao nível do acompanhamento pós-formação

No decurso da formação as preocupações são de carácter processual e organizacional, se bem que também se afirmam sobre os graus de satisfação dos formandos face às suas expectativas iniciais. Em todas as entidades se registou esse acompanhamento e envolvimento dos formandos na dinâmica do processo formativo. Houve um acompanhamento permanente no sentido de verificar se a formação estava a desenvolver-se dentro do esperado. No caso da Planicôa refere-se ter existido uma situação de maior conflitualidade numa das acções de formação, que chegou ao conhecimento da CCDR pelos próprios formandos. Nesse caso, a própria entidade tomou todas as providências para a resolução do problema em causa, indo ao encontro do desejado pelo grupo de formandos.

Considera-se, no entanto, ser mais difícil fazer monitorização nas acções de curta duração. Por exemplo, na acção de animadores e gestores do património, promovida pela Associação In Loco, foi possível ter uma tutora a fazer o acompanhamento ao longo da execução de todo o projecto formativo.

No que se refere ao acompanhamento dado aos formandos após o término das acções de formação, conclui-se que este é difícil de ser feito.

Na Planicôa não se deu continuidade aos contactos estabelecidos anteriormente com os todos os formandos e, a partir desta fase, *"(...) os contactos são informais."* (Deolinda Reigado - Planicôa).

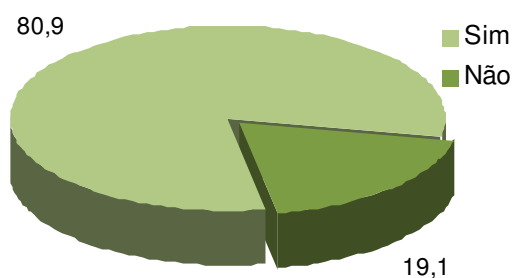
Na Associação In Loco o acompanhamento dos formandos pela entidade formadora pós-formação teve continuidade, no respeitante à formação em que tiveram ao serviço uma tutora com essa finalidade, tal como indica a presidente da mesma associação: *"A tutora acompanhou durante essencialmente um ano. (...) sempre que eles tomam a iniciativa de vir cá, nós o apoiamos. (...) tentamos que algum acompanhamento seja feito por parte da nossa rede de animadores do território (...)".* No entanto, afirma-se que o acompanhamento após a formação não pode ser

realizado. Findo qualquer projecto os técnicos ficam a trabalhar noutros, não havendo disponibilidade para acompanhar os públicos da formação. Os contactos que são estabelecidos são sempre no sentido de articular com outras intervenções em curso na entidade.

Na Odiana a abordagem adoptada relativamente ao acompanhamento dos formandos pós-formação complementa também abordagens informais com formais.

Ainda relativamente ao acompanhamento dado aos formandos após o término das acções de formação, na inquirição aos formandos verificou-se que a grande maioria dos beneficiários manteve contacto com a sua entidade formadora nesse período (80,9%). Apenas 19,1% dos inquiridos referiu não ter mantido este tipo de contacto. Disto se conclui, que apesar de formalmente as entidades não conseguirem garantir esse acompanhamento, os formandos mantêm contacto com a entidade.

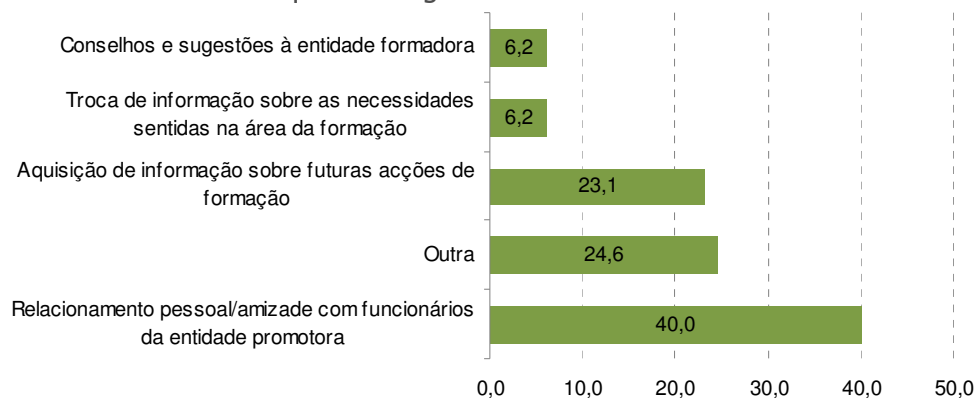
Gráfico 26. Inquiridos segundo a manutenção de Contacto com a Entidade Formadora depois de finalizada a Formação



Fonte: Elaboração Própria

Aos inquiridos que mantiveram contacto com entidade formadora, foi também solicitado que mencionassem a finalidade e tipo de contacto tinha sido estabelecido após a realização das acções de formação. Relativamente à finalidade deste contacto, os formandos afirmam que se deveu principalmente devido ao relacionamento pessoal e de amizade criados com os funcionários da entidade formadora (40,0%), a outros motivos, que referiram ser apenas profissionais, (24,6%) e à aquisição de informação sobre futuras acções de formação (23,1%). Com menor incidência de respostas surgem motivos como conselhos e sugestões à entidade formadora e troca de informação sobre as necessidades sentidas na área da formação (ambas com 6,2%).

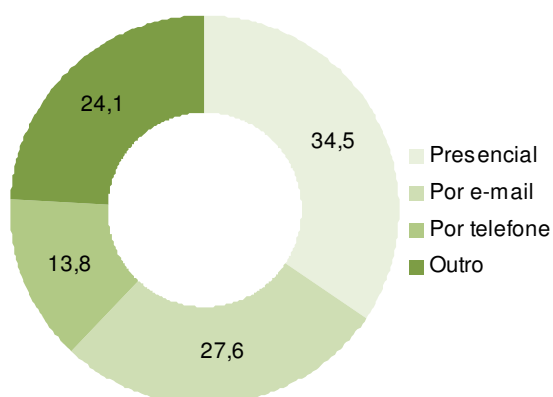
Gráfico 27. Inquiridos segundo a Finalidade do Contacto Pós-Formação



Fonte: Elaboração Própria

Finalmente, o tipo de contacto mantido com a entidade formadora foi, na maioria dos casos, presencial (34,5%) e através de correio electrónico (27,6%).

Gráfico 28. Inquiridos segundo o Tipo de Contacto Mantido Pós-Formação



Fonte: Elaboração Própria

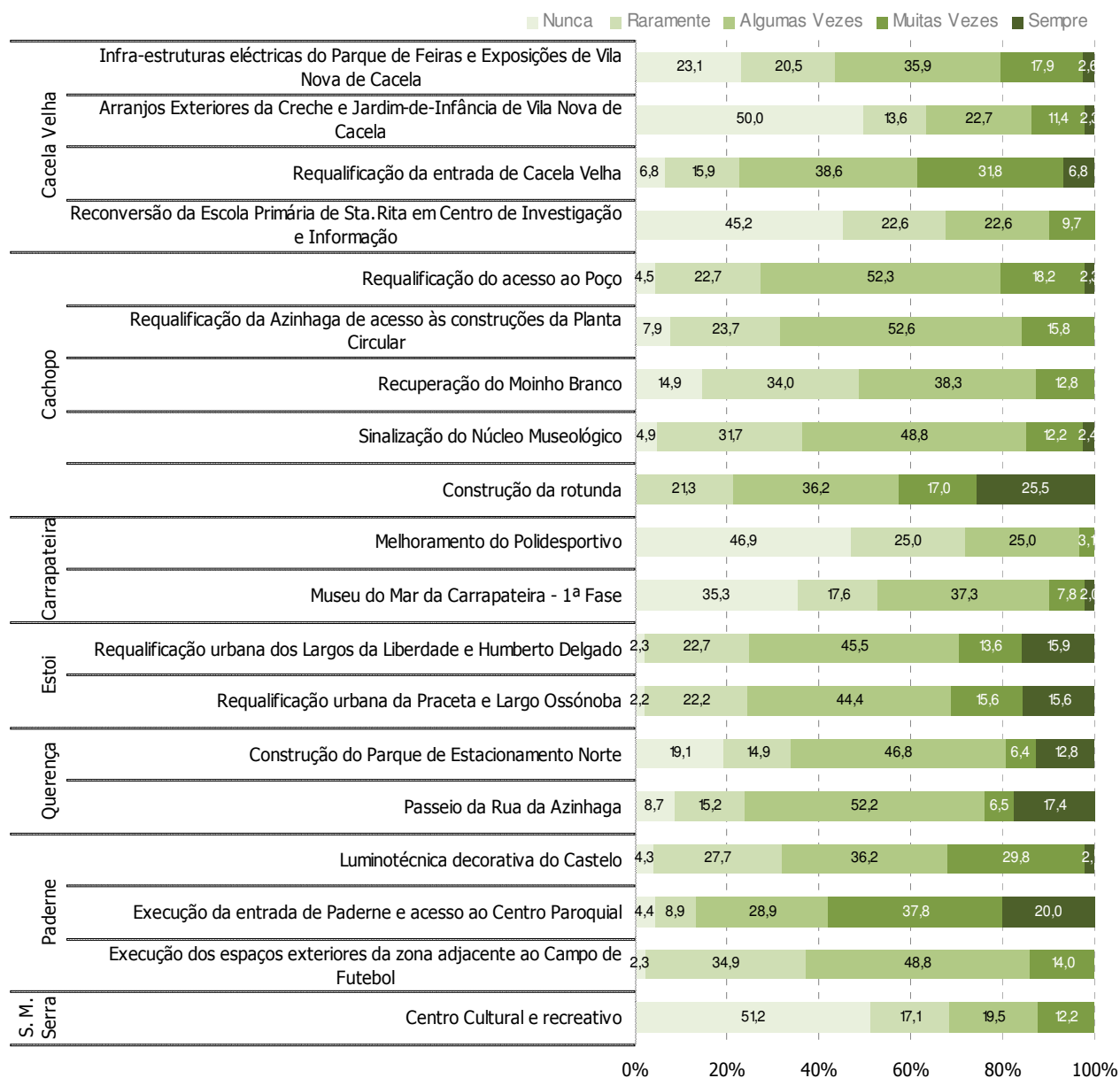
4.3. NÍVEIS DE APROPRIAÇÃO DAS ACÇÕES DESENVOLVIDAS AO NÍVEL DOS PÚBLICOS - A UTILIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E A IDENTIFICAÇÃO DOS PROMOTORES DAS ACÇÕES

As populações das aldeias foram questionadas sobre se utilizavam as infraestruturas apoiadas pelo PROALGARVE. O objectivo era o de perceber se se registaria uma apropriação da intervenção desenvolvida, o que se traduz num indicador indirecto da utilidade das intervenções para as populações locais.

Há alguma dispersão das respostas sobre a utilização das obras realizadas principalmente nos três primeiros pontos da escala elaborada (1- Nunca utiliza; 2- Raramente utiliza; 3- Utiliza algumas vezes). Estes resultados devem ser interpretados em função do tipo de acção de revitalização, pois este factor tem um impacto óbvio na apropriação feita dos espaços intervencionados. Se olharmos, por exemplo, para a primeira acção de Cacela Velha – infra-estruturas eléctricas do parque de feiras e exposições de Vila Nova de Cacela – percebe-se com clareza que a utilização que é dada por parte dos residentes será residual. Se olharmos depois para a última obra de requalificação realizada em Cachopo – construção de rotunda – o grau de utilização é bastante mais elevado, o que se justifica pelo tipo de infraestrutura que tem subjacente uma utilização universal.

São as intervenções no espaço público aquelas que são, evidentemente, mais utilizadas: caso da rotunda em Cachopo, mas também do parque de estacionamento em Querença, a requalificação dos largos de Estoi, assim como a entrada de Paderne. As intervenções nos equipamentos colectivos ou em bens patrimoniais evidenciam ser aqueles que são menos utilizados pelas populações.

Gráfico 29. Grau de Utilização dos Resultados Obtidos com as Acções

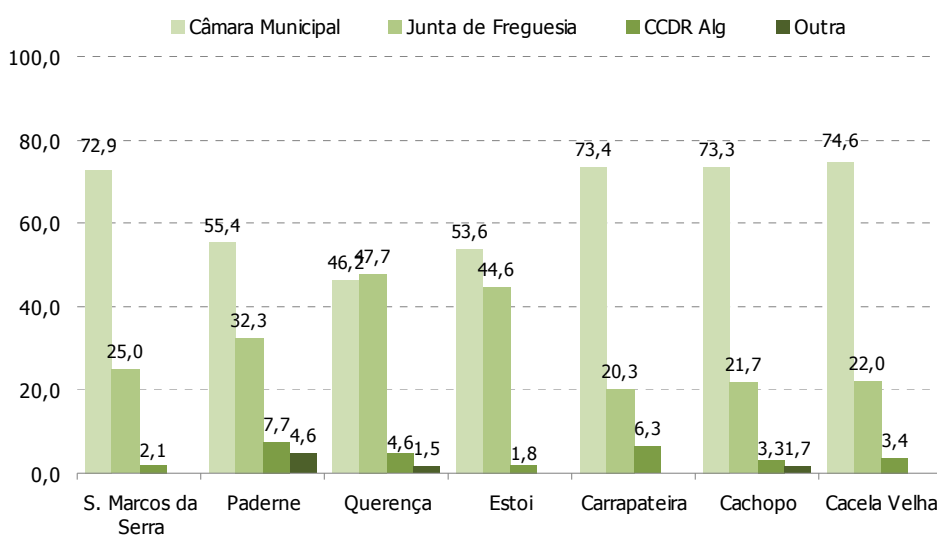


Fonte: Elaboração própria

Os residentes foram ainda questionados sobre as entidades que estariam relacionadas com as intervenções de requalificação urbana levadas a cabo em cada aldeia. Os resultados mostram que, à excepção de Querença, estes projectos são associados primeiramente às Câmaras Municipais e depois às Juntas de Freguesia. As restantes hipóteses de resposta não têm muita expressividade. No caso de Querença é a Junta de Freguesia que é associada, em primeiro lugar, às obras realizadas e só depois vem a Câmara Municipal. Tal pode dever-se ao grau de proximidade da Junta face à população, o que emana dos discursos dos entrevistados sobre esta aldeia. Por

outro lado, nesta aldeia havia um gabinete específico da Câmara Municipal que apoiava as intervenções a realizar. As outras entidades às quais se associou a responsabilidade das intervenções realizadas são: Casa do Povo, IGESPAR, Bombeiros, ARS, Igreja, e, por fim, Programa de Revitalização das Aldeias.

Gráfico 30. Inquiridos segundo as Entidades que associam às acções de revitalização urbana



Fonte: Elaboração Própria

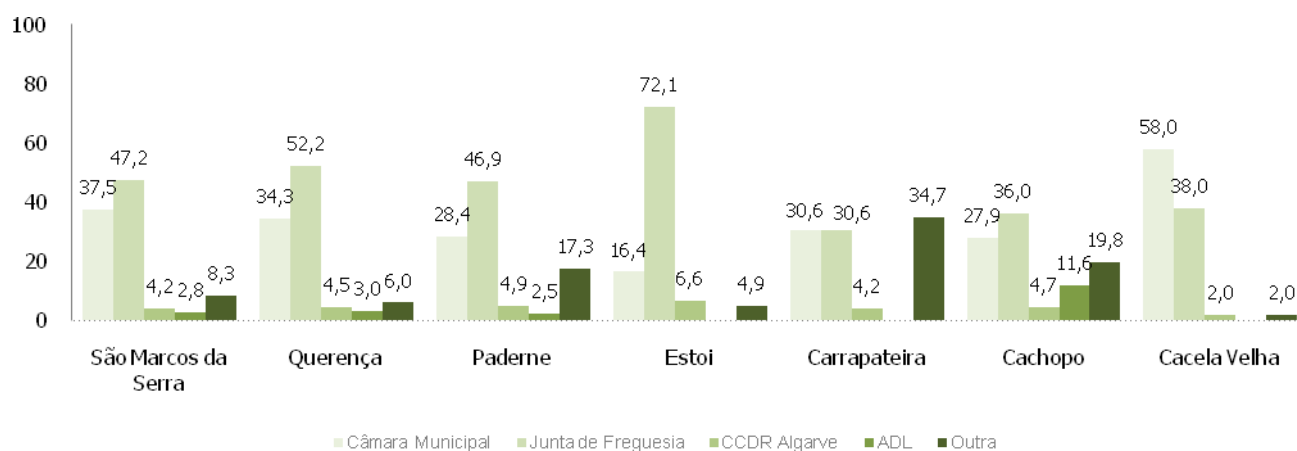
Foi bastante visível o grau elevado de satisfação das populações locais com as iniciativas de animação, assim como se pontua positivamente o seu envolvimento. Certo é que, para além de se registar uma participação positiva das populações ao nível da organização e da concepção, algumas das iniciativas têm vindo a manter-se após finalizado o financiamento da CCDR. É o caso da Festa dos Presépios, que para além de se manter em parte importante das aldeias alvo da intervenção se tem estendido para além do território inicialmente previsto. Mas tal também é visível na Festa das Aldeias Mais Floridas. Em relação a Cachopo, refere-se que se deixar de dinamizar a Festa dos Presépios as pessoas já sentirão falta da iniciativa, pelo facto de ter entrado nas práticas correntes da aldeia.

Em Querença, por exemplo, regista-se uma tal apropriação da iniciativa que no largo da aldeia se mantêm as flores ao longo do ano, o que nunca haviam tido antes. Na sequência da realização dessa Festa, em Maio próximo, será realizado o Passeio das Flores. Considera-se que este tipo de iniciativas de menor dimensão teve um impacto positivo pelo envolvimento que provocou na população.

Por outro lado, em Paderne, uma das intervenções sobre um dos espaços locais permitiu que a Freguesia fosse palco de um conjunto diverso de animações territoriais, que foram além das intervenções de animação territorial promovidas pela CCDR. Assim, realizaram a Festa do Folar, a Festa dos Frutos Secos e a Festa do Barrocal para além das participações concretas que tiveram no âmbito do programa das Aldeias. A Festa da Gastronomia realizou-se apenas durante um ano, mas a Festa dos Presépios tem-se mantido.

Foi também solicitado aos residentes que se pronunciassem acerca do seu conhecimento relativamente às entidades que estiveram associadas às acções de animação. Para a grande maioria dos residentes (Cachopo, Estoi, Paderne, Querença e São Marcos da Serra) a Junta de Freguesia foi a entidade que esteve ligada às referidas acções de animação. Contudo, a Câmara Municipal também é evidenciada como a entidade associada às acções de animação para a população residente na aldeia de Cacela Velha. Na verdade, apesar de a CCDR ter sido a entidade promotora, o grau de apropriação das ideias lançadas é bastante elevado, o que é visível pelo reconhecimento das Juntas de Freguesia como entidade associada às iniciativas. Em relação às outras entidades às quais se associou a intervenção são identificadas Associações locais de cada uma das aldeias e grupos paroquiais. Estas respostas são emblemáticas do nível de apropriação registado que se estende das populações para os agentes locais.

Gráfico 31. Inquiridos segundo as Entidades que associam como sendo promotoras das Acções de Animação



Fonte: Elaboração Própria

5. EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E IMPACTOS DA INTERVENÇÃO

5.1. OS RESULTADOS DIRECTOS E A PERCEPÇÃO DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO DESENVOLVIDA

Há um conjunto de dimensões objectiváveis que podem traduzir os principais resultados atingidos com a intervenção, mas há um outro que só é visível através das práticas e dos discursos dos actores. Esta é a visão que se pretende imprimir na análise dos resultados das diferentes intervenções em análise: as acções de revitalização urbana, as acções de animação territorial e as acções de formação para o desenvolvimento.

Em primeiro lugar, deve referir-se que se todos os actores sabem o que é o PROALGARVE, o mesmo não se pode dizer em relação às suas medidas e ao conteúdo de cada uma delas. Tal deverá ficar a dever-se ao facto de se tratar de uma dimensão técnica que é apropriada por aqueles que desenham as candidaturas, e não pelos políticos. Esse desconhecimento é essencialmente visível nos autarcas entrevistados. Assim, geralmente não há um conhecimento aprofundado das medidas do eixo 2, mas há um reconhecimento imediato quando se fala da revitalização das aldeias do Algarve – ou seja, não reconhecendo a origem específica do financiamento, há uma apropriação da imagem associada à intervenção. Trata-se de uma retórica que foi politicamente incorporada.

Se era intencionalidade do conceito da intervenção articular a animação com a revitalização urbana e a qualificação dos agentes, tal nem sempre é visto de modo linear pelos agentes locais. Se uns consideram que as acções de animação em nada se relacionaram com as acções de revitalização urbana, outros destacam, precisamente esse olhar integrador na intervenção. Trata-se de “uma *relação suplementar porque as pedras, os edifícios, as fontes, o miradouro, o lagar, o moinho têm um contexto, uma relação com pessoas, com tradições, com artes, com saberes, com aspectos culturais e portanto não se pode olhar para um edifício de uma forma inerte, tem que se olhar com a percepção de que à volta dele e para o utilizar há um conjunto de circunstâncias que têm que ser percebidas no contexto.*” (Macário Correia – Câmara Municipal de Tavira.). Se se assentasse a intervenção apenas na componente física correr-se-ia o risco de não garantir a atracção dos visitantes ao território e o investimento dos

empresários nas aldeias pode ficar comprometido (essencialmente na área do turismo e da restauração). Na visão dos próprios promotores, a formação também assume este papel de mediação para o desenvolvimento local, pelo que são as acções no conjunto que dão um sentido a todos os objectivos desenhados na Estratégia Regional.

Balanço das Intervenções de Revitalização Urbana – uma execução positiva no âmbito do PROALGARVE, mas uma intervenção que fica aquém do esperado inicialmente

Quando analisamos os resultados das acções de revitalização urbana de imediato surge a necessidade de olhar para o conjunto de intervenções previstas e o conjunto de intervenções realizadas. No entanto, de acordo com a informação prestada à equipa de avaliação pela própria CCDR, as intenções constantes nos diferentes Planos de Intervenção não devem ser tomadas como ponto de partida, mas sim como meras indicações de propostas que se poderiam vir a realizar, até porque não haveria enquadramento financeiro no QCAIII para todo o conjunto das propostas previstas em cada um dos Planos.

No entanto, é possível aferir do investimento aprovado na medida 1 do eixo 2, assim como se podem analisar outros indicadores de eficiência a partir das intervenções que foram realizadas em cada uma das aldeias.

No final do ano de 2008, praticamente todos os projectos candidatados estavam executados na íntegra, situação bem distinta daquela encontrada à data do início dos trabalhos de avaliação.

Em Vila Nova de Cacela conclui-se que a maior parte dos projectos não foi destinado para a aldeia de Cacela Velha. O projecto com maior investimento – mais de 600.000€ - destinou-se à requalificação da marginal. Considera-se que o Programa das Aldeias dá continuidade a um trabalho que já vinha sendo feito na aldeia de Cacela Velha.

Na aldeia de Cachopo, destaca-se um projecto com um investimento superior a 400.000€, referente à requalificação urbana da aldeia. De acordo com a Câmara Municipal foram executadas todas as acções a que se haviam proposto. No entanto, da parte da Associação In Loco lamenta-se a não execução do Parque de Campismo, uma iniciativa que poderia gerar dinâmicas locais importantes.

A Carrapateira, apesar de apenas ter 3 projectos candidatados, apresenta um projecto com um valor superior a 800.000 euros – qualificação urbana da aldeia – e

um de valor próximo dos 300.000 euros – 1ª fase do Museu da Carrapateira. De acordo com o presidente da Câmara Municipal de Aljezur ficou por executar um dos projectos importantes para a aldeia, a saber o Porto dos Pescadores. De resto este projecto não só não foi realizado como não foi sequer candidatado.

Em Estoi, o projecto que exigiu um maior montante de investimento foi o de recuperação do Cinema Ossónoba, sendo que apenas houve mais 3 projectos para a aldeia na medida 1 do eixo 2.

A aldeia de Querença, para além de ser aquela onde o montante candidatado foi superior a 2,5 milhões de euros – o maior no conjunto das aldeias em análise – apresenta, para além do investimento da Fundação Manuel Viegas Guerreiro, um projecto com um investimento superior a meio milhão de euros para o Largo da Igreja Matriz e um outro com um valor superior a 300.000€ relativo ao Pólo Museológico da Água. No conjunto das intervenções urbanas previstas, está ainda por fazer um parque de estacionamento, que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal estão a desenvolver, para colmatar a diminuição dos estacionamentos que são fruto da intervenção junto do largo da aldeia. A Câmara Municipal de Loulé faz um balanço positivo da execução das intervenções sobre a aldeia de Querença, embora ainda haja um conjunto de intervenções em desenvolvimento. Nestas acções em desenvolvimento têm-se expectativas de que possam ainda gerar novas dinâmicas locais, de acordo com a percepção da Associação In Loco.

Todos os investimentos em Paderne se destinaram à revitalização dos espaços públicos, tendo sido apresentados apenas 3 projectos: um relativo aos espaços exteriores do Campo de Futebol, um outro de execução da entrada na aldeia, e, por fim, a luminotécnica decorativa do Castelo.

Em São Marcos da Serra nenhum dos projectos apresenta um investimento superior a 200.000€, sendo a aldeia que apresenta um menor investimento na medida 1. Os dois projectos com maior investimento foram destinados ao Centro Recreativo da Aldeia e a um Parque de Merendas. Sublinhe-se que esta aldeia teve investimentos estruturantes no âmbito do Programa dos Centros Rurais, pelo que não se justificou tanto investimento no programa de revitalização das aldeias. De resto, de acordo com o presidente da Junta de Freguesia de São Marcos da Serra, a maior parte das acções previstas não foi executada, o que ficou muito aquém das expectativas criadas. *“Entre muitas obras que estavam programadas, uma grande percentagem não foi executada. Por isso é que digo para nós este projecto não passou de umas expectativas. Não sei bem o que foi feito lá nas outras Aldeias, não posso me pronunciar muito sobre isso.*

Não é? Se calhar aqui não foi feito aquilo que a Aldeia necessitava e que estavam programadas. Houve dinheiro, se calhar não houve foi as candidaturas das obras [...]. Foram feitas algumas obras e essas que foram feitas, ficamos satisfeitos por isso. Foi pena que não tivesse sido mais.” (José António Folgado - Junta de Freguesia de São Marcos da Serra). Assume-se que a Câmara Municipal não realizou as candidaturas que deveriam ser feitas para garantir os projectos e a Junta de Freguesia nunca se poderia candidatar.

Para o funcionamento dos GTAA's registou-se um investimento de 578 mil euros.

Quadro 13. Projectos aprovados por aldeia, na medida 1 do eixo 2, segundo o montante previsto aprovado

	Investimento Previsto		Investimento Previsto
Vila Nova de Cacela	2.124.487,26	Estói	808.764,19
Requalificação da Marginal - Zona da Fábrica de Cacela	613.751,48	Reabilitação e Remodelação do Edifício do Cinema Ossónoba em Estói	339.800,00
Mercado Municipal da venda Nova - Vila Nova de Cacela	400.000,00	Requalificação Urbana dos Largos da Liberdade e Humberto Delgado em Estói	255.714,10
Requalificação Urbana do Espaço Público de Santa Rita	336.723,92	PI Estói - Requalificação Urbana da Praceta e Largo Ossónoba	188.270,09
Ampliação da EB1 Manuel Cabanas - Vila Nova de Cacela	189.680,87	Valorização do Património do Centro Histórico de Estói	24.980,00
Reconversão da escola primária de S. Rita em centro de Inv. e informação	148.380,37	Querença	2.610.875,67
Requalificação da Entrada de Cacela Velha	146.380,47	Centro Cultural Manuel Viegas Guerreiro - Querença	1.008.600,00
Dinamização Centro de Investig. e Inform. Património de Cacela - CIIPC	96.266,34	Largo da Igreja Matriz de Querença	669.350,00
Infraestruturas Eléctricas do Parque de Feiras e Exposições de Vila Nova Cacela	95.637,49	Pólo Museológico da Água de Querença	306.945,00
Arranjos exteriores da Creche e Jardim da Infância de Vila Nova de Cacela	77.213,44	Abastecimento de Água à Freguesia de Querença (Amendoeira)	293.388,26
Mouras Encantadas e Encantamentos no Algarve	20.452,88	Recuperação das Fachadas de Querença	112.989,71
Cachopo	1.685.140,86	Parque de Estacionamento - Construção do Parque Norte - Querença	111.210,00
Casa da Aldeia e Jardim de Cachopo	425.800,00	Rota das Ribeiras -Recup. Valoriz. Fontes Tradic. e Criação Percursos Temáticos	85.312,81
Requalificação Urbana na Aldeia de Cachopo	408.163,49	Passeio da Rua da Azinhaga - Querença	23.079,89
Restauro da Igreja de Cachopo	304.962,07	Paderne	606.689,13
Intervenção na envolvente da Igreja Matriz e da Rua 1º de Maio em Cachopo	248.043,46	Execução da Entrada de Paderne e Acesso ao Centro Paroquial	311.586,39
Requalificação da Azinhaga de acesso às construções de planta circular de Cachop	66.095,82	Execução dos Espaços Exteriores da Zona Adjac. Campo Futebol de Paderne	236.286,44
Recuperação do Moinho Branco em Cachopo	65.226,09	Luminotécnica Decorativa do Castelo de Paderne	58.816,30
Requalificação do Acesso ao Poço de Cachopo	60.526,96	São Marcos da Serra	362.789,10
Construção da Rotunda de Cachopo	41.593,23	Parque de Merendas de S. Marcos da Serra	189.958,43
Sinalização de Vestígios Arqueológicos - Cachopo	30.453,98	Centro Cultural e Recreativo de São Marcos da Serra	103.744,49
Quinta Pedagógica de Cachopo (1ª fase)	29.188,02	Miradouro em S. Marcos da Serra	69.086,18
Sinalização do Núcleo Museológico de Cachopo	5.087,74	Projectos Transversais	578.132,93
Bordeira	1.218.520,81	Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Sotavento - 2ª fase	515.465,92
Qualificação Urbana da Carrapateira	885.115,50	Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Barlavento - 2ª fase	62.667,01
Museu do Mar da Carrapateira - 1ª fase	291.456,18		
Melhoramento do Polidesportivo da Carrapateira	41.949,13		

Fonte: CCDRALG.

Relativamente à execução, no final de 2008 o conjunto dos investimentos aprovados na medida 1 apresentava uma taxa de execução de 93%. A taxa de

execução mais baixa era visível nas aldeias de Cachopo, Carrapateira e Estoi, se bem que todas com uma taxa próxima ou superior a 80%.

A média de investimento por projecto no conjunto das aldeias ronda os 210.000€, sendo que nas aldeias de Carrapateira e de Querença o esforço de investimento por projecto foi significativamente superior à média – perto de 360.000€ no primeiro caso e de 315.000€ no segundo. Foi na aldeia de São Marcos da Serra que se registou um investimento médio por projecto inferior, a saber, 120.929,70€.

No conjunto das aldeias, o investimento *per capita* foi de 645,30€. A aldeia de Querença foi aquela em que o investimento por habitante se situou próximo dos 3.200€. Em Cachopo e na Carrapateira o investimento por habitante foi igualmente significativo – 1.303€ e 2.183€, respectivamente. No entanto, em três das aldeias o investimento *per capita* não chegou aos 200€ - tal é visível nas aldeias de Estoi e Paderne.

Quadro 14. Projectos e Montantes previstos e executados, e investimento per capita dos projectos candidatados à medida 1 do eixo 2³⁴

Aldeia	Montante previsto (€)	Nº de projectos executados	Montante executado (€)	Média de Investimento executado por projecto	Taxa de execução do montante	Investimento per capita ³⁵ (€)
Cacela Velha	2.124.487,26	10	2.124.487,21	212.448,72	100%	613,66
Cachopo	1.685.140,86	11	1.336.695,65	121.517,79	79%	1.302,82
Carrapateira	1.218.520,81	3	1.074.049,47	358.016,49	88%	2.183,03
Estoi	808.764,19	4	652.403,28	163.100,82	81%	184,40
Querença	2.610.875,67	8	2.521.592,12	315.199,01	97%	3.199,99
Paderne	606.689,13	3	606.689,13	202.229,71	100%	173,14
São Marcos da Serra	362.789,10	3	362.789,10	120.929,7	100%	236,34
Todas	9.995.399,95	44	9.256.838,88	210.382,70	93%	645,30

Fonte: CCDRALG. Cálculo próprio dos indicadores

Apesar das orientações iniciais dos Planos de Intervenção serem indicativas, certo é que se geraram expectativas junto dos próprios actores locais. Assim, em alguns casos referem-se as taxas de execução que ficaram aquém do esperado, apesar

³⁴ Balanço feito a partir da informação constante dos planos de intervenção e da listagem de projectos aprovados – situação a 31 de Dezembro de 2008 (CCDRALG).

³⁵ Rácio entre o montante executado e a população à data de 2001.

de se valorizar o que foi realizado. Noutros refere-se alguma intervenção que ainda caberá desenvolver, pelo que se deduz que há um campo de intencionalidades de acção futura a manter sobre estas aldeias, a título de continuidade da intervenção anteriormente desenvolvida. Em algumas situações referem-se elementos pontuais da intervenção ou da falta dessa que podem eventualmente ser responsáveis por apreciações menos positivas por parte das populações locais. Houve um conjunto de projectos que não foram sequer equacionados pelas Câmaras. Acredita-se que também não serão todas executadas no próximo QREN. No entanto, não se consegue generalizar sobre as motivações que levaram as Câmaras a não avançar com os projectos.

Embora possam ser alvo de remodelações, não se nega a possibilidade de poder utilizar como base esses projectos não executados, para a sua realização futura. Considera-se que todos os projectos executados vão ao encontro dos objectivos estabelecidos inicialmente. No entanto, nem todos os projectos foram executados. Assinala-se que a execução tenha ficado condicionada pelo facto de 25% dos fundos terem de ser garantidos pelos municípios. Apesar destas limitações, regra geral, destaca-se uma opinião positiva sobre a intervenção realizada.

Nos planos elaborados contemplavam-se intervenções sobre as fachadas das casas, o que não se generalizou por todas as aldeias. Tal é referenciado em relação às aldeias de São Marcos da Serra e de Paderne. No entanto, apesar de se considerar que a intervenção sobre as fachadas das casas é importante na construção de uma imagem melhor sobre a aldeia, certo é que também se considera que as intervenções sobre as fachadas e coberturas das habitações são muito redutoras pois não resolvem os problemas concretos das aldeias e das populações. Há uma preocupação com a visibilidade externa e menos com as pessoas, julgando-se ser importante o seu envolvimento para garantir a sustentabilidade das iniciativas.

A percepção de que as acções de animação superaram as expectativas iniciais

Apesar das acções de animação terem sido lançadas pela CCDRALG com um financiamento do PROALGARVE, esse terminou pelo que as últimas iniciativas foram desenvolvidas já sem financiamento. O facto de continuarem a ser realizadas demonstra o nível de apropriação local destas iniciativas. Em termos formais, o

financiamento garantido pela CCDR para todo o programa de valorização e dinamização das áreas de baixa densidade situou-se num investimento total aprovado de 1.150.990€, com uma taxa de aprovação por cada uma das fases muito positiva – as duas primeiras fases com uma execução a 100% e a última de 89%. No entanto, o valor de investimento correspondente às acções de animação em avaliação é muito inferior àquele destinado a todo o conjunto de intervenções relacionadas com a valorização e dinamização destes territórios.

Quadro 15. Projectos, Montantes aprovados e Taxa de Execução, em relação à intervenção de animação territorial

1ª Fase	149.288€	100%
2ª Fase	162.332€	100%
3ª Fase	839.370€	89%
Total	1.150.990€	

Fonte: CCDRALG (Situação a 30 de Junho de 2008)

Em relação ao cumprimento das expectativas considera-se que a forma como as pessoas aderem às acções de animação é um bom indicador. Reconhece-se ter existido uma maior adesão do que se tinha inicialmente previsto. Identificam-se, igualmente, níveis elevados de satisfação e de adesão das populações às iniciativas. A intervenção estendeu-se para além das 11 aldeias que fizeram parte do Programa.

O envolvimento em cada uma das aldeias depende da dinâmica empreendida ao nível da Junta de Freguesia, assim como da própria Câmara. Não se pode esperar que as acções de animação tenham o mesmo êxito em todas as aldeias. Por outro lado, nem todas têm condições para executar todo o tipo de acções de animação propostas. A iniciativa dos presépios foi agarrada e acredita-se que terá continuidade. No entanto, a sustentabilidade futura das Aldeias mais Floridas e da Gastronomia pode ter ficado condicionada pelo facto de apenas se ter realizado num ano. No entanto, é visível, nas várias entrevistas realizadas, que a festa das Aldeias Mais Floridas está a ter continuidade nalgumas das aldeias. Para evitar a perda da dinâmica lançada pelas iniciativas fazem-se sugestões para a criação de um Programa Anual de Animação das Aldeias. Tratam-se de acções que todos os actores locais pontuam positivamente e que se considera ser necessário garantir a sua continuidade.

Há condicionantes legais para a criatividade sobre algumas destas iniciativas: caso do concurso dos presépios que se teve de abandonar, mas também a festa da

gastronomia pelas exigências da ASAE. De acordo com a CCDR, só é possível garantir esta iniciativa gastronómica se for realizada em restaurantes, limitando-se o envolvimento mais directo por parte das populações locais interessadas sobre a gastronomia tradicional local. Apesar disso considera-se que a Festa da Gastronomia foi importante não apenas pela valorização dos saberes e sabores tradicionais, mas também pela sua capacidade de atracção de visitantes.

Uma das dimensões que se valoriza nestas acções é o facto de possibilitarem um contacto e um envolvimento directo da população. Há uma sensibilidade das pessoas destas aldeias para a valorização do seu espaço pelo que apreciam este tipo de iniciativas. Considera-se ainda que as acções de animação podem contribuir para a valorização da imagem da aldeia. Há um reforço da identidade da aldeia que é provocado pela realização destas acções. Apesar de se tratar de iniciativas cuja ideia inicial foi externa às aldeias, reconhece-se a sua adequação ao contexto local, traduzindo-se na recuperação de velhas práticas que faziam parte das memórias das populações. Talvez, por isso, se tenham verificado níveis elevados de participação nestas acções. Tal é um contributo para a manutenção dos valores culturais e servem de demonstração das práticas ancestrais aos públicos mais jovens da aldeia.

Para além do mais estas acções contribuem para que as pessoas se sintam valorizadas. Não há, no entanto, consenso sobre o impacto das acções sobre as dinâmicas demográficas – uns consideram que jaz nestas acções o «ingrediente» para a fixação das populações ao seu território, outros sublinhando a importância das acções para as dinâmicas locais reconhecem que manutenção da população naquele território dependerá de outro tipo de intervenção. Não se deve esquecer que, em muitos casos, falamos de populações muito envelhecidas pelo que é óbvio que se manterão naquele território. Por outro lado, também se considera que esta intervenção sendo importante para a captação de visitantes não é determinante na captação de novos habitantes.

Ainda se assume que estas acções são um contributo para o regresso de antigos habitantes das aldeias para visita aquando da sua realização, em particular da população emigrante.

O envolvimento das populações nas acções de animação teve como impacto a maior valorização e estima sobre o território: *“Quem trabalha nisto, percebe que estas pessoas precisam de muito pouco para poder partilhar os seus conhecimentos, poder ajudar a sua própria comunidade, é preciso é atingir a auto-estima dessa pessoa. E*

estas acções claramente foram direccionadas para aí e muito bem, ou seja, provou-se que com muito pouco investimento se consegue mobilizar as pessoas, garantir níveis de desenvolvimento muito grandes e que com este ambiente, em termos das condições psicológicas daquelas pessoas para depois fazerem pequeninas coisas que gostaríamos todos de ver, que é as nossas aldeias limpas, as nossas aldeias bonitas. E eu acho que estas acções de animação provaram isso, que envolver a população permite que essa população nos transmita a todos os valores que eles têm, permite ir muito mais além. E quer os presépios, a gastronomia e as aldeias em flor provaram isso claramente.” (Ana Rosa - Câmara Municipal de Loulé)

De forma sintética, poderíamos dizer que as acções de animação são importantes porque:

- i) Oferecem alternativas de lazer;
- ii) Contribuem para que as pessoas se apropriem mais do seu território;
- iii) Reforçam os laços comunitários;
- iv) Elevam a auto-estima das populações, pela aposta nos recursos endógenos;
- v) Captam novos visitantes para as aldeias;
- vi) Promovem a interacção das pessoas para trabalharem sobre a animação cultural e recreativa da sua terra.

Os actores locais valorizam este tipo de iniciativas pela sua intenção de investimento no interior e de mudança nas políticas de desenvolvimento. Também se avalia positivamente o interesse da CCDDR em desenvolver anualmente as acções de animação.

A capacidade de captação de novos visitantes como resultado da realização das acções de animação não é entendida consensualmente. Por exemplo, de acordo com o Presidente da Junta de Freguesia de São Marcos da Serra as pessoas visitam o local não pelas acções de animação, mas por factores distintos.

Uma dimensão crítica que se associa às acções de animação refere-se ao seu entendimento como «operações de cosmética» que não geram a dinamização das actividades económicas.

Por outro lado, também se avalia negativamente quando a organização das acções não promove o envolvimento das populações, dando-se o exemplo da Festa das Aldeias mais Floridas. *"As aldeias floridas acho que têm um defeito à partida. Há*

uma organização que vai lá pôr os vasos, as plantas, a Câmara Municipal passa lá para regar e o envolvimento da população é deixar que pendurem o vaso na casa deles. E acho que a população podia ser mais envolvida neste processo. Porque as aldeias mais floridas poderiam ser interessantes se houvesse uma continuidade, se as pessoas mantivessem os vasos, as placas, as flores.”(Aura Fraga - Vicentina)

Há iniciativas de animação local para além das dinamizadas pela CCDDR que são uma fonte importante de captação de visitantes aos locais: caso da Festa das Chouriças em Querença. No entanto, com a intervenção urbana deixou de fazer um importante evento gastronómico local: a Festa do Petisco. Tal fica a dever-se ao facto de se terem criado incertezas quanto ao início das obras, sendo a sua localização determinada por essas, assim como pelo encerramento de alguns restaurantes. Estão a ser equacionadas algumas iniciativas de animação do Centro durante o Verão, mas ainda sem concretização.

Embora se valorizem as acções de animação desenvolvidas, considera-se que se deve dar oportunidade a cada aldeia para equacionar o seu próprio «pacote» de animação. Há sempre pessoas com ideias para o desenvolvimento deste tipo de iniciativas, pelo que tal deveria ser potenciado. *“Em vez de virem de cima para baixo, e que resultem do pensamento dos técnicos dos organismos de coordenação, acho que deveria haver também uma vinda dessas entidades a cada uma das aldeias e dizer «já fizemos isto e aquilo, no entanto, você acha que na sua aldeia poderia haver mais algumas iniciativas de animação que visassem atingir este objectivo de dar vida à terra, criar condições de captação de visitantes e de fixação da população». Isso seria importante. Portanto, ouvir as ideias de cada uma das terras para que pudesse haver um programa com vista à implementação desse tipo de iniciativas que tenham origem na própria terra.”* (José Paula Brito - Junta de Freguesia de Estoi)

Resultados e Impactos da Formação

Para o garante do sucesso das iniciativas formativas, as entidades formadoras depararam-se com alguns obstáculos que cabe aqui retratar.

Em primeiro lugar, no caso da formação na área de salicultura, dada a inexistência de referências formativas e de formadores, essa acção foi difícil de montar. *“(…) definir o plano de formação demorou quase 3 anos porque não é*

formadores que se vão buscar à Bolsa de Formadores. Tivemos ao ponto de termos um formador com 83 anos que era o salineiro mais que tivemos que ensinar como é que se dava formação, como é que ele tinha que se dirigir às pessoas (...). Foi todo esse trabalho: formar o formador para depois ele formar os formandos.” (Filomena Sintra - Odiana). Para avançar com a formação destacam-se as seguintes dificuldades: i) conseguir o número necessário de formandos para avançar com a acção; ii) o equipamento necessário à realização da acção não era elegível; iii) a falta de certificação de formadores que iriam garantir os módulos de formação.

Da parte da Planicôa referem-se problemas de logística: foi difícil arranjar instalações adequadas para a realização do curso de cozinha. Numa das acções optou-se pela realização do curso num Centro de Dia que tinha uma cozinha adequada para a realização da formação. Também se identificaram problemas na acção de jardinagem, por causa dos terrenos para as aulas práticas. Houve necessidade de fazer adaptações aos espaços disponibilizados para a formação: o caso de uma cozinha que teve de ser submetida a algumas melhorias, a colocação de alguns quadros nas salas de formação. No estágio na empresa também houve necessidade de mudar o local de estágio por conflitos entre as partes.

Um outro elemento negativo refere-se ao facto de nalgumas formações a procura seja influenciada pela existência de uma bolsa.

Ao nível dos resultados alcançados é importante perceber se estes reflectem os objectivos propostos inicialmente. Todavia, ao nível dos objectivos propostos pelas entidades encontram-se algumas questões centrais:

- (i) visam colmatar as necessidades individuais dos destinatários *“...o principal objectivo, a meu ver, era dar formação às pessoas... dar qualificação, de forma a elas arranjam emprego para o seu futuro e que pudessem de certa forma deixar de estar na situação de desempregado.”* (Deolinda Reigado - Planicôa);
- (ii) procuram criar impactos indirectos no território de onde provêm os públicos: *“(...) não se trata apenas de colmatar as necessidades dos beneficiários. (...) capacitar pessoas com a intenção de que essas capacidades adquiridas permitam desenvolver iniciativas e actividades que têm um efeito e um impacto (...) apoio do desenvolvimento do território em que essas pessoas se inserem. A*

formação não é uma formação com efeitos apenas individuais, mas é uma formação com efeito ao desenvolvimento.” (Priscila Soares - Associação In Loco). “O grande objectivo deste da Salicultura era dotar o território de mão-de-obra capaz de contribuir para a concretização do plano de revitalização das salinas de Castro Marim. Que era um factor chave desse plano. Na parte dos Guias turísticos, era simples e acho que em parte foi conseguido. Era oferecer no território um turismo diferente e para tal tínhamos que ter agentes específicos que conseguissem promover e dinamizar.” (Filomena Sintra - Odiana).

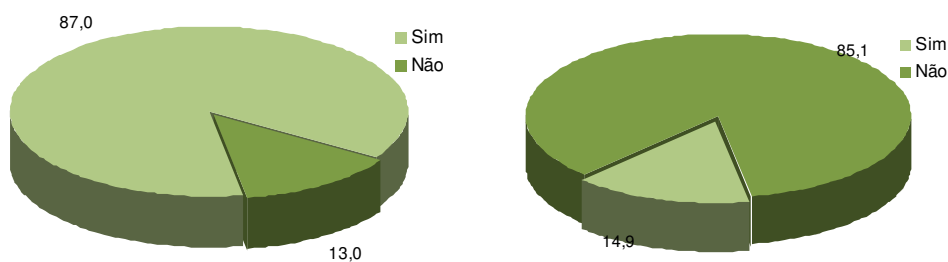
Nos casos da In Loco e Planicôa, as entrevistadas referiram que os resultados que obtiveram ao promover as acções de formação superaram as suas expectativas. Na Associação In Loco além de alcançarem os resultados previstos “(...) foi considerada pela CCDR uma boa prática na acção de animadores e gestores do património. (...) que foi um grande reconhecimento da equipa, foi bastante valorizada e suponho que esse reconhecimento também facilitou depois a aprovação de um ciclo de formação na mesma área.” (Priscila Soares - Associação In Loco). Destaca-se a inovação dessa acção, que se deve ao facto de ter sido realizada em alternância – formação e entidade de acolhimento – aliada à figura de um tutor que teve contacto directo e permanente com todos os formandos e formadores. Ainda se valoriza o reconhecimento de competências que advém da frequência da formação, dadas as certificações que lhe estão inerentes.

Na Planicôa, além de terem atingido bons números ao nível da empregabilidade dos formandos, puderam ainda “(...) dar a oportunidade, a todos os formandos interessados, de vir a ter equivalência ao 9º ano.” (Deolinda Reigado - Planicôa). No entanto, no caso da Odiana a entrevistada referiu que houve diferença em relação aos objectivos e às expectativas reais: “Uma coisa são os objectivos esperados e outra coisa as expectativas reais. Em relação às expectativas reais, penso que conseguiu-se o ponto médio. Em relação aos objectivos esperados, teóricos da acção, não se atingiu o que queríamos. Nós depois tivemos grande dificuldade que a mão-de-obra fosse absorvida porque também partimos de pessoas que não tinham conhecimento da actividade, que se calhar tiveram outras motivações (...)” (Filomena Sintra).

No caso da inquirição aos formandos, nesta dimensão dos impactos na vida pessoal e profissional dos mesmos, os resultados são favoráveis. Os formandos consideram

existir uma grande correspondência por parte das entidades formadoras face às suas expectativas iniciais (87,0%), e revelaram não necessitar de formação complementar (85,1%).

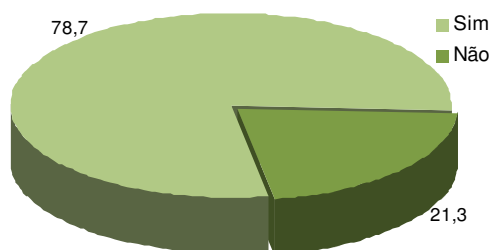
Gráfico 32. e 33. Inquiridos segundo os resultados Face às Expectativas
Inquiridos segundo a correspondência da formação às expectativas iniciais Inquiridos segundo a necessidade de uma formação complementar



Fonte: Elaboração Própria

Assumem ainda que a acção de formação permitiu-lhes alcançar aos objectivos a que se propuseram ao iniciar a mesma (78,7%).

Gráfico 34. Inquiridos segundo o alcance dos objectivos iniciais a que se propuseram



Fonte: Elaboração Própria

5.2. A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A INTERVENÇÃO E A SUA RELAÇÃO COM OS RESULTADOS ATINGIDOS

5.2.1. A DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

Um balanço positivo do trabalho da CCDR – seja na dinamização da intervenção, seja na parceria com as entidades locais

Seja da parte da própria CCDR, como dos restantes agentes locais, faz-se um balanço muito positivo do relacionamento estabelecido entre a CCDR e as autarquias para a realização das acções.

Valoriza-se a proximidade estabelecida com a entidade gestora e a informalidade na relação com a CCDR – como se se tratasse da mesma equipa a executar o Plano. Houve sempre uma relação que permitiu a resolução de questões e esclarecimento de dúvidas junto da CCDR. Destaca-se o contributo da CCDR para o sucesso dos projectos, em particular do domínio formativo.

Nalguns casos os entrevistados fazem mesmo questão de afirmar que não há quaisquer elementos negativos na relação com a entidade gestora.

Uma avaliação não consensual da actuação dos Gabinetes de Aldeia

De acordo com o que estava inicialmente previsto, a intervenção urbana seria mediada pela presença dos Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias do Algarve (GTAA).

De acordo com a opinião de alguns dos actores locais estes gabinetes tiveram um papel importante que deveria ser potenciado no futuro. Associa-se-lhes uma dupla vantagem: a da concepção dos projectos e a de promoção da participação da comunidade sobre a qual irá recair a intervenção.

A CCDR destaca que do seu trabalho foi possível realizar o levantamento de técnicas de construção tradicionais que ficaram documentados em publicações. Tratam-se de produtos tangíveis da intervenção realizada.

No entanto, as opiniões não são nada consensuais e recolheram-se inúmeras críticas ao funcionamento dos GTAA's.

Refere-se ainda que inicialmente não havia muito trabalho para realizar, dado que ainda não haviam sido empreendidos os estudos para os projectos que haviam sido planeados. Evidenciam-se problemas de dois tipos: uns de carácter organizacional,

mais associados ao funcionamento das equipas, outros de carácter de programação, ou seja, relacionados com os *timings* para cada uma das fases de intervenção. Às equipas dos Gabinetes caberia o desenvolvimento dos projectos. No entanto, refere-se, nalguns casos, que não havia articulação entre as equipas que estavam responsáveis pelos vários planos de intervenção, em particular entre as equipas dos planos de intervenção e as equipas dos Gabinetes, nem estas com a Câmara Municipal. Por outro lado, reconhecia-se que: *“Não havia dinheiro para financiar a maior parte dos projectos. Portanto, primeiro deviam ter havido os planos de intervenção. Depois, deviam ter discutido esses planos com as autarquias. Depois, deviam ter cabimentado as intervenções. Depois teriam escolhido um conjunto de projectos e depois entravam as equipas com os técnicos para executar os projectos.”* (Câmara Municipal de Albufeira).

Faz-se um balanço negativo do funcionamento dos Gabinetes das Aldeias, que se deve ao frágil envolvimento da população para as intervenções a serem desenvolvidas. *“As pessoas desses gabinetes tinham ideias muito próprias do que queriam fazer em cada aldeia que não levava muito em consideração as ideias da população local e dos dirigentes de cada aldeia.”* (José Paula Brito - Junta de Freguesia de Estoi).

A própria CCDDR admite ter existido uma diferenciação no trabalho e nos resultados de cada um dos Gabinetes. Faz-se um balanço negativo do funcionamento do Gabinete do Barlavento, que se reproduziu nos resultados atingidos. O balanço positivo do Gabinete do Sotavento reflecte-se nos resultados positivos aqui alcançados. Considera-se que uma das razões para este balanço diferenciado se relaciona com o número de autarquias envolvidas na intervenção de cada um dos gabinetes – no do Sotavento, estavam envolvidas 4 autarquias (que se considera ser o número ideal) tendo havido articulação com o Gabinete Técnico de Tavira. Houve um envolvimento diferenciado das 7 autarquias do Barlavento no Gabinete Técnico.

Também se registaram condicionantes ao funcionamento do Gabinete do Barlavento, no respeitante aos projectos do Parque da Costa Vicentina – aí sugeria-se ter havido mais tempo para concertar os projectos a avançar e um trabalho de envolvimento com o Parque que não existiu.

Um olhar integrado sobre o território, mas com alguns défices organizacionais que fragilizaram a eficácia da intervenção

Um dos elementos mais positivos relaciona-se com o olhar integrado sobre a intervenção nas aldeias, mas que, apesar disso, de acordo com alguns dos actores entrevistados, não se traduziu num trabalho efectivo de articulação entre as aldeias. Tal pode ficar a dever-se ao facto de se terem registado ritmos diferenciados nas intervenções nas várias aldeias.

Há um óbvio valorizar da CCDR por considerar um montante de investimento específico por cada uma das aldeias. No entanto, em termos da articulação no terreno, refere-se, numa situação, que houve apenas alguma articulação entre os técnicos das aldeias. Considera-se não se ter registado a coordenação esperada entre as várias aldeias, que se verificou na fase de desenho da intervenção. Nalguns casos revelam-se problemas de coordenação das acções e entre as várias entidades responsáveis.

Para algumas das aldeias onde se desenvolveram as intervenções urbanas, destacam-se algumas dificuldades do ponto de vista organizacional.

Uma dimensão de actuação inicialmente equacionada mas que não se veio a efectivar foi a «Rede de Aldeias», nomeadamente no que respeita a uma promoção turística integrada, mas também de articulação da animação entre as diferentes aldeias.

A par da Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade: outros programas com intervenção no território que apoiam a sua implementação

Praticamente ao mesmo tempo em que se colocava «em marcha» todo o conjunto de acções para os territórios de baixa densidade do Algarve, que visavam estruturar as intencionalidades previstas na Estratégia Regional para as Áreas Baixa Densidade, apoiadas pelo PROALGARVE, desenhavam-se outras possibilidades de investimento para o território, apoiados por programas complementares – de que é exemplo o AGRIS e o LEADER, mas também outras políticas de qualificação, de que é emblemático o Programa Novas Oportunidades e a criação dos Centros Novas Oportunidades por todo o país.

O Programa LEADER tem representado uma parte importante do investimento sobre áreas rurais mais fragilizadas.

Ao nível do impacto do LEADER sobre as várias aldeias, as tendências não são semelhantes.

O LEADER do Barlavento Algarvio possibilitou apoiar duas unidades de transformação em complemento com o AGRO que apoiou outras duas. Tratam-se de unidades de transformação de enchidos, com a criação de 20 postos de trabalho directos.

No Algarve Central, no âmbito do LEADER+, na aldeia de Querença não se destacaram investimentos significativos. Houve algum investimento no LEADER em Cachopo – no Centro Paroquial, mas também ao nível produtivo e de animação turística.

No Sotavento Algarvio, com o LEADER+ foi possível criar 44 postos de trabalho e manter 49. Houve 2 projectos relacionados com a actividade produtiva que foram importantes na criação de emprego. Na vertente socio-turística destaque para a Ecoteca Fluvial, com passeios de barco desde Mértola e Vila Real de Santo António, mas ainda há projectos que trabalham os percursos pedestres. São projectos que, ao criarem emprego apoiam no combate à desertificação. Em Castro Marim destacam-se os projectos relacionados com o Sal. Em Vaqueiros destaca-se apenas um projecto na área da restauração, apoiaram uma cooperativa em Odeleite e em Cacela estão a apoiar um projecto na área da cerâmica.

Considera-se que o Programa LEADER é um travão à desertificação mas não é a única solução. No entanto, tem mais impactos económicos sobre o território do que as intervenções realizadas nas aldeias. A comercialização e a promoção dos produtos tradicionais não foram dinamizadas pelo Programa das Aldeias, mas sim pelo LEADER. No entanto, refere-se que se pode identificar alguma complementaridade entre o Programa das Aldeias e os projectos LEADER. Ainda se podem identificar outro tipo de complementaridades. No LEADER gerido pela Terras do Baixo Guadiana, um outro projecto empresarial foi criado a partir do complemento de fundos vindos da iniciativa LEADER e AGRIS.

No entanto, a articulação das intervenções financiadas pelo PROALGARVE com outros instrumentos financeiros é bastante mais ampla.

No caso da Associação Odiana, por exemplo, procurou-se articular a intervenção formativa com a intervenção sobre as aldeias. Na altura em que organizaram a formação estavam, na altura, em execução, outras acções de formação financiadas por outros programas. Defendem que há uma articulação necessária entre os diferentes projectos em função das condições de elegibilidade de cada um dos programas.

Também da parte da Associação In Loco se refere a necessidade de uma permanente actualização da associação face aos instrumentos financeiros disponíveis. Internamente não se pensa em termos de articulação de programas de financiamento ou de medidas no seio de um programa. A actuação numa organização é pensada em termos de um processo interno que pode ter como recurso diferentes instrumentos financeiros. Toda a formação que a associação desenvolve surge no sentido de capacitar pessoas que estão envolvidas em actividades que já estão a ser apoiadas noutros domínios, procurando actuar numa lógica de complementaridade. O projecto de formação acaba por articular-se com outras intervenções financiadas pelo PROALGARVE. Esse é o caso do centro de recursos que foi financiado pelo programa e que serve de suporte à formação disponibilizando um conjunto de recursos pedagógicos para formandos e formadores.

No que se reporta à intervenção da Planicôa também se refere que a formação de jardinagem se articulou com outras intervenções em curso na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e de Castro Marim. Por outro lado, também encaminharam algumas das pessoas para os CNO's no sentido de certificarem as competências escolares dos formandos. Num grupo de 55 pessoas, 20 foram encaminhadas para CNO's.

5.2.2. A DIMENSÃO PROCESSUAL

Nesta dimensão de avaliação deve fazer-se a ressalva de que os actores locais indicam essencialmente factores negativos. Ou seja, considera-se, em termos gerais, que ao nível dos processos – de tomada de decisão, de construção dos projectos, etc. – se registaram problemas condicionantes da eficácia da intervenção.

O tempo é considerado como uma variável chave nas limitações processuais identificadas. Um primeiro elemento a que é feita referência respeita à demora no avanço com os projectos e com as candidaturas. Trata-se de um factor igualmente aludido aquando do balanço do funcionamento dos Gabinetes das Aldeias. Um outro respeita aos atrasos na intervenção que decorre tanto das demoras com os licenciamentos como na libertação de fundos [a Junta de Freguesia de Estoi refere-se particularmente ao caso das verbas do Ministério da Agricultura]. Há um conjunto de procedimentos técnicos relacionados com o lançamento de obras que atrasa a implementação. Um outro factor referenciado com alguma frequência reporta-se ao

tempo disponível para a execução. Considera-se ter tido muito pouco tempo para a realização do que se havia programado inicialmente.

Do Gabinete do Sotavento refere-se uma situação complementar decorrente da tentativa de conceber os projectos num curto espaço de tempo. A urgência com que se desenham os projectos, por causa de candidaturas e dos prazos de execução, faz com que nem sempre se consiga aferir devidamente sobre as condicionantes das acções/projectos na altura da concepção.

A intervenção também ficou condicionada por atrasos nas obras em si, factor este dependente dos responsáveis das empreitadas e não dos promotores das acções, no caso específico das acções de revitalização urbana. Assim, são referenciados atrasos nas obras ou, por outra, o incumprimento dos prazos nas empreitadas. Não se trata somente dos inconvenientes criados nos espaços - seja sobre as populações como para as actividades comerciais existentes – que se geraram, mas que são encarados como inevitáveis. Nalguns casos registam-se problemas com as empresas que ficaram com as empreitadas das obras. Em Querença, os atrasos nas obras devem-se à falência da empresa que ficou com uma empreitada. A Câmara Municipal teve de lançar novo concurso para que a obra se efectivasse. No caso de Cachopo também se refere o atraso nas obras associado à falência de empresas associadas a duas das obras em curso.

Ainda se identificam outros problemas com as obras, nomeadamente no que respeita à qualidade da revitalização. Em Cachopo, houve intervenção que teve de se tornar a fazer. Tal foi justificado pela falta de qualificações das pessoas ao serviço da empreitada, para desenvolverem a intervenção em causa – as pessoas contratadas não tinham qualificações para trabalharem com os materiais locais. Recorreram à contratação de pessoal local, que não tendo qualificações técnicas para trabalho na construção civil tinham experiência no trabalho com os materiais locais.

Nas acções de animação são referenciadas limitações, que adquirem, no entanto, um carácter residual.

Em relação à formação, valorizando-se a agilidade na aprovação das candidaturas, reconhece-se que o desfazamento temporal entre a candidatura e a aprovação é condicionante no que respeita à disponibilidade dos formandos e formadores. Há um hiato de tempo entre a concepção do projecto e a sua implementação que cria expectativas que não são supridas de imediato. “*Porque o*

nível de maturação da candidatura é já o arranque do projecto.” (Filomena Sintra - Odiana)

5.2.3. A DIMENSÃO FINANCEIRA

A não execução de todas as acções que estavam inicialmente previstas e propostas está directamente relacionada com a dimensão financeira, uma vez que se verificaram cortes orçamentais às intencionalidades iniciais. E, por este motivo, para muitas acções previstas não havia capacidade financeira para as executar. Há algumas intervenções que não tendo sido realizadas até ao momento, mantêm-se «em carteira» para o futuro, tal como referiu a Câmara Municipal de Faro. A falta de financiamento originada pelos cortes orçamentais teve como consequências o condicionamento de algumas obras. Uma forma de ultrapassar esta ponto fraco seria assegurar o cabimento destes projectos através do actual quadro de financiamento comunitário sob pena de não existirem fundos nacionais que garantam a sua execução, já que nalguns casos se tratam de obras muito caras. No entanto, o FEDER foi fundamental para poder avançar com as obras estruturantes das aldeias e, concretamente, o Programa teve a vantagem de assegurar um volume financeiro significativo para cada uma das aldeias, permitindo fazer mudanças estruturantes sobre a imagem dos espaços intervencionados. É claramente reconhecida a importância fundamental do investimento especificamente orientado para as aldeias pelos intervenientes, sendo que dificilmente se teriam garantido os investimentos realizados se não fosse o programa das aldeias.

Apesar de se valorizar o financiamento existente, é necessário não esquecer que não é somente este que permite mudar todo o interior. Por outro lado, o investimento específico sobre apenas algumas das aldeias é encarado como uma atitude paternalista face a algumas franjas do território. *“Eu acho que são importantes, mas cheiram sempre a paternalismo. Porque se nós verificarmos bem acabam por ser acções, ou seja, fazer só a aldeia da Carrapateira é muito pouco para o interior. É apenas um exemplo, não é um projecto de coerência, de intervenção, de requalificação do território que dinamize e que mobilize o município. Nesse aspecto, são acções pontuais, porque seguramente todas as intervenções no litoral têm outro tipo de resultados.” (Manuel José Marreiros - Câmara Municipal de Aljezur)*

Outra questão relaciona-se com facto referido pela Junta de Freguesia de Paderne, reportando que os financiamentos são garantidos em função do conhecimento que se tem dos mesmos. Não se estando dentro das redes de informação e de comunicação corre-se o risco de perder oportunidade de financiamento – o que se assume ter evitado em Paderne pelas redes de conhecimento estabelecidas com o financiador.

Ao nível das actividades formativas, um dos pontos negativos identificados relaciona-se com os pagamentos, ao que se coloca a hipótese de estarem estarem associados à carência de técnicos para dar resposta aos vários pedidos de pagamento. No entanto, considera-se que no caso do PROALGARVE até foi relativamente expedito, em comparação com outros programas de financiamento da formação. Um outro problema, relacionado com as regras do financiamento, reporta-se ao adiantamento de verbas para pagamento das despesas decorrentes dos projectos formativos, que é difícil de assegurar por entidades sem fins lucrativos.

Ainda no que respeita à formação foram mobilizados mais recursos financeiros para além do que estava previsto inicialmente, nomeadamente no suporte a algumas bolsas e transporte que não eram asseguradas pelo programa a alguns dos formandos, algo que foi referenciado pela Odiana.

Os actores intervenientes nas acções desenvolvidas em prol das aldeias consideram que sem o financiamento do Programa a sua realização teria sido dificultada. Ao nível da formação, a Odiana refere que o projecto de formação não teria sido realizado se não existisse financiamento e, na mesma situação, a Planicôa referiu que teriam possibilidade de desenvolver apenas a formação pedagógica de formadores – nos outros casos as pessoas não teriam dinheiro para pagar a formação, uma vez que seriam projectos formativos pagos pelos próprios formandos.

Actualmente existe algum receio quanto ao futuro destes territórios. Acredita-se que parte importante do investimento existiu pelo financiamento que surgiu. Mudando as regras de elegibilidade e de comparticipação no actual QREN, os tempos que se avizinham são considerados com algum cepticismo.

5.3. OS IMPACTOS E A PERCEÇÃO DOS IMPACTOS FACE À ESTRATÉGIA REGIONAL

5.3.1. OS PROBLEMAS PERCEPCIONADOS

Os problemas dos Territórios: a percepção de que há falta emprego e falta de habitação

No questionário aplicado às populações das aldeias, perguntou-se a opinião acerca dos problemas sentidos e solicitou-se que assinalassem propostas para o futuro.

Num primeiro momento, as pessoas foram questionadas acerca dos problemas das suas aldeias. Esta questão envolvia dois formatos: um primeiro em que as pessoas respondiam de forma aberta e noutro onde a resposta era induzida. Em ambas as questões o problema mais referenciado foi a falta de *emprego*. No entanto, um dos problemas que emerge com frequência nalgumas das aldeias reporta-se à falta de *habitação* ou na existência de condicionalismos à construção (facto que é mais referenciado nas aldeias de Cacela Velha, Carrapateira, Querença, Paderne e São Marcos da Serra).

A falta de *equipamentos colectivos*, assim como problemas relacionados com as *acessibilidades* às aldeias, são outros dos mais referenciados pelas pessoas, quando a questão implicava uma resposta livre. Ainda nesta situação se destacam outros problemas referenciados com mais frequência nalgumas aldeias mas que não constitui regra para o conjunto: população com estrutura etária envelhecida em Cachopo, falta de infra-estruturas turísticas na Carrapateira, falta de investimento empresarial em Estoi.

No conjunto das opções colocadas para selecção pelos inquiridos a segunda que aparece mais referenciada reporta-se à perda de jovens, facto que apenas é minorado relativamente na aldeia de Estoi (onde este problema aparece referenciado em 6ª posição).

A estrutura etária envelhecida, os transportes públicos inexistentes e a fraca dinâmica socio-económica são os problemas que são mais assinalados nas várias aldeias em estudo.

Se bem que estes sejam apenas indicadores indirectos de análise das dinâmicas destas aldeias, certo é que de acordo com a percepção dos seus habitantes os problemas centrais que permitem a sustentabilidade destes territórios continuam “em

cima da mesa”: é claramente evidente a manutenção de percepções negativas ao nível das questões demográficas e económicas, que são aquelas que mais têm contribuído para a fragilidade destes territórios ao longo dos últimos anos.

Quadro 16. Inquiridos segundo a referência aos Principais problemas da aldeia

Cacela Velha	Opção 1	Falta de emprego (17,7%)
	Opção 2	Falta de acessibilidades (13,7%)
	Opção 3	Proibição de construir (11,8%)
Cachopo	Opção 1	Falta de emprego (44%)
	Opção 2	Fracas acessibilidades (16%)
	Opção 3	População com estrutura etária envelhecida (14%)
Carrapateira	Opção 1	Falta de emprego (23,5%)
	Opção 2	Falta de infra-estruturas turísticas (21,6%)
	Opção 3	Proibição de construir (19,6%)
Estoi	Opção 1	Falta de emprego (18%)
	Opção 2	Falta de equipamentos colectivos (12%)
	Opção 3	Falta de investimento no sector empresarial (8%)
Querença	Opção 1	Proibição de construir (36%)
	Opção 2	Falta de emprego (12%)
	Opção 3	Falta de equipamentos colectivos (12%)
Paderne	Opção 1	Falta de emprego (21,6%)
	Opção 2	Proibição de construir (17,7%)
	Opção 3	Falta de habitação (15,7%)
São Marcos Da Serra	Opção 1	Falta de emprego (46%)
	Opção 2	Falta de habitação (16%)
	Opção 3	Falta de equipamentos colectivos (10%)

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 17. Inquiridos segundo os problemas visados pela Estratégia Regional e ranking dos problemas por aldeia

Elementos da Estratégia Regional		Cacela Velha		Cachopo		Carrapateira		Estoi		Querença		Paderne		São Marcos da Serra	
Acessibilidades internas débeis	Nº	2	13	6	7	1	12	9	7	1	12	3	10	2	12
	%	3,9		12		2		18		2		5,9		4	
Acessibilidades para fora da aldeia débeis	Nº	9	8	5	9	1	12	8	8	2	9	2	13	4	10
	%	17,6		10		2		16		4		3,9		8	
Transportes públicos inexistentes	Nº	4	12	11	4	18	4	13	3	16	4	7	7	13	4
	%	7,8		22		32,3		26		32		13,7		26	
Insuficiente divulgação do património histórico e cultural da aldeia	Nº	2	13	1	14	0	14	6	11	2	9	4	8	2	12
	%	3,9		2		0		12		4		7,8		4	
Frac dinâmica socio-económica	Nº	16	3	9	5	8	6	8	8	8	5	12	5	10	5
	%	31,4		18		15,7		16		16		23,5		20	
Falta de emprego	Nº	36	1	39	1	45	1	35	1	32	1	37	1	44	1
	%	76,5		78		88,2		70		65		72,5		88	
Falta de mão-de-obra qualificada	Nº	5	11	7	6	5	8	5	12	1	12	4	8	2	12
	%	9,8		14		9,8		10		2		7,8		4	
População com estrutura etária envelhecida	Nº	10	7	19	3	11	5	7	10	24	3	24	3	18	3
	%	19,6		38		21,6		14		48		47,1		36	
Inexistência de empresas fornecedoras ao nível local	Nº	13	5	3	11	2	10	5	12	1	12	3	10	6	6
	%	5,9		6		3,9		10		2		5,9		12	
Frac associativismo local	Nº	2	13	2	12	2	10	2	14	2	9	1	15	2	12
	%	3,9		4		3,9		4		4		2		4	
Falta de incentivos por parte da autarquia	Nº	15	4	6	7	7	7	12	4	7	6	10	6	6	6
	%	29,4		12		13,7		24		14		19,6		12	
Falta de equipamentos colectivos	Nº	12	6	4	10	23	3	16	2	7	6	3	10	5	9
	%	23,5		8		45,1		32		14		5,9		10	
Incapacidade de captação de novas empresas	Nº	9	8	2	12	4	9	12	4	6	8	13	4	6	6
	%	17,6		4		7,8		24		12		25,5		12	
Perda de jovens	Nº	18	2	36	2	26	2	11	6	29	2	28	2	27	2
	%	35,3		72		51		22		58		54,9		54	
Frac auto-estima da população	Nº	7	10	0	15	0	14	1	15	1	12	2	13	3	11
	%	13,7		0		0		2		2		3,9		6	

Fonte: Elaboração própria (nota: resposta múltipla)

Deve dizer-se que a enunciação destes problemas por parte das populações locais, não se distancia em muito do que é a percepção dos agentes locais. A perda

populacional é uma permanente referência. Também se verifica que nalgumas aldeias, o problema de limitações ao crescimento dos núcleos urbanos, assim como a não criação de emprego local se tornam factores de repulsa humana.

Ainda são referenciados outros problemas que limitam a fixação das populações nos territórios de baixa densidade: acesso à saúde e à educação. Dá-se um exemplo: *"Há pais que têm apartamentos alugados e que rodam entre eles para garantir a permanência dos filhos no ensino secundário de Lagos."* (Pedro Dornelas – Associação Vicentina).

Analisando a situação da educação conclui-se que não há, em nenhuma aldeia, ensino secundário e o 2º e 3º ciclos só existem nas freguesias de Vila Nova de Cacela, Estoi e Paderne. Cachopo e Querença encontram-se numa situação de grande fragilidade, oferecendo apenas o 1º ciclo, no entanto, na Bordeira não há qualquer oferta educativa. Os equipamentos de creche apenas existem em Estoi e Paderne, e pré-escolar em Paderne e São Marcos da Serra. Daqui se conclui que é necessária uma permanente mobilidade para outras freguesias para o garante do estudo para as crianças em idade escolar, assim como ao acesso aos equipamentos de apoio à 1ª infância.

No conjunto das aldeias, é em Querença que o percurso para acesso aos diferentes equipamentos educativos se torna mais facilitada, não ultrapassando os 11 kms. Nas outras aldeias, os acessos aos vários equipamentos até ao 3º ciclo não ultrapassa os 17 kms. No entanto, quando se trata do acesso ao ensino secundário, verificam-se condições bem mais penosas para os jovens destas aldeias. Em Cachopo, Bordeira e São Marcos da Serra são necessários percursos de mais de 30 kms para acesso ao ensino secundário. Dadas as fragilidades das redes de transporte público, estas distâncias implicam, muitas vezes, que os jovens passem dias inteiros fora de casa para acesso ao ensino, com consequências sobre a sua qualidade de vida e sentimento de bem-estar.

Quadro 18. Valência de Creche e Níveis de Ensino ministrados nas aldeias, segundo o número de inscritos³⁶

Freguesia	Descrição dos equipamentos existentes	Total	Nº de alunos					
			Creche	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
Vila Nova de Cacela	2 Escolas Básicas de 1º ciclo, uma das quais integrada com Jardim de Infância 1 Escola Básica de 2º e 3º ciclo Ensino Secundário em Vila Real de Santo António	384			102	91	191	
Cachopo	1 Escola Básica de 1º ciclo 1º/2º/3º ciclos em Martimlongo 2º e 3º ciclos em Tavira Ensino Secundário em Tavira	14			14			
Bordeira	Equipamento de creche e de ocupação de tempos livres em Aljezur Sem estabelecimentos de ensino – os mais próximos situam-se em Lagos							
Estoi	Com equipamento de creche 1 Jardim de Infância 1 Escola Básica de 1º ciclo 1 Escola Básica de 2º e 3º ciclo 4 escolas de ensino secundário em Faro	422	30		112	142	138	
Querença	1 Escola Básica do 1º ciclo Vários equipamentos de creche em Loulé 2º/3º Ciclo em Loulé ou Salir Ensino Secundário em Loulé	17			17			
Paderne	Com equipamento de creche 2 escolas de 1º ciclo, uma das quais integrada com Jardim de Infância 1 escola profissional 2 escolas de ensino Secundário em Albufeira	511	50	95	146	98	122	
São Marcos da Serra	1 Jardim de Infância 1 escola Básica de 1º ciclo Equipamento de creche em São Bartolomeu de Messines 2º e 3º ciclos em São Bartolomeu de Messines Ensino Secundário em Silves	69		25	44			

Fonte: Ministério da Educação e Carta Social (MTSS).

Quadro 19. Distância mínima no percurso para os equipamentos inexistentes nas aldeias

Freguesia	Distância mínima de percurso para acesso ao equipamento (nº de kms)					
	Creche	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
Vila Nova de Cacela						14
Cachopo	16	16		16	16	41
Bordeira	16	16	16	16	16	31
Estoi						11
Querença	11	11		9	9	9
Paderne						13
S. Marcos da Serra	17			17	17	35

Fonte: Mapas Google. Tratamento próprio da informação

³⁶ Os dados de valência de creche referem-se a 2009 e os dos restantes níveis de ensino reportam-se ao ano lectivo de 2006/2007.

Analisando as condições de acesso à saúde também se conclui pela manutenção de dificuldades para estas populações. Apesar de, em todas as aldeias, existirem extensões de saúde, nem todas prestam consultas médicas diárias, de que são o caso da freguesia de Cachopo, Bordera e Querença, que só têm consulta dois dias por semana, e de São Marcos da Serra, com consulta em 3 dias de semana. É na Bordeira que se verifica um atendimento num horário mais reduzido – apenas de 4 horas diárias. Paderne e Estoi são as freguesias em que as extensões de saúde estão abertas durante um período superior – 9 horas e 30 minutos no primeiro caso e 9 horas o segundo.

Em caso de necessidade de deslocação a um Hospital, estas freguesias encontram-se em situações muito desiguais. Assim, Estoi é a aldeia com um menor percurso até ao Hospital, e para além disso, com um acesso relativamente expedito – cerca de 12 kms, com várias alternativas de estradas para aceder ao Hospital de Faro. Após Estoi, Querença e Paderne são as aldeias que apresentam uma menor distância face ao Hospital. Em Vila Nova de Cacela, Cachopo e São Marcos da Serra é preciso percorrer mais de 50 kms para acesso ao hospital mais próximo, sendo que nestes últimos dois casos, se passa por uma parte de estrada de serra com características de maior sinuosidade.

Quadro 20. Horário de funcionamento das extensões de saúde, dias em que são realizadas consultas e distâncias face ao Hospital mais próximo, em 2009

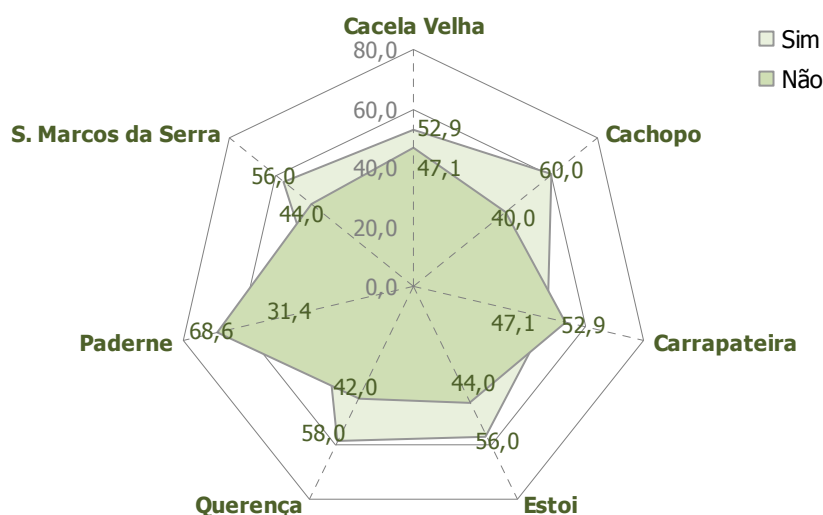
Extensões de Saúde do Algarve	Horário de Funcionamento	Dias em que existem consultas	Distância ao Hospital mais próximo
Vila Nova Cacela	8h - 16h	Todos os dias	51
Cachopo	9h-13h / 14h - 15h	Segunda e Quinta	55
Bordeira	9h - 13h	Quarta e Sexta	46
Estoi	8.30h - 17.30h	Todos os dias	12
Querença	8h - 15h	Segunda e Quinta	27
Paderne	8h - 17.30 h	Todos os dias	30
S.Marcos Serra		Terça: 9h-14h	62
		Quarta: 9h-13h/13.30h-15.30h	
		Quinta: 9h - 14h/14.30h - 15.30h	

Fonte: ARS Algarve

A manutenção da perda da população – uma tendência percebida no discurso das populações

O percurso da população residente nas aldeias nem sempre se observa linear. Analisando se a população inquirida sempre residiu na aldeia conclui-se que na maior parte das aldeias mais de 50% sempre residiu na aldeia – com percursos de mobilidade residencial menos visíveis na aldeia de Cachopo, onde o rácio de pessoas que sempre residiu na aldeia atinge o valor máximo de 60% - sendo excepção o caso das aldeias de Paderne e de Carrapateira.

Gráfico 35. Inquiridos segundo a opção de ter residido sempre na aldeia

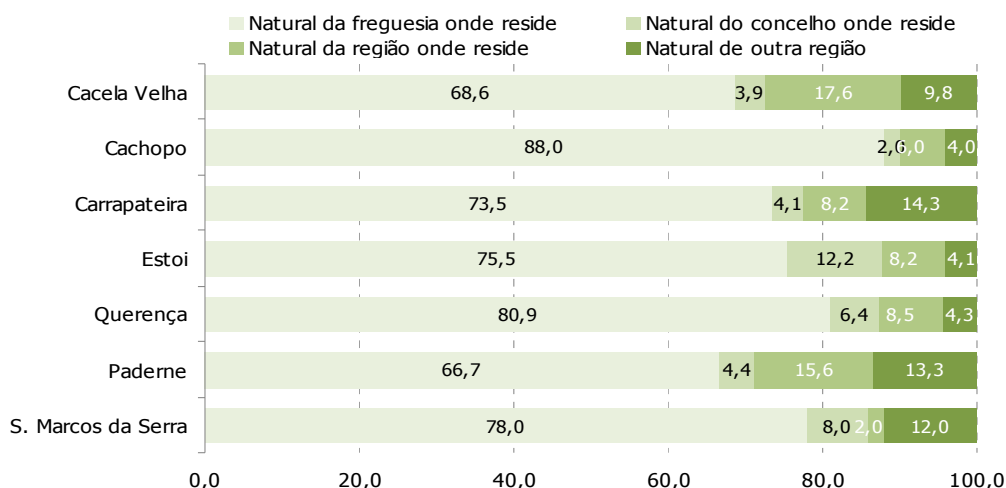


Fonte: Elaboração Própria

A distribuição dos inquiridos segundo a naturalidade, permite aferir que embora tenham existido percursos de mobilidade residencial nalgum momento da vida das pessoas destas aldeias, a maior parte tem origem na própria aldeia. Apenas Paderne e Cacela Velha apresentam valores mais baixos mas, no entanto, continuam a constituir valores maioritários.

O facto das aldeias de Paderne e de Cacela Velha apresentarem um menor valor de residentes naturais da freguesia revela a sua maior capacidade de atracção de população para residir no seu território. Estas aldeias têm vindo assim a atrair população natural de outros concelhos do Algarve e também de outras regiões de Portugal.

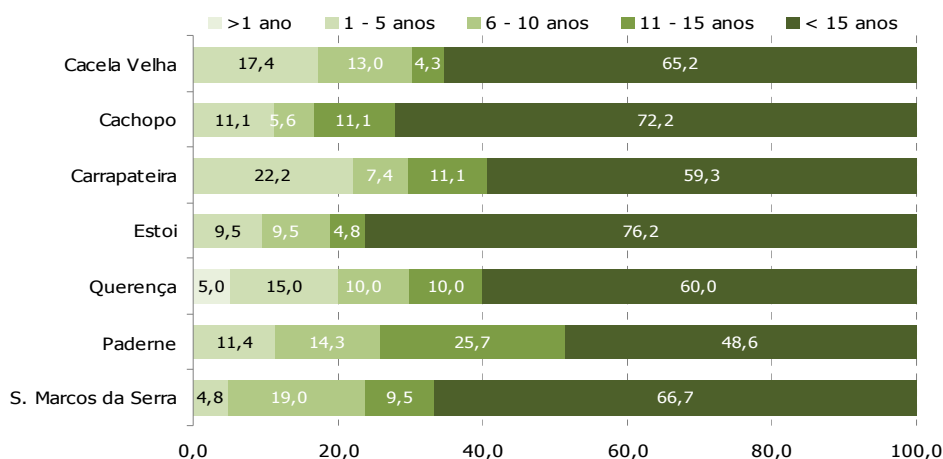
Gráfico 36. Inquiridos segundo a naturalidade (por referência à aldeia de residência)



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente aos residentes que referiram não ter residido sempre na aldeia, independentemente da sua naturalidade, foi aferido há quanto tempo estariam a residir na aldeia. É então possível verificar que mesmo não tendo residido sempre na aldeia, maioritariamente, os residentes estão fixados na mesma há mais de 15 anos.

Gráfico 37. Tempo de Residência na Aldeia

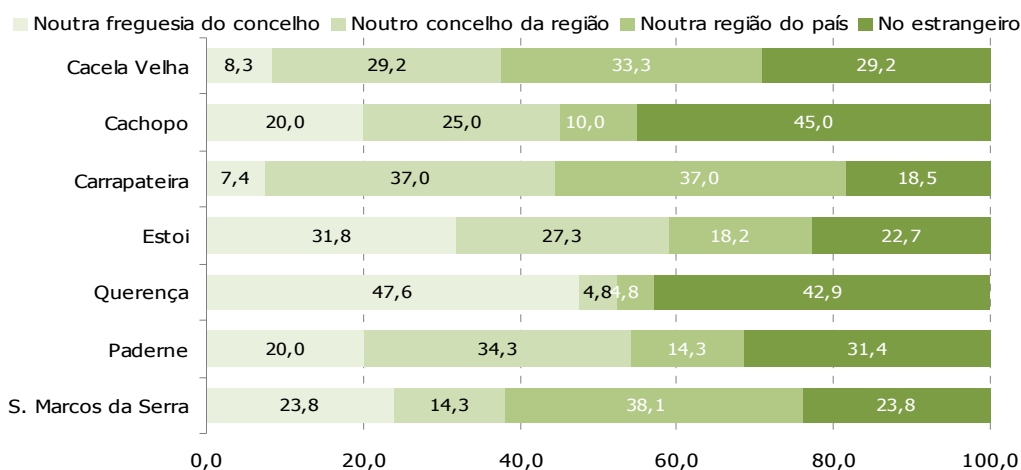


Fonte: Elaboração Própria

Posteriormente foi também pedido aos residentes que referiram não ter residido sempre na aldeia (independentemente da sua naturalidade), que indicassem o local de residência anterior. Verifica-se que parte importante das mobilidades se traduziu em percursos de imigração, o que de resto foi sendo uma característica da Serra e de todo o interior do país, nas décadas de 60 e 70. Esta será parte da

população que fez esses percursos e que entretanto regressou ao seu país. Noutros casos, também é relevante a presença de pessoas que antes de residirem na aldeia estiveram noutra região do país – mais visível nos inquiridos das aldeias de Cacela Velha, Carrapateira e São Marcos da Serra.

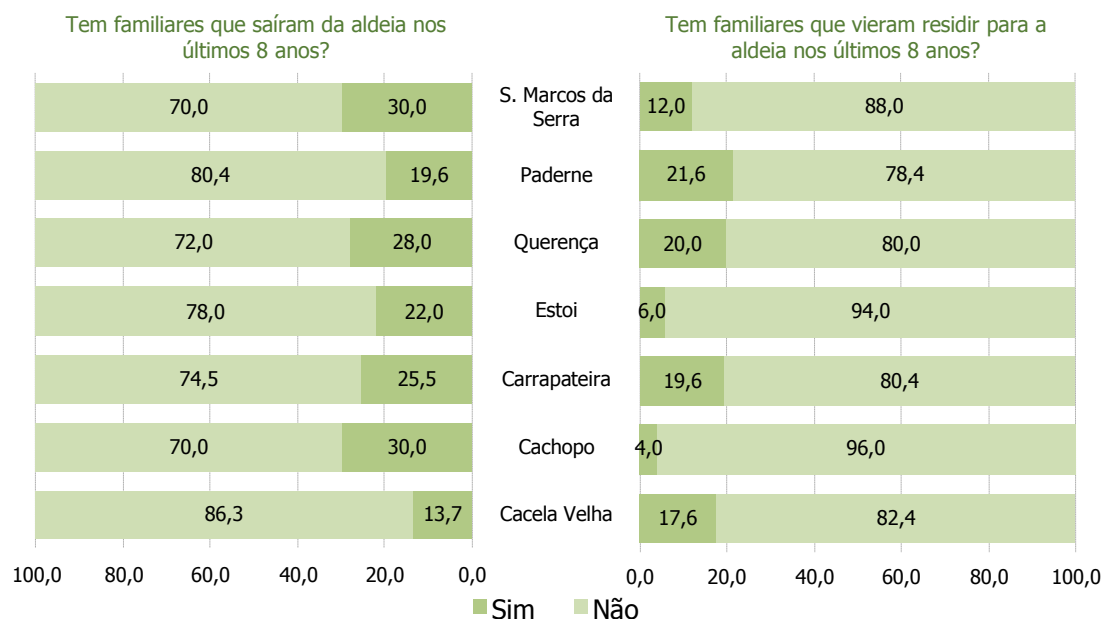
Gráfico 38. Inquiridos segundo o Local Anterior de Residência Face à Aldeia



Fonte: Elaboração Própria

O percurso dos familiares dos residentes foi também aferido no questionário efectuado. A representação gráfica dos abandonos e regressos dos familiares, nos últimos cinco anos, ilustra de forma clara que a quantidade de pessoas que saem das aldeias é superior à quantidade de pessoas que tornam e/ou vêm residir para as mesmas, dando continuidade ao fenómeno de desertificação humana que se tem vindo a verificar há vários anos no interior algarvio. Excepção feita, mais uma vez, a Paderne e Cacela Velha onde a situação é inversa, reforçando a ideia da capacidade para atrair novos moradores, que pode, todavia, estar relacionado com a proximidade ao litoral.

Gráfico 39. e 40. Inquiridos segundo o Percurso dos Familiares dos Residentes Face à Aldeia (desde 2000)

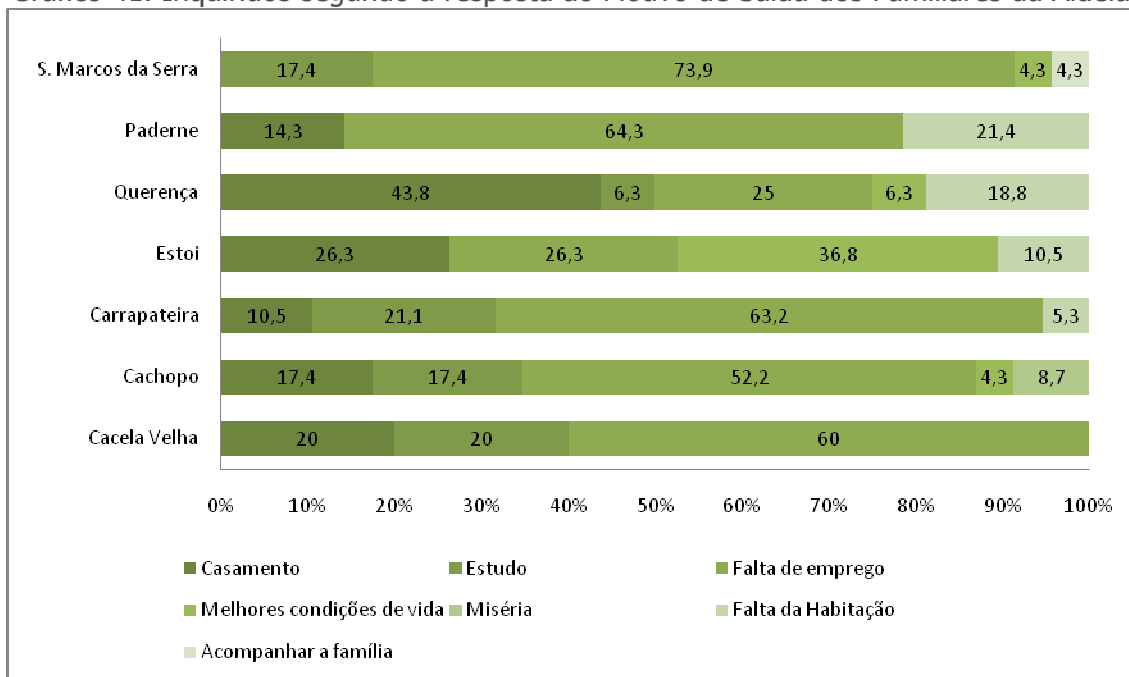


Fonte: Elaboração Própria

Neste contexto é ainda pertinente aferir quais os motivos que estiveram na origem destas 'fugas' e regressos às aldeias. O gráfico seguinte apresenta os motivos de saída dos familiares dos inquiridos para fora da aldeia, nos últimos 8 anos.

Em quase todos os casos, o principal motivo dos fluxos para fora da aldeia estão relacionados com a falta de emprego. Os restantes motivos referidos têm proporções de resposta idênticas mas, todos os motivos apresentados se relacionam, de forma mais directa ou indirecta, com as condições socio-económicas.

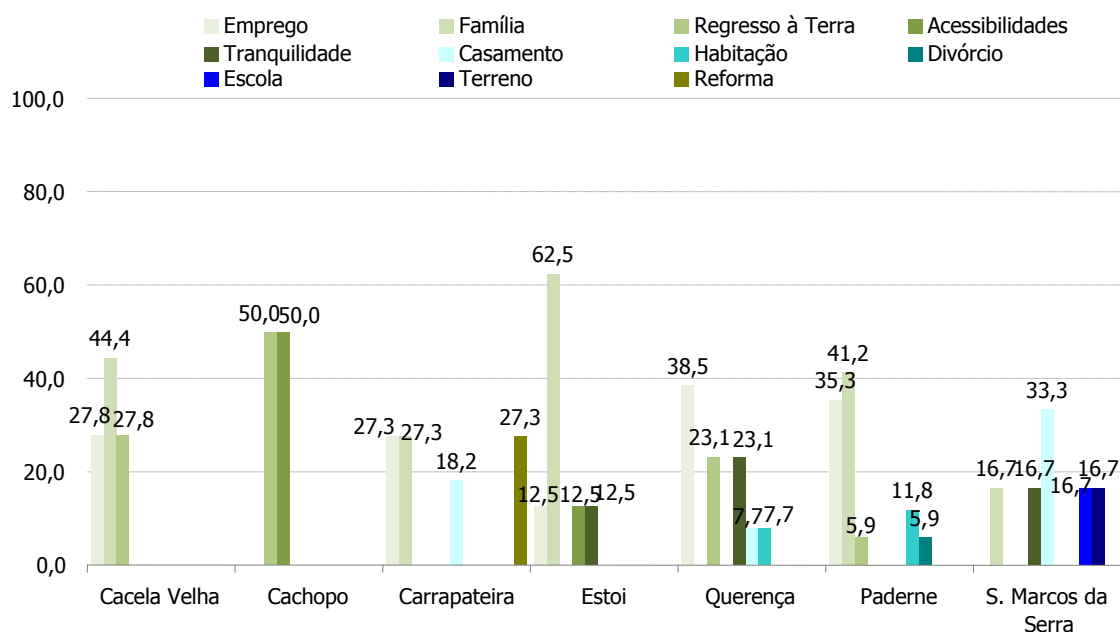
Gráfico 41. Inquiridos segundo a resposta ao Motivo de Saída dos Familiares da Aldeia



Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, no gráfico seguinte são apresentados os motivos de regresso à aldeia dos familiares dos inquiridos, nos últimos 8 anos. Os motivos referidos ganham alguma variação na sua representatividade consoante as aldeias mas no conjunto, pode dizer-se que as principais causas de regresso são a família e as 'raízes' no local. De referir é o facto das aldeias de Cacela Velha, Carrapateira, Querença e Paderne apresentarem uma percentagem considerável de pessoas que referem terem familiares que regressaram à aldeia por motivos de emprego.

Gráfico 42. Inquiridos segundo a resposta ao Motivo de Regresso dos Familiares à Aldeia



Fonte: Elaboração própria

Uma última análise, que de facto é reveladora da satisfação dos residentes com a sua aldeia, apesar das dificuldades que enfrentam para tentarem manter condições de subsistência. Foi colocada uma a questão aos inquiridos: "Gosta de viver na sua aldeia?". Os resultados são esmagadoramente "sim", ultrapassando a percentagem de resposta dos 90,0% em todas as aldeias.

Gráfico 43. Inquiridos segundo o gosto de Viver na Aldeia



Fonte: Elaboração própria

5.3.2. OS ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA REGIONAL

A partir de alguns indicadores disponíveis e dos discursos dos entrevistados procura-se reconstruir a leitura sobre os impactos da intervenção sobre o território, a partir dos diferentes objectivos equacionados na estratégia regional.

5.3.2.1. EMPREGO E DINÂMICAS ECONÓMICAS

O aumento da criação de empresas e de emprego local

Apesar das percepções negativas sobre as dinâmicas económicas destes territórios e da sua capacidade de criar mais emprego, certo é que no período em que estava a decorrer parte da intervenção – entre 2003 e 2006 – houve um aumento do número de estabelecimentos das aldeias e só em Cachopo tal não se reflectiu na criação de mais emprego. Nalguns casos a capacidade local de emprego de pessoal é tão pequena, que se percebem as razões de percepções mais negativas sobre a dinâmica empresarial local. No entanto, noutros o aumento de estabelecimentos ao nível local é bastante assinalável. Não deixa de ser interessante que uma das hipóteses possa estar numa formulação feita por um dos actores entrevistados: a de que estes financiamentos comunitários obrigam a uma maior formalização das iniciativas empresariais. No limite, se parte não corresponder a um aumento efectivo seja de empresas, seja de pessoal ao seu serviço, pelo menos apoia ao nível das finanças locais e mesmo nacionais.

Em Estoi, em 3 anos aumentou-se em mais de 75% o número de estabelecimentos, e na Bordeira mais de 55% - se bem que neste caso se refira apenas à criação de 7 novos estabelecimentos, dado que em 2003 tinha apenas 12. Em Estoi, este aumento de estabelecimentos correspondeu ao emprego de mais 50% de pessoal face ao que número existente em 2003. Na Bordeira, houve um aumento de 40% no emprego local de 2003 para 2006 – passou-se de 38 para 52 pessoas ao serviço dos estabelecimentos da freguesia.

Mas esse aumento importante também é visível noutras freguesias. Em Vila Nova de Cacela, Querença e Paderne aumentou-se em mais de 30% o número de estabelecimentos. Em Vila Nova de Cacela, em 2006, havia quase mais 80% de pessoal ao serviço dos estabelecimentos do que aquele existente em 2003. Querença

viu crescer o pessoal ao serviço dos estabelecimentos em 15% e o aumento do emprego local em Paderne foi de cerca de 17%.

Em todas as aldeias em que o crescimento de estabelecimentos e de emprego foi assinalado, esse foi comparativamente superior ao registado em todo o concelho a que pertencem. Só em Paderne, a dinâmica de crescimento de emprego ficou abaixo da taxa de crescimento de emprego no concelho de Albufeira. Assim, se de acordo com os agentes este emprego não é suficiente, dado manter-se nas suas percepções como sendo um problema do território, certo é que estes crescimentos são sinais positivos sobre a maioria destes territórios.

No conjunto das aldeias, é, sem dúvida, Cachopo e São Marcos que revelam dinâmicas de crescimento mais tímidas. No período em análise, Cachopo teve mais um estabelecimento e perdeu 2 postos de trabalho. Já em São Marcos da Serra registou-se mais 2 estabelecimentos e mais 8 postos de trabalho. São aldeias que acompanham nas dinâmicas económicas algumas das fragilidades já identificadas ao nível da educação e da saúde.

Quadro 21. Estabelecimentos e taxa de variação, de 2003 a 2006

Freguesia/ Concelho	Ano		Taxa de variação %	Variação Absoluta Nº	% face ao concelho	
	2003	2006			2003	2006
VILA NOVA DE CACELA	117	158	35,0	41	14,6	16,3
VILA R. STO ANTONIO	800	968	21,0	168		
CACHOPO	11	12	9,1	1	1,1	1,0
TAVIRA	978	1198	22,5	220		
BORDEIRA	12	19	58,3	7	7,0	7,3
ALJEZUR	172	261	51,7	89		
ESTOI	70	123	75,7	53	2,3	3,5
FARO	3032	3477	14,7	445		
QUERENCA	14	20	42,9	6	0,4	0,5
LOULE	3684	4373	18,7	689		
PADERNE	76	101	32,9	25	3,2	3,5
ALBUFEIRA	2389	2867	20,0	478		
SAO MARCOS DA SERRA	34	36	5,9	2	2,6	2,4
SILVES	1319	1483	12,4	164		

Fonte: Quadros de Pessoal – MTSS.

Quadro 22. Pessoal ao serviço dos estabelecimentos e taxa de variação, de 2003 a 2006

Freguesia/ Concelho	Ano		Taxa de variação %	Variação Absoluta Nº	% face ao concelho	
	2003	2006			2003	2006
VILA NOVA DE CACELA	466	838	79,8	372	11,8	16,9
VILA R. STO ANTONIO	3.950	4.956	25,5	1006		
CACHOPO	49	47	-4,1	-2	1,0	0,8
TAVIRA	5.156	6.234	20,9	1078		
BORDEIRA	38	52	36,8	14	5,1	5,3
ALJEZUR	738	979	32,7	241		
ESTOI	350	546	56,0	196	1,6	2,3
FARO	21.558	24.066	11,6	2508		
QUERENCA	60	69	15,0	9	0,3	0,3
LOULE	23.553	26.913	14,3	3360		
PADERNE	465	543	16,8	78	2,9	2,7
ALBUFEIRA	16.144	20.440	26,6	4296		
SAO MARCOS DA SERRA	121	129	6,6	8	1,8	1,7
SILVES	6.913	7.661	10,8	748		

Fonte: Quadros de Pessoal – MTSS.

Nas entrevistas realizadas aos actores locais são dadas algumas sugestões para o entendimento das maiores dinâmicas empresarias registadas.

A intervenção sobre os espaços permite criar uma maior atractividade. Por exemplo, em Estoi a intervenção sobre o largo permitiu alargar o espaço exterior dos cafés existentes, ou seja, criaram-se esplanadas onde actualmente os visitantes permanecem mais tempo a consumir.

Ao nível da formação foi referido pelas entidades envolvidas que este tipo de projectos também criou resultados em termos de criação de emprego (nos cursos destinados a desempregados).

Pese embora se notem alguns impactos directos destas intervenções existem igualmente casos onde ainda não são visíveis os benefícios directos da intervenção realizada – é o caso do comércio local em Querença, cuja percepção sobre resultados se revela com algum cepticismo.

Apesar dos dados quantitativos revelarem tendências positivas ao nível das dinâmicas das empresas das aldeias, ainda existem opiniões mais cautelosas quanto ao impacto que estas intervenções podem ter sobre o território. O Eng.º Macário Correia, refere que, ao longo dos anos a aposta tem sido forte ao nível dos edifícios, mas fraca nas pessoas e nas empresas. Por isso conclui que o resultado fica aquém do esperado,

no respeitante às dinâmicas que este tipo de intervenções poderia ter trazido para o território.

"É um problema de concepção filosófica de uma política de desenvolvimento [...] As medidas são positivas embora eu não possa ter fé nelas para uma política de desenvolvimento daquele território. O que é que eu fiquei com Cachopo? Fiquei com o Largo da Igreja arranjado, o moinho arranjado, o caminho da fonte, a rua principal. Isto melhora o aspecto da aldeia mas não gere uma atitude económica directa sobre esse espaço. É preciso outras coisas que completem isso."

Na mesma linha de ideias, da parte da Câmara Municipal de Loulé acrescentou-se que não se conseguiu a articulação pretendida entre as intervenções de requalificação e as de dinamização económica, que eram um dos elementos visados na estratégia. Não se regista a dinâmica económica que era pretendida e que poderia ser potenciada pelo LEADER ou AGRIS. É algo que deveria ser melhorado em futuras intervenções. Há problemas relacionados com a fixação das empresas que se relacionam com os fundos que são mobilizados para o apoio às iniciativas empresariais, mas também pelo perfil de empresas existentes na região:

"uma empresa para se fixar fora de uma área empresarial é uma complicação de todo o tamanho, por um lado é isso. Por outro lado, não ajudam os empresários, mesmo que existissem os espaços onde as empresas se instalassem, portanto, não é aqui que está situada a actividade empresarial nem do concelho nem do Algarve. As nossas empresas algarvias são essencialmente empresas de distribuição, não são empresas de produção e de fabrico. Distribuímos mais do que produzimos como é evidente e portanto todas elas também têm uma vantagem acrescida se tiverem situadas mais próximas dos grandes centros. E também é em volta destes centros urbanos que se desenvolve a 125 em primeiro lugar e a via do infante e como nenhuma das empresas trabalha à escala duma dessas freguesias ou concelho, a sua localização é extremamente importante para ter competitividade. E penso que no futuro se desenvolverem aquelas áreas de actividade turística, é evidente que esta procura vai crescer porque esta procura não vai só responder à população local tal como vai responder a pessoas que vão procurar estas áreas como futuras áreas habitacionais. E inverter esta perda de população no espaço, mas por outro lado porque também vão trazer emprego, desenvolver uma actividade turística." (José Graça - Câmara Municipal de Loulé)

Um outro efeito que se registou foi o encerramento de alguns estabelecimentos (sendo Querença o caso que se destaca) pelas exigências legais que vão surgindo, a que os proprietários não conseguem dar resposta. Apesar desta imagem que se produz, certo é que os dados do Ministério do Trabalho não revelam esta tendência, pelo que se tratarão de iniciativas pontuais sem efeito no conjunto. Referiu-se a existência de algumas entidades reguladoras de produção que deveriam ter uma postura mais pedagógica e menos sancionadora das práticas dos produtores locais (dê-se o exemplo da ASAE). As ADL's têm tido apoio à legalização de um conjunto de iniciativas empresariais. Não deixa de se assumir que numa altura em que se vai fazendo pedagogia junto das pessoas, se surge a ASAE compromete-se o trabalho de

muitos anos. Por essa razão há pessoas que têm receio em avançar com projectos. Até pode existir empreendedorismo, mas este fica comprometido pelo receio que as pessoas têm da burocracia – pelos atrasos nos pagamentos, nos financiamentos, pelos custos fiscais da manutenção das empresas, etc. – todos estes são incentivos à não produção ou à ilegalidade – Terras do Baixo Guadiana.

Relativamente às acções de animação territorial verifica-se que ao mesmo tempo que provocam efeitos interessantes no território não são estruturantes e o seu carácter pontual, e esporádico não permite criar sustentação ao nível da economia local. *“São acções que são interessantes, mas que são momentâneas e esquecem-se depressa, não têm continuidade e algumas delas sem qualquer resultado prático em termos de dinamização económica. Pode ter algum interesse do ponto de vista cultural.”* (José Manuel Marreiros - Câmara Municipal de Aljezur)

Uma tendência de remuneração de pessoal ao serviço das empresas abaixo das médias concelhias

É nas aldeias em que se vem identificando um maior dinamismo, e que beneficiam claramente da sua proximidade ao litoral, que identificamos a remuneração mais elevada dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos – Vila Nova de Cacela com uma média de 833€, seguida de Estoi com uma média de 753€ e Paderne de 731€, no ano de 2006.

Só em Vila Nova de Cacela é que o valor médio de remuneração dos trabalhadores era superior à remuneração média no concelho (que é de cerca de 604€). Foi esta freguesia que também registou um maior aumento dos salários médios no período de 2003 a 2006.

Geralmente é nos centros urbanos de maior dimensão que se remuneram melhor os trabalhadores. Apesar de não dispormos dessa informação para este território, é bastante provável que os valores médios concelhios sejam influenciados pelos valores das sedes de concelho ou de núcleos urbanos de maior importância nesses mesmos concelhos. Nalguns casos as disparidades são assinaláveis. Em 2006, em Querença um trabalhador, ganhava em média menos 300€ do que a média registada para o concelho. Em São Marcos da Serra essa diferença para o concelho era de mais de 200€ e de perto de 200€ para Estoi.

Cachopo registou, entre 2003 e 2006, uma diminuição da remuneração média dos trabalhadores. Querença e São Marcos da Serra eram as freguesias em que um trabalhador era, em média, remunerado com um valor mais baixo no conjunto das aldeias em análise – com uma remuneração média que não atingia os 600€.

Embora com uma remuneração média baixa por comparação entre as várias aldeias, a Bordeira foi a aldeia que teve um dos maiores aumentos dos salários médios trabalhadores – com um aumento de 27%.

Quadro 23. Ganho Médio Mensal dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos (valores em €) e taxa de variação, de 2003 a 2006

Freguesia/ Concelho	Ano		Variação %
	2003	2006	
VILA NOVA DE CACELA	642,13	833,08	29,7
VILA R. STO ANTONIO	670,76	730,07	8,8
CACHOPO	619,42	604,02	-2,5
TAVIRA	704,51	733,77	4,2
BORDEIRA	511,51	651,32	27,3
ALJEZUR	585,33	665,67	13,7
ESTOI	669,93	752,75	12,4
FARO	835,15	944,37	13,1
QUERENCA	511,32	548,23	7,2
LOULE	784,82	851,42	8,5
PADERNE	667,52	730,67	9,5
ALBUFEIRA	731,37	807,15	10,4
SAO MARCOS DA SERRA	532,39	564,00	5,9
SILVES	691,68	778,44	12,5

Fonte: Quadros de Pessoal – MTSS.

Perfis económicos diferenciados

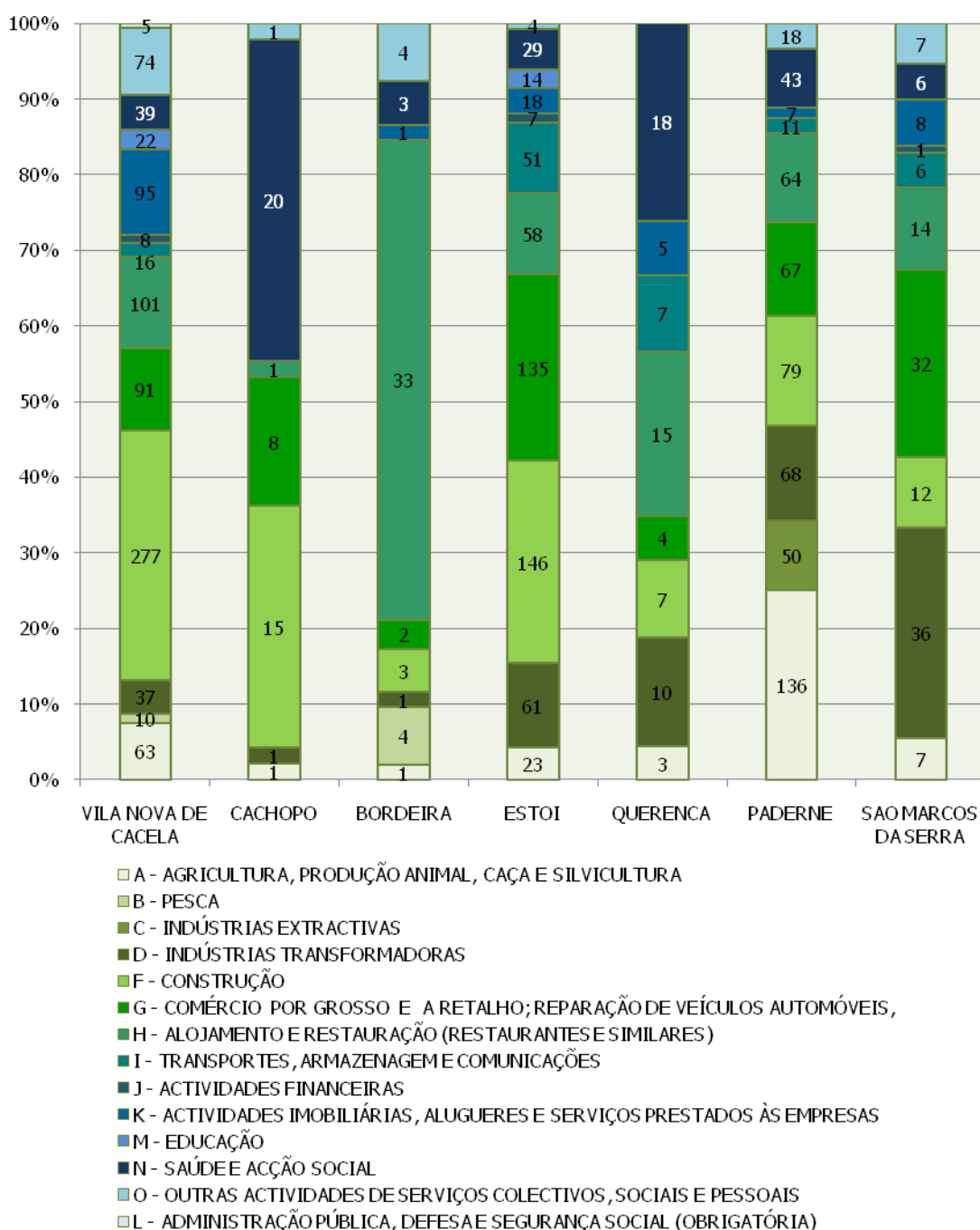
Se se observarem as actividades que empregam mais de 50% do pessoal ao serviço dos estabelecimentos, em cada uma das aldeias não deixa de surpreender a sua diversidade. Veja-se:

- Vila Nova de Cacela: Construção civil; alojamento e restauração; actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas;
- Cachopo: Construção civil; saúde e acção social;
- Bordeira: Alojamento e restauração;
- Estoi: Construção civil; comércio por grosso;

- Querença: Alojamento e restauração; saúde e acção social; indústrias transformadoras;
- Paderne: Agricultura e Pecuária; construção civil; indústrias transformadoras;
- São Marcos da Serra: Indústria transformadora; comércio por grosso.

Referenciou-se que o Programa das aldeias contribuiu para a criação de mais-valias económicas locais na altura da realização das obras, dado que se trataram de empreitadas locais que criaram oportunidades adicionais de emprego e que também se traduziram num contributo para a legalização das actividades. Não sabemos se a presença da construção civil como actividade importante no emprego local em algumas aldeias se pode ao não dever a esta explicação, no entanto, não é de excluir que se tenham criado oportunidades de negócio a partir das dinâmicas criadas pelo Programa.

Gráfico 44. Trabalhadores ao serviço de estabelecimentos segundo a CAE, em 2006



Fonte: Quadros de Pessoal – MTSS.

Estes dados permitem desconstruir algumas imagens que se fazem sobre estes territórios, no que respeita aos seus perfis de produção. Os territórios podem ainda ser dependentes de alguma produção agrícola que pode ser feita por agricultores independentes ou em regime de auto-subsistência, mas cada uma das aldeias revela um perfil completamente diferente entre si. Algumas revelam uma maior concentração

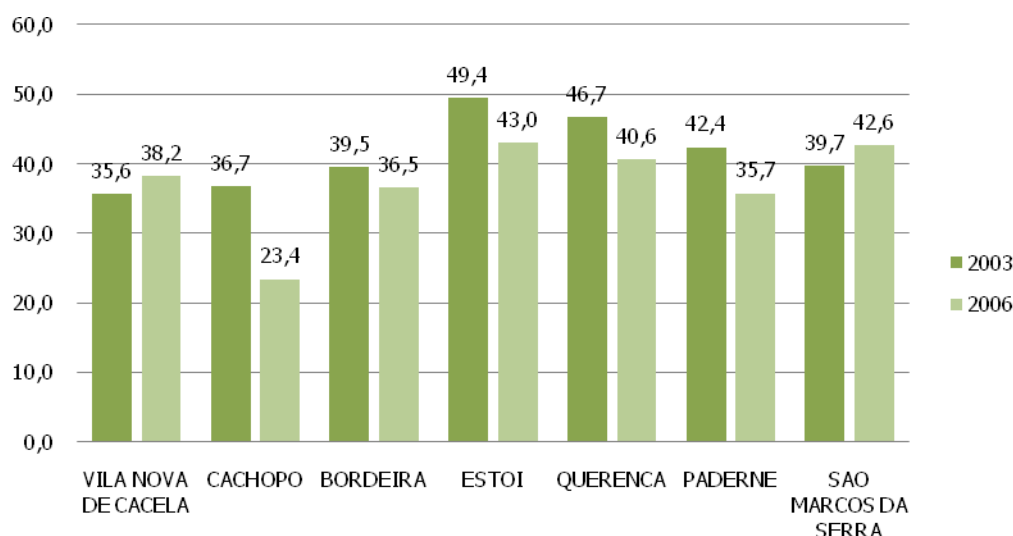
do emprego em poucas actividades e com um perfil de menor diversificação interna - é o caso de Cachopo e Bordeira.

Perda da capacidade de rejuvenescimento da estrutura empresarial local, um perfil masculino da estrutura empresarial e fragilidades assinaláveis nas qualificações dos trabalhadores

A análise da representação dos trabalhadores com menos de 35 anos, em cada uma das aldeias revela dados que acompanham o perfil demográfico das aldeias. Apesar do crescimento de emprego registado, são identificáveis perdas importantes da representação do pessoal, que no conjunto daquele que se encontra ao serviço dos estabelecimentos, tem menos de 35 anos. É um dado flagrante em Cachopo, onde os trabalhadores mais jovens representavam, em 2003, 36,7% passando para 23,4% em 2006. Com perdas de representação do pessoal com idade inferior a 35 anos, superiores a 6 pontos percentuais, encontram-se as aldeias de Estoi, Querença e Paderne.

Só em Vila Nova de Cacela e em São Marcos da Serra se revela um aumento dessa representação. No caso de São Marcos da Serra destaca-se igualmente o facto de ser, em 2006, a aldeia que apresentava uma das maiores representações do pessoal com menos de 35 anos na estrutura empresarial, próximo de 43%. Este é um indicador importante, na medida em que, num território de tantas fragilidades como aquelas que foram sendo referenciadas até ao momento, este pode ser pequeno sinal de uma possível inversão da sua situação demográfica para o futuro.

Gráfico 45. % de trabalhadores ao serviço de estabelecimentos com menos de 35 anos, em 2003 e 2006



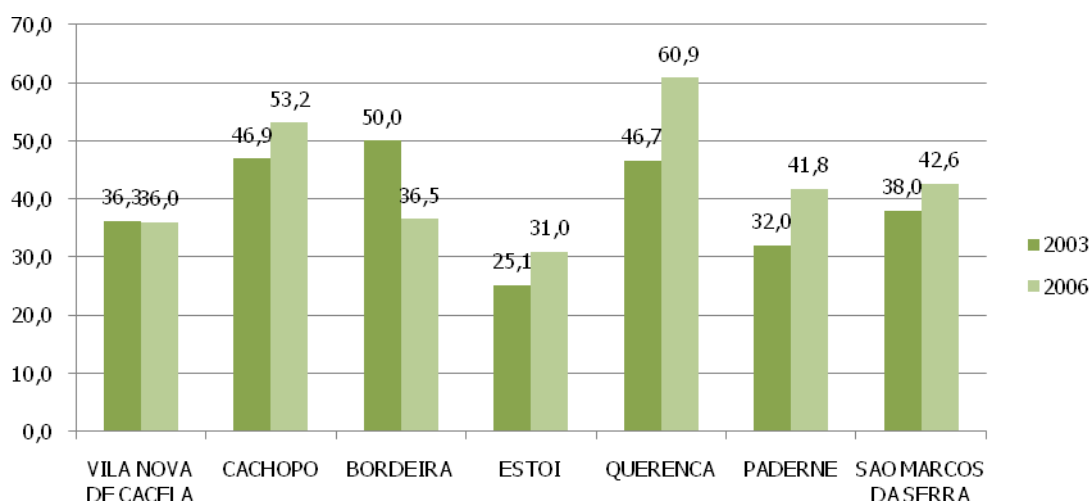
Fonte: Quadros de Pessoal – MTSS.

Em praticamente todas as aldeias, de 2003 a 2006, aumentou a representação das mulheres ao serviço dos estabelecimentos. A Bordeira foi a única aldeia em que se registou uma perda importante da representação das mulheres ao serviço dos estabelecimentos locais.

Em Querença as mulheres representam mais de 60% do pessoal ao serviço dos estabelecimentos – dado que ultrapassa as tendências existentes pelo que não se consegue explicar a não ser pelo facto de ter uma parte importante de pessoal empregue na área de saúde e acção social. Será por essa mesma razão que Cachopo tem, igualmente, mais de 50% de mulheres empregadas localmente. Para além destas só Paderne e São Marcos da Serra empregam mais de 40% mulheres.

Estoi é a aldeia em que as mulheres têm menor representação na estrutura empresarial – 31% em 2006.

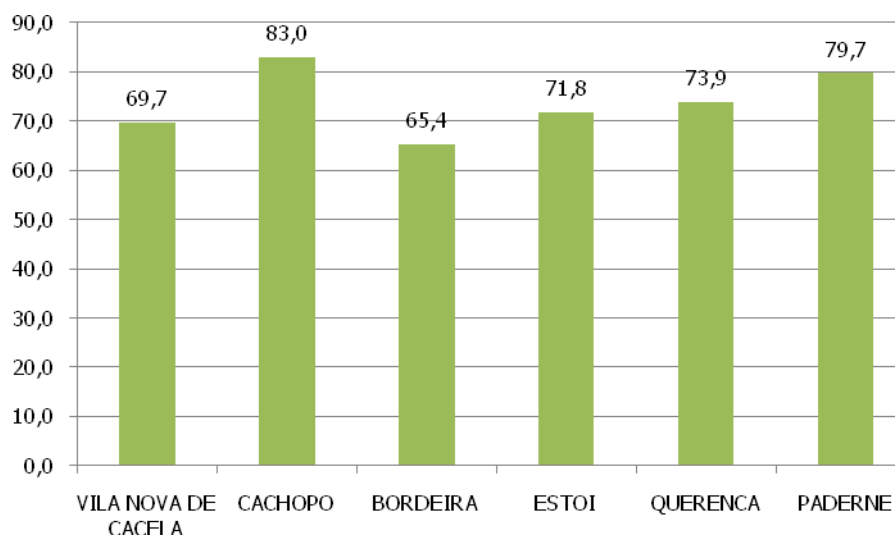
Gráfico 46. % de mulheres ao serviço de estabelecimentos, em 2003 e 2006



Fonte: Quadros de Pessoal – MTSS.

Em relação à escolaridade atingida pelos trabalhadores ao serviço das empresas locais, a situação mantém-se muito frágil. Em todas as aldeias, mais de 60% do pessoal tem menos de 9 anos de escolaridade. Em Estoi, Querença e Paderne esse valor supera os 70% e em Cachopo os 80%.

Gráfico 47. % de trabalhadores ao serviço de estabelecimentos com menos de 9 anos de escolaridade, em 2006



Fonte: Quadros de Pessoal – MTSS.

5.3.2.2. POPULAÇÃO E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

De acordo com as estimativas demográficas do INE, Aljezur e Vila do Bispo vão revelando uma tendência de manutenção da sua população, o que poderá ser justificado pela sua localização de litoral. Castro Marim, parte litoral e serra, perde ligeiramente a população que havia sido recenseada em 2001 (cerca de 2%). No entanto, os dois concelhos de baixa densidade totalmente localizados na serra algarvia, Alcoutim e Monchique, perderam, desde o último período censitário até às estimativas mais recentes (2007), mais de 10% da sua população. Dado que não é possível ter, a esta data, estimativas por freguesia, este pode ser um indicador indirecto sobre as dinâmicas demográficas mais recentes. E, se assim for, as políticas mais recentes ainda não estão a evidenciar um dos impactos esperados, que avisava a fixação das populações locais.

Albufeira e São Brás de Alportel encontram-se na lista dos concelhos que registaram maior crescimento nas últimas duas décadas ao nível nacional – no primeiro caso em mais de 80% e no segundo em mais de 60%. O caso de São Brás não deixa de ser curioso. É, igualmente, uma área de baixa densidade que tem beneficiado da sua proximidade a duas importantes cidades do Algarve – Faro e Loulé. Sendo expectável o abrandamento do crescimento da sua população, certo é que nos últimos anos, fruto de um crescimento significativo do parque habitacional, este concelho revela um claro contraste face à realidade vivida noutros concelhos de baixa densidade.

Quadro 24. População e Variação da População de 2001 a 2007, nos concelhos do Algarve

Região/ concelho	População			Taxa de Variação	
	1991	2001	2007	1991/2001	2001/2007
Algarve	341404	395218	426 386	15,8	7,9
Albufeira	20949	31543	38 175	50,6	21,0
Alcoutim	4571	3770	3 186	-17,5	-15,5
Aljezur	5006	5288	5 336	5,6	0,9
Castro Marim	6803	6593	6 497	-3,1	-1,5
Faro	50761	58051	58 739	14,4	1,2
Lagoa	16780	20651	24 390	23,1	18,1
Lagos	21526	25398	28 502	18,0	12,2
Loulé	46585	59160	64 798	27,0	9,5
Monchique	7309	6974	6 141	-4,6	-11,9
Olhão	36812	40808	43 828	10,9	7,4
Portimão	38833	44818	49 330	15,4	10,1
São Brás de Alportel	7526	10032	12 232	33,3	21,9
Silves	32924	33830	35 931	2,8	6,2
Tavira	24857	24997	25 410	0,6	1,7
Vila do Bispo	5762	5349	5 447	-7,2	1,8
Vila Real de Santo António	14400	17956	18 444	24,7	2,7

Fonte: INE – Censos 2001 e Estimativas Demográficas 2007. Tratamento próprio dos dados

O único indicador que nos permite uma maior aproximação às dinâmicas residenciais é aquele referente ao número de eleitores. Não se tem a noção relativa ao rejuvenescimento, mas é a aproximação mais fiável possível. Analisando a evolução dos eleitores, confirma-se a percepção dos residentes e a leitura que emana da reflexão sobre as perdas e retornos ao território – em praticamente todas as aldeias regista-se perda de eleitores e a única em que isso não acontece, o crescimento ainda é muito incipiente, caso de Estoi com um aumento de 0,6% dos seus eleitores de 2001 a 2007.

Em 6 anos, continuam a registar-se perdas importantes nestas aldeias – mais de 10% de eleitores nas seguintes: Cachopo, Bordeira, Querença e São Marcos da Serra. Tratam-se de aldeias que vão sendo, ao longo deste relatório, permanentemente retratadas pelas suas diferentes condições de fragilidade que parecem não estar a ser mudadas com as intervenções desenvolvidas.

Quadro 25. Nº de eleitores nos actos eleitorais de 2001, 2005 e 2007, taxas de variação e crescimento médio anual

Freguesias	PR 2001	AR2005	Referendo IVG 2007	Variação Absoluta			Taxas de Variação			Crescimento médio anual 2001-2007	
	2001	2005	2007	2001-2005	2005-2007	2001-2007	2001-2005	2005-2007	2001-2007	V.A.	Taxa
Vila Nova de Cacela	2946	2836	2817	-110	-19	-129	-3,7	-0,7	-4,4	-22	-0,7
Vila Real de Santo António	14975	15094	15030	119	-64	55	0,8	-0,4	0,4	9	0,1
Cachopo	1178	1021	962	-157	-59	-216	-13,3	-5,8	-18,3	-36	-3,1
Tavira	20945	21246	21361	301	115	416	1,4	0,5	2,0	69	0,3
Bordeira	450	392	351	-58	-41	-99	-12,9	-10,5	-22,0	-17	-3,7
Aljezur	4675	4355	4323	-320	-32	-352	-6,8	-0,7	-7,5	-59	-1,3
Estoi	2562	2589	2577	27	-12	15	1,1	-0,5	0,6	3	0,1
Faro	47828	49040	49617	1212	577	1789	2,5	1,2	3,7	298	0,6
Paderne	2641	2624	2576	-17	-48	-65	-0,6	-1,8	-2,5	-11	-0,4
Albufeira	21576	23896	24755	2320	859	3179	10,8	3,6	14,7	530	2,5
Querença	800	725	697	-75	-28	-103	-9,4	-3,9	-12,9	-17	-2,1
Loulé	47329	48143	48090	814	-53	761	1,7	-0,1	1,6	127	0,3
São Marcos da Serra	1622	1453	1397	-169	-56	-225	-10,4	-3,9	-13,9	-38	-2,3
Silves	27562	27750	27726	188	-24	164	0,7	-0,1	0,6	27	0,1

Fonte: Direcção Geral da Administração Eleitoral. Tratamento próprio dos dados

A percepção dos actores, no respeitante aos impactos das acções sobre as dinâmicas demográficas, acompanha os dados que aqui se puderem observar.

Considera-se que todas estas iniciativas são importantes para que as pessoas se sintam motivadas em viver nas aldeias. A opinião é a de que embora as acções urbanas contribuam para o aumento da auto-estima e da melhoria do bem-estar das populações não são apenas estas intervenções que podem contribuir de forma significativa para a fixação das populações. Na verdade, continua a registar-se perda de população nestes territórios, havendo quase que uma inevitabilidade no abandono do território preconizado pelos jovens – considera-se que tal fica a dever-se à procura de postos de trabalho no Litoral, uma vez que se regista a falta de projectos estruturantes para o território. Vale a pena referir também o caso de Cachopo em que a diminuição da população é de tal modo acentuada que se prevê o encerramento da Escola Primária durante o próximo ano.

Refere-se a especulação imobiliária e os limites à expansão urbana das aldeias como condicionantes à fixação da população no território. Há um investimento grande que é feito no sentido da captação de populações, mas que depois fica condicionado

pelas limitações de ordenamento territorial. Os custos habitacionais nestes espaços equiparam-se aos das grandes cidades, o que também é um condicionante à fixação das populações.

“É mais barato comprar uma casa em Portimão do que em Aljezur. Há pessoas que não têm dinheiro para comprar casa na terra deles e então compram em Portimão. E a população decresce também por causa disso. Porque as pessoas reclamam do Parque Natural mas já perceberam o valor que aquilo tem. Por isso comprar casa em Aljezur é uma coisa caríssima, impensável. E está a ter esse efeito perverso... de abandono das aldeias.” (Aura Fraga – Associação Vicentina).

“A tal relação da oferta e da procura está desequilibrada em termos de espaço onde é possível construir. Os preços estão super inflacionados porque há muito pouca oferta há algumas casas abandonadas que não estão utilizadas. Há aqui uma contradição: por um lado dizemos que queremos evitar esta desertificação ou inverter esta tendência, mas o que é verdade é que os espaços (...) habitacionais nestas zonas de baixa densidade são mais caros do que são nas grandes metrópoles, como em Loulé. Esta Câmara, nomeadamente, tem feito alguns incentivos, mas não chega, ou há muitos mais terrenos onde se pode construir e com isso, os preços caem ou então se não se conseguir fazer isto, de facto, é muito difícil inverter esta tendência”. (Manuel Viegas dos Santos - Junta de Freguesia de Querença)

Para evitar este tipo de problemas, uma medida que poderia ser criada era a possibilidade de expansão urbana nas sedes de freguesia dos espaços rurais de interior: *“O investimento é muito elevado para o número de pessoas que usam esse espaço. Era importante, para todos que esses espaços, no futuro, tivessem mais pessoas.”* (José Graça - Câmara Municipal de Loulé) É nesse sentido que o Município de Loulé está a avançar no que respeita aos Planos de Pormenor em desenvolvimento. Apesar da aldeia de Querença ser atractiva, há impedimentos significativos ao nível do ordenamento do território para o investimento empresarial. Por exemplo, um dos empresários com impacto mais significativo ao nível regional, dispensou parte do seu restaurante de sua propriedade para a actividade produtiva que desenvolve dado não conseguir licenciamento industrial para instalação de uma nova unidade de produção na aldeia.

Deste modo, as actuais políticas não estão a contribuir para o atenuar da desertificação destes espaços e uma das principais causas está nos constrangimentos à construção.

Emerge do discurso a não existência de um impacto estruturante que permita desenvolver a promoção do conjunto das aldeias. Apesar da intervenção, emana a visão de uma frágil dinâmica populacional, económica e de uma intervenção urbana pontual que não foi capaz de mudar toda a imagem de cada uma das aldeias. *“As Aldeias do Algarve não têm edifícios emblemáticos, que levem as pessoas a visitar,*

mas no seu conjunto, no conjunto da aldeia, a sua disposição e o seu terreno é que vale pelo conjunto. Esse conjunto muitas vezes está degradado, porque há muitas casas abandonadas, muitas casas por reabilitar, muitas casas fechadas, e as aldeias estão desertas em vários aspectos... não se vê população, não se vê um café, não há nada, que divulgação é que podemos fazer de uma aldeia se estas coisas não existem? Eu acho que não conseguimos chegar a esse ponto. (...) Muitos dos investimentos privados que estavam previstos nos Planos de Intervenção não foram feitos e a reabilitação só foi feita muito pontualmente. E não é só isso que atrai. Tem que haver mais uma intervenção de conjunto.”(CCDR – Eng.^a Catarina Cruz)

5.3.2.3. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO TERRITÓRIO

Não foram muitos os elementos disponíveis que permitiram aferir do cumprimento do objectivo da estratégia regional que visava promover a utilização sustentável dos recursos naturais e o equilíbrio do mundo rural. Deve referir-se que tal não acontece também porque as acções em avaliação não se direccionavam tanto para esta dimensão de actuação.

Ao nível de riscos para o território, referiu-se que relativamente ao futuro começam a registar-se iniciativas de turismo nestes espaços rurais que são totalmente fechados face à envolvente – chegam a recrutar empresas que garantem os serviços de apoio e minimizam o emprego local. Estes projectos turísticos começam a surgir no interior, traduzindo-se na deslocalização do litoral para a Serra, com efeitos perversos sobre o território porque “*ofuscam tudo ao seu redor*” (Pedro Dornelas - Associação Vicentina).

No entanto, o projecto turístico Quinta da Umbria, que abrange a freguesia de Querença, está a gerar algumas expectativas positivas. Também os grandes investimentos que estão a surgir em torno do Guadiana, essencialmente promovidos por espanhóis, se consideram como uma mais-valia para o território – pela criação de emprego e pela dinâmica que criarão.

Referiu-se uma maior sensibilidade visando a protecção ambiental, dado que se reconhece ser esse um atractivo e, neste contexto, têm começado a surgir novas empresas ligadas à exploração da potencialidade ambiental do território.

5.3.2.4. INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E APOIO À ACTIVIDADE PRODUTIVA

Também a este nível de análise os dados não são suficientemente exaustivos para retirar conclusões representativas do ocorrido no território.

No entanto, a partir de alguns discursos, e no que respeita à criação de infraestruturas de apoio à actividade produtiva, faz-se um balanço negativo do contributo do Programa. No caso de Querença ainda não se avançou com a criação da área industrial e mantém-se em todo o território a falta de espaços para a localização industrial. Tal é uma dimensão que emana frequentemente do discurso dos entrevistados, como sendo um entrave ao desenvolvimento daquele território, sugerindo-se a de parques industriais. No entanto, deve referir-se que tal nem sequer está previsto em PDM nem tampouco foi candidatado ao PROALGARVE.

Em Alcoutim criou-se o parque industrial para apoio à instalação de unidades empresariais. No entanto, reconhecem-se aí erros de concepção que impedem a instalação de alguns tipos de empresas que têm procurado o parque.

Deve, no entanto, salientar-se que o PROALGARVE constituiu um recurso financeiro central na constituição de 5 Centros de Apoio ao Desenvolvimento, dispersos por todo o território de Baixa Densidade, a saber: Alcoutim, Castro Marim, São Brás de Alportel, Bensafrim e Aljezur. No conjunto representam um total de investimento aprovado de 1.102.253€, tendo sido executados na íntegra.

Apesar destas intervenções não estarem situadas na intervenção em avaliação, a sua importância sobre o território não pode ser menosprezada. Constituem-se como pólos de apoio ao desenvolvimento que têm impactos indirectos ao nível da actividade produtiva, na medida em que se constituem como espaços em que são oferecidos múltiplos serviços de apoio, dos quais se destacam consultoria e formação às empresas locais.

Estes Centros constituíram-se como uma das Redes Temáticas em que o PROALGARVE apostou e constavam da Estratégia Regional para as áreas de baixa densidade.

5.3.2.5. ESTRUTURAÇÃO E ATRACTIVIDADE DOS NÚCLEOS URBANOS

É inegável que o Programa teve impactos na estruturação dos territórios. Certo que numas aldeias se registou uma intervenção mais estruturante do que noutras, mas os impactos são, regra geral, já visíveis no conjunto das aldeias em estudo.

Nesta dimensão regista-se uma melhoria significativa da capacidade de atracção já que depois da intervenção se captaram mais visitantes – seja como impacto das acções de intervenção urbana, sejam das de animação territorial. Indirectamente considera-se que estas intervenções contribuem para o aumento dos consumos no local – tal é referenciado em Estoi, por exemplo.

No caso das acções de revitalização urbana, refere-se o contributo do Programa para a valorização do património, nomeadamente pelo respeito aos materiais e técnicas de construção tradicionais. No entanto, esta visão não é totalmente consensual, evidenciando a Associação In Loco que na intervenção sobre Querença considera-se ter existido uma desadequação dos materiais de construção utilizados nas obras, que causam descontentamento nalgumas pessoas: pinos em inox, colocados com o objectivo de impedir o estacionamento em cima de zonas pedonais, e a pedra que foi colocada na Igreja e que não é de origem local.

Na intervenção AGRIS sobre as fachadas verificou-se que algumas pessoas aproveitaram o incentivo para recuperarem a sua casa secundária onde podem ir passar férias. Tal teve impacto no cuidado que as pessoas foram tendo no arranjo das suas casas mantendo a sua tipicidade. Mesmo que se mantenham casas para uso sazonal é importante, embora se reconheça que não é isso que manterá o território vivo. A preservação das casas teve um efeito contágio, ou seja, registou-se um maior cuidado da população com a manutenção das suas casas.

Considera-se que as intervenções urbanas são um contributo para acolher os visitantes e para as populações locais poderem usufruir do espaço público, sendo definitivamente um contributo para o ordenamento das aldeias, para melhoria da imagem dos espaços e para a manutenção da identidade das aldeias do interior algarvio, investindo na componente física, em particular na dimensão patrimonial.

Nas acções de animação, considera-se que contribuem para o alargamento do conhecimento do território algarvio, para além do litoral, conhecido pelo seu modelo turístico 'sol e praia', tendo efeitos muito positivos. As pessoas passaram a conhecer as aldeias a partir das acções de animação, o que é um contributo importante.

Constituem-se como um modo indirecto para se dar a conhecer a intervenção urbana desenvolvida em cada uma das aldeias.

Não significa com isto dizer que todas as aldeias vêem a sua atractividade reforçada. Por exemplo, em Cacela Velha considera-se já existir uma visibilidade externa importante, pelo que os seus visitantes não vêm, regra geral, pelas acções de animação que são desenvolvidas. No entanto, considera-se que essas acções são importantes para captar outro perfil de visitantes – aquelas pessoas que só vêm em função dos eventos que são dinamizados. Nesse caso, pode contribuir para a captação de novos visitantes. As acções de animação são um acréscimo de valor para um território de si com uma imagem exterior sedimentada.

Nas aldeias trabalha-se agora na dinamização turística. No caso de Querença verifica-se uma preocupação em articular o turismo de interior com o Litoral, pelo que, quer Câmara Municipal, quer agências de viagens têm apoiado na estratégia de captação de novos públicos, em muito baseada na procura de artesanato e nos licores da Farroboinha. Em Cacela Velha, por seu lado, há uma forte valorização da dinâmica trazida pelo Centro de Investigação e Formação do Património de Cacela – que desenvolve um conjunto de acções de valorização do património e de envolvimento das populações locais. Considera-se que este centro é herdeiro da dinâmica impressa pelo Programa das Aldeias. No entanto, também neste domínio as opiniões não são consensuais, considerando-se, nalgumas situações, que as intervenções urbanas ficam aquém das expectativas dado se julgar ser necessário apostar mais na componente turística e na construção de uma outra imagem da aldeia.

A intervenção desenvolvida permitiu criar um conjunto de bases para um investimento privado que se deseja para o futuro. *“Existem equipamentos, existem recursos endógenos, agora é preciso que com aquilo que existe (...) é aparecerem privados que potenciem este desenvolvimento económico com restauração, com alojamento, com empresas que levam as pessoas a passear, a conhecer este território... tudo isso são potencialidades que se pretende.”* (CCDR. Eng.^a Catarina Cruz)

Considera-se, no entanto, que há um conjunto de pequenas infra-estruturas que foram criadas em cada uma das aldeias, sem que haja capacidade para garantir pessoal que esteja em cada uma. A abertura fica condicionada a pedidos prévios feitos às Câmaras Municipais, porque, regra geral, são equipamentos públicos que se

mantêm fechados. São infra-estruturas que poderiam ser concessionadas e integradas numa rede de dinamização.

5.3.2.6. QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO

Os impactos das acções de formação podem ser vistos sob duas dimensões:

1. Impactos na Vida Pessoal e Profissional dos Destinatários

Nesta dimensão as opiniões das entrevistadas aproximam-se novamente, sendo referidos os impactos económicos, sociais e psicológicos: *"Impacto em termos económicos (...) impacto social, esta pessoa adquire um estatuto. (...) um impacto psicológico porque a pessoa sente que as suas competências são reconhecidas, isto é, particularmente interessante no caso dos artesãos (...)." (Priscila Soares - Associação In Loco); "(...) considero que melhorou relativamente à sua vida pessoal(...) acho que foi uma experiência muito marcante destes formandos (...). O facto de sair nas revistas o sal de Castro Marim como produto gourmet." (Filomena Sintra - Odiana); "As pessoas sentem que neste momento têm uma formação que não tinham, têm oportunidade de apresentar um certificado da frequência de um curso de formação e aí passarem à frente de uma série de pessoas, que muitas vezes estão a trabalhar no turismo, na área da jardinagem, hotelaria e restauração sem qualquer tipo de qualificação. Acho que melhorou a auto-estima das pessoas. Na maior parte delas é notório." (Deolinda Reigado - Planicôa).*

2. Impactos da Formação no Território

Nos impactos da formação ao nível do território o discurso das entrevistas não é consensual. Por um lado, a delegada regional da Planicôa admite que apenas as acções de formação não deverão ter um forte impacto no desenvolvimento do território regional: *"Só, só as acções de formação acho que dificilmente. Acho que era preciso mais. Porque só as acções de formação... e onde é que estão as infra-estruturas necessárias para as pessoas poderem trabalhar, para poderem se deslocar, para poderem... não há transporte para Cachopo. Só há um autocarro que sai de manhã e depois vem à noite. É complicado!"*

Por outro lado, a presidente da Associação In Loco, bem como a representante do projecto da Odiana acreditam no impacto a longo prazo destas acções de formação no território intervencionado *"(...) As formações como as outras actividades (...)"*

destinam-se a capacitar pessoas e a apoiar o desenvolvimento de iniciativas que visam desenvolver este território. Pensamos que o desenvolvimento deste território acabará por ter efeitos positivos sobre o desenvolvimento da região, que neste momento é profundamente desequilibrado.” (Priscila Soares - Associação In Loco); *"A médio e longo prazo, cimentamos um plano de formação. Temos pessoas que não são salineiros mas que têm muitos conhecimentos base. (...) E têm esse efeito que indirectamente os proprietários estão a tentar revitalizar a sua salicultura. (...) têm contribuído para a dinamização da economia local, afirmação do sal de Castro de Marim como o produto que nos diferencia de todos os outros lugares. Felizmente não é uma zona poluída (...)."* (Filomena Sintra - Odiana). Há também que destacar o contributo da formação para a valorização da actividade de salicultura. Daqui desenvolveram-se outras actividades e disseminaram-se os resultados. Foi possível recorrer a outros fundos para dar continuidade a outras intervenções - seja de formação, seja de revitalização das salinas – e neste sentido este projecto teve sem dúvida um carácter inovador.

Na inquirição aos formandos, e relativamente aos impactos das acções de formação no território, também se conclui que este tipo de acções poucos impactos tem ao nível das comunidades. Os formandos inquiridos apenas referem ter havido um aumento da movimentação nas zonas onde se realizava a formação (podendo essa questão ter tido algum impacto nos cafés da zona, mas apenas durante a realização da formação) e referem ainda ter havido um aumento no número de pessoas certificadas para dar formação.

Analisando os percursos do grupo de formandos, verificamos que a maior parte (80%) se mantém no território em que estava à data da realização da formação. Este dado é importante na medida em que nos permite aferir sobre a capacidade de produção do tal impacto no território, esperado na formação de agentes para o desenvolvimento, mas também referenciado na formação com finalidade de empregabilidade. No conjunto dos formandos, 2 saíram da região e 1 já não residia, na altura da formação, na região. No fundo, estes poderão traduzir os casos em que a formação não terá impacto na região, o que é relativamente residual.

Quadro 26. Formandos segundo o concelho de residência à data da realização da formação e o concelho de residência à data da inquirição

Concelho de residência actual	Concelho de residência anterior									Total
	Albufeira	Castro Marim	Faro	Huelva	Loulé	S. Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila Real de Santo António	
Albufeira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Almada	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Castro Marim	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Faro	0	0	9	0	2	0	0	0	0	11
Huelva	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Loulé	0	0	1	0	10	0	0	0	0	11
Monchique	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Olhão	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
S. Brás de Alportel	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Silves	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Tavira	0	1	0	0	0	0	0	4	0	5
Viana do Alentejo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Vila Real de Santo António	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Total	1	5	12	1	12	2	4	5	5	47

Fonte: Própria

Quanto à situação profissional dos formandos à data da inquirição por comparação com a situação à data da formação, conclui-se que se diminuiu no desemprego daquele grupo. Nos actuais trabalhadores por conta de outrem, 4 eram, anteriormente, trabalhadores por conta própria, 6 eram desempregados, 2 estavam à procura de novo emprego e 23 mantêm-se na mesma situação profissional. Nos actuais trabalhadores por conta própria, 3 eram trabalhadores por conta de outrem, 3 eram trabalhadores por conta própria e 1 era desempregado. Não podemos dizer que estes são impactos da formação, mas podemos afirmar que hoje a situação daquelas pessoas é profissionalmente mais estável do que aquela vivida à data em que frequentaram a formação. No entanto, a situação agravou-se para 2 formandos que antes estavam como trabalhadores por conta de outrem e passaram a desempregados, e manteve-se num dos casos. Um dos formandos, estava desempregado e quando inquirido mantinha-se nessa situação profissional, o que não significa que não possa ter percursos intermédios de inserção.

Quadro 27. Formandos segundo a situação na profissão à data da frequência da formação e situação na profissão à data da inquirição

Actual Situação na Profissão	Situação na profissão anterior			À procura de novo emprego	Total
	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Desempregado		
Trabalhador por conta de outrem	23	4	6	2	35
Trabalhador por conta própria	3	3	1	0	7
Desempregado	2	0	1	0	3
Reformado	1	0	0	0	1
Estudante	0	0	0	1	1
Total	29	7	8	3	47

Fonte: Própria

5.4. PROPOSTAS PARA O FUTURO

Quando questionados sobre sugestões para intervenções urbanas no futuro, as propostas das vão no sentido do aumento dos equipamentos de saúde (centros de saúde) e de lazer (cinema, bares nocturnos, entre outros) e em Querença foi manifestado o interesse na criação de mais um parque de estacionamento. Esta é uma necessidade que surge das limitações ao estacionamento criadas pela intervenção junto do Largo da Igreja, mas traduz uma resposta que já está em curso. À data da realização da entrevista ao Município de Loulé já estava em concurso a empreitada para o novo estacionamento, o que justifica o equacionar dessa necessidade.

Quadro 28. Sugestões para Futuras Intervenções Urbanas

Cacela Velha	Opção 1	Melhoria das Acessibilidades (48,4%)
	Opção 2	Melhoria dos Equipamentos Colectivos (21,9%)
	Opção 3	Melhoria do Parque Habitacional (9,4%)
Cachopo	Opção 1	Melhoria das Acessibilidades (28,8%)
	Opção 2	Melhoria dos Equipamentos Colectivos (28,8%)
	Opção 3	Melhoria do Parque Habitacional (15,3%)
Carrapateira	Opção 1	Melhoria dos Equipamentos Colectivos (18,2%)
	Opção 2	Melhoria das Acessibilidades (16,4%)
	Opção 3	Mais Equipamentos de Saúde (14,5%)
Estoi	Opção 1	Melhoria dos Equipamentos Colectivos (25,5%)
	Opção 2	Melhoria das Acessibilidades (25,5%)
	Opção 3	Mais Equipamentos de Lazer (10,9%)
Querença	Opção 1	Melhoria dos Equipamentos Colectivos (34,1%)
	Opção 2	Melhoria das Acessibilidades (17,1%)
	Opção 3	Criação de Parque de Estacionamento (17,1%)
Paderne	Opção 1	Melhoria do Parque Habitacional (48,0%)
	Opção 2	Melhoria das Acessibilidades (24,0%)
	Opção 3	Melhoria dos Equipamentos Colectivos (20,0%)
São Marcos Da Serra	Opção 1	Melhoria dos Equipamentos Colectivos (33,3%)
	Opção 2	Melhoria do Parque Habitacional (27,1%)
	Opção 3	Melhoria das Acessibilidades (10,4%)

Fonte: Elaboração Própria

Com o intuito de conhecer a opinião da população residente relativamente às acções de animação que deveriam ser implementadas nas suas Aldeias. Neste contexto, verifica-se que a animação musical é a acção de animação mais apontada pela população residente em todas as aldeias. A segunda animação mais assinalada é a animação para jovens. E, em última análise, a festa da gastronomia é a terceira acção de animação mais referida pela população residente. Esta questão pode estar relacionada com as tradições das aldeias na confecção das receitas tradicionais e típicas de cada aldeia.

Ainda no âmbito das futuras acções de animação, foram ainda sugeridas acções ligadas às actividades desportivas (Cachopo e Carrapateira), às festas tradicionais (Querença e Paderne), às festas religiosas (Cachopo) e a mais festas (São Marcos da Serra).

Quadro 29. Sugestões para Futuras Acções de Animação

Cacela Velha	Opção 1	Animação Musical (26,5%)
	Opção 2	Animação de Rua (11,8%)
	Opção 3	Teatro (11,8%)
Cachopo	Opção 1	Animação Musical (25,0%)
	Opção 2	Festas Religiosas (21,9%)
	Opção 3	Actividades Desportivas (12,5%)
Carrapateira	Opção 1	Animação Musical (40,6%)
	Opção 2	Festa da Gastronomia (12,5%)
	Opção 3	Actividades Desportivas (9,4%)
Estoi	Opção 1	Animação para Jovens (18,9%)
	Opção 2	Animação Musical (10,8%)
	Opção 3	Cinema (10,8%)
Querença	Opção 1	Festa da Gastronomia (44,1%)
	Opção 2	Animação Musical (23,5%)
	Opção 3	Festas Tradicionais (8,8%)
Paderne	Opção 1	Animação Musical (18,2%)
	Opção 2	Cinema (12,1%)
	Opção 3	Festas Tradicionais (9,1%)
São Marcos Da Serra	Opção 1	Animação Musical (17,9%)
	Opção 2	Animação para Jovens (15,4%)
	Opção 3	Mais Festas (12,8%)

Fonte: Elaboração Própria

A acrescentar a estas sugestões vindas das populações locais, também os actores entrevistados fizeram um conjunto de sugestões para o futuro.

Em relação à promoção de dinâmica económica local refere-se que deveriam criar-se vantagens em termos fiscais para as empresas que manifestassem vontade de

se fixar no interior, sendo que os licenciamentos deveriam ser agilizados ao nível interno nos municípios, de acordo com as necessidades observadas no território.

Há problemas no ajuste das políticas aos contextos, nomeadamente no que respeita à dimensão normativa que deveria ser contemplada. Estes territórios, por seu lado, revelam fragilidades ao nível do espírito empreendedor. Reconhecem-se as potencialidades, mas estas não estão a ser devidamente aproveitadas. *“o concelho de Loulé tem características muito especiais, actividades ligadas ao sector primário. Não só os agro-alimentares, como no turismo não têm funcionado muito bem. É uma série de potencial que estes territórios têm, que [...] não estamos a atingir os objectivos. Eu acho que há falta de empreendedorismo, nós hoje sentimos isso no nosso dia-a-dia. O trabalho de ajustar estes normativos às próprias actividades é essencial. O investimento público está direccionado para valorizar a actividade, mas todos já percebemos que não chega. Criam-se programas mas não estão ajustados a estas realidades.”* (José Graça - Câmara Municipal de Loulé)

Considera-se que o QREN deveria contemplar uma intervenção complementar àquela realizada com o Programa das Aldeias. Deveria existir sempre uma complementaridade entre Quadros Comunitários no que respeita à realização deste tipo de intervenções. A execução da estratégia exige mais do que um Quadro Comunitário.

Considera-se limitativo não apoiar financeiramente o alojamento local no próximo PRODER. *“Seria muito importante que o alojamento local fosse participado, mas o alojamento local não é turismo. Como não é turismo não é participado. Portanto aquilo que é a solução de excelência para o agricultor, não é.”* (Pedro Dornelas – Associação Vicentina)

Ao nível da formação o número de formandos que se considera elegível para as candidaturas ao POPH prejudica as áreas de baixa densidade, onde dificilmente se consegue garantir um público de 15 formandos por acção. Refere-se que estes territórios necessitam de formações à medida que não se compatibilizam com as regras de elegibilidade inscritos no POPH.

Tem de se pensar numa estratégia regional participada: *“Tempo, Recursos financeiros e também uma estratégia participativa que pudesse identificar outro tipo de necessidades. (...) para animar estes territórios não chega acontecimentos pontuais. (...) e fazer um levantamento das necessidades. E ver quais são as necessidades de*

quem se quer fixar. O que pode contribuir para a competitividade? Faltam modelos que não são competitivos. (...) Procura-se que elas sejam competitivas e não sustentáveis (...).”(Miguel Velez - In Loco)

Ainda se propõe a construção da rede de promoção das aldeias – à semelhança do que existe noutras regiões do país – que passe seja por livros, brochuras, mas também com um site específico. Acredita-se que não existe muita informação sobre estas aldeias que possa ser consultada do exterior. Falta uma rede de coordenação de percursos e de apresentação global do território a par da falta de promoção da imagem do território rural, havendo continuamente a promoção da imagem de um Algarve que é apenas de Sol e Praia.

Deveriam criar apoios para desenvolver as acções de animação durante o inverno, sendo que o novo QREN deveria contemplar a área da animação, para tornar estes projectos exequíveis. Esta poderia ser uma solução para atrair mais visitantes no Inverno e ultrapassar a imagem do turismo 'sol e praia'.

Remete-se também para a necessidade de se construírem para estes territórios soluções inovadoras dos recursos humanos, dos transportes, da saúde e da educação. Trata-se de soluções que devem ser encontradas com vista ao acesso das populações aos serviços básicos, mas com adequação àquilo que são as características locais. Um problema do território que assenta na falta de «novos actores» que protagonizem a mudança do paradigma de desenvolvimento do território: *“Os velhos usos não dão e para os novos usos não há protagonistas. E ainda por cima temos os problemas de ordenamento a criarem formalmente dificuldades, em vez de promoverem soluções. É preciso protagonistas que mostrem que é necessário dar novos usos à terra no sentido do valor ambiental (...) Quanto ao território as condições existem e são fantásticas. Não chove – ou cinco dias de chuva útil por ano -, é bonito, tem património – tem património natural, tem património histórico, tem património cultural – tem produtos de elevada qualidade, tem tudo para ser usado. Falta é protagonistas.”* (Pedro Dornelas – Associação Vicentina)

CONCLUSÃO

O território de baixa densidade foi, no período do anterior QCA, e será, no actual QREN, alvo de um conjunto de políticas e programas. Todo o conjunto das acções previstas para o território de baixa densidade do Algarve deveria ser capaz de produzir uma mudança importante. São conhecidas as dificuldades por que passam todos os territórios com especial destaque para o conjunto das áreas de baixa densidade do Algarve. A aposta tem passado, em muito pela refuncionalização destes espaços procurando alternativas a uma agricultura que se foi perdendo e a um património que se foi edificando fruto do permanente abandono destes espaços.

Obviamente que todo o conjunto das conclusões aqui retiradas decorre apenas de 3 medidas do Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade, o que não só limita a abrangência das conclusões, como condiciona a análise dos efectivos impactos que a estratégia possa ter tido sobre o território.

Seja nas medidas 1 e 3 do PROALGARVE seja na estratégia definida para as áreas de baixa densidade são visíveis as intencionalidades que procuram recriar o território que tem vindo a registar perdas demográficas acentuadas e um envelhecimento igualmente assinalável. Seja na anterior estratégia, seja na actual, a vigorar até 2013, o caminho parece orientar-se para o desenho de um cluster de turismo e de lazer para o interior do território algarvio. Se as micro-iniciativas de turismo rural geram consenso, evidenciam-se algumas «fricções» quando o assunto retrata alguns projectos de elevadas envergadura que começam a alimentar o campo das expectativas das populações e dos agentes destes espaços.

Ao nível da concepção do Programa das Aldeias, conclui-se pela sua adequação face ao que se consideram os princípios de revitalização urbana. Por um lado, procurou-se incidir sobre a promoção e a dinamização socio-económica para atracção e fixação das populações locais. Por outro, procurava-se apostar num cluster específico que visava a criação de novas dinâmicas locais – no caso do turismo e do lazer.

Apesar da fase da concepção inicial dos Planos de Intervenção ter sido longa, foi possível envolver um conjunto vasto de entidades regionais no desenho da estratégia regional. Verifica-se que, no conjunto dos projectos de intervenção urbana nas aldeias, apenas 19% do investimento foi realizado no seio da medida 1. A concepção passou por um trabalho articulado entre Câmaras e Juntas, sendo as populações consultadas após um desenho prévio da proposta de intervenção.

A implementação das intervenções urbanas dependeu, em muito, de um diálogo estreito entre as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia – as primeiras com capacidade financeira para investimento nas aldeias, as segundas com competências de mediação com a população local. Há um reconhecimento do papel da CCDR seja no idealizar da intervenção, seja no acompanhamento desta.

As acções de animação, tendo sido promovidas e geridas directamente pela CCDR, foram apropriadas pelas Juntas de Freguesia, com o envolvimento directo da população na organização das diferentes iniciativas. A ideia inicial subjacente à criação do projecto de animação era o de consolidar uma oferta de eventos anuais procurando a fidelização de públicos visitantes das aldeias. Procurando ir ao encontro da cultura local, o programa centrou-se na dinamização da Festa dos Presépios, da Festa da Gastronomia e da iniciativa das Aldeias mais Floridas.

A avaliação da intervenção formativa fica claramente condicionada pelo facto de à data de início dos trabalhos ter-se projectos concluídos de apenas 3 entidades. De qualquer modo, destaca-se a concepção da formação para a geração de novos protagonistas sobre o território, qualificando, em simultâneo, os agentes locais para a promoção do desenvolvimento. Valoriza-se o facto de parte dessa intervenção formativa estar a ser desenvolvida em complemento com outros projectos em curso no território o que permite estruturar estratégias de continuidade na intervenção em curso. Havendo uma proximidade das entidades formadoras ao território verifica-se mais esta relação entre projectos.

Quanto ao conhecimento das intervenções realizadas conclui-se que são as acções de revitalização, pela tipologia de acção que lhe é inerente, aquelas que oferecem uma maior visibilidade por comparação às acções de animação. As acções de formação, por seu lado, chegam ao conhecimento dos formandos, maioritariamente por acção directa das entidades formadoras junto dos públicos.

Verificou-se a concordância generalizada relativa às acções de revitalização e de animação. No que respeita aos graus de satisfação esses são extensíveis para os públicos da formação, tendo-se concluído por níveis igualmente elevados de satisfação. Apesar de se reconhecer a existência de algumas resistências ou de algumas dificuldades contextuais que impedem a concordância ou a satisfação total, reconhece-se que a maioria dos entrevistados não se opõe às várias intervenções realizadas. Quanto à participação, a avaliação empreendida pelas populações é negativa no respeitante à consideração da sua opinião sobre as intervenções urbanas realizadas. Situação inversa se regista nas acções de animação, onde o envolvimento popular foi

significativamente considerado e avaliado positivamente pela população. Nos projectos formativos conclui-se pela frágil participação dos públicos no desenho da formação, embora as entidades formadoras procurem adaptar a intervenção ao contexto territorial. Embora seja difícil empreender um acompanhamento formal dos formandos após o projecto ter finalizado, verifica-se que os contactos se vão mantendo.

Na última dimensão do quarto capítulo é trabalhada a apropriação que os públicos fazem das intervenções desenvolvidas. Aqui se conclui que no respeitante às intervenções urbanas, todas as obras no espaço público são bastante utilizadas, tendo menores níveis de utilização os equipamentos melhorados. As populações associam, na sua maioria e correctamente, estas intervenções à Câmara Municipal. No caso das acções de animação, os níveis de apropriação são visíveis pela continuidade que é dada a algumas das acções em algumas das aldeias – caso da Festa dos Presépios e das Aldeias Mais Floridas. As populações, na sua maioria, associam estas intervenções à Junta de Freguesia. Há uma incorporação da imagem associada ao Programa das Aldeias que não deve ser minimizada.

No final do ano as taxas de execução dos investimentos respeitantes às acções revitalização eram bastante positivas – superior a 90% - evidenciando-se um maior investimento global e *per capita* na aldeia de Querença. Reconhece-se, no entanto, que os Planos de Intervenção geraram expectativas sobre projectos que não se vieram a realizar. Não deixa de se assumir a possibilidade de manter esses projectos para o futuro, referindo-se, nalguns casos, limitações de carácter financeiro para a execução da intervenção.

Quanto às acções de animação, os elevados níveis de adesão são bons indicadores do cumprimento das expectativas das populações. Verifica-se que algumas das acções continuam a ser realizadas mesmo tendo terminado o financiamento, assim como se verificou que as acções foram igualmente apropriadas pelos poderes locais, para além das 11 aldeias que inicialmente faziam parte do Programa das Aldeias. As acções de animação são consideradas como uma mais-valia pela recriação de valores tradicionais, pelo reforço dos laços da comunidade, pela captação de novos visitantes das aldeias, assim como contribuem para o aumento da auto-estima das pessoas.

Relativamente aos resultados e impactos da formação, destacam-se alguns elementos que condicionaram o total sucesso das iniciativas desenvolvidas. Desse conjunto de dificuldades iniciais, ressaltam-se a inexistência de programas de formação prévios que orientassem a estruturação das propostas formativas que as entidades queriam desenvolver, o facto de ser difícil encontrar formadores com perfil adequado à

formação e a existência de alguns constrangimentos logísticos. Refere-se que a formação procura colmatar necessidades específicas individuais dos participantes, assim como visa criar impactos indirectos no território pela possibilidade de gerar efeitos multiplicadores.

No respeitante à mobilização de recursos para a intervenção, e em particular no respeitante à dimensão organizacional faz-se um destaque para a apreciação positiva do trabalho realizado pela CCDR em conjunto com os agentes regionais. No que respeita aos Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias do Algarve, a apreciação relativa ao seu funcionamento não foi consensual entre os diferentes agentes locais. Adquirindo um papel de mediação da intervenção, certo é que na opinião de alguns dos entrevistados houve problemas de carácter de organização das equipas para a intervenção, assim como os *timings* equacionados não eram os mais adequados face ao frágil estado de maturação da intervenção em cada um dos planos. No entanto, destaca-se o facto da sua actuação ter gerado a criação de um documento relativo às técnicas de construção tradicionais, assim como ter sido, em particular no caso do Gabinete do Sotavento, um elemento importante para a eficácia da intervenção. Apesar de se ter equacionado um programa sobre as aldeias de forma articulada, a «Rede de Aldeias», que estava prevista inicialmente, não se veio a consolidar. Destaca-se, no entanto, o facto de regionalmente se terem efectivado, de forma articulada, algumas intervenções financiadas por diferentes programas, como foi o AGRIS e o LEADER, que, em conjunto, se revelam como um contributo para a concretização da estratégia regional.

Ao nível processual, destacam-se um conjunto de elementos negativos que condicionaram o sucesso da intervenção, a saber: demora no avanço com projectos e candidaturas; atrasos com licenciamentos, com a libertação de fundos e com as obras; pouco tempo para a realização do conjunto de projectos previstos inicialmente. A grande parte dos problemas referenciados reportam-se às acções de revitalização urbana.

Ao nível financeiro, destaca-se o facto de o Programa ter criado um pacote financeiro especificamente orientado para as Aldeias, investimento esse que dificilmente teria sido assegurado pelas autarquias sem o apoio existente. Nas intervenções formativas referem-se alguns atrasos nos pagamentos, pese embora também se reconheça a agilidade do Programa face a outros financiadores. Na verdade, sem financiamento, a intervenção realizada teria ficado comprometida.

Segue-se a reflexão sobre os impactos e a percepção dos impactos face à estratégia regional. Numa primeira dimensão trabalha-se a percepção dos problemas que ainda se mantêm nos territórios e procuram-se aferir alguns indicadores que apoiam na leitura destas percepções. Assim, destacam-se os problemas de acesso a um emprego, acesso à habitação, mas também problemas de acessibilidades e falta de equipamentos colectivos. Adicionam-se os problemas no acesso à educação e à saúde, que são ilustrados com alguns indicadores sobre a situação actual. Conclui-se que, objectivamente, independentemente de qualquer intervenção de revitalização urbana, de animação territorial, ou de qualificação dos agentes, estes territórios mostram fragilidades assinaláveis no acesso aos equipamentos de educação e de saúde. Destacá-riamos numa situação relativamente favorável a de Estoi e de Paderne, mas em situação de grande debilidade o caso de Cachopo e de São Marcos da Serra.

Na análise dos percursos de permanência e de abandono das aldeias, conclui-se pela tendência de percursos de mobilidade residencial nas populações das aldeias em análise, pese embora se registem retornos importantes após percursos migratórios prévios – nalgumas aldeias o regresso após uma experiência de imigração adquire especial relevância. Paderne e Cacela Velha são as aldeias com maior capacidade de atracção de população externa ao território. De acordo com o balanço possível de fazer a partir dos discursos das populações, conclui-se por uma perda de população em praticamente todo o território em análise. Mais uma vez, Paderne e Cacela Velha são as excepções a esta tendência. Nos abandonos efectivados as principais motivações relacionam-se com o emprego. Nos regressos o que parece contar é a relação com a identidade do território. Apesar de algumas fragilidades que os próprios residentes pareciam apontar para a sua aldeia, certo é que há um gosto manifesto por aí residir, o que se traduz num elemento a potenciar em qualquer estratégia futura para este território.

Na análise do cumprimento dos diferentes objectivos relativos à prossecução da estratégia regional, uma conclusão contraria a percepção dos problemas pela maioria da população inquirida. Apesar do emprego local não ser estruturante, certo é que se tem verificado uma dinâmica de criação de estabelecimentos e de emprego nas diferentes aldeias. Em todas aumentou o número de estabelecimentos e praticamente todas viram aumentar o pessoal ao serviço dos estabelecimentos locais. Podendo não ser suficiente para suprir as necessidades de ocupação da população local, certo é que não se deve minimizar a importância desta dinâmica no quadro do cumprimento de um dos objectivos da estratégia regional e que se reportava à dinamização da actividade

económica local. Alguns dos actores referem potenciais contributos das intervenções para a criação de emprego, pese embora também se identifiquem algumas posições mais críticas que destacam algumas fragilidades do Programa das Aldeias na sua articulação a promoção de acções de dinamização económica.

Para aferir de perfis económicos territoriais também se analisaram as remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos das aldeias, tendo-se concluído pela remuneração abaixo das médias concelhias, situação particularmente mais assinalável em Querença, São Marcos e Estoi. A análise da distribuição dos trabalhadores segundo as actividades económicas permite-nos visualizar perfis completamente distintos entre as aldeias. Desconstrói-se a imagem de uma monofuncionalidade territorial, substituindo-a por uma amplitude de possibilidades já efectivadas pelos agentes empresariais locais. Por fim, as fragilidades destacam-se no perfil demográfico das empresas: com perda de representação do pessoal com menos de 35 anos de idade; com uma débil inserção das mulheres nas empresas locais; e baixos níveis de escolaridade.

Ao nível demográfico, as tendências são negativas – os dados relativos à população eleitoral sugerem que se continua a registar perda de população. Só Estoi escapa a esta tendência. Tal é igualmente corroborado nas diferentes percepções dos actores entrevistados. Relacionando estas tendências com aquelas registadas ao nível das empresas apenas se pode dizer que, para já, estas últimas não estarão a ser suficientes para a fixação de população e mesmo as intervenções desenvolvidas ainda não estão a ter esse efeito desejado e contemplado na estratégia regional.

No que respeita às dinâmicas de sustentabilidade ambiental, o futuro parece oferecer alguma incógnita e não gera, de todo, opiniões consensuais. Perspectivam-se novas empresas turísticas para o interior, que podem ser mais-valias ao nível da criação de emprego, mas por outro, também podem traduzir-se em novos «guetos de elites», assim como não é certo que o recrutamento do pessoal seja feito localmente, à semelhança do que já vai ocorrendo. Reconhece-se que estão a emergir algumas empresas que utilizam o mote do ambiente para promoverem as suas actividades.

Quanto às infra-estruturas produtivas, em casos pontuais são referenciados os casos de parques industriais, sem que daí emane uma visão positiva do contributo do programa. Esse faz parte, por exemplo, do campo das expectativas na aldeia de Querença, que até ao momento não foi possível concretizar.

Relativamente ao impacto da intervenção sobre a estruturação e capacidade de atracção das aldeias, regista-se consenso no respeitante às novas dinâmicas impressas

pela intervenção do Programa, reconhecendo-se a sua capacidade na captação de novos visitantes. A dimensão física da intervenção fica visível não apenas pelas acções financiadas pelo programa, mas também pelas acções complementares desenvolvidas no âmbito do AGRIS, mas também pelo efeito multiplicador que teve sobre as populações locais que começaram a evidenciar um maior cuidado com a manutenção das suas casas.

Por fim, o último objectivo da estratégia visava promover a qualificação dos recursos humanos. Mais uma vez se sublinha a necessidade de um olhar cauteloso sobre os resultados que se reportam à intervenção de um número reduzido de entidades, para além de se reportar apenas à dimensão formativa, quando a melhoria das qualificações também se tem de associar à dimensão formal educativa. Desta forma considera-se que, por um lado, a formação teve um contributo sobre a vida pessoal e profissional dos destinatários, para além de ter contributos indirectos sobre o território. A partir da formação foi possível geraram-se novas iniciativas empresariais e alguns dos formandos conseguiram arranjar emprego como resultado da formação – no caso da formação para desempregados. A maior parte dos formandos mantém-se a residir no mesmo sítio em que residia anteriormente, o que significa que esses impactos sobre o território podem ser potenciados. Não se podendo afirmar de modo veemente de que houve um contributo da formação para a inserção profissional dos formandos, certo é que a grande parte daqueles que antes estavam desempregados estavam, à data da inquirição, como trabalhadores por conta de outrem.

Fruto da realização do workshop especificamente orientado para a apresentação e discussão dos resultados deste estudo, obtiveram-se contributos adicionais aos resultados aqui apresentados. Questionaram-se os participantes acerca dos pontos fortes e pontos fracos relativos às intervenções de revitalização urbana, de animação territorial e de formação para o desenvolvimento.

Em relação às acções de revitalização urbana destacam-se como pontos fortes a valorização e revitalização do património, a par com a valorização dos espaços no seu conjunto (seja ao nível da envolvente como na melhoria dos serviços básicos às populações). Nestas duas opções os contributos não diferem segundo o tipo de actor participante. Sublinham-se ainda os contributos para o aumento da atractividade dos espaços e para o aumento da auto-estima e valorização da identidade das populações locais.

Quadro 30. Pontos fortes sobre as acções de revitalização urbana

Acções de Revitalização Urbana – Ponto Forte	Tipo de Actor				
	Local	Regional	ONG	População	TOTAL
Valorização e Revitalização do Património	3	1	1	3	8
Valorização do espaço no seu conjunto (envolvente e serviços básicos)	2	2	1		5
Aumento da atractividade dos espaços	1	2			3
Aumento da auto-estima e contributo para a valorização identitária		2	1		3
Afirmação territorial		1	1		2
Desenvolvimento de técnicas específicas de reabilitação		1			1
Disponibilização de financiamento específico para as intervenções de reabilitação	1				1
Maior dinamização local	1				1
Melhoria da qualidade de vida	1				1
TOTAL	9	9	4	3	25

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos pontos fracos das acções de revitalização urbana, as opiniões são mais dispersas entre os diferentes participantes. Um dos mais referenciados refere-se ao abandono da arquitectura tradicional, donde emana, igualmente, a identificação de uma desadequação da intervenção às características do território. O outro elemento mais assinalado reporta-se às fragilidades na participação e envolvimento das populações e dos actores do território. Ambas as opções são partilhadas pelos vários tipos de actores em presença. Segue-se a identificação de fragilidades ao nível da dinamização e da programação para os espaços intervencionados.

Quadro 31. Pontos fracos sobre as acções de revitalização urbana

Acções de Revitalização Urbana – Ponto Fraco	Tipo de Actor				
	Local	Regional	ONG	População	TOTAL
Abandono da arquitectura tradicional/ desadequação das intervenções ao território	1	1	1	1	4
Fragilidades na participação e envolvimento da população e de agentes do território	2	1	1		4
Fragilidades na dinamização e na programação de actividades para os espaços intervencionados	2			1	3
Baixos níveis de execução por parte das autarquias/ fraca dinâmica	2				2
Problemas relacionados com a propriedade dos espaços intervencionados		1	1		2
Ausência de estratégia na recuperação/ conservação				1	1
Défice da participação dos privados nas intervenções desenvolvidas - centrado nas intervenções públicas			1		1
Desarticulação entre intervenções desenvolvidas		1			1
Frágil disseminação da intervenção por todo o território rural		1			1
Fragilidades no acompanhamento pós-intervenção	1				1
Manutenção da perda de população	1				1
Risco de perda de identidade		1			1
Excesso de «protagonismo» de algumas propostas	1				1
TOTAL	10	6	4	3	23

Fonte: Elaboração própria.

Ao nível das acções de animação territorial, o ponto forte mais assinalado respeita à mobilização e envolvimento da população. É uma opção tomada por todo o tipo de participantes, pese embora se destaque como o elemento mais referenciado pelas autarquias. Parte importante dos participantes considera, igualmente, que a animação territorial contribuiu para o aumento da auto-estima e valorização das identidades locais. Este é um factor referenciado por todos os actores, com especial para os elementos da CCDDR que participaram no workshop. A divulgação/ valorização dos recursos endógenos dos espaços rurais são igualmente consideradas como mais-valias da intervenção por parte importante dos participantes.

Quadro 32. Pontos fortes sobre as acções de animação territorial

Acções de Animação Territorial – Ponto Forte	Tipo de Actor				
	Local	Regional	ONG	População	TOTAL
Mobilização e envolvimento da população	5	1	1	1	8
Aumento da auto-estima e contributo para a valorização identitária	1	3	1	2	7
Divulgação/ Valorização dos recursos endógenos dos espaços rurais	4		1	1	6
Aumento da atractividade dos espaços	1		2		3
Reforço dos laços comunitários (ex. articulação intergeracional)	2	1			3
Aproximação da CCDR aos espaços de baixa densidade	1				1
Dinamização dos locais	1				1
Reutilização dos materiais na construção dos presépios	1				1
TOTAL	16	5	5	4	30

Fonte: Elaboração própria.

As opiniões relativas às fragilidades das acções de animação territorial são bem mais dispersas. Destaca-se a não sustentabilidade das iniciativas, associada ao seu término com o fim do financiamento. Tal é referenciado por todos os tipos de actores presentes no workshop. Segue-se a falta de financiamento para as acções, algo que é apenas referenciado por autarquias. As opções seguintes apenas foram referenciadas por 2 participantes. A primeira refere-se à desarticulação entre as iniciativas desenvolvidas. A segunda reporta-se às fragilidades na divulgação/ comunicação, dando-se o exemplo das acções de animação territorial não terem sido enquadradas no calendário de animação regional, ou o facto de se manifestarem dificuldades em vender o «Algarve Rural» a «operadores turísticos».

Quadro 33. Pontos fracos sobre as acções de animação territorial

Acções de Animação Territorial – Ponto Fraco	Tipo de Actor				
	Local	Regional	ONG	População	TOTAL
Não sustentabilidade das iniciativas	2	2	1	1	6
Falta de financiamento	3				3
Desarticulação entre as iniciativas desenvolvidas	1			1	2
Fragilidades na divulgação/ comunicação (ex. não integração no calendário de animação regional, dificuldade em vender a oferta a «operadores turísticos»		1		1	2
Acções pouco inovadoras			1		1
Descontinuidade física e temporal das acções de animação				1	1
Falta de apoios a privados	1				1
Frágeis níveis de apropriação - excepção feita aos presépios		1			1
Fragilidades ao nível do envolvimento das autarquias			1		1
Inexistência de eventos	1				1
Insuficiência de animação territorial			1		1
Necessidade de difundir e implementar planos de animação			1		1
Participação desigual no território de intervenção		1			1
Pouca articulação com as economias locais	1				1
TOTAL	9	5	5	4	23

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às acções de formação, deve sublinhar-se o facto de que diminuem as respostas dadas, face às restantes intervenções. Tal pode ser um indicador indirecto relativo ao menor conhecimento sobre a intervenção formativa desenvolvida no território, financiada pelo PROALGARVE.

Os factores mais valorizados respeitam à possibilidade da formação contribuir para a qualificação dos agentes do território, seguida do reconhecimento da adequabilidade da formação ao público-alvo e ao território. As outras opções referenciadas são mais dispersas entre os participantes, se bem que ainda possamos destacar dois outros pontos fortes da formação desenvolvida: a recuperação e valorização do saber-fazer tradicional; e a diversidade formativa inerente aos projectos formativos implementados.

Quadro 34. Pontos fortes sobre as acções de formação para o desenvolvimento

Acções de Formação para o Desenvolvimento – Ponto Forte	Tipo de Actor				
	Local	Regional	ONG	População	TOTAL
Qualificação dos agentes do território	3	2			5
Adequabilidade da formação ao público-alvo e ao território	1	1		2	4
Recuperação e valorização do saber-fazer	1	1	1		3
Diversidade formativa	1		1		2
Acções específicas para as Baixas densidades		1			1
Contributo para a fixação da população		1			1
Efeito demonstrativo do projecto			1		1
Potencialidade dos recursos formativos já existentes no território			1		1
Qualificação do mercado de trabalho com impacto no desenvolvimento do território	1				1
TOTAL	7	6	4	2	19

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos pontos fracos, as opiniões são ainda mais dispersas. Aquela que se destaca reporta-se às fragilidades na monitorização dos resultados da formação, referenciada por todos os tipos de actores, com excepção das ONG's (curiosamente aquelas que estarão directamente visadas por esta fragilidade, dado terem sido promotoras de formação no âmbito do PROALGARVE). A segunda opinião mais referenciada, pese embora em apenas 2 casos, reporta-se à frágil adesão dos públicos à formação.

Da parte das ONG's as fragilidades são de âmbito operacional. Por um lado, refere-se a dificuldade em atrair públicos para a formação que sejam efectivamente capazes de utilizar os conhecimentos para a produção da mudança no território. Por outro, identifica-se a ineficácia da formação estandardizada valorizando-se as estratégias de formação-acção. Por fim, o outro ponto fraco identificado reporta-se a uma necessidade concreta do território: a de formar guias de interpretação do território.

Quadro 35. Pontos fracos sobre as acções de formação para o desenvolvimento

Acções de Formação para o Desenvolvimento – Ponto Fraco	Tipo de Actor				
	Local	Regional	ONG	População	TOTAL
Fragilidades na monitorização dos resultados da formação	1	2		2	5
Frágil adesão dos públicos		2			2
Ausência de uma estratégia formativa, assente na valorização de actividades tradicionais, a montante dos processos de revitalização urbana	1				1
Descontinuidade de algumas acções				1	1
Dificuldade em atrair formandos que contribuam efectivamente para o desenvolvimento da região			1		1
Frágil inserção no mercado de trabalho após formação para a empregabilidade		1			1
Fragilidades na aplicação prática da qualificação obtida		1			1
Ineficácia da formação estandardizada devendo-se optar por estratégias de formação-acção			1		1
Multiplicidade de acções frequentadas pelas mesmas pessoas	1				1
Necessidade de formar guias de interpretação do território			1		1
O não aproveitamento	1				1
Questões logísticas e burocráticas dificultam a organização e dinamização da formação		1			1
TOTAL	4	7	3	3	17

Fonte: Elaboração própria.

Na dimensão relativa às propostas para o futuro, as populações sugerem principalmente: a instalação de equipamentos colectivos de saúde e de lazer, a animação musical e, especificamente, a animação dirigida aos jovens. Ao nível dos actores locais, destaca-se a vontade em que o QREN complemente a programação financeira equacionada no QCAIII para as aldeias.

No conjunto, as propostas estratégicas que são empreendidas emergem como adequadas a um contexto socio-económico fragilizado para o qual urgem respostas estruturantes. No entanto, nem sempre questionamos se haveria uma outra intervenção possível. Ou seja, assumindo-se a necessidade de refuncionalizar estes espaços como uma prioridade, não se discutem as condições de possibilidade de alternativas dentro das funções que sempre garantiram a sua sustentabilidade. Será essa refuncionalização a opção mais pertinente? Seria possível provocar a mudança sobre estes espaços, a partir de outras lógicas de acção, ou com base noutros conteúdos de intervenção?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albino, José Carlos (1998) *Desenvolver (Des)Envolvendo – Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*, Messejana: ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste.
- Branco, Inês e Prudêncio, Paula (1994) *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Câmara, Pedro, Guerra, Paulo e Rodrigues, Joaquim Vicente (2001) *Humanator: Recursos Humanos e Sucesso Empresarial*, Lisboa: Publicações D. Quixote, Coleção Gestão & Inovação.
- CCDRAlgarve (2001a) PROAlgarve - Programa Operacional Regional do Algarve 2000-2006 – Comissão de Acompanhamento de 5/06/2006, Faro, documento online acedido a 4 de Janeiro de 2008: <http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/parameters/ccdr-alg/files/File/upload//PROAlgarve/PROAlgarve_2000-2006/PO_PROAlgarve_20081023.pdf
- CCDRAlgarve (2001b) *Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve*, Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve.
- CCDRAlgarve (2008) Complemento de Programação do Programa Operacional da Região do Algarve, Faro, 5 Junho de 2008 documento online acedido a 4 de Janeiro de 2008: <http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/parameters/ccdr-alg/files/File/upload//PROAlgarve/PROAlgarve_2000-2006/complemento_20081023.pdf>
- CCDRAlgarve (2004) *Concurso de Presépios nas Aldeias do Algarve*, Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve.
- Covas, António (2007) *Ruralidades I. Temas e problemas do mundo rural*, Faro: Universidade do Algarve.
- Cruz, Catarina (coord.), Cardoso, Ana Rosa, Pisco, Alice e Neto, Ana Isabel (2005) *Festa da Gastronomia e das Receitas Típicas das Aldeias do Algarve: à descoberta dos sabores tradicionais*, Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve.

Cruz, Catarina (coord.), Cardoso, Ana Rosa, Pisco, Alice e Silva, Sandra (2005) *2º Concurso de Presépios nas Aldeias do Algarve*, Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve.

Ferrão, João (1997) *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local – Encontro realizado em Évora, 23 de Novembro de 1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Ferreira, António Fonseca (2005) *Gestão Estratégica das Cidades e Regiões*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas.

Freitas, Miguel (coord.) (2002a) *Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve*, vol. 1, Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Freitas, Miguel (coord.) (2002b) *Planos de Intervenção das Aldeias do Algarve – Cacela Velha, Odeleite, Vaqueiros e Cachopo*, vol. 2, Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Freitas, Miguel (coord.) (2003a) *Planos de Intervenção das Aldeias do Algarve – Estoi, Querença e Paderne*, vol. 3, Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Freitas, Miguel (coord.) (2003b) *Planos de Intervenção das Aldeias do Algarve – São Marcos da Serra, Caldas de Monchique, Budens e Carrapateira*, vol. 4, Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Gaspar, J., Henriques, E. B. e Vale, M. (1998) Economic Restructuring, Social Re-composition and Recent Urban Changes in Portugal, in *Geojournal*, n.º 43, pp.: 63-76.

Grafmeyer, Yves (1994) *Sociologia Urbana*, Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda.

Gregório, Artur (2007) *Aldeias em Flor: Algarve, Primavera 2007*, Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve.

Guerra, Isabel, Seixas, João e Freitas, Maria João (2005) *Políticas Públicas de Revitalização Urbana – Reflexão para a Formulação Estratégica e Operacional das Actuações a concretizar no QREN*, Lisboa, ISCTE/ CET.

Hoven, Rudy Van den e Nunes, Maria Helena (1996) *Desenvolvimento e Acção Local*, Lisboa: Fim de Século Lda.

INE (2004) *Sócio-demografia das Áreas de Baixa Densidade do Algarve*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

ISCSP (1998) *Práticas de Formação Profissional*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

LEADER (2005) *Pessoas e Lugares – Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*, Lisboa: INDE – Intercooperação e Desenvolvimento, CRL, II Série, n.º32 Setembro. documento online acedido a 18 de Dezembro de 2008: <<http://www.dgadr.pt/ar/leader/jornalpl32.pdf>>.

Lopes, João Teixeira (s/d) *A Animação no espaço escolar urbano – um estudo sobre políticas autárquicas de animação sociocultural*, documento online acedido a 18 de Dezembro de 2008: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1310.pdf>>.

Moreira, Manuel Belo (2001), *Globalização e Agricultura – Zonas Rurais Desfavorecidas*, Oeiras: Celta.

Nóvoa, António; Castro-Almeida, Carlos; Boterf, Guy Le e Azevedo, Rui (1992) *Formação para o Desenvolvimento*, Lisboa: Fim de Século Lda.

Palma, Graça e Dias, Nelson (2001) *Dar Rosto à Intervenção – Os Animadores de Desenvolvimento Local*, Faro: Associação In Loco.

Pardal, Sidónio (1997), *Ordenamento do Território e Protecção do Ambiente no Desenvolvimento Rural*, documento online acedido a 18 de Dezembro de 2008: <http://www.sidoniopardal.com/23_cedrel.pdf>.

Pardal, Sidónio (1987), *Meio Rural no Planeamento Territorial*, documento online acedido a 18 de Dezembro de 2008: <http://www.sidoniopardal.com/36_planeamentoadministracaolocal.pdf>.

Pedroso, Paulo (1998) *Formação e Desenvolvimento Rural*, Oeiras: Celta Editora.

Peixoto, Paulo (2002) *Os meios rurais e o património*, Oficina do CES nº 175, Coimbra: CES.

Saquet, Marcos Aurelio (2007) *Abordagens e Concepções de Território*, São Paulo: Editora Expressão Popular.

Simão, José Veiga, Santos, Sérgio Machado dos, Costa, António de Almeida (2002) *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Lisboa: Gradiva.

Soares, Maria Priscila (Coord) (2001) *Formação para o Desenvolvimento – Formação/Inserção Profissional Territorializada*, Faro: Associação IN LOCO.

ANEXO I. INSTRUMENTOS DE INQUIRIÇÃO

I. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS RESIDENTES DAS ALDEIAS (EIXO 2. MEDIDA 1 – FEDER)

Aldeia: _____

Grupo Etário: _____

Inquiridor: _____

Inquérito n.º: _____

REQUALIFICAÇÃO/REVITALIZAÇÃO URBANA E ACÇÕES DE ANIMAÇÃO NAS ALDEIAS DO ALGARVE

Inquérito aos Residentes

Este questionário destina-se a recolher a opinião dos residentes nas Aldeias do Algarve acerca da requalificação/revitalização urbana e das acções de animação implementadas pelo Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve. Tratando-se de um estudo científico, é extremamente importante que responda com sinceridade às questões que lhe são colocadas. O questionário é anónimo e os dados recolhidos destinam-se exclusivamente ao tratamento estatístico, sendo garantida a sua total confidencialidade. Agradecemos antecipadamente a sua disponibilidade.

I – REVITALIZAÇÃO/ REQUALIFICAÇÃO URBANA

1. Tem conhecimento das iniciativas de construção, recuperação e melhoramento de infraestruturas na sua Aldeia?

	Sim	Nã o	NS/N R
Cacela Velha			
a) Reconversão da Escola Primária de Sta. Rita em Centro de Investigação e Informação	☐ 1	☐ 2	☐ 99
b) Requalificação da Entrada de Cacela Velha	☐ 1	☐ 2	☐ 99
c) Arranjos exteriores da Creche e Jardim-de-infância de Vila Nova de Cacela	☐ 1	☐ 2	☐ 99
d) Infra-estruturas eléctricas do Parque de Feiras e Exposições de Vila Nova de Cacela	☐ 1	☐ 2	☐ 99
Cachopo			
e) Construção da Rotunda	☐ 1	☐ 2	☐ 99
f) Sinalização do Núcleo Museológico	☐ 1	☐ 2	☐ 99
g) Recuperação do Moinho Branco	☐ 1	☐ 2	☐ 99
h) Requalificação da Azinhaga de acesso às construções de Planta Circular	☐ 1	☐ 2	☐ 99
i) Requalificação do acesso ao Poço	☐ 1	☐ 2	☐ 99
Estoi			
j) Requalificação urbana da Praceta e Largo Ossónoba	☐ 1	☐ 2	☐ 99
k) Requalificação urbana dos Largos da Liberdade e Humberto Delgado	☐ 1	☐ 2	☐ 99
Querença			
l) Passeio da Rua da Azinhaga	☐ 1	☐ 2	☐ 99
m) Construção do Parque de Estacionamento Norte	☐ 1	☐ 2	☐ 99
Paderne			
n) Execução dos espaços exteriores da zona adjacente ao Campo de Futebol	☐ 1	☐ 2	☐ 99
o) Execução da entrada de Paderne e acesso ao Centro Paroquial	☐ 1	☐ 2	☐ 99
p) Luminotécnica decorativa do Castelo	☐ 1	☐ 2	☐ 99
São Marcos da Serra			
q) Centro Cultural e Recreativo	☐ 1	☐ 2	☐ 99
Carrapateira			
r) Museu do Mar da Carrapateira – 1ª fase	☐ 1	☐ 2	☐ 99
s) Melhoramento do Polidesportivo	☐ 1	☐ 2	☐ 99

Nota: Nas próximas questões só deve responder às intervenções que na questão nº 1 referiu ter conhecimento. Caso não conheça nenhuma deverá passar para o ponto II.

2. E até que ponto concorda ou discorda com essas iniciativas?

	Discorda Totalmente	Discorda	Não concorda nem discorda	Concorda	Concorda Totalmente
Cacela Velha					
a) Reconversão da Escola Primária de Sta. Rita em Centro de Investigação e Informação	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
b) Requalificação da Entrada de Cacela Velha	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
c) Arranjos exteriores da Creche e Jardim-de-infância de Vila Nova de Cacela	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
d) Infra-estruturas eléctricas do Parque de Feiras e Exposições de Vila Nova de Cacela	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Cachopo					
e) Construção da Rotunda	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
f) Sinalização do Núcleo Museológico	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
g) Recuperação do Moinho Branco	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
h) Requalificação da Azinhaga de acesso às construções de Planta Circular	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
i) Requalificação do acesso ao Poço	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Estoi					
j) Requalificação urbana da Praceta e Largo Ossónoba	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
k) Requalificação urbana dos Largos da Liberdade e Humberto Delgado	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Querença					
l) Passeio da Rua da Azinhaga	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
m) Construção do Parque de Estacionamento Norte	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Paderne					
n) Execução dos espaços exteriores da zona adjacente ao Campo de Futebol	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
o) Execução da entrada de Paderne e acesso ao Centro Paroquial	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
p) Luminotécnica decorativa do Castelo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
São Marcos da Serra					
q) Centro Cultural e Recreativo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Carrapateira					
r) Museu do Mar da Carrapateira – 1ª fase	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
s) Melhoramento do Polidesportivo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5

3. Costuma utilizar estas infra-estruturas?

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas Vezes	Sempre
Cacela Velha					
a) Reversão da Escola Primária de Sta. Rita em Centro de Investigação e Informação	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
b) Requalificação da Entrada de Cacela Velha	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
c) Arranjos exteriores da Creche e Jardim-de-infância de Vila Nova de Cacela	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
d) Infra-estruturas eléctricas do Parque de Feiras e Exposições de Vila Nova de Cacela	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Cachopo					
e) Construção da Rotunda	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
f) Sinalização do Núcleo Museológico	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
g) Recuperação do Moinho Branco	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
h) Requalificação da Azinhaga de acesso às construções de Planta Circular	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
i) Requalificação do acesso ao Poço	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Estoi					
j) Requalificação urbana da Praceta e Largo Ossónoba	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
k) Requalificação urbana dos Largos da Liberdade e Humberto Delgado	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Querença					
l) Passeio da Rua da Azinhaga	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
m) Construção do Parque de Estacionamento Norte	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Paderne					
n) Execução dos espaços exteriores da zona adjacente ao Campo de Futebol	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
o) Execução da entrada de Paderne e acesso ao Centro Paroquial	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
p) Luminotécnica decorativa do Castelo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
São Marcos da Serra					
q) Centro Cultural e Recreativo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Carrapateira					
r) Museu do Mar da Carrapateira – 1ª fase	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
s) Melhoramento do Polidesportivo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5

4. Qual o seu grau de satisfação com as novas infraestruturas da sua Aldeia?

	Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Cacela Velha					
a) Reconversão da Escola Primária de Sta. Rita em Centro de Investigação e Informação	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
b) Requalificação da Entrada de Cacela Velha	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
c) Arranjos exteriores da Creche e Jardim-de-infância de Vila Nova de Cacela	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
d) Infra-estruturas eléctricas do Parque de Feiras e Exposições de Vila Nova de Cacela	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Cachopo					
e) Construção da Rotunda	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
f) Sinalização do Núcleo Museológico	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
g) Recuperação do Moinho Branco	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
h) Requalificação da Azinhaga de acesso às construções de Planta Circular	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
i) Requalificação do acesso ao Poço	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Estoi					
j) Requalificação urbana da Praceta e Largo Ossónoba	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
k) Requalificação urbana dos Largos da Liberdade e Humberto Delgado	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Querença					
l) Passeio da Rua da Azinhaga	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
m) Construção do Parque de Estacionamento Norte	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Paderne					
n) Execução dos espaços exteriores da zona adjacente ao Campo de Futebol	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
o) Execução da entrada de Paderne e acesso ao Centro Paroquial	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
p) Luminotécnica decorativa do Castelo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
São Marcos da Serra					
q) Centro Cultural e Recreativo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
Carrapateira					
r) Museu do Mar da Carrapateira – 1ª fase	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
s) Melhoramento do Polidesportivo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5

5. Foi solicitada a sua opinião no período anterior à realização destas intervenções?1 ☐ Sim2 ☐ Não99 ☐ NS/NR**6. A que entidade(s) associa as acções de revitalização urbana na sua Aldeia?**1 ☐ Câmara Municipal2 ☐ Junta de Freguesia3 ☐ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve4 ☐ Outra. Qual? _____

7. Na sua opinião, que outras acções de recuperação e melhoramento deveriam ser implementadas na sua Aldeia?

II – ACÇÕES DE ANIMAÇÃO

8. Tem/teve conhecimento das acções de animação que se realizaram na sua Aldeia?

Acções	Sim	Não	NS/NR
a) Concurso e Festas dos Presépios	☐ 1	☐ 2	☐ 99
b) Aldeias mais Floridas	☐ 1	☐ 2	☐ 99
c) Festa da Gastronomia	☐ 1	☐ 2	☐ 99

Nota: Nas próximas questões só deve responder às intervenções que na questão nº 8 referiu ter conhecimento. Caso não conheça nenhuma deverá passar para o ponto III.

9. E até que ponto concorda ou discorda com essas iniciativas?

Acções	Discorda Totalmente	Discorda	Não concorda nem discorda	Concorda	Concorda Totalmente
a) Concurso e Festas dos Presépios	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
b) Aldeias mais Floridas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
c) Festa da Gastronomia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5

10. Com que frequência costuma participar no Concurso e Festas dos Presépios?

Acções	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas Vezes	Sempre
Concurso e Festas dos Presépios	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5

10.1 De que forma participou nestas acções de animação?

Acções	Membro da Organização	Animador/ Colaborador	Visitante/ Espectador
a) Concurso e Festas dos Presépios	☐ 1	☐ 2	☐ 3
b) Aldeias mais Floridas	☐ 1	☐ 2	☐ 3
c) Festa da Gastronomia	☐ 1	☐ 2	☐ 3

11. Qual o seu grau de satisfação relativamente a estas acções de animação?

Acções	Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
a) Concurso e Festas dos Presépios	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
b) Aldeias mais Floridas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
c) Festa da Gastronomia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5

12. A que entidades associa estas acções de animação?

- ☐ Câmara Municipal
☐ Junta de Freguesia
☐ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
☐ Associação de Desenvolvimento Local. Qual? _____
☐ Outra. Qual? _____

13. Na sua opinião, quais são as acções de animação que deveriam ser implementadas na sua Aldeia?

III – PERCEPÇÃO SOBRE QUALIDADE DE VIDA

14. Refira se nos últimos anos (desde 2000) a situação da sua aldeia melhorou ou piorou face aos seguintes itens:

Elementos da Estratégia Regional	Piorou Muito	Piorou	Não melhorou nem piorou	Melhorou	Melhorou Muito	NS/NR
a) Dinamismo das Actividades económicas locais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
b) Investimento nas áreas tradicionais da aldeia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
c) Capacidade de fixação de jovens para viverem na aldeia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
d) Capacidade de fixação de jovens para trabalharem na aldeia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
e) Capacidade de fixação de pessoas para viverem na aldeia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
f) Capacidade de fixação de pessoas para trabalharem na aldeia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
g) Investimento para a conservação da paisagem e da natureza	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
h) Investimento para melhoria das acessibilidades	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
i) Investimento para captação/ fixação de empresas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
j) Capacidade de atracção de turistas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
k) Investimento na formação/ escolarização das pessoas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

15. Quais os três problemas que mais afectam o desenvolvimento da Aldeia?

15.1. [SOLICITAR NOVA INDICAÇÃO DOS 3 PROBLEMAS QUE MAIS AFECTAM O DESENVOLVIMENTO DA ALDEIA, A PARTIR DA LISTA QUE SE SEGUE]

- a) Acessibilidades internas débeis..... ☐1
- b) Acessibilidades para fora da Aldeia débeis..... ☐2
- c) Transportes públicos raros/ inexistentes..... ☐3
- d) Insuficiente divulgação do Património Histórico e Cultural da Aldeia..... ☐4
- e) Fraca dinâmica sócio-económica..... ☐5
- f) Falta de emprego..... ☐6
- g) Falta de mão-de-obra qualificada..... ☐7
- h) População com estrutura etária envelhecida..... ☐8
- i) Inexistência de empresas fornecedoras ao nível local..... ☐9
- j) Fraco associativismo local..... ☐10
- k) Falta de incentivos da parte da autarquia..... ☐11
- l) Falta de Equipamentos Colectivos (Centros de Dia, Creches, CTT's, etc.)..... ☐12
- m) Incapacidade de captação de novas empresas..... ☐13
- n) Perda de jovens..... ☐14
- o) Fraca auto-estima da população..... ☐15

16. Gosta de viver na sua Aldeia?

1 ☐ Sim 2 ☐ Não 99 ☐ NS/NR

17. No seu actual agregado familiar, algum dos elementos saiu para viver fora da aldeia nos últimos anos (desde 2000)?

1 ☐ Sim 2 ☐ Não 99 ☐ NS/NR

17.1 Se **Sim**, quantos elementos saíram para viver fora da Aldeia? _____

17.2 No quadro abaixo mencionado, caracterize os elementos do seu agregado familiar que deixaram a Aldeia para residir noutra localidade.

	1	2	3	4
Grau de parentesco	1 ☐ O Próprio 2 ☐ Pai 3 ☐ Mãe 4 ☐ Filho/Filha 5 ☐ Irmão/Irmã 6 ☐ Outro. Qual? _____	1 ☐ O Próprio 2 ☐ Pai 3 ☐ Mãe 4 ☐ Filho/Filha 5 ☐ Irmão/Irmã 6 ☐ Outro. Qual? _____	1 ☐ O Próprio 2 ☐ Pai 3 ☐ Mãe 4 ☐ Filho/Filha 5 ☐ Irmão/Irmã 6 ☐ Outro. Qual? _____	1 ☐ O Próprio 2 ☐ Pai 3 ☐ Mãe 4 ☐ Filho/Filha 5 ☐ Irmão/Irmã 6 ☐ Outro. Qual? _____
Idade				
Motivo				

18. Algum dos seus familiares veio residir para a Aldeia nos últimos anos (desde 2000)?

1 ☐ Sim 2 ☐ Não 99 ☐ NS/NR

18.1 Se ***Sim***, quantos? _____

18.2 No quadro abaixo mencionado, caracterize os elementos da sua família que vieram residir para a Aldeia.

	1	2	3	4
Grau de parentesco	1 ☐ O Próprio 2 ☐ Pai 3 ☐ Mãe 4 ☐ Filho/Filha 5 ☐ Irmão/Irmã 6 ☐ Outro. Qual? _____	1 ☐ O Próprio 2 ☐ Pai 3 ☐ Mãe 4 ☐ Filho/Filha 5 ☐ Irmão/Irmã 6 ☐ Outro. Qual? _____	1 ☐ O Próprio 2 ☐ Pai 3 ☐ Mãe 4 ☐ Filho/Filha 5 ☐ Irmão/Irmã 6 ☐ Outro. Qual? _____	1 ☐ O Próprio 2 ☐ Pai 3 ☐ Mãe 4 ☐ Filho/Filha 5 ☐ Irmão/Irmã 6 ☐ Outro. Qual? _____
Idade				
Motivo				

IV – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRAFICA

19. Sexo 1 ☐ M 2 ☐ F

20. Idade _____

21. Estado civil

1 ☐ Solteiro(a)

2 ☐ Casado(a)

3 ☐ União de Facto

4 ☐ Separado(a) de Facto

5 ☐ Divorciado(a)

6 ☐ Viúvo(a)

22. Naturalidade

22.1 Freguesia _____ 22.2 Concelho _____

23. Viveu sempre nesta Aldeia? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não

23.1. Se **Não**:

23.1.1 Onde residiu anteriormente?

1 ☐ Portugal Freguesia: _____ Concelho: _____

2 ☐ Estrangeiro País: _____

23.1.2 Há quanto tempo reside nesta Aldeia (em anos)? _____ anos

24. Nacionalidade: _____

25. Habilitações literárias:

1 ☐ Não sabe ler nem escrever

2 ☐ Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola

3 ☐ Sabe ler e escrever sem ter completado a primária

4 ☐ Primária completa (1º Ciclo do E. Básico)

5 ☐ 2º Ciclo do E. Básico completo (5º e 6º ano)

6 ☐ 3º Ciclo do E. Básico (9º ano) ou antigo 5º ano dos Liceus completo

7 ☐ Secundário ou antigo 7º ano dos Liceus completo

8 ☐ Médio (Curso profissional)

9 ☐ Bacharelato

10 ☐ Licenciatura

11 ☐ Pós-Graduação

12 ☐ Mestrado

13 ☐ Doutoramento

29.1 Anterior situação na Profissão:

- 1 ☐ Trabalhador por conta de outrem
- 2 ☐ Trabalhador por conta própria sem empregados
- 3 ☐ Trabalhador por conta própria com empregados
- 4 ☐ Trabalhador familiar não remunerado
- 5 ☐ A cumprir serviço militar
- 6 ☐ Outra situação. Qual? _____

29.2 Onde se situava o seu local de trabalho ou estudo:

- 1 ☐ Na Aldeia onde vive
- 2 ☐ Fora da Aldeia

29.2.1 Se trabalhava ***fora da Aldeia*** indique:

Freguesia _____ Concelho _____

29.3 Como se deslocava para o seu local de trabalho?

- 1 ☐ A pé
- 2 ☐ Carro
- 3 ☐ Mota
- 4 ☐ Táxi
- 5 ☐ Transportes públicos
- 6 ☐ Outro. Qual? _____

Contacto para validação do questionário: _____

Obrigado pela sua colaboração.

II. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS FORMANDOS (EIXO 2. MEDIDA 3 – FSE)

Inquérito n.º _____

Acção de Formação: _____

Inquiridor: _____

QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES/ IMPACTOS DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Inquérito aos Formandos

Este questionário destina-se a recolher a opinião dos formandos que frequentaram as acções de formação no âmbito da estratégia regional para as Áreas de Baixa Densidade. Tratando-se de um estudo científico, é extremamente importante que responda com sinceridade às questões que lhe são colocadas. O questionário é anónimo e os dados recolhidos destinam-se exclusivamente ao tratamento estatístico, sendo garantida a sua total confidencialidade. Agradecemos antecipadamente a sua disponibilidade.

I – A ACÇÃO DE FORMAÇÃO

1. Qual foi a acção de formação que frequentou?

2. O que o levou a frequentar esta formação?

1 ☐ Valorização Pessoal

2 ☐ Reconhecimento de Competências

3 ☐ Outra. Qual? _____

3. Como é que teve conhecimento?

1 ☐ Indicação de amigos/familiares

4 ☐ E-mail

2 ☐ Internet

5 ☐ Indicação de membros da entidade formadora

3 ☐ Publicidade/Panfletos

6 ☐ Outra. Qual? _____

4. Já tinha frequentado, nos últimos 5 anos, outras acções de formação?

1 ☐ Sim

2 ☐ Não

4.1 Se ***Sim***,

4.1.1 Em que consistiram?

4.1.2 Por quem foram promovidas?

4.1.3 Com que finalidade frequentou essas acções?

5. Qual o seu grau de satisfação relativamente aos seguintes itens:

	Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
a) Duração da formação	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
b) Articulação do conteúdo da formação com as suas necessidades	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
c) Aplicabilidade prática da formação	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
d) Distância do local onde reside ao local da formação	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
e) Desempenho dos formadores	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
f) Equipamentos e instalações	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
g) Amizades e relacionamentos criados com a formação	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5

II – RELAÇÃO COM A ENTIDADE FORMADORA**6. Através de que entidade formadora realizou a sua formação?**

- 1 ☐ Associação IN LOCO
 2 ☐ Instituto de Apoio à Formação de Empresas (IAFE)
 3 ☐ Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana
 4 ☐ Planicôa – Cooperativa de Planeamento e Desenvolvimento
 5 ☐ Outra. Qual? _____

7. Manteve contacto com esta entidade depois de finalizada a formação?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não

7.1 Se Sim,**7.1.1 Que tipo de contacto?**

- 1 ☐ Presencial 3 ☐ Por telefone
 2 ☐ Por e-mail 4 ☐ Outro. Qual? _____

7.1.2 E com que finalidade?

- 1 ☐ Troca de informação sobre as necessidades sentidas na área da formação
 2 ☐ Aquisição de informação sobre futuras acções de formação
 3 ☐ Conselhos e sugestões à entidade formadora
 4 ☐ Relacionamento pessoal/amizade com funcionários da entidade promotora
 5 ☐ Outra. Qual? _____

8. Se frequentasse outra acção de formação gostaria que fosse nesta entidade?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não

III – AVALIAÇÃO/ RESULTADOS DA FORMAÇÃO

9. A acção de formação que frequentou correspondeu ao que esperava?

1 ☐ Sim 2 ☐ Não

9.1 Se **Não**, Porquê?

10. Sente que precisa de uma formação complementar? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não

10.1 Se **Sim**, em que áreas/domínios?

1 ☐ Em temas pouco abordados durante a formação. Quais? _____

2 ☐ Em temas relacionados com a sua área de trabalho. Quais? _____

11. Esta acção de formação permitiu alcançar o seu objectivo? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não

11.1 Se **Não**, porquê?

12. Que resultados considera que a frequência desta acção teve para a comunidade local (freguesia/ aldeia)?

IV - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRAFICA

14. Sexo 1 ☐ M 2 ☐ F

15. Idade _____

16. Estado civil

1 ☐ Solteiro(a)

2 ☐ Casado(a)

3 ☐ União de Facto

4 ☐ Separado(a) de Facto

5 ☐ Divorciado(a)

6 ☐ Viúvo(a)

17. Naturalidade

17.1 Freguesia _____ 17.2 Concelho _____

18. Onde reside actualmente?

18.1 Freguesia _____ 18.2 Concelho _____

19. A acção de formação que frequentou situou-se fora do seu local de residência (noutra freguesia)?

1 ☐ Sim 2 ☐ Não

19.1 Se **Sim**, em que meio de transporte se deslocou?

1 ☐ A pé 4 ☐ Táxi
2 ☐ Carro 5 ☐ Transportes públicos
3 ☐ Mota 6 ☐ Outro. Qual? _____

20. Nacionalidade: _____

21. Habilitações literárias

- 1 ☐ Não sabe ler nem escrever
- 2 ☐ Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola
- 3 ☐ Sabe ler e escrever sem ter completado a primária
- 4 ☐ Primária completa (1º Ciclo do E. Básico)
- 5 ☐ 2º Ciclo do E. Básico completo (5º e 6º ano)
- 6 ☐ 3º Ciclo do E. Básico (9º ano) ou antigo 5º ano dos Liceus completo
- 7 ☐ Secundário ou antigo 7º ano dos Liceus completo
- 8 ☐ Médio (Curso profissional)
- 9 ☐ Bacharelato
- 10 ☐ Licenciatura
- 11 ☐ Pós-Graduação
- 12 ☐ Mestrado
- 13 ☐ Doutoramento

22. Qual o seu principal meio de vida?

- | | |
|---|--|
| 1 ☐ Rendimentos de trabalho regular | 7 ☐ Subsídio temporário de desemprego |
| 2 ☐ Rendimentos de trabalho sazonal | 8 ☐ Outros subsídios temporários |
| 3 ☐ Rendimento Social de Inserção | 9 ☐ Apoio social |
| 4 ☐ Pensão/ Reforma | 10 ☐ A cargo da família |
| 5 ☐ Rendimentos de propriedade ou de empresa | 11 ☐ Biscates |
| 6 ☐ Subsídio temporário de doença | 12 ☐ Outra situação. Qual? _____ |

23. Condição perante a actividade económica

- | | |
|--|--|
| 1 ☐ Activo com trabalho regular | 6 ☐ Inválido/Doença permanente |
| 2 ☐ Activo com trabalho sazonal | 7 ☐ Estudante |
| 3 ☐ Desempregado | 8 ☐ Doméstica |
| 4 ☐ À procura do 1º emprego | 9 ☐ Outra situação. Qual? _____ |
| 5 ☐ Reformado(a) | |

24. Ocupação profissional actual (esta questão é apenas para **ACTIVOS EMPREGADOS):**

24.1 Situação na Profissão:

- 1 ☐ Trabalhador por conta de outrem
- 2 ☐ Trabalhador por conta própria sem empregados
- 3 ☐ Trabalhador por conta própria com empregados
- 4 ☐ Trabalhador familiar não remunerado
- 5 ☐ A cumprir serviço militar
- 6 ☐ Outra situação. Qual? _____

24.2 Onde se situa o seu local de trabalho ou estudo:

- 1 ☐ Na sua freguesia de residência
- 2 ☐ Fora da sua freguesia de residência

24.2.1 Se trabalha ou estuda ***fora da sua freguesia de residência*** indique:

Freguesia _____ Concelho _____

25. Última ocupação profissional (esta questão é apenas para ACTIVOS DESEMPREGADOS E REFORMADOS):

25.1 Anterior situação na Profissão:

- 1 ☐ Trabalhador por conta de outrem
- 2 ☐ Trabalhador por conta própria sem empregados
- 3 ☐ Trabalhador por conta própria com empregados
- 4 ☐ Trabalhador familiar não remunerado
- 5 ☐ A cumprir serviço militar
- 6 ☐ Outra situação. Qual? _____

25.2 Onde se situava o seu local de trabalho :

- 1 ☐ Na sua freguesia de residência
- 2 ☐ Fora da sua freguesia de residência

25.2.1 Se trabalha ou estuda ***fora da sua freguesia de residência*** indique:

Freguesia _____ Concelho _____

Contacto para validação do questionário: _____

Obrigado pela sua colaboração.

III. GUIÃO DE ENTREVISTA AOS PROMOTORES (EIXO 2. MEDIDA 1 – FEDER)

REVITALIZAÇÃO/ REQUALIFICAÇÃO URBANA E ACÇÕES DE ANIMAÇÃO

Guião de Entrevista aos Promotores

I – ESTRATÉGIA REGIONAL PARA AS ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE

1. Quais os aspectos positivos que destaca sobre o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve?
2. Quais os aspectos negativos que destaca sobre o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve?
3. Quais os resultados deste Programa?
4. Quais as potencialidades e fragilidades deste programa?
5. O que aconteceu para algumas das acções previstas nos planos de intervenção não terem sido executadas até ao momento?
6. O que deveria ou deverá ser feito para ultrapassar essa situação de não execução?
7. Como avalia a relação entre as acções previstas?
8. Como avalia a relação entre as acções de requalificação urbana e de animação territorial?
9. Como avalia a relação entre as acções desenvolvidas nas várias aldeias? Que sinergias foram criadas?

II - RELAÇÃO ENTRE A ENTIDADE GESTORA E A ENTIDADE PROMOTORA

10. Como é que a vossa instituição tomou conhecimento do PROAlgarve e da medida 1 em particular?
11. No decorrer das acções de intervenção/animação, existiam outros projectos apoiados por Programas diferentes do PROAlgarve?
 - 11.1 (Se sim) De que forma se articulavam com o projecto de intervenção/ animação?
12. Qual a importância que atribui a este tipo de medidas para o território de intervenção?
13. Como se estabeleceu a relação entre a vossa instituição e o Órgão Gestor da medida (CCDR-Algarve)?
 - 13.1 Quais as potencialidades e constrangimentos dessa relação? (se refere constrangimentos, refira o que deve ser feito para melhorar a relação)

III – REQUALIFICAÇÃO URBANA

A - ADEQUABILIDADE DOS PROJECTOS

14. Como avalia o grau de adequação dos projectos aos objectivos estratégicos definidos para o Plano de Intervenção da Aldeia?
15. Como avalia o grau de adequação dos projectos ao território em si?
16. Quais os impactos (positivos e negativos) destas intervenções para a população local?
17. Qual a importância que atribui a estas intervenções?

B – GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS PROMOTORES/ POPULAÇÃO LOCAL

- 18. Qual o grau de envolvimento que teve na concepção, gestão e monitorização das intervenções planeadas para a aldeia?
- 19. A população local foi consultada para a realização destas intervenções urbanas? Se sim, de que forma?

C – EXPECTATIVAS DOS PROMOTORES/ POPULAÇÃO LOCAL

- 20. Estas intervenções estão de acordo com as suas expectativas? Porquê?
- 21. E acha que estão de acordo com as expectativas da população? Porquê?

D – DIFICULDADES DE EXECUÇÃO

- 22. Quais as principais dificuldades para garantir a eficácia na execução dos projectos?
- 23. Numa perspectiva futura, o que considera que pode ser feito para ultrapassar essas dificuldades?

IV – ANIMAÇÃO TERRITORIAL

A - ADEQUABILIDADE DOS PROJECTOS

- 24. Como avalia o grau de adequação das acções de animação previstas para as aldeias? (referimo-nos ao Concurso e Festas dos Presépios, Aldeias mais Floridas e Festa da Gastronomia)
- 25. Quais os contributos destas acções para a população local?
- 26. Considera que estas acções são importantes para a fixação da população na aldeia? A que níveis?
- 27. Qual a importância que atribui a este tipo de medidas?

B – GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS PROMOTORES/ POPULAÇÃO LOCAL

- 28. Qual o grau de envolvimento que teve na concepção, gestão e monitorização das acções de animação planeadas para a aldeia?
- 29. A população local foi consultada para a realização destas acções? Se sim, de que forma?
- 30. A população local costuma aderir/participar activamente nestas acções? Em que é que se traduz essa participação?

C – EXPECTATIVAS DOS PROMOTORES/ POPULAÇÃO LOCAL

- 30. Estas acções estão de acordo com as suas expectativas? E acha que estão de acordo com as expectativas da população?

D – DIFICULDADES DE EXECUÇÃO

- 31.** Quais as principais dificuldades para garantir a eficácia na execução das acções de animação?
- 32.** De futuro, o que considera que pode ser feito para melhorar as acções de animação?

E – INFLUÊNCIA SOBRE A IDENTIDADE/ IMAGEM DA ALDEIA

- 33.** Considera que a realização destas acções de animação podem reforçar a identidade da aldeia? De que forma?
- 34.** Na sua opinião, estas acções de animação contribuem para promover a imagem da aldeia? De que forma?

IV. GUIÃO DE ENTREVISTA AOS PROMOTORES (EIXO 2. MEDIDA 3 – FSE)

QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES/ IMPACTOS DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Guião de Entrevista aos Promotores

I – ENQUADRAMENTO DO PROJECTO DE FORMAÇÃO

1. Porque se candidataram a esta medida (Eixo 2, medida 3) do PROALGARVE?
2. De que forma o projecto de formação se articulou com outros projectos desenvolvidos pela instituição, (seja como continuidade a projectos desenvolvidos anteriormente, seja como complementaridade a projectos em curso)?
3. Antes da concepção do vosso projecto formativo, fizeram algum tipo de análise sobre outros projectos de formação já existentes no território?

Esses projectos condicionaram o desenho do vosso projecto de formação? De que forma?

4. Qual o público-alvo das vossas acções de formação?

O público-alvo das acções de formação corresponde aos beneficiários das intervenções e das actividades desenvolvidas por esta instituição? Se não, porquê?

II – DESCRIÇÃO DO PROJECTO DE FORMAÇÃO

5. Foi realizado algum tipo de diagnóstico que sustentasse a intervenção formativa desenvolvida?

(Se sim) Como foram identificadas as necessidades do território e de que forma este projecto se articulou com essas necessidades?

(Se não) Como avaliaram a necessidade de realização da proposta formativa?

6. Os beneficiários deste projecto contribuíram para a sua elaboração?

(Se sim) De que modo?

(Se não) Porquê?

7. A equipa técnica (formadores, coordenadores, etc.) teve alguma participação no desenho do projecto?

(Se sim) Quais os seus papéis e funções na elaboração do projecto?

(Se não) Porquê?

8. Quais eram os principais objectivos destas acções de formação?

9. A que resultados pretendiam chegar?

10. Qual o tipo de abordagem teórico-metodológica seguido para definir as principais linhas do projecto? De que forma é que essa abordagem contribuiu para apoiar o desenho do projecto?

III – RELAÇÃO COM O PROALGARVE E MEDIDA

- 11.** Como é que a vossa instituição tomou conhecimento do PROAlgarve e da medida 3 em particular?
- 12.** No decorrer das acções de formação, existiam outros projectos apoiados por Programas diferentes do PROAlgarve?
- 12.1** (Se sim) De que forma se articulavam com o projecto de formação?
- 13.** Qual a importância que atribui a este tipo de medidas para o território de intervenção?
- 14.** Como se estabeleceu a relação entre a vossa instituição e o órgão gestor da medida (CCDRAlg)?
- 14.1** Quais as potencialidades e constrangimentos dessa relação? (se refere constrangimentos, refira o que deve ser feito para melhorar a relação)

IV – IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO

- 15.** Qual o desfasamento temporal entre a candidatura, a aprovação e a implementação?
- 15.1** De que forma é que esse desfasamento condicionou as acções de formação? Como avalia o desfasamento existente?
- 16.** Quais as principais dificuldades sentidas na implementação destas acções?
- 16.1** Como foram ultrapassadas essas dificuldades?
- 17.** Como foi feita a monitorização do projecto e de que forma é que possibilitou reavaliar e modificar as estratégias de intervenção previstas?
- 18.** Que recursos internos e externos ao projecto não previstos inicialmente tiveram de ser mobilizados na fase da implementação (recursos humanos, financeiros, logísticos, entre outros)?

V – IMPACTO E SUSTENTABILIDADE DO PROJECTO

- 19.** Quais os resultados que alcançaram com o projecto? Considera que foram positivos ou negativos?
- 20.** Os resultados alcançados pelo projecto corresponderam às expectativas que tinham inicialmente?
- 20.1** Se não, porquê?
- 20.2** Se sim, de que forma?
- 20.3** Se ultrapassou as expectativas, em que dimensões?
- 21.** Para além dos previstos, foram identificados alguns resultados inesperados?
- 21.1** (Se sim) Quais foram? De que forma foram favoráveis ou condicionantes para o projecto de formação?
- 22.** De que forma é que este projecto de formação pode ser considerado inovador? O que considera ter um efeito multiplicador no projecto que desenvolveram? Justifique.
- 23.** Qual o impacto do projecto a longo prazo na vida pessoal e profissional dos beneficiários da formação?

23.1 O que mudou na vida das pessoas que frequentaram estas acções de formação?

23.2 Têm acompanhado as pessoas que frequentaram as acções de formação? Se sim, de que forma?

24. Qual o impacto do projecto a longo prazo ao nível local e regional?

25. Houve articulação entre o projecto formativo com outras intervenções desenvolvidas após o seu término, de modo a dar continuidade à intervenção sobre o território e sobre essas pessoas?

25. Se não existissem estas medidas ou se o projecto não tivesse sido aprovado, existiria da vossa parte a mesma disponibilidade para realizar estes projectos de formação?

26. Conhece o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve? Se sim, como avalia a articulação entre o projecto formativo desenvolvido e as acções de requalificação urbana e de animação territorial executadas? Que outras acções de formação deveriam ter sido desenvolvidas para melhor articular a formação com esse tipo de intervenções?

ANEXO II.

CARACTERIZAÇÃO SOCIO- DEMOGRÁFICA DA AMOSTRA DA POPULAÇÃO

Quadro AII.I. População inquirida segundo o Estado Civil

Aldeia		Número de Residentes	Percentagem
Cacela Velha	Solteiro(a)	11	21,6
	Casado(a)	34	66,7
	União de Facto	3	5,9
	Separado(a) de Facto	1	2,0
	Viúvo(a)	2	3,9
	Total	51	100,0
Cachopo	Solteiro(a)	4	8,0
	Casado(a)	34	68,0
	Separado(a) de Facto	1	2,0
	Divorciado(a)	1	2,0
	Viúvo(a)	10	20,0
	Total	50	100,0
Carrapateira	Solteiro(a)	13	25,5
	Casado(a)	26	51,0
	União de Facto	2	3,9
	Divorciado(a)	6	11,8
	Viúvo(a)	4	7,8
	Total	51	100,0
Estoi	Solteiro(a)	14	28,0
	Casado(a)	24	48,0
	União de Facto	2	4,0
	Separado(a) de Facto	1	2,0
	Divorciado(a)	5	10,0
	Viúvo(a)	4	8,0
Paderne	Total	50	100,0
	Solteiro(a)	13	25,5
	Casado(a)	26	51,0
	União de Facto	5	9,8
	Divorciado(a)	2	3,9
	Viúvo(a)	5	9,8
Querença	Total	51	100,0
	Solteiro(a)	8	16,0
	Casado(a)	27	54,0
	União de Facto	4	8,0
	Divorciado(a)	2	4,0
	Viúvo(a)	9	18,0
São Marcos da Serra	Total	50	100,0
	Solteiro(a)	12	24,0
	Casado(a)	18	36,0
	União de Facto	7	14,0
	Separado(a) de Facto	1	2,0
	Divorciado(a)	3	6,0
	Viúvo(a)	9	18,0
	Total	50	100,0

Quadro AII.II. População inquirida segundo as Habilitações Literárias

Aldeia		Número de Residentes	Porcentagem
Cacela Velha	Não sabe ler nem escrever	2	3,9
	Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	3	5,9
	Sabe ler e escrever sem ter completado a primária	2	3,9
	Primária completa (1º ciclo do E.B.)	14	27,5
	2º Ciclo do E.B. completo (5º e 6º)	7	13,7
	3º Ciclo do E.B. (9º ano) ou antigo 5º ano do Liceu	14	27,5
	Secundário ou antigo 7º ano do Liceu	7	13,7
	Licenciatura	2	3,9
	Total	51	100,0
Cachopo	Não sabe ler nem escrever	8	16,0
	Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	3	6,0
	Sabe ler e escrever sem ter completado a primária	8	16,0
	Primária completa (1º ciclo do E.B.)	15	30,0
	2º ciclo do E.B. completo (5º e 6º)	6	12,0
	3º ciclo do E.B. (9º ano) ou antigo 5º ano do Liceu	6	12,0
	Secundário ou antigo 7º ano do Liceu	3	6,0
	Licenciatura	1	2,0
	Total	50	100,0
Carrapateira	Não sabe ler nem escrever	5	9,8
	Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	2	3,9
	Sabe ler e escrever sem ter completado a primária	5	9,8
	Primária completa (1º ciclo do E.B.)	19	37,3
	2º ciclo do E.B. completo (5º e 6º)	3	5,9
	3º ciclo do E.B. (9º ano) ou antigo 5º ano do Liceu	9	17,6
	Secundário ou antigo 7º ano do Liceu	4	7,8
	Médio (Curso Profissional)	1	2,0
	Licenciatura	2	3,9
	Mestrado	1	2,0
	Total	51	100,0
Estoi	Não sabe ler nem escrever	1	2,0
	Sabe ler e escrever sem ter completado a primária	1	2,0
	Primária completa (1º ciclo do E.B.)	21	42,0
	2º ciclo do E.B. completo (5º e 6º)	8	16,0
	3º ciclo do E.B. (9º ano) ou antigo 5º ano do Liceu	7	14,0
	Secundário ou antigo 7º ano do Liceu	9	18,0
	Médio (Curso Profissional)	1	2,0
	Bacharelato	2	4,0
	Total	50	100,0
Paderne	Não sabe ler nem escrever	1	2,0
	Sabe ler e escrever sem ter completado a primária	3	5,9
	Primária completa (1º ciclo do E.B.)	15	29,4
	2º ciclo do E.B. completo (5º e 6º)	7	13,7
	3º ciclo do E.B. (9º ano) ou antigo 5º ano do Liceu	5	9,8
	Secundário ou antigo 7º ano do Liceu	14	27,5
	Bacharelato	3	5,9
	Licenciatura	3	5,9
Querença	Total	51	100,0
	Não sabe ler nem escrever	2	4,0
	Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	4	8,0
	Sabe ler e escrever sem ter completado a primária	4	8,0
	Primária completa (1º ciclo do E.B.)	17	34,0
	2º ciclo do E.B. completo (5º e 6º)	9	18,0
	3º ciclo do E.B. (9º ano) ou antigo 5º ano do Liceu	8	16,0
	Secundário ou antigo 7º ano do Liceu	1	2,0
	Médio (Curso Profissional)	1	2,0
	Licenciatura	3	6,0
	Pós-Graduação	1	2,0
	Total	50	100,0

(continuação)

Aldeia		Número de Residentes	Percentagem
São Marcos da Serra	Não sabe ler nem escrever	5	9,8
	Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	2	3,9
	Sabe ler e escrever sem ter completado a primária	5	9,8
	Primária completa (1º ciclo do E.B.)	19	37,3
	2º ciclo do E.B. completo (5º e 6º)	3	5,9
	3º ciclo do E.B. (9º ano) ou antigo 5º ano do Liceu	9	17,6
	Secundário ou antigo 7º ano do Liceu	4	7,8
	Médio (Curso Profissional)	1	2,0
	Licenciatura	2	3,9
	Mestrado	1	2,0
	Total	51	100,0

Quadro AII.III. População inquirida segundo a situação face ao trabalho

Aldeia		Número de Residentes	Percentagem
Cacela Velha	Activo com trabalho regular	34	66,7
	Desempregado	5	9,8
	Reformado(a)	7	13,7
	Invalído/Doença permanente	1	2,0
	Estudante	2	3,9
	Doméstica	1	2,0
	Outra	1	2,0
	Total	51	100,0
Cachopo	Activo com trabalho regular	20	40,0
	Activo com trabalho sazonal	1	2,0
	A procura do 1º emprego	1	2,0
	Reformado(a)	25	50,0
	Invalído/Doença permanente	1	2,0
	Estudante	2	4,0
	Total	50	100,0
Carrapateira	Activo com trabalho regular	22	43,1
	Desempregado	3	5,9
	Reformado(a)	21	41,2
	Estudante	2	3,9
	Doméstica	3	5,9
	Total	51	100,0
Estoi	Activo com trabalho regular	33	66,0
	Activo com trabalho sazonal	1	2,0
	Desempregado	2	4,0
	Reformado(a)	9	18,0
	Invalído/Doença permanente	1	2,0
	Estudante	1	2,0
	Doméstica	3	6,0
	Total	50	100,0
Paderne	Activo com trabalho regular	31	60,8
	Desempregado	1	2,0
	Reformado(a)	14	27,5
	Invalído/Doença permanente	1	2,0
	Estudante	2	3,9
	Doméstica	2	3,9
Querença	Total	51	100,0
	Activo com trabalho regular	25	50,0
	Reformado(a)	21	42,0
	Invalído/Doença permanente	1	2,0
	Estudante	2	4,0
São Marcos da Serra	Doméstica	1	2,0
	Total	50	100,0
	Activo com trabalho regular	21	42,0
	Activo com trabalho sazonal	1	2,0
	Reformado(a)	23	46,0
	Invalído/Doença permanente	1	2,0
São Marcos da Serra	Estudante	2	4,0
	Doméstica	1	2,0
	Outra	1	2,0
	Total	50	100,0

Quadro AII.IV. População inquirida segundo o principal meio de vida

Aldeia		Número de Residentes	Percentagem
Cacela Velha	Rendimento de trabalho regular	34	66,7
	Rendimento Social de Inserção	1	2,0
	Pensão/Reforma	9	17,6
	Rendimentos de propriedade ou empresa	1	2,0
	A cargo da família	5	9,8
	Outra	1	2,0
	Total	51	100,0
Cachopo	Rendimento de trabalho regular	20	40,0
	Rendimentos de trabalho sazonal	1	2,0
	Rendimento Social de Inserção	1	2,0
	Pensão/Reforma	26	52,0
	A cargo da família	2	4,0
	Total	50	100,0
Carrapateira	Rendimento de trabalho regular	22	43,1
	Pensão/Reforma	20	39,2
	A cargo da família	9	17,6
	Total	51	100,0
Estoi	Rendimento de trabalho regular	33	66,0
	Rendimentos de trabalho sazonal	1	2,0
	Pensão/Reforma	10	20,0
	Subsídio temporário de desemprego	1	2,0
	Apoio social	1	2,0
	A cargo da família	4	8,0
	Total	50	100,0
	Paderne	Rendimento de trabalho regular	30
Pensão/Reforma		15	29,4
Subsídio temporário de doença		1	2,0
A cargo da família		5	9,8
Total		51	100,0
Querença	Rendimento de trabalho regular	25	50,0
	Pensão/Reforma	21	42,0
	A cargo da família	4	8,0
	Total	50	100,0
São Marcos da Serra	Rendimento de trabalho regular	21	42,0
	Rendimentos de trabalho sazonal	1	2,0
	Pensão/Reforma	23	46,0
	Subsídio temporário de doença	1	2,0
	A cargo da família	4	8,0
	Total	50	100,0

Quadro AII.V. População inquirida segundo a ocupação profissional (activos empregados)

Aldeia		Número de Residentes	Percentagem
Cacela Velha	Quadros Superiores	2	5,9
	Técnicos Especializados	2	5,9
	Pequenos Proprietários	9	26,5
	Empregados dos Serviços/Comércio/Administrativos	6	17,6
	Trabalhadores Qualificados/Especializados	6	17,6
	Trabalhadores Não Qualificados/Não Especializados	9	26,5
	Total	34	100,0
Cachopo	Técnicos Especializados	1	4,8
	Pequenos Proprietários	2	9,5
	Empregados dos Serviços/Comércio/Administrativos	1	4,8
	Trabalhadores Qualificados/Especializados	5	23,8
	Trabalhadores Não Qualificados/Não Especializados	12	57,1
	Total	21	100,0
Carrapateira	Quadros Superiores	1	4,5
	Pequenos Proprietários	7	31,8
	Empregados dos Serviços/Comércio/Administrativos	3	13,6
	Trabalhadores Qualificados/Especializados	3	13,6
	Trabalhadores Não Qualificados/Não Especializados	8	36,4
	Total	22	100,0
Estoi	Quadros Superiores	1	2,9
	Técnicos Especializados	1	2,9
	Pequenos Proprietários	3	8,8
	Empregados dos Serviços/Comércio/Administrativos	6	17,6
	Trabalhadores Qualificados/Especializados	13	38,2
	Trabalhadores Não Qualificados/Não Especializados	10	29,4
	Total	34	100,0
Paderne	Quadros Superiores	2	6,7
	Pequenos Proprietários	9	30,0
	Empregados dos Serviços/Comércio/Administrativos	6	20,0
	Trabalhadores Qualificados/Especializados	5	16,7
	Trabalhadores Não Qualificados/Não Especializados	8	26,7
	Total	30	100,0
Querença	Quadros Superiores	2	8,0
	Técnicos Especializados	1	4,0
	Pequenos Proprietários	3	12,0
	Empregados dos Serviços/Comércio/Administrativos	4	16,0
	Trabalhadores Qualificados/Especializados	10	40,0
	Trabalhadores Não Qualificados/Não Especializados	5	20,0
	Total	25	100,0
São Marcos da Serra	Pequenos Proprietários	4	17,4
	Empregados dos Serviços/Comércio/Administrativos	3	13,0
	Trabalhadores Qualificados/Especializados	8	34,8
	Trabalhadores Não Qualificados/Não Especializados	8	34,8
	Total	23	100,0

Quadro AII.VI. População inquirida segundo a nacionalidade

Aldeia	Número de Residentes	Percentagem	
Cacela Velha	Portuguesa	51	100,0
Cachopo	Portuguesa	50	100,0
Carrapateira	Alemão	1	2,0
	Francesa	1	2,0
	Portuguesa	49	96,1
	Total	51	100,0
Estoi	Portuguesa	49	98,0
	Ucraniana	1	2,0
	Total	50	100,0
Paderne	Brasileira	3	5,9
	Bulgara	1	2,0
	Portuguesa	47	92,2
	Total	51	100,0
Querença	Brasileira	1	2,0
	Portuguesa	49	98,0
	Total	50	100,0
São Marcos da Serra	Portuguesa	50	100,0